



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Agda Lima Brito

“Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970)

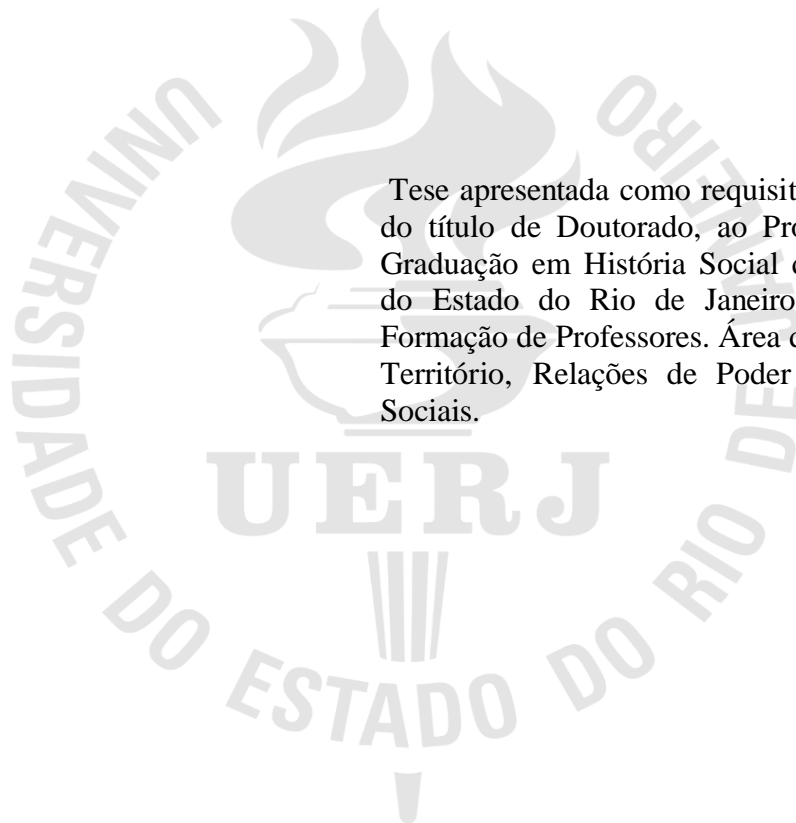
São Gonçalo

2022

Agda Lima Brito

“Eu Trabalhei Também”: O cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970)

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutorado, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.



Orientadora: Prof. Dra. Joana D'Arc do Valle Bahia

São Gonçalo

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/D

B862
TESE

Brito, Agda Lima.
“Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos
seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970)/
Agda Lima Brito. – 2022.
281f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joana D’Arc do Valle Bahia.
Tese (Doutorado em História Social) – Universidade
do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de
Professores.

1. História – Teses. 2. Trabalho. 3. Trabalhadoras. 4. Seringais.
5. Amazônia. I. Bahia, Joana D’Arc do Valle. II. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores.
III. Título.

CRB/7 – 4924

CDU 981

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Agda Lima Brito

“Eu trabalhei também”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970)

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - FFP. Área de concentração: Território, Relações de Poder e Movimentos Sociais.

Aprovada 25 de Julho de 2022

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Joana D´Arc do Valle Bahia (Orientadora)
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dr. Norberto Osvaldo Ferreras
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Rafael Vaz da Motta Brandão
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof. Dra. Patrícia Silva
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dra. Fabiane Popinigis
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

São Gonçalo

2022

DEDICATÓRIA

Em memória de Dona Altina Lopes, Ana Xavier, Maria de Nazare de Pereira, Francisca Chagas Candido trabalhadoras dos seringais, que tive o privilégio de compartilhar de suas histórias.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha família que sempre me deu todo suporte para trabalhar na construção dessa pesquisa e a todas as pessoas que compartilharam suas histórias de trabalho e cotidiano comigo.

A minha mãe Antonia que sempre foi meu porto seguro, a meu pai Paulo, aos meus irmãos Pedrinho, Otavio, Paulinho e Adriane que seguem sendo os meus principais incentivadores, escutando sempre com muito carinho, minhas angústias e incertezas de estar trabalhando longe de meu Estado de origem.

Aos amigos (a) Adonildo, Aglaupy, Adailza, Dryeli, Wagner que além de parte da minha família, me proporcionaram momentos de muita cumplicidade todas as vezes que estive de volta em Manaus. Agradeço também Jéssyka, Richard, Rafaela, Claudia, Gustavo, Aline, Cristhiane, Sarah, Raphaela, Tamily, Talita, Felipe, Poliana, Livia pessoas que sempre pude contar e que sempre estiveram a minha disposição para ajudar no andamento da pesquisa.

Agradeço à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), por ter me concedido a bolsa de estudos para que pudesse realizar a pesquisa sem maiores problemas.

Ao Governo do Estado do Amazonas, a Secretaria de Estado de Cultura e Gerência de Acervos Digitais, por ter cedido às fontes digitalizadas para a realização da pesquisa.

A Biblioteca Inocêncio Machado Coelho fica no térreo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), agradeço a dona Georgete que em tempos de pandemia disponibilizou parte do acervo digitalizado para a pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo público do Rio de Janeiro, Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, do acervo do Tribunal de Justiça do Amazonas, do Sindicato de Manacapuru, do Instituto Durango Duarte, da Biblioteca Pública do Amazonas e por fim o Centro de Documentação e Memória dos Povos da Amazônia pelo atendimento receptivo e preocupação em apresentar toda documentação sobre o período estudado.

Ao programa de Pós-graduação em História Social da Universidade do Estado do Amazonas, onde tive o privilégio de conhecer um corpo docente maravilhoso em especial aos professores(a) Dra. Helenice Rocha, Dr. Gelson Rozentino, Dr. Rafael Brandão e Eduardo Scheidt que me ajudaram na minha formação durante o doutorado. Neste PPGHS me senti sempre muito acolhida como discente e pesquisadora, por isso sou grata.

Aproveito para agradecer aos professores (a) Dr. Norberto Ferreras e Veronica Secreto da UFF, professor Dr. Davi Avelino, Dra. Patrícia Silva, Dr. Cesar Queiros, Dr. Antonio Morga da UFAM e professora Dra. Fabiane Popinigis da UFRRJ que estiveram durante todo esse período apontando referencias, fontes, eventos, contribuindo dessa forma com minha formação.

A minha orientadora professora Dra. Joana Bahia, com quem tive o privilégio de dividir essa jornada de trabalho, sempre muito dedicada me ajudou a expandir meu campo de conhecimento e me estruturar enquanto historiadora, ultrapassando as barreiras entre aluno e orientador, sempre se mostrou muito preocupada e atenciosa, a senhora desejo o meu muito obrigada.

Agradeço a Renato Alamino meu companheiro que sempre me apoia e incentiva o crescimento de minha carreira, a você dedico meu amor.

RESUMO

BRITO, Agda Lima. “*Eu trabalhei também*”: o cotidiano das trabalhadoras nos seringais do Amazonas no Pós - Segunda Guerra – (1950 - 1970). 2022, 278f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

Desvendamos o mundo do trabalho e cotidiano, sobretudo feminino, dentro dos seringais do Amazonas entre 1950 e 1970, entendendo que esse período abrange mudanças políticas para região Norte, como, por exemplo, a Implementação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA e, posteriormente a criação da SUDAM durante a ditadura militar. Nosso objetivo foi o de investigar o trabalho de mulheres nos seringais, sabendo que exerceram uma série de atividades, buscando a sobrevivência no Amazonas, acreditamos que as políticas desenvolvimentistas implementadas na região dentro desse período, aliada aos planos que foram construídos buscando ocupar a região, acarretaram mudanças nos cotidianos de trabalho dessas mulheres, em sua produção e conflitos referentes a degradação das matas. Desse modo, daremos maior atenção ao trabalho feminino, preocupando-nos com as dificuldades que essas trabalhadoras enfrentam dentro do espaço de trabalho citado e dando visibilidade aos serviços que essas desempenhavam nas áreas de seringais.

Palavras- Chave: Gênero, Trabalho, Seringais, Amazônia.

ABSTRACT

BRITO, Agda Lima. *"Eu Trabalhei Também"*: The daily life of women workers in the rubber plantations of Amazonas in the Post - Second War - (1950 - 1970). 2022, 278f. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2022.

We unveiled the world of work and daily life, especially women, within the rubber plantations in Amazonas between 1950 and 1970, understanding that this period includes political changes for the North region, such as, for example, the implementation of the Superintendence of the Plan for Economic Valorization of the Amazon - SPVEA and later the creation of SUDAM during the military dictatorship. Our objective was to investigate the work of women in the rubber plantations, knowing that they carried out a series of activities, seeking to survive in Amazonas. We believe that the developmental policies implemented in the region during this period, allied to the plans that were constructed seeking to occupy the region, brought about changes in the daily work routine of these women, in their production and conflicts concerning the degradation of the forests. In this way, we will give more attention to women's work, focusing on the difficulties these women workers faced in the aforementioned work space and giving visibility to the services they performed in the rubber plantation areas.

Key-Words: Gender, Work, Rubberlands, Amazon.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – População recenseada, Amazonas 1970.....	97
Quadro 2 – População residente.....	98

LISTA DE TABELAS

TABELA I - Indicadores Macrorregionais da Previdência Rural (1991).....	243
TABELA II - PREVIDÊNCIA SOCIAL - Benefícios concedidos pelo INSS, por tipo de clientela, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação Rural – 1992-1994.....	244

LISTA DE SIGLAS

BCA	Banco de Crédito da Amazônia
CAETA	Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para a Amazônia.
CCAW	Comissão de Controle dos Acordos de Washington
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
DNI	Departamento Nacional de Imigração
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
MERCOR	Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais
PDA	Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico da Amazônia
SAVA	Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico
SEMTA	Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia.
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública.
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SNAPP	Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1 PLANOS PARA A AMAZÔNIA	26
1.1 Segundo Ciclo da Borracha.....	26
1.2. O final da Guerra e as ideias de desenvolvimento.....	31
1.3. A Criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA.....	33
1.4. Os Planos da SPVEA.....	48
1.5. Regime Militar na Amazônia.....	70
1.6 I Plano Quinquenal de Desenvolvimento.....	76
2 TRABALHADORAS DAS MATAS AMAZÔNICAS	84
2.1 O trabalho nos seringais no Pós – Guerra.....	114
2.2. Cotidianos de Trabalho nos Seringais.....	119
2.3. Relações de Gênero nos Seringais.....	148
3 A ASSISTÊNCIA MÉDICA NOS SERINGAIS	159
3.1 Segundo Momento da SESP.....	163
3.2. Mulheres que cuidam, mulheres que curam.....	169
4. VIOLÊNCIA DE GÊNERO NOS SERINGAIS	185
4.1 Violência nos seringais.....	188
4.2 Conflitos nas comunidades do Amazonas.....	200
5 PEDIDOS NEGADOS	221
5.1 Seguro Social.....	221
5.2 Pedidos de Benefício de mulheres seringueiras.....	228
CONCLUSÃO	251
FONTES	253
REFERÊNCIAS	259
ANEXOS	267

INTRODUÇÃO

A região amazônica impressiona por sua extensão e pela exuberância de sua flora e fauna, ocupando um território imenso com cerca de 5.217.423 km², sendo que sabemos que 60% desse território pertencem ao Brasil.

Segundo estudo realizado tendo como base os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, na região haveria aproximadamente cerca de 28,11 milhões de pessoas vivendo na região, isto na Amazônia Legal¹. Este termo foi criado a fim de estabelecer delimitações geográficas na região, visando captar incentivos fiscais para assim “desenvolver a região”, e seria dividida nas partes Ocidental e Oriental, como também estaria ligada a criação de projetos desenvolvidos por órgãos públicos que visavam povoar e desenvolver o Norte do Brasil².

Pesquisar a região Norte, sobretudo o Amazonas, faz-nos pensar em uma série de ciclos que a região enfrentou, dependendo do período e do governo que estava em exercício, seja regional, seja nacional, ao longo dos anos percebemos que, em sua maioria, os governos tiveram grandes dificuldades em lidar com as especificidades daquelas localidades, se é que em algum momento houve realmente essa preocupação tanto com aspectos estruturais (sistema agrário e ecologia), quanto populacionais.

Dessa maneira, levando em consideração que realizar projetos e não os seguir efetivamente tem se tornado uma realidade comum na história do Amazonas, levando em consideração a análise das fontes acerca desses projetos, nesse ínterim, os documentos apontam que historicamente entre 1940 e 1960 existiram muitos projetos, o que não significa que esses acarretariam benefícios para a região, especialmente quando esses sequer saíram do papel para serem implementados.

Ao longo da história, o Amazonas foi considerado um grande “vazio demográfico”, um território imenso, mas pouco povoado, esse seria um dos motivos pela dificuldade em torná-lo próspero. Em outras palavras, nos planos que foram elaborados para recuperar a Amazônia economicamente, fica claro como o Estado tinha a visão de que era preciso ocupar a região para melhor aproveitar os seus recursos, conforme veremos, a seguir, além disso, sabemos que esse

¹ SANTOS, Daniel, SALOMÃO, Rodney, VERÍSSIMO, Adalberto. **Fatos da Amazônia 2021 – Amazonia 2030, Centro de Empreendedorismo da Amazônia**, Imazon, 2021. p. 9.

² Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Página consultada em 11 de maio de 2020 - <https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoesambientais/geomorfologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>.

argumento foi amplamente explorado pelos presidentes que governaram o Brasil, dentro do recorte estudado, em suma, era necessário ocupar e torná-la produtiva, desse modo ela viria a ser desenvolvida.

Defender esse tipo de visão estatal corrobora para fortalecer esse sistema de projetos e medidas excludentes que se perpetuam até hoje. Neste sentido, a política nacional insiste em ocupar territórios das famílias ribeirinhas, indígenas, quilombolas, entre outros, alegando que não existem um número considerável de pessoas nessas regiões, que são muito pouco povoadas ou tentam explorar essas terras em busca de madeira ou minério, para agricultura em grande escala, enfim para explorar seus recursos naturais de modo desordenado. Ademais, reproduzem o discurso que existe muita terra para pouca gente, quando na realidade, é um lugar ocupado há anos por pessoas que moram em região de mata, como os indígenas, ribeirinhos, caboclos, quilombolas, e constantemente confrontados por empresários que possuem o apoio político para a expropriação e exploração da região Norte³.

Não é de hoje que existem pesquisadores que se preocupam em desconstruir essa visão de “vazios” na região. A esse respeito, Carlos Fausto⁴ já chamava atenção para populações indígenas que ali viviam mostrando como esse termo é errôneo, ou conforme a geógrafa Bertha Becker⁵, enfatiza-se que a região era vista como “*exótica e vazia*”, mas isso de fato nunca foi verdade, sem levar em consideração que ali sempre existiram trabalhadores, indígenas, ribeirinhos, para a Becker, tal ideia acabou contribuindo para a existência de conflitos sociais em áreas que eram povoadas, pois despertavam interesse econômico, destacando que a região é rica em biodiversidade⁶.

João Pacheco, ao falar da ocupação da Amazônia, ressalta uma literatura que contribuiu para que tal lugar fosse visto de forma exótica, alegórica, como se aqueles que aqui chegaram fossem aventureiros, esquecendo a discussão sobre o avanço de suas fronteiras, sobretudo no século XIX, Pacheco explica que existiam diferentes visões sobre a ocupação na região, assim como sobre a expansão de suas fronteiras:

3 KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira**. ESTUDOS AVANÇADOS 16 (45), 2002.

4 FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 4ª.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

5 SAQUET, Marcos e CICHOSKI, Pâmela. Bertha Becker: Uma Contribuição à análise da sua concepção de Geografia, Espaço e Território. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-26, fev, 2013. /Ver também entrevista da autora sobre o assunto pesquisa Fapesp. Página Consultada em 10 de maio de 2020. <https://revistapesquisa.fapesp.br/2004/08/01/amazonia-sem-extremismo/>.

6 BECKER, Bertha. **A urbe amazônida: a floresta e a cidade**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

As formas de pensar a ocupação da Amazônia anteriormente descritas, configuram concepções distintas sobre a fronteira, seja enquanto espaço geográfico e mítico, seja enquanto área dotada de certas características climáticas ou raciais. Por mais complexas que sejam os temas abordados por autores que utilizam tais esquemas de pensamento, por maior que seja o seu conhecimento factual das novas realidades econômicas e sociais, as explicações que fornecem permanecem limitadas ao um mesmo horizonte⁷

Evidente que para Pacheco, conforme avançam as pesquisas sobre a história da Amazônia, outros autores vão abordar esse tema, rompendo com a visão determinista sobre a região. Assim, esse tipo de visão contribuiu durante um tempo para que a Amazônia fosse vista de modo distorcido, esquecendo as populações que viveram nessas regiões, as mulheres que trabalharam em seringais, sejam elas migrantes ou não.

A fim de revermos essas ideias errôneas sobre a Amazônia, reconstituímos períodos anteriores (primeiro surto da borracha no século XIX até XX) em relação ao foco da pesquisa, para demonstrar como o governo e as instituições públicas organizaram (ou não) projetos excludentes e de que modo isso se reflete no tempo presente.

Para Francisco Smith e Rodrigo Garvão⁸, foi em meados do século XIX que a Amazônia e seus recursos naturais se tornaram atrativos para a exploração, a descoberta da borracha causou grandes mudanças, em pouco tempo, e viria a ser um produto que despertaria o interesse do mercado externo, cidades como Belém e Manaus se viram diante de uma transformação urbana luxuosa.

Com efeito, a Amazônia sofreria mudanças estruturais e econômicas, algo que para Ugarte, revela-se como uma corrida internacional pelo “ouro negro”; afinal, firmas internacionais vieram e optaram por ficar na região para assim manter um controle sobre a produção da borracha, porque compreendia o fornecimento de empréstimos e até materiais de trabalho para que fosse extraído o látex e vendido para interessados⁹. Para Leal, dentro das

7 OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. p. 109.

8 JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. Economia e política na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Revista Estudos Amazônicos**. vol. IX, nº 1, 2013.

9 UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade**: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920 .ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.p 2

matas, a exploração de seringais e castanhais estava atrelada às relações de afinidade, “sistema de honra e herança”¹⁰, concessões que podiam durar décadas¹¹.

Com isso, boa parte do território começou a ser explorado, inicialmente no Pará, com efeito, a partir de 1870, a exploração expandiu-se por todo o território do Amazonas¹² a fim de obter maior extração de látex para a exportação.

Cosme Filho, que foi diretor da *Associação do Comercio do Amazonas*, elaborou uma importante análise a respeito, e publicada em 1952, sobre a *A Borracha na Economia Amazônica*, onde evidenciou as modificações que as mudanças nas exportações acarretaram para a região, Filho exaltava o “rush” da borracha na segunda metade do século XIX e a importância para o desenvolvimento “social e material”, referindo-se à região como um todo, mas dando destaque a cidades como Belém e Manaus¹³.

Importante perceber como em meados do século XIX, a região da Amazônia sofreu muitas mudanças, em virtude da importância que a extração do látex teria no Brasil, o uso cada vez maior de artigos que usavam o látex como matéria prima para a fabricação de outros bens, ocasionou no crescimento de sua exploração. Arthur Reis destaca que o uso dela era indispensável em vários utensílios, desde aqueles empregados nos usos domésticos, até os hospitalares¹⁴.

Todavia, existiram outros problemas para a extração do látex naquele período, trata-se justamente da mão de obra, agora com a expansão das áreas exploradas e crescente demanda de exportação, e para isto seria necessário aumentar o número de pessoas trabalhando naquelas localidades.

Com isso, o governo amazônico promoveu a migração das populações nordestinas para os territórios onde era colhido o látex, enviando recursos para os gastos nos transportes desses

¹⁰ Leal considera que no final do século XIX, na Amazônia, os recursos naturais seriam mais importantes do que a terra em si, as disputas estavam em torno das estradas com seringueiras. Desse modo, muitos buscavam se apossar de modo ilegal de áreas que possuíam recursos naturais, como a castanha, por exemplo. Desse modo, Leal explica que existiu uma rede de alianças construída em torno inclusive de casamentos, que fazia com que a riqueza ficasse restrita a determinados grupos familiares, inclusive o controle de castanhais, seringais, além disso, o autor corrobora essa premissa quando analisou os conflitos entre seringueiros e patrões, acerca do território onde existiam recursos para serem explorados.

¹¹ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)**. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. - Manaus: UFAM, 2013.

¹² WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. Editora Hutcitec, Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993. p 71

¹³ **A borracha na economia Amazônica. Cosme Ferreira Filho**. Manaus 1952. Presente em livro de compilação de relatórios acerca da extração da borracha. p. 3.

¹⁴ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2º Ed. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas-Governo do Estado do Amazonas, 1997. p 104.

trabalhadores¹⁵, aproveitando o período de seca constante em regiões do Nordeste, em outras palavras, fazendo uso disso para incentivar a essa população a migrar para o Amazonas.

Celso Furtado nos remete a uma importante análise acerca da necessidade de mão de obra para a região amazônica, admite que se trata de dados inconclusivos e precários, analisando somente os embarques em alguns portos nordestinos e se utilizando dos censos de 1872 e 1900. Nisto, chega à conclusão de que a população que se dirigiu para a Amazônia não seria menos de meio milhão durante o período destacado, sendo a grande maioria de Nordestinos¹⁶.

Nesse período de estiagem no Nordeste, a ascensão da economia da borracha se tornou um polo atrativo para a população nordestina que advinha dessa região, incentivadas pelo governo, iniciou-se uma corrente migratória para o Norte do país¹⁷, aonde esses imigrantes iriam em busca de oportunidades de trabalho com extração do “ouro negro”.

Na década de 1900, Medeiros¹⁸ aponta que o governo oferecia passagem para que os nordestinos migrassem para trabalhar na região, e em alguns casos, os recrutadores utilizavam-se da violência física quando alguns daqueles se recusavam a viajar para fazer o serviço, como também para manter o maior número de trabalhadores concentrados nos seringais.

Nascimento¹⁹ enfatiza como alguns donos de seringais saíam do Amazonas para o Nordeste do país, ou seja, em busca de pessoas interessadas em trabalhar em seus seringais, que ao chegarem ao Norte do Brasil, eram enviadas para os locais de trabalho, acredita-se que por volta de 1910 tenha ocorrido um crescimento de 40% na produção de borracha, fruto do aumento de mão de obra na região.

Para Santos, a população nordestina contribuiu consideravelmente para que a população da Amazônia crescesse significativamente, causando um aumento no número da população adulta de 100 para 333 na região no início do século XX²⁰. Inclusive vale ressaltar que, para Pacheco, os verdadeiros exploradores que romperam fronteiras na Amazônia foram os trabalhadores dos seringais, dentre eles os migrantes; sobretudo nordestinos.

Em outras palavras, para alguns autores, a coleta e produção da borracha teria contribuído para que a produção agrícola ficasse em segundo plano, esquecida em prol da busca

15 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991. p 135.

16 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991. p 133.

17 NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas Para a Amazônia. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**. Dez, nº12, vol. II, 1998, p. 3.

18 MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984.

19 NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas Para a Amazônia. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**. Dez, nº12, vol. II, 1998.

20 SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980. p. 116.

da borracha para exportação, e arrecadação de um dinheiro que foi empregado em estrutura urbana e mal-empregado, especialmente quando falamos do desenvolvimento idealizado pelo governo²¹.

Urge destacar que a lei de terras de 1850 não foi aplicada da mesma forma no Amazonas, se comparada ao restante do país, sabemos que o valor estava na quantidade de árvores que poderiam ser retirado o látex, e não necessariamente na terra, ou seja, legalizar essas terras não interessava muito, e a falta de preocupação por parte do governo, no que tange a fiscalização naquelas regiões, contribuiu para que o trabalhador seguisse avançando entre os seringais amazônicos.

Assim, dentro desse aspecto entendemos que, mesmo sem regularização das terras, quem estaria controlando os seringais seriam os patrões, ou seja, a terra estava nas mãos de quem possuía o capital²², conforme aponta Pacheco:

A barreira entre proprietários e não proprietários, portanto, menos do que uma diferença jurídica estabelecida por uma autoridade legal precária ou inexistente, é representada pela posse de capital necessário à organização de uma “exploração” e à montagem de um seringal.²³

Para Leal, nessa região de fronteira, o que estava em evidência eram os recursos naturais e não necessariamente a terra, isto é, os seringais e castanhais que eram objetos de disputas e interesse. O Leal ainda nos explica:

É nesse sentido que os estudos clássicos da plantation agroexportadora não contribuem para analisar as relações sociais que se estabelecem na Amazônia. O controle da mão-de-obra aqui não se dá pelo acesso à terra, mas sim pelo controle do crédito. É em cima da produção e circulação que se estabelece o controle e não da área produzida.²⁴

Dito isso, sabemos que naquele período a propaganda que o governo fazia incentivava esses migrantes a virem para a região trabalhar, oferecendo a passagem e os utensílios de trabalho, e isto causaria grandes problemas para esse trabalhador, uma vez que ao chegar à

²¹ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

²² OLIVEIRA, João Pacheco. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades / João Pacheco de Oliveira. – Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016. P. 151-152.

²³ Idem. OLIVEIRA, João Pacheco. p. 152.

²⁴ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização**: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. - Manaus: UFAM, 2013, p. 65-67.

região, viveriam segundo as regras do patrão, ou seja, a vontade dos donos de seringais prevaleceria naquele momento e de todas as formas de violência empregadas para manter os seringueiros àquele tipo de produção. Em suma, esse tipo de comportamento violento foi uma das causas pelos quais muitos trabalhadores se retiraram daquelas localidades.

Segundo o *Anuário Estatístico de 1930*²⁵, no ano de 1912, a produção amazonense de borracha atingiu altos níveis de rendimento e grande exportação, contudo, em paralelo, começou a crescer a concorrência advinda da produção asiática, que ganhou o interesse do mercado mundial, além disso, a borracha produzida tinha uma qualidade maior e melhor que a da Amazônia.

Isto significou que o produto local não possuía maiores condições de competição com a produção asiática, por esta ser mais barata e crescer de forma mais ordenada que da região Amazônica, por volta de 1913, até o momento do pico em 1933, principalmente devido a rápida retirada dos investimentos internacionais. Em consequência, a economia da região entrou em declínio gradativamente²⁶.

Sem grandes investimentos em termos econômicos na região, o Amazonas se viu em uma condição difícil, o que foi investido em termos urbanos, a “Paris dos Trópicos”²⁷, escondia uma leva de trabalhadores pobres, agora, uma população de migrantes em meio a mata, que se retiraram dos seringais, foram em sua grande maioria para outros territórios, conforme trataremos mais adiante.

Em suma, isto revela uma economia enfraquecida que pereceu até pelo menos 1940, até a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial e corroborou para os esforços de guerra, retomando ao ciclo da borracha.

Nesse sentido, evidentemente houve uma mudança de cenário com a retomada do segundo ciclo da borracha na Amazônia, novamente ocorreu um incentivo à migração em massa para a região e, dessa vez, muitas mulheres acompanharam seus maridos ou parentes em direção à região para trabalhar nos seringais. Ademais, constitui esse cenário o aparecimento de outros órgãos responsáveis pelo recrutamento desses trabalhadores, surgiram então os contratos de trabalho criados no governo de Getúlio Vargas, os planos para a Amazônia que visavam

²⁵ IBGE, Anuário Estatístico de 1930-40, presente em SANTOS, Roberto. **História Econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo. T. A. Queiroz, 1980, p. 217.

²⁶ GODOY, Paulo R. Teixeira. Riqueza e Miséria do Ciclo da Borracha na Amazônia Brasileira: Um Olhar Geográfico por Intermédio de Euclides da Cunha. In: Paulo R. Teixeira de Godoy. (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo (SP): Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2010, p. 201.

²⁷ DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto: Manaus, 1890-1920**. Manaus: Valer, 1999.

explorar a região, e elaborados principalmente em torno da extração da seringa, conforme veremos no capítulo I.

Percebeu-se então que dentro das propostas voltadas para região, a história das trabalhadoras que viveram em colocações dentro de áreas de seringais foi negligenciada durante muitos anos, na realidade, pesquisas em torno da história do trabalho no Norte do país foram deixados à margem por um longo período, priorizando o eixo Rio/São Paulo na historiografia, conforme enfatiza Batalha, explicando que foi durante as décadas de 1980/90 que ocorreu um crescimento maior de publicações e interesse pela história do trabalho em outras regiões²⁸.

Apesar de o número de pesquisas sobre essa temática terem se expandido²⁹ como, por exemplo, o trabalho de Costa³⁰ sobre trabalhadores livres na Escravidão, assim como de Avelino³¹ que esclareceu as relações de poder dentro dos seringais, temos ainda um importante pesquisa sobre o 1º de Maio no Amazonas que vai falar também sobre as relações de gênero na cidade de Manaus, no âmbito do trabalho operário³². No entanto, é necessário que ainda tenha uma atenção maior na historiografia, levando em consideração os vários sujeitos que trabalharam em diversos lugares e setores na região.

Da mesma forma, na década de 1980, os estudos de gêneros ganharam força, ocorrendo um número considerável de publicações acerca da temática nesse período. Isto é, observamos que os pesquisadores estão cada vez mais preocupadas em problematizar a discussão dentro das academias através de eventos, publicações em revistas, a realização de teses e dissertações cresceu acerca dessa temática³³.

Na Amazônia é possível encontrar pesquisas riquíssimas acerca da história de mulheres que viveram em seringais³⁴, um dos mais importantes para região trata-se da pesquisa de

²⁸ BATALHA, Claudio. **Os desafios atuais da História do Trabalho**. Anos 90. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, janeiro/dezembro 2006.

²⁹ Nos últimos anos, foram muitos os trabalhos publicados acerca de história na Amazônia, destacamos como fontes ricas de pesquisas para quem tem interesse na área, o banco de dissertações da UFAM, assim como o programa de pós-graduação interdisciplinar Sociedade e Cultura, banco de teses e dissertações da UFPA.

³⁰ COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Por todos os cantos da cidade: Escravos negros no mundo do trabalho na Manaus Oitocentista (1850-1884)**, Dissertação – PPGH-UFF. Ano de Obtenção: 2016.

³¹ LEAL, Davi Avelino. **Entre barracões, varadouros e tapiris: os seringueiros e as relações de poder nos seringais do Rio Madeira (1880-1930)**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

³² CANDIDO, Richard Kennedy Nascimento. **“Salve Autora do 1º de Maio”**: Associativismo operário e gênero na cidade de Manaus durante a Primeira República (1890 – 1930), Curitiba: CRV, 2021.

³³ SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 27, nº 54, jul – dez. 2007.

³⁴ Ver também: MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria. **Mulheres nos Seringais do Amazonas: Sociabilidade e Cotidiano**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 6, n. 1, p. 91- 104, jan. / jul. 2015. Ver também: MORGA, Antonio Emilio e LAGE, Mônica Maria. **Sedução, Intriga e Entrega nos seringais do Amazonas: Francisca Ribeiro e Antonio Alves da Cunha**. Revista Mujeres. publicación digital el

Cristina Wolff³⁵, que buscou tratar da presença da figura feminina dentro da região do Alto Juruá, seringal que ficava no Acre entre 1890-1945.

O número de pesquisas sobre mulheres no meio urbano ainda é superior se comparado com os trabalhos que falam sobre a questão feminina nas matas amazônicas, a dificuldades de fontes em torno da vida delas, para muitos, tem sido um empecilho para o desenvolvimento de investigações nessa área, por isso destacamos o crescimento que vem ocorrendo na área, devido à possibilidade de utilizar de fontes orais para tratar da vida desses sujeitos.

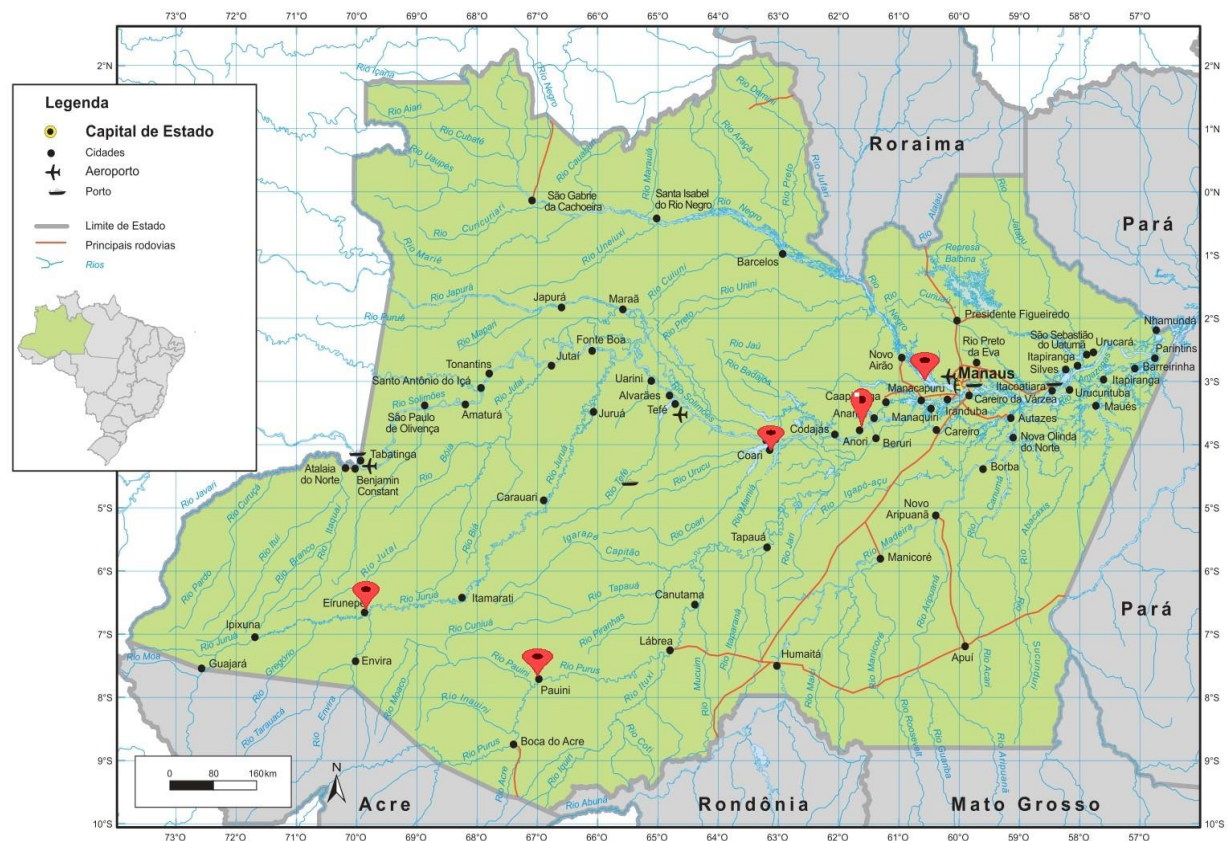
Deste modo, nesta tese fizemos uso de fontes orais para melhor explorar a memória e vivências dessas trabalhadoras, pois, a metodologia da história oral nos possibilita ter acesso às experiências de mulheres nos seringais, dito isso, busquei coletar entrevistas de mulheres, mas também de homens para poder ter a dimensão de como se davam essas relações no cotidiano.

Importante mencionar que coletei entrevistas na cidade de Manaus, mas foi necessário que me deslocasse para outros municípios, como, por exemplo: Anori e Manacapuru, sendo que essa última fica em torno de 2 horas de viagem de ônibus, saindo de Manaus e o município do Anori, a 6 horas de viagem de lancha, saindo também da capital do Amazonas. Esse deslocamento foi necessário devido o número de entrevistadas serem mulheres, que moravam em Manaus, ser reduzido e precisávamos de mais entrevistas; além disso, era preciso ter uma dimensão maior da vida dessas mulheres que se estabeleceram nessas regiões, a qual todos chamam de interiores, após o período em que trabalharam nas matas.

Importante ressaltar que essas pessoas entrevistadas, homens e mulheres trabalharam em seringais, seja nas colocações, em barracões, entre outros serviços, estiveram concentradas no Amazonas, em diferentes comunidades e municípios, são eles: Coari, comunidades próximas ao Anori, Rio Manacapuru, Purus, Eirunepé, Pauini, conforme destacamos no mapa do Amazonas:

Centro de Estudos Históricos e Interdisciplinar, nº11.2015., a pesquisa de ALMEIDA, Aldemira Ferreira. Mulheres trabalhando em seringais (1960-1980). **Revista Insurgência**, Brasília. Ano 1. v.1, n.2, 2015. Entre outros trabalhos acerca dessa temática.

³⁵ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta**: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945). São Paulo: Hucitec, 1999.



Mapa Estadual IBGE³⁶

Percebemos que essas mulheres e homens, eram filhos da região, ou seja, nascidos no Amazonas, diferente da década de 1940, onde a maioria era composta por migrantes Nordestinos, alguns tem pais ou avós de tal região do país, mas são nascidos na região Norte. Desse modo, dentro das entrevistas que foram realizadas, selecionamos 17 entrevistas de homens e mulheres usadas como fontes para a construção dessa pesquisa, julgamos relevante localizar esses homens e mulheres, geograficamente nomeando a região que viveram, eis-las:

Adélia Marinho Ladislau, entrevistada aos 83 anos, nasceu no Anori, cortou seringa na defumação da borracha, trabalhou na roça, no seringal no Anori.

Altina Lopes de Lima, entrevistada aos 79 anos, nasceu no Ceará, trabalhava no barracão tratando da caça, pesando borracha, descascando castanha para pesar e em serviços de costura para os seringueiros.

³⁶ Instituto Brasileiro Geografia e Estatística – Página acessada em 20 de março de 2022: http://geofp.ibge.gov.br/produtos_educacionais/mapas_tematicos/mapas_do_brasil/mapas_estaduais/politico/amazonas.pdf

Antônio Elias Gonçalves Lopes, entrevistado aos 70 anos, nasceu no interior, próximo a Manacapuru, trabalhou com roçado, com malva, trabalhou em diferentes regiões do Amazonas, com farinha, castanha, pecuária; tirava madeira.

Francisca das Chagas Cândida, nascida no seringal Hamburgo, no Baixo Solimões, ela trabalhava entre esses dois seringais, em Hamburgo e Jutaí, na defumação e no corte da borracha, serviços de roça, produção de farinha.

Francisca Correia Esmeraldo, entrevistada aos 66 anos, nasceu no seringal próximo à boca do Anori, cortou seringa, foi agricultora, trabalhou com juta, farinha.

Francisco Monteiro, entrevistado aos 80 anos, nasceu em uma comunidade Copeá de Coari, mas cresceu no Mamia em Coari também, cortou seringa, trabalhou com roça, com castanha, pesca, farinha.

Josué Ferreira Ruis, entrevistado aos 79 anos, nasceu no interior de Manacapuru trabalhou com roçado e farinha.

Maria Cezar Bezerra de Matos, entrevistada aos 79 anos, nasceu no Anori, trabalhou com roça, malva.

Maria da Conceição Brandão Lopes, entrevistada aos 60 anos, nasceu na comunidade Vila do Ena, em Manacapuru, trabalhava com roçado, farinha, seringa, malva, juta; criavam animais.

Maria de Nazare de Pereira, entrevistada aos 79 anos, nasceu em uma comunidade que ficava duas horas do Anori, onde também trabalhou; ali cortava seringa, trabalhava com agricultura, fazia farinha.

Maria Izabel Mota de Andrade, entrevistada aos 68 anos, nascida em Manacapuru, criada no município do Anori, trabalhou com malva, juta, roça, cortou seringa, farinha.

Maria Zuila Alves de Araújo, entrevistada aos 45 anos, nasceu em Eirunepé, trabalhou com agricultora.

Raimunda Vidal de Lima, entrevistada aos 75 anos, nasceu no Anori, cortava seringa, trabalhou com malva, roça.

Raimundo Gomes Pereira, entrevistado aos 63 anos, nascido na região do Manacapuru, no baixo rio, trabalhou com roça, malva, juta, pesca.

Ricardo Ferreira do Nascimento, entrevistado aos 66 anos, nasceu em Manacapuru, agricultor, presidente do sindicato.

Severino Gomes Militão, entrevistado aos 88 anos, nasceu em Manacapuru, trabalhou em seringa, em sova, em balata, em chique, em maçaranduba, com copaíba, roça, farinha.

Suzana Gomes de Araújo, entrevistada aos 81 anos, nasceu no interior de Manacapuru em Jaiteua, fazia farinha e plantava serviço de roça.

Além das fontes orais, vamos fazer uso de outras fontes para melhor tratar do contexto que estamos trabalhando, após a Segunda Guerra, e passando por outros governos, chegando até a ditadura militar.

Os planos da *S.P.V.E.A.* e *SUDAM* nos mostram como os governos vinham pensando o desenvolvimento para a região Norte entre 1950-1970, pois, foram muitos os projetos traçados para a região durante esse período, por isso mesmo se trata de documentação volumosa, haja vista que envolvem Ofícios, Relatórios de Orçamentos, isto é, Relatórios sobre como estavam funcionando os planos em diferentes períodos. As mensagens de governos também são fontes ricas, porque nos apresentam não só o posicionamento político na região, mas também os conflitos que surgiam, à medida que esses Planos foram traçados pelo governo Federal.

Os *Processos Criminais* nos permitiram ter dimensão das violências, sobretudo de cunho sexual que ocorriam contra mulheres nessas localidades, assim como a documentação da *Comissão da Pastoral da Terra* nos possibilitou compreender como se dava a violência cometida pelos fazendeiros de expropriar as famílias das terras em que moravam. Logo, o uso de fontes diversas foi necessário para melhor entender esse cotidiano de trabalho, de violência, mas também de lazer, de vivências de mulheres e suas experiências dentro dos seringais do Amazonas.

A fim de compreender tais aspectos, esta tese se apresenta em 5 capítulos. No primeiro, analisamos os Planos que foram elaborados aos longos dos anos 1950-1970, como foi se dando o desenvolvimento deles e como os governos vigentes na época se comportaram em relação àquilo que foi elaborado nos projetos, ou seja, como essas políticas funcionaram de forma rasa em relação a essas trabalhadoras e contribuíram para que ocorresse uma exploração na região de forma desorganizada, levando em consideração que os projetos corroboravam com a ideia de uma Amazônia “vazia”, sem considerar a população que já a habitava essa região.

Dito isso, no primeiro capítulo julgamos fundamental analisar os projetos que estavam sendo construídos dentro desse período e visavam recuperar a economia região, para termos dimensão de como em se tratando das trabalhadoras, essas políticas acabam sendo excludentes e contribuindo para o avanço de conflitos na região e da precarização do trabalho.

No Capítulo 2, tratamos do trabalho que essas mulheres faziam nos seringais, as várias atividades que realizavam no pós-guerra, onde elas agora, além da roça, da pesca, da caça, trabalham com juta e malva, uma atividade que foi muito importante para a economia do

Amazonas. Com efeito, abordamos o seu cotidiano, as relações conflituosas de gênero, o mundo feminino nessas áreas de mata, nas colocações, onde elas vão ter um papel fundamental na sobrevivência de suas famílias.

No capítulo 3, damos ênfase a um ofício que, em sua maioria, era exercido por mulheres: a cura. Elas sempre, foram rezadeiras, benzedeiras e parteiras; isto é, mulheres conhecidas na região Norte que trabalharam dando suporte a outras quando estavam as grávidas em um momento de sua gestação, evidentemente que por se tratar de uma prática herdada, cujos ensinamentos foram passados de mães para filhas, nem sempre encontramos essas “mulheres terapêuticas” com tanta facilidade. Neste caso, na ausência delas, as mulheres que não tinham acesso aos hospitais, acabavam tendo seus filhos sozinhas, em casa, nas comunidades onde moravam, por isso trata-se de um conhecimento tão importante exercido por mulheres.

No capítulo 4, discutiremos a violência, seja ela física ou não, porque mulheres sofriam dentro dos seringais, dando ênfase, sobretudo à violência sexual, tendo em vista que o número de fontes coletadas mostrou que o crime mais comum dentro dessas localidades era o defloramento, revelando uma face sofrida dessas mulheres. Além disso, tratamos da violência que fazendeiros e comerciantes praticavam contra elas e suas famílias, no intuito de fazê-las desistirem de suas terras e saírem de suas moradias, para que ocupassem assim as terras sem maiores problemas.

A violência física ou simbólica foi usada contra as mulheres, no entanto, elas – como será abordado ao longo do capítulo - vamos perceber como elas se posicionavam frente a isso, não sendo totalmente submissas, buscando meios de se livrarem da agressão exercida sobre elas.

No último capítulo, trataremos de uma das violências mais cruéis e simbólicas produzidas pelo estado contra essas trabalhadoras, a ausência da aposentadoria após muitos anos de trabalho no meio rural. Primeiramente, elas só vão ter acesso a esse tipo de benefício, sem ser como dependentes, em 1988, isto é, a partir da nova constituição. Em segundo lugar, em muitos casos era muito difícil comprovarem que trabalharam extraindo seringa, em virtude da legislação da época; logo, muitas - quando solicitaram esses pedidos junto ao *Ministério Público*, conforme constamos nas fontes desse setor - enfrentaram problema para se aposentar, conforme veremos ao longo do capítulo.

A invisibilidade das mulheres dentro desses espaços se situa num contexto que excluía essas trabalhadoras. Nos planos, elas praticamente não aparecem, isto é, fala-se em homens

trabalhadores, em famílias, mas não nelas, sobretudo dentro dos seringais, haja vista que as relações de trabalho inferiorizavam- as.

Por fim, como veremos mais à frente, até no processo de solicitarem seus direitos, as mulheres tiveram maior dificuldades que os homens. Em suma, podemos afirmar que o contexto político, os projetos para a região, contribuíram para que ocorresse um apagamento desses sujeitos históricos no decorrer do tempo.

1. Planos para a Amazônia

1. 1 Segundo Ciclo da Borracha

Na década de 1940, as políticas do governo de Getúlio Vargas, advinha do interesse na ocupação dos “vazios demográficos” do território nacional conhecido como a “*Marcha para o Oeste*”³⁷, visando explorar a retirada do látex da região Norte.

Para Neide Esterici (1972), o avanço do nacionalismo na década de 1930 contribuiu para o surgimento desse processo de ocupação realizado pelo governo, com a Marcha para Oeste. Isto era uma ideia de criação de “unidade nacional”³⁸ e refletia o caráter autoritário do governo, uma vez que deixava de lado as questões regionais de cada região, no caso da Amazônia, a autora aponta que:

Quanto à Amazônia como um todo e a criação de “pequenas propriedades”, os resultados foram relativamente modestos. O interesse pela borracha que levava à iniciativa estatal e estrangeira foi episódico e não sobreviveu à Guerra. Deu-se efetivamente uma nova migração de massas nordestinas para a Amazônia com estímulo governamental, mas isso resultou em muitas mortes e decepção. Diversas “colônias agrícolas” foram criadas em diferentes partes do país, mas não fizeram parte de uma política global e tenderam a vegetar sem resultados significativos (ESTERCI, 1972).³⁹

Para Vargas, investir na migração interna seria fundamental para garantir a melhor ocupação da Amazônia e desse modo extrair seus recursos naturais, conforme o presidente manifestou em discurso, em 1940, no Ideal Clube:

Vim para ver e observar de perto as condições de realização do plano de reerguimento da Amazônia. Todo o Brasil tem os olhos voltados para o Norte, com o desejo patriótico de auxiliar o surto do seu desenvolvimento. E não somente os brasileiros, também estrangeiros, técnicos e homens de negócio, virão colaborar nessa obra, aplicando-lhe a sua experiência e os seus capitais com o objetivo de aumentar o comércio e as indústrias, e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro.⁴⁰

³⁷ A Marcha para Oeste consistia em uma política de povoamento do país em regiões dos interiores, por isso mesmo estavam mais voltadas para a região Norte e Centro Oeste do Brasil, visando integrar as regiões e explorar suas riquezas. – ver: SCHWAB, M. C. **Nacionalismo, políticas sociais, e marcha para o oeste nos artigos de Paulo Figueiredo durante o Estado novo**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXV., Fortaleza, 2009. Anais... Fortaleza, [s. n.]. 2009.

³⁸ VELHO, OG. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009, p. 128.

³⁹ Ibid. p. 142.

⁴⁰ “**Discurso do rio Amazonas**” In: PORTAL MARCOS SANTOS. Roy Rodgson, Ottmar Hitzfeld e o ‘clima caluniado’ do Amazonas, no histórico ‘Discurso do rio Amazonas’ de Getúlio Vargas. Página Acessada em 11 de

O então presidente Getúlio Vargas, interessado em explorar a matéria prima da borracha, buscou em discurso justificar a importância do povo nordestino, para que ocorresse o avanço da extração do látex na Amazônia:

É tempo de cuidarmos, com sentido permanente, do povoamento amazônico. Nos aspectos atuais, o seu quadro ainda é o da dispersão. O nordestino, com o seu instinto de pioneiro, embrenhou-se pela floresta, abrindo trilhas de penetração e talhando a seringueira silvestre para deslocar-se logo, segundo as exigências da própria atividade nômade. E ao seu lado, em contato apenas superficial com esse gênero de vida, permaneceram os naturais à margem dos rios, com a sua atividade limitada à caça, à pesca e à lavoura de vazante, para consumo doméstico. Já não podem constituir, por si sós, esses homens de resistência indobrável e de indomável coragem, como nos tempos heroicos da nossa integração territorial, sob o comando de Plácido de Castro e a proteção diplomática de Rio Branco, os elementos capitais do progresso da terra, numa hora em que o esforço humano, para ser socialmente útil, precisa concentrar-se técnica e disciplinadamente. O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e loteada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto.⁴¹

Para Morales, Vargas visava não só aumentar a produção da borracha através do aumento da imigração nordestina para os seringais da Amazônia, mas também dá continuação à política de colonização que adotara anteriormente, logo, o homem nordestino estaria preparado para esse serviço, conforme mostravam as propagandas na época, essas usadas como forma de atrair esses migrantes⁴².

Segundo Secreto, em 1940, os Estados Unidos iriam investir na região, interessados na borracha e para isso criou a Rubber Reserve Company, dessa maneira, visitaram a Ford, com técnicos, buscando alternativas para combater pragas nos seringais e melhorar a produção da borracha⁴³.

Com efeito, com os Estados Unidos inserido na Segunda Guerra Mundial e os países asiáticos produtores de borracha que tinham sido invadidos pelo Japão, houve inquietação com a produção da borracha, por isso mesmo eles passaram a se preocupar com o desenvolvimento

maio de 2020. <https://www.portalmarcossantos.com.br/2014/02/19/roy-rodgson-ottmar-hitzfeld-e-o-clima-caluniado-do-amazonas-no-historico-discurso-do-rio-amazonas-de-getulio-vargas/>.

⁴¹ “**Discurso do rio Amazonas**” In: PORTAL MARCOS SANTOS. Roy Rodgson, Ottmar Hitzfeld e o ‘clima caluniado’ do Amazonas, no histórico ‘Discurso do rio Amazonas’ de Getúlio Vargas. Página Acessada em 11 de maio de 2020. <https://www.portalmarcossantos.com.br/2014/02/19/roy-rodgson-ottmar-hitzfeld-e-o-clima-caluniado-do-amazonas-no-historico-discurso-do-rio-amazonas-de-getulio-vargas/>.

⁴² MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e vem, vira e volta: as rotas dos soldados da borracha**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p. 9-11.

⁴³ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo. 2007, p. 70

do comércio na Amazônia, levando em consideração a grande importância do produto para guerra⁴⁴.

Os acordos de Washington, realizados em 1942, visavam dar ajuda financeira para o Brasil durante a Segunda Guerra Mundial, em troca de alguns minerais, borracha, matérias primas.⁴⁵ Os Estados Unidos tinham dificuldades em obter determinadas matérias primas devido à guerra e o Brasil seria um fornecedor para os norte-americanos. Com efeito, a Amazônia seria a alternativa encontrada na época, até pela quantidade de seringueiras existentes na região, conforme aponta Guillen:

Firmados em março de 1942, os Acordos de Washington previam ajuda técnica e financeira dos Estados Unidos ao Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Em troca de uma série de matérias-primas estratégicas, tais como a borracha e alguns minerais, os Estados Unidos forneceriam ao Brasil material bélico, financiamento para programas de saneamentos (Vale do Rio Doce e Amazônia) e abastecimento alimentar, dentre outros. Uma série de campanhas cívicas foram desenvolvidas, dentre as quais a “Batalha da Borracha”⁴⁶.

A partir do exposto percebemos que na década de 1940, o governo do Brasil com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, calculou que a Amazônia tinha 300 milhões de seringueiras⁴⁷, com capacidade de produção vantajosa. Além disso, o uso da borracha na fabricação de diversos utensílios se tornaria primordial na guerra, uma vez que era usada na construção de pneus, de partes dos aviões, entre outros, ou seja, no século XX e em tempos de guerra, a borracha seria um dos produtos mais utilizados para esses transportes de combate e locomoção.

O problema para Vargas seria a grande escassez de mão de obra, além da extensão da região onde as seringueiras estariam espalhadas em áreas longínquas, e as árvores estariam localizadas a uma distância muito grande, ou seja, uma das outras, a questão do transporte da seringa seria outro problema enfrentado.

⁴⁴ GARFIELD, Seth. **A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65 - 2009, p.20

⁴⁵ GUILLEN, Isabel Cristina Martins. **A Batalha da Borracha**: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante do Estado Novo. Revista de Sociologia e Política, nº 9, 1997, p. 95.

⁴⁶ Ibid. p. 95

⁴⁷ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p 48.

Visando resolver esses impasses, algumas instituições foram criadas, a fim de garantir uma maior organização da exploração e gerenciamento dos recursos, assim como dos trabalhadores:

Banco de Crédito da Borracha – BCB, Departamento Nacional de Imigração – DNI, Comissão de Controle dos Acordos de Washington - CCAW, Superintendência para o Abastecimento do Vale Amazônico - SAVA, Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia - SEMTA, depois substituído pela Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia - CAETA, -Serviço Especial de Saúde Pública - SESP, Serviço de Navegação e Administração do Porto do Pará - SNAPP.⁴⁸

Cada um desses órgãos era responsável por diferentes setores, logo, a fim de assegurar que o acordo fosse cumprido, mas também para garantir que seria viável trazer mão de obra para os seringais amazônicos, observamos que os trabalhadores teriam uma realidade de trabalho que seria consolidada por contratos de trabalho e que lhe seriam oferecidos benefícios.

Desta vez estamos falando de famílias inteiras que iriam trabalhar nos seringais, de novas políticas, e de um sistema de trabalho que, dentro das matas, teria mais semelhanças que diferenças com primeiro ciclo.

Portando, sem a fiscalização do Estado, os trabalhadores nos interiores do Amazonas, na década de 1940, apresentaram-se para o trabalho nos seringais, e acabaram tendo problemas com os seringueiros como, por exemplo, o sistema de dívidas. Assim, as famílias deveriam consumir nos barracões, aqueles vendiam ferramentas, alimentos, remédios.

Nesse contexto, os seringueiros exerciam uma dupla exploração, como patrões e como donos dos barracões. Logo, o consumo nesses espaços contribuía ainda mais para que as dívidas dessas famílias aumentassem, tudo o que era vendido dentro dos barracões, até a medicação - segundo os relatórios do *Serviço Especial de Saúde Pública* - SESP⁴⁹ - deveria ser distribuída de forma gratuita, mas eram vendidas a preços exorbitantes.

Em contrapartida o seringueiro reagia de outra forma, para ludibriar o patrão acrescentava diversos materiais junto ao látex extraído que viraria borracha, para assim ter vantagem na hora da pesagem, esta era uma prática comum desde o século XIX e se repetia no século XX.

48 NASCIMENTO, Maria das Graças. **Migrações Nordestinas Para a Amazônia**. Revista de educação, cultura e meio ambiente. Dez, nº12, vol. II, 1998. p. 5.

49 **Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento**. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

Conforme comenta seu Severino Militão, que foi seringueiro no rio Manacapuru:

A nossa borracha ficou desvalorizada, porque o pessoal fazia muita imundice... porque tem um barro que chama “tabatinga⁵⁰” para botar no leite, a pessoa dissolve ele na água né, ele é bem branquinho né, aí coa na estopa, se você tem dez frascos é vinte litros (de látex), aí o senhor bota mais cinco frascos daquela água de barro, branquinha, a borracha vai para o fundo. Mas não tem técnico que descubra o que é, mas na prensada não dava para fazer isso, era só na defumada que fazia.⁵¹

Passada a Segunda Guerra Mundial, outros cultivos vão ter maior evidência que a borracha. No *Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas 1943*⁵², vemos a preocupação em incrementar o plantio de certos gêneros, como, por exemplo: coco, castanha, pau rosa, dentre outros. Tudo isto a fim de abastecer a cidade de Manaus, em contrapartida, segundo as fontes orais, existia uma pressão por parte dos patrões para que somente a coleta da borracha fosse realizada e as famílias que insistiam em fazer roçados eram consideradas preguiçosas, “seringueiros ruins⁵³”.

A respeito disso, Wolff trata bem dessas dificuldades em estudos realizados e esclarece-os da seguinte maneira:

A grande questão é que, apesar de ganhar com a seringa muito mais dinheiro do que poderia obter no Nordeste, o seringueiro aqui era obrigado a gastar muito mais com sua subsistência, pois qualquer mercadoria era vendida nos barracões a um preço muito maior do que nas cidades, as vezes 200% mais caro. Além disso, a troca não era normalmente mediada pelo dinheiro, o qual o seringueiro somente obtinha ao final do período de corte, se lograsse ter saldo em sua conta – corrente, na qual eram debitadas suas compras no barracão e creditada a borracha produzida. Isso se o patrão ainda se dispusesse a pagar o saldo, pois são muitos os relatos de brigas entre patrões e seringueiros que cobravam seus saldos.⁵⁴

As famílias que trabalhavam em outros serviços, como os cultivos da roça, acabaram sofrendo maior repressão por parte dos patrões, acreditamos que esse sistema tenha perdurado até o Pós-Guerra, pois quando a extração da borracha entrou em crise, ocorreu um maior

50 Palavra de origem indígena que no Tupi significa "barro branco" de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios, e, no Tupi Guarani quer dizer "casa pequena". – Página acessada em 20 de maio de 2020. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/amazonas/tabatinga.pdf>

51 MILITÃO, Severino Gomes. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

52 **Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas**. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

53 ALBUQUERQUE, G. R. **Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras**. Rio Branco - Acre: Editora da Universidade Federal do Acre - EDUFAC, 2005. v. 01. p.60.

54 WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 139.

empenho do seringalista em manter esse sistema de dívidas para amarrar o trabalhador ao local. Através das *Mensagens de Governo que datam de 1950-1960*, percebemos como a elite regional via na extração da borracha, uma saída para a crise na região.

1.2 O final da Segunda Guerra e as Ideias de Desenvolvimento

Em contrapartida, o Governo Federal estava procurando outro caminho para a Amazônia. Nos anos 1950, as economias latino-americanas estavam em processo de industrialização, devido ao crescimento econômico, como consequência ocorreu o avanço da discussão acerca do progresso da indústria.

Nesse contexto, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - Cepal teve um papel fundamental para quebrar o vazio teórico entre questões econômicas e sociais, isto é: “Seria a versão regional da nova disciplina que se instalava com vigor no mundo acadêmico anglo-saxão na esteira “ideológica” da hegemonia heterodoxa keynesiana, ou seja, a versão regional da teoria do desenvolvimento”⁵⁵.

Assim, muitos intelectuais começaram a teorizar acerca de temas sobre economia e de cunho sociais na América Latina, observa-se que os anos 1950 foram propícios a esses tipos de análises, como foi dito, devido ao crescimento econômico e mudanças ocasionadas após a Segunda Guerra Mundial.

No Brasil destacamos Celso Furtado, que esteve envolvido em estudos não só acerca do Brasil, como também da América Latina, cujas pesquisas demonstraram preocupações com o avanço econômico dessas regiões, sobretudo do Brasil e algumas regiões em especial, como o Nordeste⁵⁶.

Para José Pereira, a Cepal teria nascido de uma insatisfação, conforme aponta:

Essa nova instrumentalização teórica tornou-se finalmente possível com a criação da Comissão para a América Latina e Caribe (Cepal), em 1948, por uma decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas um ano antes. A Cepal originou-se num contexto de insatisfação dos países latino-americanos por terem sido excluídos da ajuda do Plano Marshall à Europa e pelo sucateamento de seus equipamentos industriais fruto da falta de dólares para importar causada pelos anos de crise das exportações. Sediada em Santiago, no Chile, ao invés de ser apenas mais uma agência

55 BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record; Cofecon; CEPAL, v. 1, 2000b, p. 24.

56 FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. ed. — 51o Faul© i Companhia Editeis Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Série 2, Citadas social» í v. 23). Ver também: FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

internacional inexpressiva como muitas já criadas, a Cepal se constituiria na matriz de um original pensamento econômico latino-americano, crítico do liberalismo, que influenciaria toda uma geração de economistas.⁵⁷

Oliveira, Trindade e Fernandes chamam-nos atenção para a questão nacional desenvolvimentista que emergiu no Brasil na década de 1950. Nessa ideologia, acreditava-se que a intervenção estatal e planejamento econômico seria um bom caminho para que o Brasil não fosse mais subdesenvolvido, para isso seria fundamental industrializar o país, mas para isso era preciso diminuir as desigualdades sociais entre as regiões:

Ou seja, políticas que pudessem contribuir com a diminuição das desigualdades regionais e, ao mesmo tempo, servissem de instrumento capaz de criar condições estruturais favoráveis para a melhoria e a ampliação do nível de integração do mercado interno, assim como para a criação de alternativas de investimento industrial direcionadas para regiões periféricas, como o Norte e o Nordeste do Brasil.⁵⁸

Importante pensar que para o Brasil alcançar o desenvolvimento desejado, seria preciso investir no progresso regional, para isso era indispensável a criação de políticas que conseguissem tornar regiões periféricas partes realmente integradas ao país⁵⁹.

Nesse período, onde o país caminhava sobre a ótica de elaborar um planejamento de desenvolvimento que envolvesse também as demais regiões consideradas periféricas, ocorreram medidas que buscavam o surgimento de órgãos que pudessem desenvolver políticas de crescimento regional. Nisto, podemos dizer que dentro desse contexto surge a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia⁶⁰.

Entendemos que influenciados pelo pensamento da Cepal, buscavam alterar o cenário Amazônico, trazendo o que entendiam por desenvolvimento, algo que teria funcionado no Sudeste do país, conforme aponta Coelho:

Visto por este ângulo o processo todo se tornou mais problemático uma vez que – como demonstrou Francisco de Oliveira¹⁰¹ – não houve de fato substituição de importações no Brasil, mas sim o deslocamento da dinâmica acumulativa para o setor

57 PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul.-dez. 2011, p.121-141

58 OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014, p. 206.

59 OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, 2014, p. 201-230

60 Ibid. p. 206.

industrial. Não obstante a isso, a indústria seguiu necessária e visceralmente atrelada ao complexo agroexportador. No caso amazônico, a perspectiva da substituição de importações passou a ser sustentada de forma permanente com a criação da SPVEA, em 1953.⁶¹

Desse modo, podemos perceber como o Brasil buscava construir um planejamento voltado para o desenvolvimento e modernização da região Norte, buscando recuperar sua econômica, nesse sentido foi criada a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA, conforme veremos mais à frente.

1.3 A criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA

O governo visava criar uma política de recuperação para a região da Amazônia discutida desde 1946, tendo em vista a crise que a região enfrentava devido o fim do segundo ciclo da borracha, desta forma, foi proposto pelo deputado Leopoldo Peres que fosse criado um planejamento econômico para a Amazônia, conforme aponta Carlos Renha:

Proposto pelo deputado federal pelo Amazonas Leopoldo Peres, o artigo 199 da Constituição Federal de 1946 criou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Sucinto, o artigo apenas definia que a União aplicasse quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária no desenvolvimento da área amazônica por, no mínimo, vinte anos consecutivos. Além da União, os Estados e os Territórios da região amazônica, bem como os respectivos Municípios, também estavam obrigados a reservar para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias⁶².

Em 1946, à medida que se tinha como objetivo integrar a região ao resto do país, mais se observou que essa posição passaria por constantes mudanças. Em 1947, organizada pela Câmara dos deputados, criou-se uma Comissão de Valorização que tinham o intuito de elaborar uma lei ou um plano técnico, a fim de tornar viável um planejamento para a região, sob a presidência do então deputado Leopoldo Peres, nisto, a comissão logo percebeu os problemas de realizá-lo, criando assim critérios para que isso fosse feito, estabelecendo normas legais para

61 COELHO, Wanderson de Oliveira. 1992- **O projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia no pensamento de Arthur Reis e Meira Matos (1964-1972)**, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019., p. 48.

62 RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017., p. 46.

que instituições realizassem esse feito. Ademais, cita-se ainda que até ser criada a lei 1.806, a SPVEA passou pelo seguinte processo de criação:

Ainda em 1947 foi elaborado o primeiro projeto de regulamentação do dispositivo constitucional, o qual determinava a organização, dentro do Ministério da Viação e Obras Públicas, de uma comissão especial, constituída de representantes desse Ministério e dos Ministérios da Agricultura" Trabalho, Guerra, Marinha e Aeronáutica, e de outros membros civis, comissão que supriria recursos aos serviços e obras existentes ou a criar na região. Apresentado o projeto, teve o mesmo um substitutivo de autoria do Deputado Duvivier, relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Parecia-lhe que a obra de valorização da Amazônia deveria ser feita por um organismo autônomo, destinaria a planejar e executar, com recursos próprios, um sistema de medidas visando a fins previamente definidos, que coincidisse ou não com a orientação e os trabalhos dos empreendimentos públicos já existentes. Aprovado na Câmara, o substitutivo foi enviado ao Senado em 1951 e ali distribuído ao Senador Álvaro Adolfo, para relatar. Em 1952, apresentou ele novo substitutivo, disciplinando a matéria sob a forma em que veio, afinal, a ser adotada, com pequenas modificações. Em 6 de janeiro de 1953, foi sancionada pelo Presidente da República a lei nº 1.806, que estatuiu os objetivos da obra de valorização da Amazônia e o modo de realizá-la.⁶³

Dito isso, sabemos que apesar da lei nº 1.806 sobre a criação da SPVEA ter nascido efetivamente em 1953, a SPVEA foi uma proposta que vinha sendo discutida desde muito antes e foi elaborada pelo então deputado federal Leopoldo Peres, pelo Amazonas, em 1946, com o artigo 199, que trata: “**Art 199** - Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.⁶⁴”

Ressaltamos, ainda que:

Parágrafo único - Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo federal.⁶⁵

63 BONFIM, Sócrates. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento. Escola Brasileira de Administração Pública**. Curso de Planejamento Regional, 1953, p. 12- 13.

64 Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Art. 199 da Constituição Federal de 46. Página Acessada em 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>).

65 Constituição Federal de 18 de setembro de 1946. Art. 199 da Constituição Federal de 46. Página Acessada em 13 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946>).

A princípio, a comissão era formada pelo deputado Leopoldo Peres e de outros componentes como o presidente⁶⁶, Agostinho Monteiro, vice-presidente: “João Botelho, relator geral: Castelo Branco, Cosme Ferreira, Deodoro Mendonça, Antóvilva Mourão Vieira, Aloysio Pinheiro Ferreira, Coaracy Gentil Nunes, Antônio Augusto Martins, Pereira Mendes, João de Abreu, Afonso Matos, Nelson Parijós, Hugo Carneiro e Pereira Mendes”⁶⁷.

Foi durante o segundo governo de Vargas que ocorreu um planejamento mais aprofundado acerca da SPVEA, e o cenário era favorável para que outras regiões fossem tratadas dentro da perspectiva de valorização regional em todo o Brasil, conforme explica Renha:

A defesa da exploração dos recursos naturais pelo Estado, patrocinada pelos desenvolvimentistas nacionalistas, pela esquerda moderada e forças armadas, levava a uma decisão, apoiada pela opinião pública em geral, de que a utilização desses recursos deveria estar subordinada a um planejamento econômico conduzido pela União⁶⁸.

Nesse ínterim, pensar a Amazônia como área central era tentar desenvolver aquela região no setor agrícola para que se conseguisse atender o resto do país, não só com alimentos, mas também com matérias primas, para isso, dever-se-ia ter um investimento na região, com a contribuição da União gerando um crescimento não só no Norte do Brasil, bem como no Nordeste, conforme ressalta Furtado⁶⁹ sobre a necessidade de desenvolver a região, desse modo, a melhor forma seria organizar um planejamento técnico voltado para o avanço dessas áreas consideradas periféricas.

A SPVEA teve importância à medida que nos deparamos com um plano que foi elaborado para recuperar a Amazônia como um todo, e não só focado na economia gomífera, pois abrangia outros aspectos, tais como: problemas na alimentação da população na região, transporte, saúde, agricultura, entre outros.

O plano para a criação da SPVEA, ao longo dos anos, passou por mudanças e modificações até finalmente ser implementado através da lei 1.806, em 1953, a esse respeito, destacamos o artigo 1º:

⁶⁶ Todos os membros que constituíram essa comissão, eram deputados estaduais e federais, de diferentes regiões da Amazônia, conforme consta no acervo digital da fgv- cpdoc.

⁶⁷ **Anais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia** – Atas de reunião da comissão – 1948.

⁶⁸ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**. Anais ANPUH XXIX de História Nacional. 2017. p. 5.

⁶⁹ FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1964.

Art. 1º O Plano de Valorização Econômica da Amazônia, previsto no Art. 199 da Constituição, constitui um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras, destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da expansão da riqueza do País.⁷⁰

Segundo a Lei 1.806, de acordo com o artigo 7, o plano deveria ter as seguintes metas:

- a) promover o desenvolvimento da produção agrícola, tendo em vista as condições ecológicas da região, a diferenciação e a fertilidade dos solos, o zoneamento e a seleção de áreas de ocupação no sentido de maior produtividade do trabalho e melhor rendimento líquido; a produção extrativa da floresta, na base dos preços mínimos compatíveis com o custo da vida na região;
- b) fomentar a produção animal, tendo em vista principalmente a elevação dos índices de nutrição das populações amazônicas; promover a solução dos problemas que interessem a pecuária, a defesa e o melhoramento dos rebanhos;
- c) desenvolver um programa de defesa contra as inundações periódicas, por obras de desaguamento e recuperação das terras inundáveis;
- d) promover o aproveitamento dos recursos minerais da região;
- e) incrementar a industrialização das matérias primas de produção regional para o abastecimento interno e a exportação mais densa dos produtos naturais;
- f) realizar um plano de viação da Amazônia, que compreenda todo o sistema de transportes e comunicações tendo em vista principalmente as peculiaridades do complexo hidrográfico, sua extensão e importância na economia regional, e as bases econômicas e técnicas de sua gradual execução;
- g) estabelecer uma política de energia na região em bases econômicas, pela utilização e conservação das suas fontes, a organização do abastecimento de combustíveis, a eletrificação dos principais centros de produção e da indústria e a utilização racional dos recursos naturais;
- h) estabelecer uma política demográfica que compreenda a regeneração física e social das populações da região pela alimentação a assistência à saúde o saneamento a educação e o ensino, a imigração de correntes de população que mais convenham aos interesses da região e do País, e o agrupamento dos elementos humanos da região ou de outros Estados em áreas escolhidas, onde possam constituir núcleos rurais permanentes e desenvolver a produção econômica;
- i) estabelecer um programa de desenvolvimento do sistema de crédito bancário regional e das respectivas operações;
- j) fomentar o desenvolvimento das relações comerciais com os mercados consumidores e abastecedores, e ter em vista, inclusive, as relações com os países vizinhos e a política continental brasileira;
- k) manter um programa de pesquisas geográficas naturais, tecnológicas e sociais e de preparação, recrutamento e fixação de quadros técnicos e científicos na região tendo em vista orientar atualizar e aperfeiçoar a compreensão do Plano e fornecer os elementos técnicos para sua execução;
- l) incentivar o capital privado ao sentido de interessar iniciativas destinadas ao desenvolvimento das riquezas regionais inclusive em empresas de capital misto ou em consorciação com os órgãos públicos empenhados na realização de empreendimentos constantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia;

⁷⁰Legislação Informatizada - LEI Nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953 - Publicação Original. Página Acessada em 20 de maio de 2020.

m) orientar a organização administrativa específica para as funções permanentes de pesquisas, programação e controle técnico-econômico da execução do Plano bem como para sua execução, no todo ou em programas parciais inclusive medidas de coordenação na administração federal entre os órgãos federais e os governos estaduais e municipais, ou entidades a eles subordinadas;

n) manter um serviço de divulgação econômica e comercial, com órgãos e meios próprios para conhecimento, a todo tempo da produção efetiva da região, das possibilidades potenciais e condições ecológicas, da situação dos mercados consumidores e concorrentes, inclusive por meio de mostruários nas principais praças de país e nos maiores centros de consumo de matérias-primas tropicais.⁷¹

Percebe-se então como os projetos dessa lei tinham metas ambiciosas para a região Norte, no qual vários setores deveriam ser desenvolvidos, dito isso, através desse trecho fica claro que o projeto buscava desenvolver e modernizar a região em diversos setores.

Dentro da lei, as regiões onde deveriam funcionar seriam os Estados do Pará e Amazonas, os territórios do Acre, Amapá, Guaporé, Rio Branco e ainda parte do Estado do Mato Grosso e de Goiás a parte Norte e do Maranhão a parte Oeste, isto é, conforme aponta o plano, teria como zonas escolhidas:

Belém, Bragança, Manaus, São Luiz, Cuiabá, Macapá, Rio Branco (Acre), Porto Velho, Boa Vista (Rio Branco), Santarém, Marajó, Altamira, Tucuruí/ Jatobal, Itaituba, Benjamin Constant, Eirunepé, Boca do Acre, Campos do Pucirai, Parintins, Tefé, Uaupés/Cucuí/, Vila Bitencourt (Rio Japurá), Guajará Mirim, Cruzeiro do Sul, Paraná (Alto Tocantins), Bacia do Rios Mearim Pindaré, Oiapoque, Poxoréu, Tocantinópolis.⁷²

Essas regiões deveriam ser divididas em zonas, escolhidas de acordo com critérios estipulados pelos técnicos, esses critérios seriam de ordem geográfica, uma vez que admitiam que seria impossível recuperar a região de forma global; logo, essas zonas deveriam ser imediatamente recuperáveis economicamente, e de fácil acesso, que tivessem facilidade no transporte, áreas ocupadas com populações densas, com núcleos urbanos. Em suma, foram esses alguns dos critérios mais significativos descritos no *relatório preliminar quinquenal*⁷³, a seguir descrito:

71 Lei nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953. **Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências.** Página Acessada em 12 de Maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1806imprensa.htm.

72 PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia.** SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954, p. 2.

73 *Ibidem*. p. 4-5.

pronto, seria necessário que os trabalhos fossem iniciados através de um Programa de Emergência, conforme explica o Renha:

A SPVEA, com autonomia administrativa, porém diretamente subordinada ao Presidente da República, foi criada com sede definida em Belém. Além disso, para efeito da descentralização de serviços e maior agilidade na execução das obras planejadas, a Superintendência foi autorizada a manter divisões sediadas em Manaus e Cuiabá. Ao Superintendente foi incumbida a tarefa de presidir a Comissão de Planejamento, composta de quinze membros, sendo seis técnicos, correspondentes aos setores gerais de atividade do Plano, nomeados pelo Presidente da República, e nove representantes dos Estados e Territórios amazônicos, um para cada uma das entidades administrativas da região, e designados ao cargo pelos respectivos governos. O principal trabalho da Comissão de Planejamento foi preparar, no prazo de nove meses, tanto o Programa de Emergência quanto o plano definitivo para o primeiro período quinquenal, assim como o orçamento para o primeiro período anual.⁷⁷

O programa de Emergência do Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia foi elaborado inicialmente por seis técnicos federais e nove representantes dos Estados e Territórios. Dessa forma, foram reservados Crs 300.000.000,00 para serem aplicados na Superintendência, com acréscimo de CRs 30.000.000,00 que viria da arrecadação dos Estados e Municípios da Amazônia, na proporção de 3% da renda tributária⁷⁸.

O Plano Emergencial deveria ser passageiro e ser executado, enquanto o plano principal era desenhado, ou seja, para que as ações na Amazônia não ficassem estagnadas enquanto o Plano Quinquenal fosse feito, na realidade, o Plano de Emergência tratava-se de medidas políticas que por final tomaram a forma de plano⁷⁹.

Artur Reis declara que Vargas determinou a Lei que criaria a SPVEA, Decretando que:

Art. 1º - Ficam aprovados o orçamento e o programa de emergência, que com este baixam, apresentados pela Comissão de Planejamento da Valorização Econômica da Amazônia.

Art. 2º - A despesa ocorrerá por conta da verba 3 – Serviços e Encargos, Consignação 9 – Dispositivos Constitucionais, 02- Recursos para a Valorização Econômica para a Amazônia, 10- Diversos, item 2, do vigente orçamento, e pela quota de 3% sobre a renda tributária, dos Estados e Municípios prevista no Art. 8º da Lei. N. 1. 806, de 6 de Janeiro de 1953.⁸⁰

⁷⁷ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017, p. 51.

⁷⁸ Setor de Coordenação e Divulgação - Artigo 19 da lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953 – Superintendente Artur Cezar Ferreira Reis.

⁷⁹ MOURA, Carla Denise da Silva. **Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica: estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010, p. 28.

⁸⁰ **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA**. Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da

Seria necessário que o Plano de Emergência fosse elaborado, a fim de atender os interesses do governo, Vargas nomeou Arthur Reis⁸¹, um dos principais intelectuais da região para o cargo de superintendente da SPVEA, tornando-se referência acerca de estudos sobre a Amazônia.

Reis, antes de se tornar superintendente da SPVEA, foi redator no Jornal do Correio e professor de Economia Política e Ciências das Finanças da faculdade de direito, isso na década de 1930, além disso, tornou-se membro do IHGB. Passada a Segunda Guerra Mundial, Reis tomou a frente da Divisão de Expansão Econômica, e em 1953 tornou-se presidente da SPVEA onde permaneceu assim até 1955.

Para o superintendente, a situação da região era preocupante e o Plano de Valorização era visto como uma forma de integrar e desenvolver o Norte do país, muito além dos moldes anteriores que só se apoiavam na extração da borracha, e não adquiriam novos meios de se sustentar, conforme aponta no livro do Governo Federal:

Essa obra de recuperação se exerce sobre uma região cujo colapso econômico decorre não propriamente de condições particularmente hostis do meio, mas da extinção de um ciclo econômico da borracha silvestre, das perturbações sofridas pelo tipo de organização social e econômica que criou e que não pode ainda adaptar-se a novas condições econômicas, nem absorver novas técnicas de trabalho, nem método de vida⁸².

Isto torna evidente que a extração do látex só beneficiava os patrões donos de seringais, com pouco investimento em técnicas que buscassem melhorar a produção da borracha, na realidade, o lucro desse produto na década de 1940 foi bem menor, se comparado com o primeiro “boom da borracha”. Com isso, o governo preocupava-se em tentar incentivar o plantio de outros gêneros, mas os patrões durante muitos anos insistiam que a borracha deveria

Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953.). S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954.

⁸¹ Dentre as suas principais obras temos: REIS, Arthur César Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1953; REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956; REIS, Arthur César Ferreira. **O ciclo do ouro negro**. Ampliação do espaço. A concorrência asiática. In: REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia que os portugueses revelaram ao mundo [versão mimeografada e anotada]**. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 1956, entre outras.

⁸² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953.)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954, p. 4.

ter amparo do governo federal e regional. Dito isso, foi criado o Plano de Emergência para a Amazônia, com uma comissão responsável por apresentar os principais pontos onde a região deveria ser mais bem desenvolvida, o plano ficaria dividido da seguinte forma:

Orçamento Geral, Orçamento de emergência, sendo eu dentro da emergência está em subtópicos: I. Desenvolvimento agropecuário, II. Transporte, Comunicação e Energia, III. Desenvolvimento Cultural, IV. Recursos Naturais, V. Saúde e também outros itens tais como a Sub- Comissão de Produção Agrícola, Sub- Comissão de Transporte, Comunicações e Energia, Sub- Comissão de Desenvolvimento Cultural, Sub- Comissão de Recursos Naturais, Sub – Comissão de Saúde e Sub- Comissão de Crédito e Comercio.⁸³

A comissão chama atenção para alguns problemas na região que deveriam ser tratados de imediato, ressaltam o caráter de a Amazônia ser a área menos habitada e desenvolvida do Brasil⁸⁴, a recuperação seria possível devida às riquezas presentes na região, que deveriam superar o ciclo da borracha e investir na agricultura.

Desse modo, os homens que trabalhavam na região teriam condição de obter um “nível de vida melhor”, com as obras e investimentos que seriam feitos nas zonas, em síntese, Reis nos mostra que o plano também deveria atender uma vasta área e decidiram por um sistema de medidas que viriam a contribuir para a execução do plano:

A obtenção de tamanho desideratum, decidiu o legislador seguindo o pensamento do constituinte, ocorreria pela execução de um plano que definiu como sendo "um sistema de medidas, serviços, empreendimentos e obras destinados a incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e o das relações de troca... ' Mais: o plano seria "executado na ordem de planejamento parciais, em períodos de cinco anos a contar da data da lei, embora com a previsão de tempo variável para cada programa, conforme a natureza de cada um, os resultados obtidos e os desenvolvimentos ulteriores estimados". Seu desenvolvimento (artigo 20) obedeceria a "programas discriminados e fundamentados técnica e economicamente, com as previsões de tempo em que se achem realizados, as aplicações anuais os recursos técnicos e financeiros, e a indicação dos mecanismos administrativos e financeiros interessados", Atender-se-ia (artigo 42), na execução a seleção dos problemas regionais e a prioridade que devam ter pela importância que apresentem no sistema econômico em que se incluem⁸⁵

⁸³ Ibid.

⁸⁴ Ibid. p. 10.

⁸⁵ FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Curso de Planejamento Regional**, Belém-Pará. Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Introdução ao estudo de planejamento. 1955/1956, p. 42-43.

Nomeados a prioridade de onde seriam resolvidos os primeiros problemas, os técnicos destacaram como as embarcações a vapor contribuiriam para que se começasse a ocorrer uma economia na região, escoando o que era produzido na agricultura, ao passo que as medidas do Programa de Emergência eram colocadas em práticas, paralelamente a Comissão formada por seis técnicos federais e nove representantes de Estado e Territórios trabalhavam para a construção do Plano Quinquenal.

Desse modo, sabemos que o programa ajudou a estipular os Planos Quinquenais, que seriam a continuação do Plano Emergencial, criado anteriormente. Na comissão que elaborou o Plano Quinquenal, temos novamente Arthur Reis e mais 15 membros:

sendo um Presidente (Arthur Cezar Ferreira Reis), e outros 15 membros, que ocupavam as seguintes funções: como Técnico Federal havia 6 (seis) membros – Francisco Pereira da Silva; Guilherme Eduardo Ferreira Studart, Hugo Mascarenhas, Ricardo Borges Ferreira e Silva, Sócrates Bomfim e Waldir Bouhid; 1 (um) representante do Estado do Pará – Stélio de Mendonça Maroja; 1 (um) representante do Estado do Amazonas – Firmo Ribeiro Dutra; 1 (um) representante do Estado do Maranhão – Cid Rojas Américo de Carvalho; 1 (um) representante do Estado do Mato Grosso – Jayme Ferreira de Vasconcelos; 1 (um) representante do Estado de Goiás – Armando de Miranda Storni; 1 (um) representante do Território Federal do Acre – Francisco Custódio Freire; 1 (um) representante do Território Federal do Amapá – Raul Montero Valdez; 1 (um) representante do Território Federal do Rio Branco – Valério Caldas de Magalhães e 1 (um) representante do Território Federal do Guaporé – Francisco Valente Pinheiro.⁸⁶

A comissão ressaltava que, além de buscar o progresso, desejava-se a integração, ocupação e desenvolvimento daquelas áreas de fronteira. O Plano Quinquenal buscava algumas mudanças, dentre elas estão: criar na Amazônia uma produção de alimentos complementar brasileira, explorar riquezas energéticas e minerais, desenvolver economia agrícola e industrial, dentre outros⁸⁷, desse modo, a comissão começou a funcionar em 1954⁸⁸ e começou a ser executado em 1955.

Acredita-se que o Plano Quinquenal apresentava uma série de dúvidas, até por parte dos que ajudaram a construí-lo, primeiramente pela dificuldade de dados referente à região, por isso

⁸⁶ MOURA, Carla Denise da Silva. **Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica**: estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010, p. 29.

⁸⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954.

⁸⁸ BONFIM, Sócrates. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento**. Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1953, p. 14.

ressaltam a necessidade de fazer pesquisas sobre o local, no entanto ressaltaram que o plano sofreria revisões, à medida que essas dúvidas fossem sanadas.

No Plano Quinquenal salientam que seria necessário atender a região Norte, dividindo-a por zonas, essas áreas deveriam seguir alguns parâmetros, tais como critérios econômicos, áreas com número de população relevante, áreas onde a facilidade de transporte fosse melhor, locais em que poderia ser desenvolvida a agricultura, pecuária, industrialização; entre outros lugares onde pudessem ser modernizadas essas zonas.

Em outras palavras, essas vinte oito zonas foram consideradas possíveis de recuperação, pois, para a comissão admitia-se que não seria possível recuperar a região de forma global, lembrando que essas regiões tinham ao seu redor várias comunidades onde estavam situadas famílias, e permaneceram trabalhando em áreas de seringais.

Dessa forma, uma grande preocupação da comissão, sobretudo para o ponto principal dessa pesquisa, era ocupar espaços vazios, carentes de mão de obra, logo, seria necessária ocupação política dessas áreas, outra questão seria criar zonas agrícolas, a questão agrícola é um dos pontos principais dentro do Plano Quinquenal, sendo a maior parte das zonas escolhidas estavam no Estado do Amazonas (9), e depois o Pará (6).

Dito isso, o Plano Quinquenal chegaria à conclusão quando os problemas amazônicos estavam interligados e os técnicos destacavam o que deveria ser feito para desenvolver a região, como a agricultura que deveria ter ampla atenção, segundo o plano, se o agricultor tivesse tecnologia e aprendesse novas técnicas, certamente poderia ter um grande crescimento, desde que se conseguissem ultrapassar o sistema rudimentar que era realizado pelos trabalhadores no Amazonas.

Outro problema era a criação de bois e com isso baixo consumo da carne, outro setor onde deveriam ser empregadas técnicas de criação de animais. Assim, a recuperação da matéria prima seria outro tema importante, ou seja, tanto a juta como a borracha ainda eram o carro forte na região, isto é, a fim de criar meios de recuperação essa produção era necessária, para isso, os trabalhadores deveriam aprender novas técnicas de trabalho com essas matérias primas.

Com isso foi criado o INPA- Instituto de Pesquisa do Amazonas para pesquisar áreas de aproveitamento e fortalecer assim a indústria e o comércio. A comissão buscava também solucionar outras questões, tais como o investimento em transporte fluvial e rodovias, tentando

ligar as zonas com núcleos de população e a Amazônia ao resto do Brasil, além da dificuldade da distribuição de capital, ademais, apontavam também problemas na área de saúde da região⁸⁹.

Percebemos então, que segundo os planos que foram criados, existiam muitas atribuições na Amazônia e para que as metas fossem cumpridas, foi necessária uma comissão para apontar os principais transtornos nas zonas escolhidas, sob o funcionamento da SPVEA, como também para indicar soluções para os obstáculos que atravancavam a economia da região, impedindo seu desenvolvimento. Além do destaque a agricultura, havia o interesse do governo em tomar medidas de cunho social nas zonas, onde teria a atuação da SPVEA.

Ao analisarmos os superintendentes que atuaram na SPVEA e de como existiu uma intensa mudança de cargos, percebemos que a SPVEA teve sete superintendentes e um interventor que trabalharam de formas distintas e passaram por períodos de constantes mudanças no Governo Federal, como, por, exemplo: Arthur Cezar Ferreira Reis, Waldir Bouhid, Aldebaro Cavaleiro De Macedo Klautau, Mário da Silva, Mário Dias Teixeira, Francisco Gomes de Andrade Lima, Ernesto Bandeira Coelho, Mário de Barros Cavalcanti⁹⁰.

Reis, que foi o primeiro superintendente, entendia que SPVEA deveria passar por período de estruturação, e suas medidas só dariam resultado em longo prazo, sofreu uma série de enfrentamentos por parte da elite local da região, mesmo explicando os problemas que enfrentava para fazer com que o Plano e suas metas funcionassem, a exemplo, o repasse de verba por parte da União nunca chegou a ser integral, o que acabava fazendo com que não funcionasse conforme o esperado⁹¹.

Em contrapartida, Reis entendia que o plano deveria ser seguido consoante planejado, essas elites não aceitavam esperar o período de organização da SPVEA:

Os políticos e chefes dos Estados amazônicos não quiseram compreender que os investimentos feitos por eles, a longo prazo, serviriam para melhorar a região como um todo. Pressionando tanto a União quanto a Superintendência para resolver seus problemas internos, pretendiam ver seus pedidos atendidos prioritariamente, na tentativa imediatista de aumentar o próprio poder e influência local.⁹²

⁸⁹ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017. p. 62-63.

⁹⁰ Relação dos superintendentes desde a sua fundação – SPVEA/SUDAM. Página Acessada em 20 de maio de 2020. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/acesoainformacao/institucional/arquivos/relacao_superintendente_s_desde_a_sua_fundacao_spvea.pdf.

⁹¹ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017. p. 69.

⁹² RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017. p. 69.

Reis deixou o cargo em 1955, depois de estar em atrito com as elites da região⁹³ que o pressionavam para que a SPVEA atendesse os interesses dos políticos locais da Amazônia. Nesse contexto, o médico sanitariano Waldir Bouhid assumiu em 1955, e saiu em 1961, ficando no lugar de Reis, seu mandato foi marcado por acusações de corrupção, Bouhid foi acusado de vários crimes de peculato e teve sete inquéritos abertos contra ele, para apurar tal conduta, mesmo após ter renunciado, denúncias essas que acabaram não indo adiante⁹⁴.

Após Bouhid, Aldebaro Kalutau assumiu em 1961, ficando somente nove meses no cargo, nisso, ele se deparou com uma grande quantidade de obras paradas pela Amazônia, por isso realizou um encontro com os governadores do Amazonas, Pará e Amapá, no qual alegou que estava sofrendo problemas com o orçamento, devido interferências partidárias locais, e essas alterações poderiam implicar na paralisação das obras, uma vez que a União sofria modificação em sua verba constantemente, em suma, acabou pedindo exoneração.

Na sequência, Mário Machado assumiu, ficando trinta e cinco dias no cargo. Mário Teixeira dirigiu a SPVEA de 1961 até 1963, e foi um dos interventores que atendeu aos interesses dos políticos locais. Evitou cortes nas verbas destinadas à superintendência, porém sem sucesso, pediu exoneração.

Em seguida, assumiu Francisco de Andrade Lima (1963-1964), que não era muito bem-visto pela elite política amazonense, mas tentou reestruturar a SPVEA, que era vista com maus olhos pelo Governo Federal, conforme aponta Renha:⁹⁵

Apesar do empenho de Andrade Lima, um mês depois da exposição de seu projeto na Câmara Federal, a SPVEA recebia como interventor o General Ernesto Bandeira Coelho, colocado pelo governo golpista para apurar as irregularidades da instituição. Durante o período de intervenção, todos os trabalhos do órgão federal ficaram paralisados.⁹⁶

Podemos perceber como ocorria uma mudança constante de superintendentes a frente da SPVEA, conforme mudava o Governo Federal, ou os superintendentes não alcançasse suas metas, dentre outros motivos que contribuíram para que as atividades não ocorressem, seja por

⁹³ Ibid. P. 70

⁹⁴ Ibid. P. 80-84

⁹⁵ Ibid. p. 86.

⁹⁶ Ibid. p. 88.

falta de verba, seja pelos políticos locais que se opusessem ao modo que a instituição funcionava.

O General Ernesto Bandeira Coelho assumiu o cargo como interventor da SPVEA, ficando responsável por investigar possíveis irregularidades na instituição. Posteriormente, Mário Coelho assumiu como superintendente responsável por reformular a instituição, porém não alcançou êxito, sendo a instituição extinta em 1966. Logo a seguir, o governo militar criou a Sudam, conforme trataremos mais à frente.

O Plano Quinquenal buscava atender aos diversos problemas, tanto de estrutura da região, sociais, culturais, de saúde, quanto a finalidade de tornar tal lugar desenvolvido, ainda que o Plano fosse elaborado às pressas, ele tratava de questões relevantes para a região, e de fato não podemos negar que ajudou na evolução de alguns assuntos fundamentais para a Amazônia, como destacou Renha:

A Superintendência foi responsável por inventários florestais através de convênios com a UNESCO para o conhecimento adequado da floresta e da utilidade das suas espécies, além de estudos para determinar a ocorrência de minerais no solo amazônico. Também fomentou a produção (e posterior distribuição) de sementes e mudas, principalmente a hévea, arroz e juta. Comprou navios de passageiros e carga (embora em número reduzido para o tamanho da Amazônia) e criou cinco novas linhas de navegação, reestabelecendo outras quatro. Distribuiu livros didáticos impressos por conta própria e montou bibliotecas. Em relação ao capital privado, financiou fábricas e empresas de papel; exportação de produtos regionais; pesca, redes e sacaria; tecelagem; frigoríficos; gelo; transporte aéreo de passageiros e alimentos; artefatos de borracha etc.⁹⁷

Interessante pensar que no governo de Kubitschek, o presidente estava focado em seu *Plano de Metas*, a Amazônia aparecia em seus planos, dessa maneira, ainda com foco na produção da borracha, observa-se que estavam voltados para a borracha sintética, algo que não obteve muito sucesso naquele período. Em outras palavras, é evidente que Kubitschek também tinha interesse no minério da região⁹⁸, no entanto, as verbas para o Plano Quinquenal e para a região nunca foram repassadas integralmente, conforme explica Márcia Campos:

Dessa forma, portanto, pode-se ressaltar o não cumprimento das previsões de gastos para região Norte no governo de Kubitschek, o que demonstra a primazia dada a

⁹⁷ Ibid. p. 77.

⁹⁸ FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA)**. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016, p 11.

outros setores e outras regiões do país, contribuindo certamente com a manutenção da desigualdade na distribuição regional da renda.⁹⁹

Na realidade, se o Plano Quinquenal não tivesse sido negligenciado e as medidas que foram estabelecidas para o Amazonas tivessem ocorrido de forma organizada, isto é, sem desvio ou falta de verbas, entre outros entraves políticos, certamente haveria algumas melhorias em determinadas áreas da região, como transporte, energia, saneamento e saúde.

Devemos levar ainda em consideração que determinados projetos no plano foram elaborados sem dados sólidos, porque se tratava de um planejamento bem ambicioso para a época, delegado às pessoas que tiveram pouca responsabilidade, na hora de gerenciar os recursos e nenhuma preocupação com a população que vivia em áreas mais afastadas, preocupações em apenas criar um desenvolvimento em lugares estratégicos.

Para entender melhor como a SPVEA deveria trazer benefícios para essas famílias no âmbito do trabalho, chamamos atenção como nesses relatórios a comissão estabeleceu projetos para a população que trabalhava dentro das matas.

Não obstante, parte da documentação da SPVEA chama essas áreas de “*vazios demográficos*”, sabemos que havia famílias que permaneciam com o sistema de agricultura familiar. Logo, optamos por chamar de seringais, tendo em vista que conseguimos levantar fontes orais e oficiais que demonstravam que as mulheres trabalhavam e moravam nos seringais, mesmo após a crise da borracha no Pós Segunda Guerra Mundial.

Julgamos importante analisar de modo mais detido os seguintes pontos do plano: agricultura, pecuária, saúde e assistência social; esses tópicos surgem tanto no Plano de Emergência como no Quinquenal, sendo que em ambos os planos o tópico sobre o desenvolvimento da agricultura é o que ganha mais atenção dos técnicos, em outras palavras, o governo tinha um grande interesse em modernizar esse setor na região, justamente a agricultura, na qual estava concentrado a maior parte o trabalho feminino.

Desse modo, seguiremos apresentando como essas famílias realmente permaneceram no interior dessas regiões do Amazonas, mas para isso é necessário analisarmos alguns dos tópicos dos planos, especialmente sobre a agricultura na Amazônia, sem negligenciar outras questões que devem ser mais bem exploradas.

⁹⁹ CAMPOS, Marcia Aparecida Ferreira. **A Política Econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007, p. 206.

1.4 Os Planos da SPVEA

No Programa de Emergência, a comissão responsável ressalta no texto inicial que a Amazônia seria a área menos habitada e desenvolvida do Brasil, ao passo que o governo estava inspirado nas ideias de desenvolvimento dos pesquisadores da década de 1950, que ressaltavam a ideia de modernização, de um planejamento econômico¹⁰⁰ que levaria as áreas periféricas ao desenvolvimento econômico, enfatizando a importância do desenvolvimento regional com a intervenção do Estado, conforme tratamos acima.

Para Pereira, Trindade e Fernandes discorrem que a questão dos problemas regionais já estava sendo tratada desde a década 1940, e destacam que havia um grande entrave para o avanço de algumas regiões. Em outros termos, tratava-se também da divisão desigual da renda, o que vinha atrapalhando o desenvolvimento regional no país, essa questão vai ganhar notoriedade no governo de Kubitschek com o seu conhecido *Plano de Metas*, que regulavam as políticas de progresso e modernização para o Brasil:

E, nesse sentido, a própria definição geográfica do espaço que deveria compor essas diferentes regiões — enquanto regiões de planejamento e objetos específicos para a elaboração de políticas de desenvolvimento regional — foi o resultado de um longo processo de discussão, que durou quase uma década. Os chamados “Planos de Valorização Econômica”, assim como as “políticas de combate à seca” no Nordeste surgiram, nesse contexto, portanto, a partir de iniciativas que representam um componente institucional importante e inovador dentro de um rol de perspectivas políticas e de orientação teórica de perfil nacional-desenvolvimentista.¹⁰¹

Reis foi influenciado por esse pensamento, preocupado com a região Amazônica. Nesse ínterim, o autor entendia que a região tinha as seguintes especificidades:

Percorrendo a história da Amazônia, vamos verificar que a preocupação de mantê-la como área útil do país, seja no período colonial, seja já no período do Brasil autônomo, é uma constante. E, como decorrência dela, houve mesmo propósitos e práticas governamentais que permitiram a sua manutenção como espaço humanizado e como

¹⁰⁰ FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. ed. — 51o Faul© i Companhia Editeis Nacional, 2003. — (Biblioteca universitária. Série 2, Citadas social» í v. 23). Ver também: FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

¹⁰¹ OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014. p. 208.

espaço produtivo, conquanto muito longe de ser realmente o que se imaginava pudesse vir a ser.¹⁰²

A Comissão responsável pelo Plano de Emergência traçava formas de agir na região de modo a torná-la produtiva para o resto do país, buscando não centralizar os projetos somente na extração da borracha, mas focar em outros pontos, sobretudo a agricultura.

Desse modo, chegamos à conclusão que as obras de recuperação deviam ocorrer não porque a região é hostil e sem possibilidade de progresso, mas em virtude de na Amazônia haver a urgência de superar problemas antigos, como, por exemplo: o final do ciclo da borracha que ocasionou um processo de crise regional, o plano enfatiza ainda que as técnicas de trabalho usadas pelos trabalhadores rurais eram ultrapassadas e deveriam ser modernizadas.

Além do progresso da região, desejavam a integração, ocupação e desenvolvimento daquelas áreas, a SPVEA procurava realizar algumas mudanças, dentre elas: criar na Amazônia uma produção de alimentos (complementar), explorar riquezas energéticas e minerais, desenvolver economia agrícola e industrial¹⁰³.

Dito isso, o primeiro tópico do Programa de Emergência era sobre o desenvolvimento Agropecuário, que continham medidas que deveriam ser implementadas na região. Nesse item encontramos cinco tópicos: a) Fomento à produção agrícola e sua defesa sanitária, b) Produção, pecuária e sua defesa sanitária, c) Mecanização da Lavoura, d) Colonização, e) Pesquisas¹⁰⁴. O orçamento era distribuído em cada um desses tópicos.

A fim de que essas medidas funcionassem, seria preciso organizar por regiões e estimular o desenvolvimento da agricultura e pecuária no Norte do país, para isso, cidades como Belém, Manaus, São Luís e Cuiabá foram escolhidas para ser o centro de ação desse planejamento¹⁰⁵.

Logo, uma medida para eles que seria interessante era justamente que a população fosse estruturada em núcleos, chamadas também de áreas agrícolas, isto poderia aprender técnicas de

¹⁰² REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001, p. 146-147.

¹⁰³ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954. p.13.

¹⁰⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954

¹⁰⁵ Ibid. p. 16.

plantio, receber sementes, além disso, essas áreas deveriam ter fácil acesso, para isso, deveria ocorrer a colonização dos núcleos agrícolas, em outras palavras, nesse sistema, o lavrador iria trabalhar na sua própria terra, essa deveria ser adquirida sem juros e em longo prazo, isto em conjunto com a habitação e as ferramentas de trabalho¹⁰⁶.

Outra questão tratava-se da pecuária que deveria ser complementação da agricultura, visto que segundo a comissão, a região possui pastos naturais para a criação de bichos.

Ainda no Plano de Emergência, seria necessário realizar estudos científicos para dirimir os problemas amazônicos, ajudando a desenvolver a criação de técnicas de trabalho específicas para o trabalho na região. Seria necessário também um apoio técnico e financeiro, a fim de promover a exploração dos recursos florestais, agrícolas e minerais da Amazônia, observado da seguinte maneira:

Região nova, de reduzida capitalização, emergindo de um período extrativista e comercial, e, portanto, sem vocação tradicional para a lavoura e a indústria, a Amazônia apresenta graves dificuldades ao agricultor e ao industrial, durante o período de formação e consolidação dessas atividades. Concebido em sistema adequado, o crédito habilita o homem empreendedor a realizar vocação e sua capacidade criadora, sem as limitações da necessidade de ter capitalizado reservas na geração anterior.¹⁰⁷

Logo, percebemos que interessava - segundo o plano - somente a exploração em larga escala da floresta, com equipamentos e técnicas apropriadas, com uma organização industrial. Para tanto, isto poderia tornar a floresta produtiva. Ademais, importante destacar que as atividades como a pesca também estavam presentes nos tópicos de ambos os Planos (Emergência e Quinquenal), e deveriam ser desenvolvidas na região, isto é, a fim de explorar a região como uma totalidade.

Considerando ainda a questão da agricultura na região, na Subcomissão de Produção Agricultura, um dos tópicos do projeto, os técnicos acreditavam que a agricultura será a principal atividade da região. Para organizá-la, acreditavam que isso seria possível a partir da criação dos núcleos agrícolas, deixando a população menos dispersa¹⁰⁸.

¹⁰⁶ Ibid. p. 11.

¹⁰⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954, p. 16.

¹⁰⁸ Ibid. p. 40.

Acreditavam que através dos núcleos e com as populações amazônicas menos dispersas, resolveria também o problema social dessas populações. Isto facilitaria a questão do saneamento, atrelando o sucesso da agricultura não só ao benéfico financeiro, como também de melhoria das condições de vida para as populações da mata.

Em outras palavras, buscavam explorar a região em larga escala, plantas produtoras de borracha, fibra e óleos, bem como em abastecer a Amazônia com comida e complementar a renda brasileira com essas matérias primas, diminuindo assim a importação.

Reclamavam ainda sobre a falta de projetos de agropecuária, pois, boa parte da população ainda estava ligada ao extrativismo e suas técnicas de cultivo “eram consideradas ultrapassadas”, motivo que entendiam “degradar a região”. Logo, a mecanização e aperfeiçoamento com novas técnicas de cultivo seria o que daria impulso à região¹⁰⁹.

A ideia de colonização está ligada à imigração como projeto “civilizatório” ainda em meados do século XIX, sendo associada ao incentivo de “povoamento de um território como forma de resolver a questão indígena, consolidar as fronteiras internacionais e implantar um modelo de agricultura diferenciada da grande propriedade monocultora, coisas que ficaram mais evidentes após a independência”¹¹⁰.

Neste sentido, a categoria colono qualificaria o imigrante ideal que o governo Imperial desejava, buscando assim expandir a colonização pelo território brasileiro¹¹¹. A esse respeito, Seyferth aponta que:

Durante a segunda metade do século XIX, as províncias do Rio Grande, do Sul e Santa Catarina e; posteriormente, do Paraná, promoveram a colonização de parte do seu território com imigrantes de origem europeia. Se em São Paulo a imigração visava principalmente a obtenção de trabalhadores para as fazendas de café, no sul, o sistema de colonização foi bastante diverso e tinha outras finalidades: o povoamento e o estabelecimento de pequenos agricultores que desenvolvessem a produção de alimentos básicos.¹¹²

¹⁰⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954. p. 41.

¹¹⁰ BAHIA, Joana. **O TIRO DA BRUXA: Identidade, magia e religião na imigração alemã.** Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011. p. 9.

¹¹¹ Ibidem. p. 9.

¹¹² SEYFERTH, Giralda. IMIGRAÇÃO, COLONIZAÇÃO E IDENTIDADE ÉTNICA (NOTAS SOBRE A EMERGÊNCIA DA ETNICIDADE EM GRUPOS DE ORIGEM EUROPÉIA NO SUL DO BRASIL). **Revista de Antropologia**, (29),1986. p. 57.

Cabe destacar que dentro desse processo de colonização, houve uma marginalização dos “caboclos ou nacionais”¹¹³, desse modo, dentro do Plano de 1954, na Amazônia, a colonização foi planejada de modo que as colônias agrícolas deveriam ser ocupadas por trabalhadores, sendo indiferente se eram estrangeiros ou não, porque a agricultura dentro do plano deveria ser uma atividade de colonização.

No trecho baixo podemos perceber como seriam organizadas:

26 - a colonização deverá ser feita predominantemente com brasileiros, mais particularmente com habitantes da própria região e sempre procurar-se-á associar aos membros da Colônia, agricultores brasileiros ou estrangeiro que já disponham de prática anterior em trabalhos agrícolas avançados¹¹⁴.

27 - os núcleos de colonização devem ser distribuído por toda a Amazônia, alcançando todas as suas regiões naturais, na proporção de sua população e de suas possibilidades de consumo e exportação. Nas zonas de fronteira, a colonização será localizada, tomando, também, em atenção o interesse nacional de nelas criar núcleos de população estável e progressista.¹¹⁵

A respeito da imigração, neste caso especialmente, destacamos a japonesa, que desde 1929, era presente no Amazonas, trazendo técnicas de plantio e extração da fibra da juta, conforme trataremos mais à frente. Nesse sentido, a imigração e migração foi amplamente tratada no Plano de Emergência, ou seja, como medida eficaz de mão de obra, nas chamadas colônias agrícolas, afinal, segundo a comissão, para desenvolver a região e resolver o problema demográfico da Amazônia, era necessário incentivar tanto a imigração como a migração interna e concentrá-las em colônias agrícolas seria a melhor alternativa¹¹⁶.

Em outras palavras, a ideia de colônia dentro do meio rural estava fortemente atrelada ao trabalho familiar, em que todas as suas etapas fossem executadas pelos membros da família¹¹⁷, representando um núcleo chamado de unidade de produção e consumo. Essas colônias na Amazônia, na realidade, são criadas pelo governo com o intuito de deixar a

¹¹³ SEYFERTH, Giralda. Memória coletiva, identidade e colonização: representações da diferença cultural no Sul do Brasil. *MÉTIS: história & cultura* – v. 11, n. 22, p. 13-39, jul./dez. 2012. p. 16.

¹¹⁴ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954. p. 25.

¹¹⁵ Ibidem. p. 24.

¹¹⁶ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954. p. 44-45.

¹¹⁷ BAHIA, Joana. **O TIRO DA BRUXA: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011. p. 47.

população em áreas concentradas, pois reclamavam nos relatórios que a população era muito dispersa.

As colônias que o governo buscava criar em 1950, tinham o intuito de tornar viável a produção de alimentos em lugares onde a mercadoria pudesse ser acessível, isto é, onde o transporte não fosse um problema, dessa maneira, as famílias iriam plantar para abastecer as cidades, ali, a agricultura deveria se expandir na região, sendo uma das principais apostas dos planos criados pela SPVEA.

Em outras palavras, é evidente que nessas colônias trabalharam tanto migrantes nordestinos, como imigrantes japoneses que já estavam vindo para a região, incentivados pelo governo brasileiro, assim como pessoas nascidas na região Norte, de modo que segundo o plano, não seria necessário separar essas pessoas, as colônias agrícolas deveriam ser formadas por trabalhadores que iriam reforçar o setor da agricultura na região. Em suma, com isso o governo visava não só organizar essas famílias em trabalhadores dentro dessas colônias, como também povoar a região e assim incentivar a migração interna, sobretudo de nordestinos para a região e a imigração japonesa em 1950.

A migração nordestina, sobretudo cearense, foi intensa para a região Norte, tendo um aumento considerável no primeiro boom da borracha e foi se mantendo aos longos dos anos. As sucessivas secas e suas consequências na população cearense, somadas ao retorno da exploração da borracha, que foi mais intensa no período de Segunda Guerra Mundial, incentivará o governo federal a investir na promoção dessa migração para as chamadas colônias agrícolas.

Importante frisar que o processo de migração nordestina para região não se fazia exclusivamente pela SEMTA, segundo Morales, antes quem atuava era Departamento Nacional de Imigração (DNI), criado em 1938 para encaminhar trabalhadores para os seringais, no entanto não conseguiu atender a demanda exigida pelo presidente Vargas, sendo substituído pela SEMTA¹¹⁸.

Morales, em seu estudo acerca da rota desses nordestinos para a Amazônia, ao analisar a documentação da época, em especial, dos representantes dos órgãos federais, percebe que esses trabalhadores são seduzidos pelas propagandas enganosas criadas pelo governo.

Destacamos um trecho onde ela apontou como esses migrantes eram enganados:

¹¹⁸ MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e vem, vira e volta**: as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002, p. 130.

O problema apontado era o fato de os imigrantes não corresponderem as suas expectativas. Curioso nesse discurso é o uso da categoria “aliciamento” na definição de uma das etapas do recrutamento. Esse termo remete ao ato de seduzir, envolver o outro de forma enganosa e, assim, dirigi-lo para objetivos que não se quer ou se pode explicitar. Isso implica em dizer que o governo oferecia garantias, promessas e fazia circular “histórias” as quais não correspondiam rigorosamente ao que os indivíduos iam viver. Situações penosas e indesejáveis eram obscurecidas e não reveladas.¹¹⁹

Outro processo de migração importante para a região Norte foi da imigração nipônica, ressaltamos que a ideia de colônias aqui está ligada à ocupação na região. No início do século XX, o plano do governo buscava criar colônias onde os japoneses trabalhariam em terras doadas pelo governo na agricultura, importante destacar que na década de 1950, o quadro mudaria, ocorrendo novamente a imigração nipônica para a região, no entanto esses viriam trabalhar em colônias agrícolas que, a princípio, deveriam ser ocupadas por trabalhadores amazônicos.

Na década de 1929, chegaram à região do Pará um grupo de técnicos japoneses, a fim de escolher o melhor lugar para dar início a uma colônia, uma vez que as terras que foram oferecidas pelo governador do Pará foram consideradas impróprias pela comissão japonesa, que era composta por técnicos especialistas em diversas áreas, tais como: médicos, engenheiros, agrônomos, e buscavam áreas férteis que fossem próprias para uma cultura mecânica.

Esse grupo contava com o apoio do governador do Estado do Pará Dionísio Bentes, que tinha interesse na colonização da região, desse modo “Enquanto a missão técnico-científica realizava essas pesquisas, o governador do Pará era autorizado pelo Congresso do Estado, a conceder áreas de terras à Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., organizada pelo Sr. Fukuhara”¹²⁰.

Apesar da imigração ter se iniciado em 1929, as relações entre os japoneses e o Brasil já eram discutidas desde 1924. No caso do Pará, o governador Dionísio Bentes ofereceu terras para serem ocupadas pelos japoneses, culminando com a vinda de uma equipe em 1926 formada por cientistas e técnicos japoneses, esta equipe foi enviada pelo governo japonês, e por empresa privada japonesa, conforme citamos acima, sendo conhecida como missão Fukuhara.

¹¹⁹ *ibid.* p. 131.

¹²⁰ LIMA, Rubens Rodrigues. **A CONQUISTA DA AMAZÔNIA REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ BOLETIM N.º 6. 1973. BELÉM - PARÁ – BRASIL.** p. 28.

A ideia dos japoneses era desenvolver cultivos na região de gêneros diferenciados, como explica a Linda Nishikido sobre os interesses da Cia de Colonização da América Latina (Nantaku):

Na verdade, a Nantaku tinha interesse em desenvolver culturas diversificadas tais como, a produção de cacau, arroz, feijão, tabaco de corda, algodão, sendo esta última, a matéria prima principal de sua matriz, Kanebo, na época a maior empresa de tecelagem do Japão que já mantinham intercâmbio comercial com o Brasil.¹²¹

Os grupos foram chegando primeiramente na região do Pará e se instalando em diferentes núcleos na localidade de Tomé Açu, posteriormente foram enviados também para o Amazonas. A imigração nipônica acabou se intensificando na região Norte, decaindo apenas durante a II Guerra Mundial, e voltando a crescer na década de 1950.

A esse respeito, Lourenção aponta que:

Em 1928, o Governador do Amazonas Efigênio Sales concedia a Kosaku Oishi 25.000 hectares para o cultivo do Guaraná. Foi fundada a Companhia de Desenvolvimento de Maués, que mais tarde (1940) viria incorporar-se à Companhia do Desenvolvimento Industrial da Amazônia, em Parintins. O primeiro contingente de 50 colonos com destino à Amazônia chegou ao município de Maués-AM no início de 1930. O segundo contingente, constituído de 66 pessoas, desembarcou no mesmo local em 23 de julho de 1930. Nesse ano, a Companhia de Desenvolvimento In32 Companhia Colonizadora América do Sul. Gil Vicente Nagai Lourenção 185 TOMO. N. 26 JAN/JUN. | 2015 industrial da Amazônia abrigava 195 pessoas. Em 20 de junho de 1931 chegavam à Vila Amazônia (ex-Vila Batista), no município de Parintins-AM, 35 alunos integrantes da primeira turma da Escola Superior de Colonização do Japão ‘Kokushikan’ (Kokushikan Koto Takushoku Gakko), sendo responsáveis pela introdução da Juta na Amazônia, contribuindo significativamente por três décadas (1940/50/60) para o desenvolvimento da economia local.¹²²

A imigração japonesa acabou por contribuir para o crescimento da economia na região, uma vez que introduziu o cultivo de juta, segundo Rodrigues, eles ensinaram as técnicas do trabalho com a juta para os trabalhadores que moravam na região. Lima¹²³ explica que os japoneses desempenharam diversas atividades em diferentes colônias na década de 1950, tais

¹²¹ NISHIKIDO, Linda Midore. **Hábitos alimentares esmerilados pelos imigrantes japonese pós-guerra no Amazonas (1953 – 1967):** a reconstrução do passado através da memória. Dissertação (mestrado em Letras, Língua, Literatura e Cultura Japonesa). UPS - São Paulo, 2018, p. 62.

¹²² LOURENÇÃO, Gil Vicente Nagai. **Dos mares do Japão às Terras Brasileiras:** Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura. TOMO. N. 26 JAN/JUN. | 2015, p. 185-186.

¹²³ LIMA, Rubens Rodrigues. **A CONQUISTA DA AMAZÔNIA REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ BOLETIM N.º 6. 1973 BELÉM - PARÁ – BRASIL.** p. 28.

como: plantio de arroz, repolho, pimenta do reino, juta, como uma das atividades que analisaremos no Capítulo II.

Importante frisar que na década de 1950, esse incentivo na migração interna e imigração japonesa, por parte do governo do Amazonas, interessados em conseguir mão de obra para trabalhar na agricultura, buscavam o desenvolvimento da agricultura, de modo que esses trabalhadores deveriam, segundo o plano da SPVEA, atuar dentro dessas colônias no plantio de gêneros do interesse do governo, conforme aponta Sari Possari:

Neste prisma, a ocupação da região seria realizada por um contingente de migrantes não amazônicos, responsáveis por preencher os “espaços vazios”. O processo de ocupação poderia se dar tanto pela histórica migração nordestina, quanto por trabalhadores excluídos do processo de industrialização, que se acelerava no sul e sudeste do país, ou mesmo com imigrantes japoneses. Esses novos grupos de colonos seriam alocados em núcleos agrícolas, espalhados por diversas regiões da Amazônia, os quais serviriam como polos de desenvolvimento regional, facilitando o acesso da assistência técnica, a formação de cooperativas e o fornecimento de créditos rurais que contribuiriam para dinamizar a economia regional (BRITO, 2001; D’ARAUJO, 1992; MARQUES, 2007).¹²⁴

Marques destaca ainda que a agricultura deveria estar apoiada no pequeno proprietário e na colonização, mesmo que fosse preciso investir na migração para a região, a colonização contaria principalmente com o trabalhador amazônico¹²⁵.

Apesar do projeto inicial prever a junção de migrantes e imigrantes nas chamadas colônias agrícolas, o mesmo não aconteceu, conforme vimos, o projeto de apoio a pequena propriedade acabou sendo direcionado a colônia japonesa.

O Plano Quinquenal, por sua vez lançado em 1954, visava desenvolver a região Norte e para isso seria necessário trabalhar em cima de três metas, são elas:

- a) assegurar a ocupação territorial da Amazônia em um sentido brasileiro;
- b) construir na Amazônia uma sociedade economicamente estável e progressista e que seja capaz de, com seus próprios recursos, prover a execução de tarefas sociais;

¹²⁴ SANTOS, Sari Possari dos. **Desenvolvimento em Rondônia**: análise do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1966). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho, 2014, p. 48.

¹²⁵ MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia**: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese (Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007, p. 91.

c) desenvolver a Amazônia no sentido paralelo e complementar ao da economia brasileira.¹²⁶

Percebemos pela exposição acima que desenvolver a região e torná-la sustentável era algo que preocupava o Governo Federal, além de integrá-la ao restante do país, para isso, a exploração da agricultura e minério seria motivo de grande interesse no Plano Quinquenal.

Acerca da agricultura, uma das primeiras questões tratadas pelos técnicos da comissão seria a necessidade de que cuidar do solo Amazônico, saber trabalhar nesse tipo de terra, desenvolvê-la e sanar o problema da alimentação na região¹²⁷. Nesse intuito, considerava-se haver uma discussão sobre a existência de profissionais que soubessem lidar com a agricultura, nisto verificou-se somente roceiros e sem ferramentas adequadas para o ofício, nesse contexto, insistiam que as colônias seriam a melhor alternativa para desenvolver as plantações, tendo em vista que assim poderiam investir em áreas específicas, com grande concentração de pessoas e para aqueles locais, onde a formação das colônias fosse inviável. Em suma, seriam distribuídas sementes para que continuassem produzindo¹²⁸.

Diante de tal cenário, admitiam que faltavam estudos que mostrassem as áreas onde poderiam modernizar a agricultura, mesmo assim atribuíam no Plano Quinquenal que boa parte da falta de sucesso em tal setor, como na agricultura, residia na falta de técnicas de cultivo, organização social e disponibilidade de crédito¹²⁹:

Sem a organização social, adequada, o agricultor, sempre recrutado entre as classes mais pobres, não dispõe de terra sua para trabalhar, nem de recursos para custear o seu trabalho, nem de orientação e assistência técnica que lhe indiquem os métodos próprios de cultivo, nem de sementes de boa qualidade que lhe aumentem as safras, nem de meio de conservar, imunizar e estocar produtos colhidos, nem, ainda o que é principal, de por eles obter o preço justo. Sem organização social não poderão ser saneadas as zonas agrícolas, nem educadas profissionalmente suas populações.¹³⁰

O ponto primordial para a comissão era a falta de organização, uma população dispersa por um território imenso que continuava insistindo para que as colônias agrícolas fossem

¹²⁶ **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia.** SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRAISL. 1954, p. 4.

¹²⁷ **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia.** SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954, p. 6.

¹²⁸ Ibid. p. 7.

¹²⁹ Ibid. p. 24.

¹³⁰ Ibid. p. 24.

ocupadas pelos trabalhadores que moravam nos interiores, em síntese, acreditava-se que isto seria a melhor alternativa para desenvolver a agricultura, sendo que elas não eram concentradas em determinadas regiões, logo, não sendo vantajosas, conforme veremos mais à frente.

Por conseguinte, o trabalhador chamado de “roceiro” - nos planos do governo - era aquele que obtinha a semente e cultivava-as em sua roça, tanto para a venda como para a sua sobrevivência.

O plano ainda se refere somente ao gênero masculino a todo momento, desconsiderando que muitas mulheres já eram responsáveis pelo serviço de roça. Não obstante, ambos os Planos trataram da importância da agricultura, mas somente o trabalho masculino era considerado como ofício, evidenciando o desconhecimento da diferenciação de tarefas por gênero, presentes na organização familiar, demonstrando um total desconhecimento da região e das pessoas que ali trabalhavam.

Importante frisar que o cenário não era favorável à elite gomífera local do Amazonas, tendo em vista que, com o final da guerra, a produção diminuiu e as compras realizadas pelos norte americanos diminuíram consideravelmente. Logo, o setor entrava em crise, apelando para a venda interna nacional, o que seria uma solução. Entretanto, a concorrência asiática cobrava valores bem menores pelo produto, e os seringueiros se negavam a baixar o preço da borracha. Podemos afirmar que existia um impasse entre as metas colocadas pelo plano, e a elite regional que, em parte, contribuiu para que houvesse conflitos entre técnicos e políticos, revelou:

Outro fator importante, ressaltado por vários analistas, é o considerado conflito de interesses que existia entre a esfera técnica e a esfera política, o que criou problemas dos mais variados tipos durante todo o período de funcionamento da instituição (Brito, 2001). É nesse contexto que se iniciou uma avaliação sobre a necessidade de se implementarem políticas de incentivos fiscais com o objetivo de atrair investimentos externos para a região. O que, de certa forma, desencadeou um processo de conflito entre os interesses locais e a estratégia do Governo Federal para a região.¹³¹

Essa falta de conhecimento era notória também nos políticos da região que estiveram em constante atrito com o governo federal, isto por conta do repasse da verba da União para a SPVEA, fato que nunca ocorreu de modo integral. Daremos atenção aos governadores que estiveram à frente da região do Amazonas naquele período em que a SPVEA funcionou.

¹³¹ OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade; FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014, p. 223.

Não obstante, a política local esteve interessada em dar maior atenção para o desenvolvimento da agricultura, e acabou por contribuir para que esses trabalhadores locais continuassem em uma situação precária de trabalho.

Em 1954, o então governador Álvaro Maia sinalizava as dificuldades em cumprir todas as metas da SPVEA, porém demonstrava certo otimismo com a quantia que seria destinada para a região Norte e com delegacia em Manaus¹³², sendo uma volumosa quantia Crs\$ 46.230.000,00 e isso os colocava numa situação privilegiada:

Em data de 20 de Janeiro do corrente ano, o senhor Presidente da República, presidiu a instalação da delegacia, em Manaus da Superintendência do Plano de Valorização Econômica, com Jurisdição no Estado do Amazonas e Territórios do Rio Branco, Acre e Guaporé.

Aprovado a regulamentação do Plano, pelo chefe da Nação, com o Decreto nº 34. 132, de nove de Outubro de 1953, cuidou imediatamente a Superintendência da elaboração de um programa de emergência para o ano de 1954, resolvendo deixar os estudos complementares para um programa quinquenal com execução nos anos de 1955-1959.¹³³

A preocupação com o desenvolvimento da agricultura na região aparecia de forma latente durante todo o Plano de Emergência, e depois também no Plano Quinquenal.

Os governadores do Amazonas, por sua vez, também demonstravam preocupação acerca do desenvolvimento da agricultura na região, conforme podemos perceber através das mensagens de governo e enviadas em diferentes períodos e por diferentes governadores.

Maia, por exemplo, que esteve no governo logo no início da criação da SPVEA, nas mensagens de governo, destacou que a Associação de Comércio estava caminhando bem, e estaria investindo em produtos como castanha, látex e madeira, e ainda ressaltou a distribuição de sementes e mudas entre os agricultores para que fossem plantadas no Amazonas¹³⁴.

Nisto, a produção da farinha, mel e rapadura também teria recebido assistência por parte do governo. A respeito das colônias, apresentou que estava fazendo nelas vasto investimento, e elas estariam dando retorno:

Do relatório dos trabalhos realizados na Colônia Agrícola Nacional do Amazonas, no decorrer de 1953, apresentado pelo seu atual diretor, dr. Vicente de Sá Rangel, ao diretor da Divisão de Terras e Colonização do Ministério de Agricultura, consta-se

¹³² AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1954 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954 pelo Governador Álvaro Maia.** Manaus: Imprensa Oficial, 1954, p. 25.

¹³³ Ibid. p. 19.

¹³⁴ Ibid. p. 15- 17.

um desenvolvimento apreciável dos trabalho daquele setor confiados em nosso Estado com o objetivo da criação de um grande centro de produção agrícola e de pequenos animais.¹³⁵

Evidente que Maia assumiu bem no princípio do projeto, os demais governadores que viriam não demonstrariam tanto otimismo.

Quando o governador Plínio Ramos Coelho assumiu o governo, em seguida, nas mensagens de governo em 1955, inicialmente se queixava da falta de verba para realização de vários serviços.

Plínio Ramos reclamou durante toda a introdução do documento de falta de verba e do mal funcionamento de diversos setores, eles chegaram a acusar a gestão anterior de desvios de verba e de terem deixado uma dívida enorme para aquele que assumiram¹³⁶. O governador apontou ainda uma série de problemas no setor de agricultura do Amazonas, explicando as medidas que estariam sendo tomadas para o seu governo, em conjunto com a SPVEA.

A respeito da questão da agricultura, esclarece-se o seguinte:

Em que se pese tenha SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA comunicado ao meu Govêrno haver entregue no exercício passado, ao Estado, 70 toneladas de semente de juta, o Relatório diz que apenas 32.600 quilos foram distribuídos gratuitamente. No corrente exercício e de acordo com a solicitação que fizemos, iremos receber e distribuir gratuitamente aos agricultores, 80 toneladas de semente de juta e 70 toneladas de sementes de sementes selecionadas de arroz. Ao mesmo tempo estão sendo mantidos entendimentos com o Instituto Agrônomo do Norte e coma Superintendência da Valorização para serem fornecidas ao Estado sementes de milho, pimenta do reino e mudas de dedênzeiros cuja agricultura experimental e intensiva o Estado pretende iniciar.¹³⁷

Essa preocupação em tornar a Amazônia um celeiro agrícola, tirava um pouco do foco na extração da borracha, porém, a ideia da extração não foi totalmente abandonada pela elite local amazonense, porque ainda via naquele produto a saída para a crise econômica na região. Entretanto, o governador Plínio Ramos sem deixar de lado a borracha - buscava incentivar em maior escala a agricultura. Dessa maneira, ele investiu nas colônias agrícolas em cooperação da SPVEA, pois em relatório citou que Manaus passava por período de escassez de alimentos e as colônias criadas atenderiam o abastecimento de alimentos para a região.

¹³⁵ Ibid. p. 41.

¹³⁶ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1955, p. 8.

¹³⁷ Ibid. p. 91.

Importante frisar que Plínio Ramos teve uma relação conflituosa com a Superintendência, devido os constantes atrasos de repasse de verbas por parte do governo federal, porque esse realizava cortes no orçamento¹³⁸, o que acarretava prejuízos no funcionamento da SPVEA e dificultava o cumprimento do plano¹³⁹. Nesse contexto, o governo se queixava da falta de verba para manter o programa que estaria em andamento, uma vez que as demandas presentes no plano (para que o mesmo se tornasse possível) são bem maiores do que era repassado pela União¹⁴⁰.

Interessante pensar sobre os recursos naturais da floresta, a comissão do Plano de Emergência chamava atenção ao fato de que cerca de 80% do valor da extração da Amazônia estava em seus recursos naturais, entretanto, eram pouco explorados e tendo um valor baixo para o trabalhador. Desse modo, ofereciam-se como alternativa à extração da madeira, para tirar celulose e lâminas em grande escala, sem deixar totalmente de lado a produção anterior, através do aperfeiçoamento de técnicas de extração¹⁴¹.

Outro tópico presente na mensagem ao governo federal tratava da atenção que seria dada aos planos para extração da borracha, intitulado como Projeto Borracha¹⁴² e Projeto Madeira¹⁴³, isto é, acreditavam que existia um número considerável de seringueiras a serem exploradas, mas por falta de mão de obra, a produção era menor, para ter um maior aproveitamento desse produto, era preciso aprender técnicas de trabalho mais modernas.¹⁴⁴

A respeito da madeira, para explorá-la, deveriam escolher as melhores áreas, ou seja, através de fotografias aéreas e assim melhor aproveitar esse recurso da região:

A produção de madeiras serradas e laminadas é a indústria que reuni condições de mais rápido desenvolvimento na Amazônia e onde, por isso, deve concentrar-se um esforço maior da Valorização, combinando a exploração da floresta com processos adequados de reconstituição das reservas florestais para evitar seu esgotamento.¹⁴⁵

¹³⁸ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017. p. 89.

¹³⁹ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1957, p. 22.

¹⁴⁰ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958, p. 6.

¹⁴¹ ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953.)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954, p. 101.

¹⁴² AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1958, p. 104.

¹⁴³ Ibid. p. 105.

¹⁴⁴ Ibid. p. 105.

¹⁴⁵ Ibid. p. 106.

Investir na celulose também era pauta no relatório, mas para isso deveriam ser feitos estudos para a escolha da melhor forma de explorá-la na região, o óleo do pau rosa também deveria ser mais bem utilizado, porque sua produção era considerada deficitária, além disso, havia a preocupação em investir no babaçu e nos recursos minerais.

No final década de 1950 e início de 1960, as críticas por parte dos políticos locais do Amazonas eram grandes, principalmente sobre os repasses de verba. Sobre a agricultura, para o governador Gilberto Mestrinho, em mensagens enviadas ao governo, ressalta-se pontos positivos acerca da gestão anterior, como a criação de uma secretaria voltada para assuntos como agricultura e pecuária:

Os primeiros resultados da medida logo se fizeram sentir: aumentou a produção local de farinha de mandioca, de juta, de hortaliças e a cultura de cereais voltou a ser cuidada. Rasgando estradas, possibilitou a formação de roçados e a produção cresceu. Colônias agrícolas foram instaladas às margens da BR-17 e da Manaus- Itacoatiara. Hoje, quem andar por essas estradas, especialmente na AM-1, sentira com alegria, uma paisagem diferente. A floresta cai, surgem as queimadas e do solo brotam novos espécimes, plantados pela mão do homem, substituindo as árvores seculares. E o laboreio da terra que alimenta e da vida.¹⁴⁶

Para Gilberto Mestrinho, o desenvolvimento das colônias agrícolas seria um bom recurso para fazer caminhar os cultivos na Amazônia, e o governador expressava desejo em continuar o trabalho da gestão anterior. Para isso, julgava importante investir em maquinário para ajudar na formação e trabalho nas colônias, ressaltando interesse preciso em cinco espécies: a juta, a mandioca, o arroz, o feijão e a borracha¹⁴⁷. Evidente que esse último produto não seria deixado de fora, uma vez que as elites locais acreditavam que deveriam receber investimentos por parte do governo.

Em 1960, Mestrinho demonstrou interesse na formação de seringais de modo organizado, para isso o governo do Estado, em conjunto com SPVEA, investiram nessa prática. Em 1962, ele reclamou dos preços baixos de mercadorias como a borracha e juta, e falta de créditos, o que contribuía para o não desenvolvimento dessa produção¹⁴⁸.

¹⁴⁶ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959, p. 11.

¹⁴⁷ Ibid. p. 13.

¹⁴⁸ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1962 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1962.

Através de uma breve análise das mensagens de governadores do Amazonas nesse período, destacando a questão da agricultura, percebemos que mesmo atuando de forma diferente, ambos se queixaram sobre o repasse de verbas, os preços das mercadorias e as dificuldades de se cultivar em meio às matas, por isso, as colônias seriam uma boa alternativa.

A esse respeito, Bicalho, ao tratar das transformações do sistema agrícola de Manaus, ressalta que, em 1944, foi criada a Colônia Agrícola do Amazonas, em Bela vista e em Manacapuru, e outras duas colônias agrícolas em Manaus, nelas, imigrantes japoneses moravam. Segundo a autora:

Próximo à Manaus, o que ocorreu posteriormente foi a instalação, nas décadas de 1950 e 1960, de colônias agrícolas de imigrantes japoneses, mas que envolveu a mera alocação de população com a concessão de terras pelo Estado. Bem diferente da colônia experimental de Manacapuru que teve a construção de toda uma infraestrutura para as habitações e para a produção, além de serviços técnicos especializados e transporte com linhas fluviais diretas da colônia agrícola para Manaus. A falta de apóio do Estado pelas décadas de 1950 e 1960, deixou a população às suas próprias iniciativas em um precário ambiente de vida e sem condições adequadas a produzir e escoar a produção.¹⁴⁹

No caso, a autora tem como estudos os imigrantes japoneses, mas sabemos que o interesse dos planos eram que fossem formadas colônias agrícolas, e nelas fossem introduzidos trabalhadores, sejam eles migrantes ou imigrantes¹⁵⁰, para Bicalho, as colônias foram malsucedidas, isto é, diferente do que os governadores declaravam, elas acabavam produzindo para a própria subsistência, e não atendiam todos os municípios do Amazonas, muito menos Manaus.

Outro fator que contribuiu para a falha delas seria o baixo valor que era oferecido pelos produtos, como também a dificuldade de fazer a locomoção para transportar a mercadoria, e como podemos perceber, eram iniciadas próximas a cidade, e isto representava uma dificuldade desse sistema funcionar em outras regiões.

Logo naquele período, onde existia um desconhecimento assumido em relação à região de floresta, seu solo e sua população, havia o pensamento de que uma terra tão extensa poderia

¹⁴⁹ BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **Transformações do sistema de produção agrícola na região de Manaus.** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo, 2014/2015.

¹⁵⁰ MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia:** inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira. Tese (Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

se tornar um celeiro agrícola e as colônias ajudariam para que isso viesse a acontecer, na verdade constatou-se que esse tipo de sistema não funcionou, e evidenciou que os valores pagos pelas mercadorias eram muito baixos.

Outro ponto importante do Plano de Valorização, para esta pesquisa, seria a questão da saúde na região Norte, assim como a questão do saneamento nessas áreas. Em outras palavras, já que estamos tratando, principalmente, de trabalhadoras que moram em áreas de seringais do Amazonas, julgamos importante tratar da questão do atendimento médico nessas regiões, tendo em vista conhecermos os problemas comuns de saúde das mulheres no interior do Amazonas. Isto é, trata-se de um assunto delicado no contexto amazônico e esteve presente no Plano de Valorização, tanto no Emergencial como Quinquenal.

Segundo o Plano de Emergência, os técnicos julgaram que seria necessário criar meios de ter êxito neste setor relacionado à saúde e ao saneamento, por isso criaram sete itens que deveriam ser executados, são eles:

- I- Preparação e Aperfeiçoamento de Pessoal
- II- Serviços Básicos de Saneamento
- II- Assistência Médico-Sanitária e Médico- Social
- IV- Laboratórios
- V- Controle de Doenças Transmissíveis
- VI- Nutrição
- VII- Bio - Estatística – Propaganda e Educação Sanitária¹⁵¹.

Dentre essas medidas, estavam incluídas construções de postos de saúde, maternidades em diferentes regiões da Amazônia, buscando atender as populações que não tinham como ter acesso ao atendimento médico e auxílio na hora do parto. Através da realização de um inquérito, buscavam também descobrir as enfermidades de cada região, como doenças contagiosas para poderem tomar as devidas providências¹⁵², para isso, era necessário que fossem oferecidos cursos que visavam criar mão de obra especializada nessa área, a fim de que pudessem atuar nesses serviços básicos médicos.

¹⁵¹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954, p. 2622.

¹⁵² PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954, p. 123.

Essa preocupação com a assistência médica era sempre ressaltada nas mensagens de governo, no entanto, a cidade de Manaus recebia maior atenção, em mensagens de governo de 1959, Gilberto Mestrinho destacava algumas estratégias que buscavam atender o interior da região do Estado do Amazonas.

Com efeito, alguns postos médicos foram construídos, criou-se um corpo de guarda medicadores para o hinterland¹⁵³, ou seja, as regiões mais afastadas da capital, os interiores, ambulâncias eram constantemente fornecidas e as caravanas de saúde, com médicos, dentistas e enfermeiros, percorreram vários municípios no combate às doenças.¹⁵⁴

A assistência médico-sanitária ao interior também, será cuidada. Mensalmente médicos e dentistas viajaram para os municípios, assistindo ao irmão caboclo e evitando que as endemias se propaguem. Ainda agora, caravanas assim, viajaram para os Municípios de Boca do Acre e Eirunepé levando aqueles rincões a presença e ação de saúde pública do estado.¹⁵⁵

Revela-se ainda que tal medida buscava equipar uma de suas lanchas para poder atender ribeirinhos que morassem perto da cidade de Manaus¹⁵⁶. Importante lembrar que o Serviço Especial de Saúde Pública – SESP, criada em 1942, no governo de Getúlio Vargas, com o intuito de auxiliar no recrutamento de soldados da borracha para trabalhar nos seringais do Amazonas, acabou ficando responsável pela assistência em regiões como o Amazonas, sendo que seus serviços continuaram durante o Pós- Guerra e foram expandidos para outras localidades, como o Nordeste do país.

No Plano Quinquenal, os técnicos já admitiam as dificuldades em atender as diversas regiões da Amazônia, exposto da seguinte forma:

O problema da saúde é, inicialmente, o de reunir as populações rurais em áreas onde a ação sanitária possa alcançá-las. Sanear os quatro milhões de quilômetros quadrados onde jaz dispersa a população da Amazônia, seria impossível. O saneamento só é

¹⁵³ “Hinterlândia: termo oriundo do alemão hinterland, cujo significado literal é 'terra de trás', empregado também como sinônimo de sertão ou interior, região afastada de áreas urbanas ou dos centros metropolitanos.” Definição encontra-se na dissertação: PINHO, Francisco de Assis Coelho. **O Amazônida Hinterlandino: Uma Análise Discursiva**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

¹⁵⁴ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959, p.7.

¹⁵⁵ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959, p. 9.

¹⁵⁶ AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1959, p. 9.

realizável, em áreas limitadas que os recursos humanos e financeiros da Valorização possam cobrir.¹⁵⁷

Novamente o problema de a população ser dispersa estaria dificultando o trabalho de assistência à saúde médica na região, demonstrando falta de conhecimento sobre aquele lugar. Essa questão de atendimento médico, trataremos mais adiante, tendo em vista que muitas mulheres acabaram por assumir essa função, através de práticas de cura e benzeção apreendida por muitas gerações em suas famílias.

O Plano Emergencial foi estruturado pela mesma comissão que elaborou o Plano Quinquenal, de fato, ambos davam maior ênfase à agricultura e ao desenvolvimento através das colônias, a fim de abastecer internamente a região com alimentos e os recursos naturais, desse modo, tentavam se sobressair ao extrativismo, mas sem excluí-lo, uma vez que tal atividade econômica estava presente nos planejamentos.¹⁵⁸

No Plano Quinquenal, por sua vez, a saúde aparece relegada a terceiro plano, como citado. Nisso, a principal meta seria investir em colônias agrícolas onde trabalhariam caboclos, migrantes e imigrantes, como no caso os japoneses que já trabalhavam na região, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, acreditavam-se que tudo isto iria contribuir com a economia da região¹⁵⁹. Por outro lado, já sobre assistência médica, ressaltaram que os investimentos para o interior seriam muito altos, por isso deveriam esperar, frisam ainda que a SESP era responsável pelos atendimentos na região. Dessa maneira, à SPVEA ficaria dedicado apenas o que estivesse presente nos planos, não cabendo à instituição levar assistência a toda região.

Nesse contexto, Gilberto Marques destaca o fato de o Plano Quinquenal não ter sucesso, a saber:

O Plano sustenta-se numa proposição de reconversão produtiva regional (no que responderia aos interesses locais e se constituiria como um plano regional) e nas exigências da política de segurança nacional – o que o colocava como uma política nacional. Mas isso não era motivo de garantia de apoio às políticas da instituição. O Plano nunca chegou a ser aprovado pelas instâncias federais competentes (Congresso

¹⁵⁷ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E **Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954, p. 26.

¹⁵⁸ Gilberto S. Marques. SPVEA: O estado na crise do desenvolvimento regional amazônico. **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013, p.175.

¹⁵⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E **Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954.

e sanção presidencial), tampouco recebeu o montante de recursos constitucionais que a ele deveriam ser destinados¹⁶⁰.

Segundo Marques, o Plano Quinquenal acaba nem sendo efetivamente implementado, como, por exemplo, a SPVEA que não possuía apoio do Governo Federal e foi entregue a uma empresa do Rio de Janeiro, para que fosse organizado um novo plano de desenvolvimento para a região.

Para Pereira, Trindade e Fernandes existiam cinco pontos pelos quais o Plano Quinquenal acabou fracassando, o primeiro motivo seria a falta de empenho de pessoas qualificadas e realmente engajadas em fazê-lo dar certo.

Outro fator seria a omissão acerca da administração dos recursos financeiros, o reajuste de valores devido à inflação, que também corroborou para o declínio do plano, como também a ausência de empresários que pudessem incentivar as metas, pois, a região ainda estava fortemente ligada à questão da extração da borracha. Por último, temos a falta de um conhecimento aprofundado acerca da região, o escasso entendimento do funcionamento do solo, ou seja, a geografia da região implicava problemas para explorar a região¹⁶¹.

Reis escreveria em livro em que discorre que o Plano de Valorização teria surgido, quando a discussão acerca de regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas se acirrava:

A valorização foi determinada, no entanto, como parte integrante de um vasto programa, de raízes distantes, que abrangia não apenas a Amazônia, mas outros espaços nacionais, que estavam desafiando a capacidade realizadora do país. Procurando-se, de um lado, resguardar a região de apetite estranho e, de outro, pôr fim à situação delicada em que vivia a nação, marcada em sua paisagem sócio econômica por áreas desenvolvidas e por áreas subdesenvolvidas, o que importava na existência de falta de equilíbrio na produção, na circulação de riquezas, na dignificação cultural dos grupos humanos que constituem a nação, com graves reflexos na própria manutenção da unidade política¹⁶²

A SPVEA sofreu serias acusações acerca de seu funcionamento, atestando que seus problemas iam além de questões financeiras, conforme nos aponta os autores Pereira, Trindade

¹⁶⁰ MARQUES, Gilberto. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953- 1966). **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013, p.176.

¹⁶¹ OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun, 2014, p. 221-222.

¹⁶² REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001. p. 146.

e Fernandes, utilizando documento escrito por Bouhid - que foi um dos superintendentes da instituição - revelando que:

Como se percebe, não bastassem os problemas orçamentários e a dificuldade de ação em terras pouco conhecidas, havia ainda opositores, por assim dizer, ao trabalho da instituição. Em sua avaliação, Bouhid mostra-se ciente de que a SPVEA não agiu de acordo com a “orientação metodológica mais racional”; uma vez que os resultados conseguidos no período ficaram aquém do que se desejava. Argumenta ainda que as ações da instituição deveriam ter sido orientadas por uma perspectiva mais técnicas; porém o quadro de pessoal, em vários níveis da Superintendência, não era adequado o suficiente para atender a tal exigência. Bouhid critica ainda a interferência do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), que, segundo ele, acabava por tirar a autonomia do órgão para a elaboração de desenho de política de desenvolvimento regional.¹⁶³

O DASP tratava-se do Departamento Administrativo do Serviço Público criado em 1938 e responsável por elaborar os primeiros planos brasileiros voltados para o planejamento do país: “por meio do qual a gestão pública adquire centralidade na institucionalização de organizações e funções específicas de Estado tanto para administrar cotidianamente a máquina pública como para estruturar cargos e carreiras sob o signo de valores – ainda tentativamente – meritocráticos.”¹⁶⁴. Segundo o relatório citado, o DASP interferia no orçamento realizando constantes cortes na SPVEA.

Enfim, para o regime militar, somente uma reformulação de todo funcionamento da SPVEA seria capaz de estabelecer a confiança em uma Valorização Econômica da Amazônia¹⁶⁵. A SPVEA passou por uma revisão, e tal movimento visava analisar os entraves e verificar, para além do corrente problema de orçamento, porque existiam problemas de discordância entre os técnicos e os políticos.

Renha enfatiza que o governo federal não se preocupou em cumprir a constituição da SPVEA, ao analisar documentos dos superintendentes dirigidos ao governo federal, percebeu como eram constantes os atrasos de verbas, e como alguns superintendentes apelavam para que fossem repassadas a verba de modo integral, a bancada Amazônica tentava recorrer a Câmara Federal, exigindo que a União repassasse a verba de modo integral, mas sem grandes sucessos.

¹⁶³ OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, 2014.

¹⁶⁴ Capítulo 5. **PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA RESSIGNIFICAR O DEBATE E CAPACITAR O ESTADO**. In: Estado, instituições e democracia: desenvolvimento / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Ipea, 2010, p. 211.

¹⁶⁵ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017, p. 96.

Os sucessivos cortes de verbas por parte do governo federal acabaram atingindo a instituição, além da SPVEA, que também enfrentava problemas regionais:

O pior é que os estados e municípios da própria Amazônia desrespeitavam a Constituição. Em contrapartida, a SPVEA efetuava represálias, como a de agosto de 1958, contra o governo do Amazonas. A instituição suspendeu todos os pagamentos ao governo do estado, até que este prestasse contas das parcelas que já havia recebido. Bouhid afirmava que o Amazonas estava há cinco anos recebendo verbas da SPVEA sem, no entanto, recolher ao Fundo de Valorização, os três por cento correspondentes à sua renda tributária.¹²³ Como resposta, em abril de 1959, o governador amazonense recém-empossado Gilberto Mestrinho, declarava que apesar dos cinco anos de existência da Superintendência, não havia uma obra no Amazonas que fosse de autoria da SPVEA. Criticando também o governo federal, Mestrinho afirmava que o Amazonas não havia sentido “coisa alguma de útil das patrióticas metas do presidente da República”, (referindo-se ao Plano de Metas de JK) e que estava convencido de que o Brasil terminava em Belém, sendo o Amazonas uma coisa à parte.¹²⁴ Como se vê, a SPVEA, além de não conseguir apoio suficiente do governo federal, também era questionada regionalmente.¹⁶⁶

O autor explica que, de fato, a SPVEA não teve total controle sobre a verba destinada ao seu funcionamento, além disso, Renha explicita que a divisão geográfica da verba era insuficiente, não cobrindo as despesas necessárias para o andamento do plano, explica ainda que atuação do BCA foi motivo de desconfiança:

Entre 1954 e 1960, mais de Cr\$ 1 bilhão foi alocado a esse fundo, do qual foram realmente investidos cerca de Cr\$ 750 milhões. Tendo em vista, porém, que não foi suficientemente definida a relação entre a SPVEA e o BCA, é discutível a contribuição desse fundo para o desenvolvimento global da Amazônia. As contas do BCA mostram que concedido expressivo volume de crédito ao desenvolvimento da agricultura racional e da indústria rural, embora a SPVEA suspeitasse de que a maior parte desse fundo tivesse afinal fluído para o setor extrativo da borracha. Além do mais, os recursos do fundo eram frequentemente canalizados para operações do banco, que eram mais lucrativas, e o resultado foi que projetos de natureza mais “social” muitas vezes ficavam sem recursos.¹⁶⁷

Sabemos que a SPVEA esteve envolta em acusações de mal uso de verba pública, no relatório feito na década de 1960 com o nome *Da Spvea a Sudam*, aparecem acusações referentes à política de má administração, tanto municipal quanto estadual, assim como desvio

¹⁶⁶ RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017, p.90

¹⁶⁷ MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. IPEA, INPES, Rio de Janeiro, 1978, p. 20.

de verba. Isto é, seria necessário a criação de um sistema eficiente e novo para substituir aquela forma pouco eficaz de administração¹⁶⁸.

Em contrapartida, em 1964, uma ditadura militar se instaurava no Brasil com uma visão bem diferente acerca da instituição. Passado um período após o golpe dos militares permanecerem governando o País, em 1966, a SPVEA foi extinta a partir da lei nº 5.173, de 27 de 1966, e assim criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, com isso, tivemos uma mudança política que implicou em uma série de mudanças na região Norte do país¹⁶⁹.

1.5 Regime Militar na Amazônia

O Plano Quinquenal de Valorização Econômica da Amazônia foi elaborado para que funcionasse entre 1955 e 1959, na década de 1960¹⁷⁰, a fim de que fosse compreendido a atuação dele, foi feita uma nova avaliação pelos técnicos da SPVEA. E visava analisar como atuou a instituição durante seu andamento. Logo, o relatório feito na época apontou vários problemas que dificultavam o cumprimento das propostas do plano anterior, e com isso os repasses de dinheiro para a SPVEA acabaram sendo atingidos, culminando no não cumprimento de algumas metas do programa.

Para Lima, na década de 1950, o interesse em integrar a Amazônia cresceu tanto no governo de Vargas quanto no de Kubitschek que se preocuparam em elaborar projetos para o desenvolvimento da região, no entanto esse interesse se intensificou ainda mais no governo militar:

Mas, nesse momento as preocupações se traduzem em institucionalização de ações mais efetivas. Por exemplo, no ano de 1953 o presidente Getúlio Vargas sanciona a lei nº 1806 que institui a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Fundo de Valorização Econômica da Amazônia. Em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek, sanciona-se a lei de define a mudança da capital para o centro geográfico do país, demanda antiga de doutrinas geopolíticas (CASTRO, 1999; RIBEIRO, 2008). A construção da rodovia Belém-Brasília, dando concretude a um plano de integração entre Norte e Centro-Oeste do país, constitui

168 BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese. (Doutorado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, 2016, p. 102.

169 OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. **O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun. 2014, p. 224.

170 BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese. (Doutorado em História Social da Amazônia). Universidade Federal do Pará, 2016, p. 101.

passo significativo nesse projeto. A rodovia concluída em 1960 favorece fluxo migratório de trabalhadores, principalmente do Nordeste, em busca de terras. Esse processo continua e se intensifica com o governo militar pós-golpe de 1964. Em síntese, esse é o contexto histórico em que se inserem as práticas elaboradas pelos estrategistas militares.¹⁷¹

Em 1966, orientados pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais – MECOR, realizou-se estudos com o objetivo de criar políticas de desenvolvimento para a região, as medidas tratadas nessa proposta acabaram findando em ações conhecidas como “Operação Amazônia”, essa teve início em 1964, logo após a implementação da ditadura militar, sendo anunciada pelo então Marechal Humberto Castelo Branco, em Macapá.

Castelo Branco, em discurso, anunciou a operação que foi montada pela “Casas Militar e Civil da Presidência da República, do MERCOR”¹⁷². Nisto, a equipe decidiu pela criação de projetos de leis, para constituir a “Operação Amazônia”, destacamos a:

Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966, que Dispõem sobre a transformação do Banco de Crédito da Amazônia em Banco da Amazônia S/A”;
 Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, que Dispõem sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia; extingue a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), cria a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e da outras providências;
 Lei nº 5.174 de 27 de outubro de 1966, que Dispõem sobre a concessão de Incentivos Fiscais em Favor da Região Amazônica e dá outras providências.¹⁷³

A Amazônia passou a ser pensada pelo governo de Castelo Branco como área central, por isso foi necessário elaborar um novo planejamento para torná-la uma região estratégica. Na década de 1960, retomaram a velha ideia de uma Amazônia vazia, um grande “vazio demográfico”, sendo necessário ocupar essas áreas, para Leal, esse argumento de vazio demográfico na região ajudava a consolidar, desde meados do século XIX, a presença de genocídio praticado contra diversas etnias que moravam na Amazônia, além de argumentos ao discurso de falta de trabalhadores na região¹⁷⁴. Desse modo, novamente excluiu-se as pessoas que moravam nessas regiões.

171 MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica. *Universitas Humanas*, Brasília, v. 12, n. 1-2, 2015, p. 46.

172 **Operação Amazônia**-Álbum. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. outubro 1967, p. 6.

173 **Operação Amazônia**- Álbum. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. outubro, 1967.

174 LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização**: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932). Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. - Manaus: UFAM, 2013, p. 246.

Conforme Santos, explica-se que essas interpretações de uma Amazônia vazia, com muita floresta e poucos habitantes, foram construídas desde a chegada do colonizador, e com certeza foi usada como argumento durante anos por governantes brasileiros a fim de explorar a região, desse modo conclui que:

Essa ideia de Amazônia como vazio indica que a identidade nacional não admitia, para sua conformação, que existissem agrupamentos e populações com a vida cultural própria. Naturalmente sabia-se que na Amazônia havia gente vivendo. Mas na formulação do vazio, essa gente não representava uma existência histórica capaz de integrar a idéia de nação¹⁷⁵.

Com efeito, foi formado um grupo intitulado “Grupo de Estudos para a Reformulação da Política Econômica da Amazônia”, ele criou leis que foram aprovadas na década de 1960, sendo classificadas como “Operação Amazônia”¹⁷⁶. Essa operação mostrava como pensavam em estratégias do Estado Nacional, intervindo na Amazônia legal, isto é, na tentativa de modernizar a região em diversos setores, transformando o espaço naquelas localidades, além de proteger a região e suas fronteiras.

O relatório elaborado pelo *Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais* visava elaborar políticas de desenvolvimento, mas também de segurança para a Amazônia, para isso seria necessário seguir a referência da SUDENE, que foi feita para o Nordeste. Ao seguir, a experiência nordestina reformularia a legislação federal da região, por isso expuseram decretos de leis, caso fossem aprovados, e seriam benéficos para a Amazônia em diversos setores, a exemplo, o decreto sobre a Zona Franca, logo, os estímulos fiscais beneficiariam a economia do Norte, incentivando a pesquisa na região, atraindo o interesse de outros países estrangeiros, assim como de outras regiões do Brasil, no investimento e cooperação para o desenvolvimento daquele lugar¹⁷⁷.

Para Miranda, o governo militar também teria investido meios de atrair o interesse de empresários, fechando assim parcerias que culminaram em projetos de desenvolvimento para a região Amazônica. Tudo isso divulgado por meio da imprensa, de modo que o empresário

¹⁷⁵ SANTOS, Alessandra Rufino. **A NOÇÃO DE FRONTEIRA NA FORMAÇÃO DO PENSAMENTO SOCIAL SOBRE A AMAZÔNIA**. TEXTOS&DEBATES, Boa Vista, n.19, p.72.

¹⁷⁶ MOURA, Carla Denise da Silva. **Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica**: estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010, p. 38.

¹⁷⁷ OPERAÇÃO AMAZÔNIA. **Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco**. MERCO -5-4/66.

entendesse que seria muito lucrativo investir ali, nunca dando a entender que o governo militar precisava desses investimentos para consolidar seus planos na região, em suma, explica-se ainda que:

O foco absoluto do governo, portanto, é a sua legitimação em várias frentes: com os empresários (oferecendo a possibilidade de novos e lucrativos negócios); com parte da população amazônica (que se entusiasma com a esperança de crescimento econômico da região); com o meio internacional capitalista (que passa a ver o Brasil como lugar propício para investimentos, na perspectiva de um capitalismo em ascensão, distante do “perigo vermelho”); com grupos nacionalistas e entidades militares (visto que a ocupação e desenvolvimento da Amazônia são tidos como estratégicos para a manutenção da unidade nacional) e, por fim, esse conjunto de projetos solidifica os lemas de “integrar para não entregar”, “desenvolver com segurança”, “Brasil, país do futuro”, “terra sem homens para homens sem-terra”, dentre outros, criando um sentimento ufanista entre a população geral e beneficiando a popularidade do regime.¹⁷⁸

Acreditavam que os problemas na região deveriam ser tratados de modo global, ainda mais quando tratavam sobre investimentos na Amazônia, e não atuar de modo isolado em lugares considerados críticos, expondo assim o anteprojeto de decreto que iria organizar a Operação Amazônia.

Nesse sentido, Castelo Branco discursou em 1966, no Teatro Amazonas, na cidade de Manaus, na *Solenidade de Instalação da I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia*¹⁷⁹, e deixou claro que deveriam ser executadas as metas. Para ele, os projetos da Operação Amazônia seriam viáveis em diversas áreas, tais como: atividades industriais agrícolas. Para que esses projetos se concretizassem, o governo estaria disposto a assegurar esses investimentos, sendo a Operação necessária para integrar a região:

Creio que seria supérfluo, tanto já são do vosso conhecimento os meios escolhidos pelo Governo para efetivar a integração da Amazônia no desenvolvimento nacional, vir a vos falar da orientação básica do plano ora em plena execução, dos incentivos incluídos na legislação, ou dos organismos e recursos existentes para assegurar ao país de que a chamada Operação Amazônia, dispões hoje de condições para prosseguir rápida e vigorosamente na consecução dos grandes e patrióticos objetivos. A SUDAM, o BASA, o FIDAM deixaram de ser meras siglas ou mananciais de empreguismo, como ocorria com os órgãos anteriormente existentes, para serem

¹⁷⁸ MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970.** Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas. 2018, p. 183.

¹⁷⁹ Discurso do Amazonas. **Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco**, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: **MINISTERIO DO INTERIOR – SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. OPERAÇÃO AMAZÔNIA** (discursos).

instrumentos ativos e eficientes a serviço do desenvolvimento da Amazônia, e a cuja disposição o Governo recursos realmente vultuosos.¹⁸⁰

Em discurso, Castelo Branco apontou falhas na SPVEA, e revelou que ela não teve seus projetos aprovados durante seu funcionamento, o governo militar agora dedicava sua atenção para a SUDAM e essa teria o papel de auxiliar no desenvolvimento da Amazônia.

Para Sylvio Ferreira e Pedro Bastos, a SPVEA visava engrandecer os recursos naturais da Amazônia, buscando valorizar e superar a economia anterior, pautada na borracha:

Para que isso fosse feito a contento, contudo, talvez fosse necessário tanto valorizar melhor os recursos típicos da região (como os produtos dos rios e das florestas mantidas em pé, inclusive para aproveitamento da diversidade biológica), quanto vincular a instituição de desenvolvimento regional a uma política de nacional desenvolvimento regional que compensasse os efeitos regressivos (atração de capitais e de mão de obra qualificada, prejuízo de atividades competitivas) típicos do desenvolvimento desequilibrado de uma economia capitalista subdesenvolvida. Ainda durante a vigência do I Plano Quinquenal da SPVEA, a abertura da Belém-Brasília permitiu ao governo do Pará vender terras devolutas no entorno da rodovia e acelerar uma forma de integração ao mercado nacional pautada por grandes fazendas de gado (abertas com a ação de madeiras), independentemente do planejamento ou da autorização do órgão federal.¹⁸¹

Após a substituição da SPVEA pela Sudam, os projetos dos militares ficavam pautados em um tipo de desenvolvimento que degradava a região, e não levavam em conta as populações que moravam em região de mata, mas por outro lado, incentivava grandes projetos de empresários que vinham atraídos pela política fiscal, contribuindo para o avanço de propostas que causaram tensões e expropriações nas regiões, tais como: madeiras, pecuária, mineração, e acabaram implicando em disputas na década de 1980¹⁸².

Conforme citamos, a SUDAM foi criada posteriormente a SUDENE, que funcionaria de acordo com os moldes da instituição do Nordeste, focada na política de incentivos fiscais¹⁸³.

¹⁸⁰ Discurso do Amazonas. Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia; In: **MINISTERIO DO INTERIOR – SUPERINTENDENCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. OPERAÇÃO AMAZÔNIA (discursos)**. p. 41.

¹⁸¹ FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da SPVEA**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016, p. 21.

¹⁸² FERREIRA, Sylvio Mario Puga e BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional: o caso da SPVEA**. Texto para Discussão. IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr. 2016, p. 21-22.

¹⁸³ **OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco**. MERCO -5-4/66.

Por fim, a “Operação Amazônia” deveria movimentar fundos privados e públicos, a fim de demonstrar como o novo governo tornaria a região considerada periférica, desenvolvida, através da organização de planejamentos elaborados para a região Norte¹⁸⁴.

Na Lei Nº 5.173, do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, no Capítulo II, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM que marcaria uma nova fase na política da região, ficando responsável por “planejar, promover a execução e controlar a ação federal na Amazônia¹⁸⁵”. Assim, suas principais atribuições presentes no Art. 10 eram:

- a) elaborar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e coordenar ou promover a sua execução, diretamente, ou mediante convênio com órgãos ou entidades públicas, inclusive sociedades de economia mista, ou através de contrato com pessoas ou entidades privadas;
- b) revisar, uma vez por ano, o Plano mencionado no item anterior e avaliar os resultados da sua execução;
- c) coordenar as atividades dos órgãos e entidades federais e supervisionar a elaboração dos seus programas anuais de trabalho;
- d) coordenar a elaboração e a execução dos programas e projetos de interesse para o desenvolvimento econômico da Amazônia a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
- e) prestar assistência técnica a entidades públicas na elaboração ou execução de programas ou projetos considerados prioritários para o desenvolvimento regional, a critério da SUDAM;
- f) coordenar programas de assistência técnica nacional, estrangeira, ou internacional, a órgãos ou entidades federais;
- g) fiscalizar a elaboração e a execução dos programas e projetos integrantes do Plano de Valorização Econômica da Amazônia ou de interesse para o desenvolvimento econômico da região a cargo de outros órgãos ou entidades federais;
- h) fiscalizar o emprêgo dos recursos financeiros destinados ao Plano de Valorização Econômica da Amazônia, inclusive mediante o confronto de obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas;
- i) julgar da prioridade dos projetos ou empreendimentos privados, de interesse para o desenvolvimento econômico da Região visando à concessão de benefícios fiscais ou de colaboração financeira, na forma da legislação vigente;
- j) sugerir, relativamente à Amazônia, as providências necessárias à criação, adaptação, transformação ou extinção de órgãos ou entidades, tendo em vista a sua capacidade ou eficiência e a sua adequação às respectivas finalidades;
- l) promover e divulgar pesquisas, estudos e análises visando ao reconhecimento sistemático das potencialidades regionais;
- m) praticar todos os demais atos necessários às suas funções de órgão de planejamento, promoção e coordenação do desenvolvimento econômico da Amazônia, respeitada a legislação em vigor.

¹⁸⁴ KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002.

¹⁸⁵ **O NOVO SISTEMA DE AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA. LEGISLAÇÃO BÁSICA/VOLUME I. SUPERINTENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. EDITORA SPENCER, S.A RIO DE JANEIRO, GB/1967.**

Ou seja, a SUDAM deveria garantir que o plano deveria funcionar, assim como fiscalizar a verba destinada à Valorização Econômica da Amazônia. Nesse contexto, ela passou a ter um papel essencial na integração e desenvolvimento da região.

1.6 I Plano Quinquenal de Desenvolvimento

Criado o I Plano Quinquenal de Desenvolvimento, elaborado pela SUDAM, funcionou entre 1967-71, esse planejamento visou:

As linhas básicas do plano estavam voltadas para o levantamento de recursos naturais, ampliação e rede de transportes e comunicações, melhoria das condições sanitárias, de habitação e educação, diversificação do extrativismo, melhoria de abastecimento, intensificação do processo de povoamento e colonização, expansão da pecuária e agricultura, reaparelhamento das antigas e implantação e novas indústrias, bem como identificação e classificação de pólos de desenvolvimento para sua fixação.¹⁸⁶

O Primeiro Plano Quinquenal de Desenvolvimento foi organizado durante a gestão do General de Divisão Mário de Barros Cavalcanti, sendo responsabilidade da autarquia SUDAM seu funcionamento¹⁸⁷, o Plano seria contínuo, ou seja, passível de mudanças e revisões, tanto que após ele, outros surgiram, como o I Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-1974) e o II Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1975-1979)¹⁸⁸, deste modo, destacamos alguns pontos dos planos.

No capítulo III do Plano Quinquenal, intitulado “Programas setoriais”, fizeram um diagnóstico sobre o extrativismo, apontando-o como um problema social, e não como uma solução econômica para a região, o que não significou que abandonaram a extração do látex. Nesse sentido, apontavam medidas que poderiam auxiliar para que os recursos naturais fossem mais bem explorados, dentre eles temos o extrativismo mineral, extrativismo vegetal da borracha, oleaginosas e óleos essenciais, como também a madeira, extrativismo animal, a caça, a pesca¹⁸⁹.

186 SUDAM. 13 Anos de SUDAM. Belém, 1979. p. 5.

187 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971**. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967.

188 SUDAM. 13 Anos de SUDAM. Belém, 1979, p 5-6.

189 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971**. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967, p. 97-115.

Dentro do Plano Quinquenal destacamos como foi citada a questão do extrativismo, pois no diagnóstico realizado, citam alguns problemas tanto no extrativismo vegetal como animal.

Em outras palavras, isto para eles tratava-se de um sistema bruto de coleta, sem técnicas e sem tecnologia, o que implicaria em um atraso para a região. Assim, a exploração da madeira, por exemplo, segundo o planejamento, deveria ser feita de modo organizado e com maquinário adequado. A respeito da política de aproveitamento da região, deveriam:

I- Orientar a exploração no sentido do aproveitamento, através de indústrias madeireiras integradas, da totalidade das espécies florestais de determinadas áreas, Cerca de 75% do volume dos exemplares das florestas amazônicas podem servir para fabricação de polpa e celulose. II- Fazer o replantio racional das espécies mais valiosas nas áreas desmatadas ou entregar parte dessas áreas, que se prestem a formação de pastagens, a pecuária. III- Realizar estudos de viabilidade e localização de indústrias que utilizam a madeira como sua matéria-prima, bem assim examinar a viabilidade de serrarias moveis, terrestres e fluviais.¹⁹⁰

Interessante pensar que neste mesmo tópico a respeito da exploração da madeira, destacamos que a política de aproveitamento da floresta teria que atender a um processo de exploração da vegetação de forma racional, fazendo replantio das espécies mais valiosas, da mesma forma, a agricultura foi amplamente incentivada no Plano Quinquenal e visava contribuir com a economia.

Para Filho, o processo de desmatamento ocorreu juntamente com o aumento de rebanhos na região, percebe-se que anteriormente a 1960, tratava-se de 5 milhões de cabeças, ocorreu um deslocamento superior a 40% do rebanho para a Amazônia, que viera de todo Brasil, isso tudo em menos de 50 anos, provocando aumento do desmatamento, o autor aponta que “Desde a década de 1960, a área desmatada aumentou 14 vezes e o rebanho, 16 vezes, numa correlação direta entre desmatamento e aumento do rebanho”¹⁹¹.

Assim como nos demais tópicos acerca do extrativismo, chama-nos atenção para a forma que seria retirada da região, pois estariam preocupados em não degradar, o que na realidade não ocorreu, em suma, no período da ditadura militar houve uma acentuada e

190 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971**. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967, p. 103.

¹⁹¹ FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014, p. 228.

crescente degradação da Amazônia, implicando no impacto negativo no modo de vida das populações locais¹⁹².

Para Miranda, boa parte do crescimento da economia e a construção de obras na Amazônia acabaram por gerar uma onda de devastação na mata, comprometendo a floresta, a fauna e flora, e as populações que ali viviam, como, por exemplo, os indígenas¹⁹³.

Kohlhepp atribui a esse intenso desmatamento a falta de planejamentos efetivamente eficientes, onde desde início as populações locais foram ignoradas, e acabaram massacradas por tais projetos:

Numerosos conflitos de interesse, a falta de respeito pelos limites das reservas indígenas, a insegurança com respeito a direitos legais e a continuada escalada da competição pelo uso da terra levaram a uma situação na qual a coexistência dos grupos sociais e seus objetivos econômicos ressaltaram a falha de objetivos comuns de desenvolvimento para a região Amazônica. O preço alto do crescimento econômico, juntamente com os mega-projetos, foi pago com a destruição da floresta tropical e a degradação ecológica e social (KOHLHEPP, 1991a, b).¹⁹⁴

Os militares consideravam a Amazônia região central, por isso elaboraram propostas focadas na criação de obras de integração, como a Transamazônica, Perimetral Norte, Cuiabá Santarém e Porto Velho Manaus, essas rodovias viriam a integrar a região ao resto do país, além disso, houve incentivos na agricultura, como, por exemplo:

Em relação à agricultura, o governo federal passou a incentivar projetos de estímulo ao desenvolvimento dessa atividade no norte do Estado do Mato Grosso e no sul do Estado do Pará. Além disso, nos anos de 1965 e 1966, foram criadas, respectivamente, nos Estados do Pará e do Amazonas, as Associações de Crédito e Assistência Rural (Acar).¹⁹⁵

Para Filho, desde a ditadura militar que o governo incentiva o crescimento sobre a floresta Amazônica, assim, ele enfatiza ainda que:

¹⁹² SANTOS, Renato Prado. **Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002-2007):** uma análise econométrica e espacial. Dissertação (Mestrado em Centro de Desenvolvimento Sustentável) Brasília, 2010, p. 69-70.

¹⁹³MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia:** Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2018. p 189.

¹⁹⁴ KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira.** Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug. 2002, p. 42.

¹⁹⁵ PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez. 2011, p. 610.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em menos de cinco décadas, de 1960 a 2010, a área desmatada alcançou 754 mil km² (75,4 milhões de hectares), cerca de 18% do bioma amazônico (IBGE, 2011a), número que apresenta pequena diferença sobre o do Projeto de Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite (PRODES) (INPE, 2011). Acredita-se que o desmatamento anterior a 1960 seria inferior a 50 mil km² (6,6% do total). Assim, 704 mil km² (70,4 milhões de ha), ou 93,4%, teriam sido desmatados em 50 anos, uma média de 14,08 mil km² /ano (1,4 milhões de hectares/ano), área equivalente à soma da superfície de três estados – Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.¹⁹⁶

Percebe-se que, anteriormente a década de 1960, o número de desmatamento era menor em toda região, à medida que os projetos de modernização avançaram, mais as áreas foram degradadas.

Na década de 1970, explodiram na região os problemas causados pelo desmatamento vindo do período anterior, onde cerca de 10 milhões de hectares já tinham sido desmatados¹⁹⁷.

A SUDAM trabalhava sobre a ótica governamental de que seria necessário povoar a região para garantir sua colonização, assim como para que suas metas fossem cumpridas, visando seu desenvolvimento e sempre de olho em incentivos vindos de outros lugares. Segundo Bacury, esse primeiro planejamento não teve sucesso, uma vez que a SUDAM não possuía controle total da verba para funcionamento das metas, indo parte daquela para infraestruturas básicas na região.

Com efeito, foi criado o Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico da Amazônia - PDA, que abrangia 1972-1974 e visava integrar e desenvolver regiões como Norte e Nordeste. Basicamente tratava-se de:

[...] promoção do conhecimento exato das potencialidades dos recursos naturais, desenvolvimento da economia; formação de recursos humanos e dotação de uma infra-estrutura sócio econômica compatível com as necessidades da região e com as metas propostas pelo Governo¹⁹⁸

Quando surgiram as rodovias, como já citamos, a mais famosa foi a rodovia Transamazônica, que visava ligar o Norte ao Nordeste, a fim de atrair essa população nordestina

196 FILHO, João Carlos de Souza Meirelles. **É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento.** Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr, 2014. p. 222.

197 PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. **Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez, 2011. p. 610.

198 SUDAM. 13 Anos de SUDAM. Belém, 1979, p. 6.

que foi fortemente atingida pela seca de 1970 para a Amazônia, estabeleceu-se o objetivo de ocupar a região e incentivar o andamento das colônias agrícolas¹⁹⁹. Entretanto, essas estradas não deixavam também de ser um meio de povoar a região, colonizar e se apropriar dela, pelos militares.

Nesse plano, novamente entrou em pauta a ocupação da Amazônia, ou seja, acreditavam que seria importante interligar a Amazônia e o Nordeste para que pudesse essas regiões fossem desenvolvidas economicamente, buscando também a integração delas com restante do país, julgavam que “Valorização e Desenvolvimento são o binômio de uma estratégia global para a Amazônia”²⁰⁰.

Ressaltamos ainda que na década de 1970 foi feito um acordo onde seriam criados assentamentos nordestinos na região, pois, o Nordeste brasileiro estava enfrentando um período de seca na década de 70 e os conflitos sociais na região se intensificaram nesse período, muitos nordestinos acabaram migrando da região:

A colonização agrícola, especialmente ao longo da Transamazônica, foi um fracasso, pois as condições ecológicas não foram devidamente compreendidas e, por conseguinte, a sustentabilidade foi avaliada de maneira muito positiva (Mahar, 1988). Planejamento, levantamento topográfico, organização, informações aos colonos, modelos de uso da terra (mudança rápida para culturas permanentes) e facilidades de mercado foram inadequados. Mesmo o conceito da *agrovila*, de assentamentos centrais, falhou. Todavia, o slogan do governo, "Há terra para todos na Amazônia", deu impulso à migração de massa para o norte, tendo sido iniciada espontaneamente na segunda metade dos anos 1970.²⁰¹

Para Serra e Fernández, a Amazônia era considerada uma área problemática:

De fato, a integração tornou-se o princípio básico do governo militar na medida em que ela era considerada uma condição essencial para a segurança nacional, cristalizada e simbolizada no slogan “integrar para não entregar”. Na realidade, a Amazônia e o Nordeste foram considerados regiões problemáticas e, conseqüentemente, receberam uma atenção especial do governo federal, que expressou estas preocupações tanto em programas, tais como PIN, 5 PROTERRA6 e II PDA7 (especialmente direcionado à Amazônia), quanto nos planos nacionais, como o Metas e Bases8 e o IPND. 9 Neste sentido, a construção de rodovias (Transamazônica, Cuiabá-Santarém e a Perimetral Norte), a implementação de projetos de colonização, a redistribuição de terras

199 CORDEIRO, Werley da Costa. **Políticas de desenvolvimento de estado para a Amazônia a partir do Estado Novo**. Monografia. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015, p. 20.

200 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 14.

²⁰¹ KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira**. Estud. av. vol.16 no.45 São Paulo May/Aug, 2002, p. 39.

desocupadas e a promoção das agroindústrias foram estimuladas pelo governo federal.
202

Acerca do extrativismo e agricultura onde nossas trabalhadoras estão diretamente inseridas, no PDA contamos com medidas que buscavam superar o atraso na região, investindo nesses setores,

Na extração vegetal seria preciso que tal atividade fosse racionalizada, dessa maneira, na agricultura e pecuária seria necessário romper com a forma tradicional de se trabalhar nesse setor, isto é, investir em diversos setores que ajudassem a corrigir esses problemas de abastecimento na região, como também em técnicas de trabalho, em créditos para os produtores e políticas de incentivo nas rodovias para criarem núcleos coloniais, visando a ocupação²⁰³.

Além disso, ressalta-se o valor dos recursos da região, por isso buscava-se tratar de metas que explorassem economicamente os seguintes recursos, tais como: madeira, heveicultura, castanha do Pará. Na agricultura, ressalta-se o valor econômico de gêneros como o arroz, o milho, a mandioca, a pimenta do reino, a juta, a malva e o feijão, vendo a necessidade de incentivos nesses artigos para que fossem mais bem explorados²⁰⁴.

Como citamos acima, desse PDA podemos destacar não só a Transamazônica, mas também os núcleos de colonização ao longo do surgimento da rodovia, causando mudanças na economia e na ocupação da região, sobretudo no Pará.

Podemos dizer que a degradação da região tem relação com esses projetos de desenvolvimento, porque contribuem para a precarização do trabalho de pequenos agricultores na região dentro do período estudado. Para Ramos, esse processo de degradação tem um crescimento maior na década de 1970, e ainda que o Pará tenha sido fortemente atingido, não excluiu as demais regiões da Amazônia de sofrerem com esse tipo de desenvolvimento de ocupação:

Pode-se dizer que o desmatamento e a degradação da Amazônia Legal sempre estiveram ligados aos fluxos migratórios e às tentativas de desenvolvimento econômico da região. Percebe-se, entretanto, que, apesar dos diversos fluxos migratórios, a cobertura vegetal permanecia praticamente íntegra até o início dos anos

202 SERRA, Maurício Aguiar e FERNÁNDEZ, Ramón García. **Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez. 2004. p. 112.

203 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 16-17.

204 MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. SUDAM. **PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA (1972 - 1974)**. AGOSTO, 1971, p. 23-24.

1970, havendo determinados focos ligados aos povoamentos que se estabeleciam. Com a abertura de estradas, o que possibilitou a ocupação mais fácil de terras mais distantes e os incentivos fiscais e creditícios, observou-se a modificação no perfil econômico da região, que passou a contar com grandes latifúndios voltados para a pecuária, para a plantação de monoculturas e para a exploração da madeira. Como consequência desta política econômica, as taxas de desmatamento passaram a crescer acentuadamente ano após ano, mantendo-se nesta crescente mesmo em tempos de crise financeira.²⁰⁵

Ocorreu a criação de sucessivos planos acerca da região da Amazônia, em todos eles, ainda que fossem ressaltados os aspectos positivos dentro deles, demonstraram um profundo desconhecimento em relação à imensa região da Amazônia, fato admitido inclusive pelos técnicos que realizaram esses planejamentos, ressaltando que deveriam ocorrer pesquisas em torno da região, para melhor entender o seu funcionamento.

Porém, observamos que não ocorreu uma fiscalização sobre o desenvolvimento dessas leis nos interiores, o que ocorreu de fato é que os tópicos dos planos em relação aos trabalhadores não foram adiante, houve a construção de obras, rodovias, extração de madeiras, atividades essas que contribuíram para que houvesse conflitos na Amazônia.

Acerca das trabalhadoras, nos documentos, essas famílias que moram em meio a mata, por exemplo, aparecem representadas por dados meramente econômicos, invisibilizadas pela ideia recorrente de que a Amazônia era um lugar despovoado, um vazio demográfico. Na realidade, essas metas não ajudaram a “melhorar a vida do homem amazônico”, conforme citado nos relatórios desses planos e muito menos a vida dessas mulheres que nem sequer apareceram em tais documentos. Em outras palavras, é notório que visavam fins econômicos e, sobretudo, no período da ditadura, exercer o controle sobre a região Norte consoante a exploração de seus recursos de modo totalmente irresponsável.

Antenor Silva²⁰⁶ explica que as ações referentes ao território da Amazônia, tomadas nos Pós Guerra, durante o governo militar estavam carregadas de interesses econômicos, sendo uma vasta área que passa a ser apresentada internacionalmente inclusive como rica em recursos naturais, entre outras riquezas, adotando desse modo práticas para garantir não só o desenvolvimento, mas também a segurança da região e por isso mesmo deveriam ocupá-la e reorganizar espacialmente.

205 RAMOS, Marina Courrol. **O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região.** Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS. p. 362.

206 SILVA, Antenor Alves. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico.** Antenor Alves Silva. – Salvador: Editora Pontocom, 2015.

A ideia de segurança nacional, sem dúvida serviu de justificativa para as ações do governo que tinham interesse em “defender suas fronteiras”, Silva aponta ainda que:

“f) “integrar para não entregar” – uma das máximas mais conhecidas produzidas pela Doutrina de Segurança Nacional, era uma espécie de síntese do método a ser utilizado para se alcançar a meta de Nação-potência (CONTADOR, 2007, p. 221 e 222) além de ser um norte para a ocupação do “vazio demográfico” – ideologia que o próprio lema gestara. A ideia principal consistia em ocupar para que a integração econômica fosse possível. Sob essa lógica, o território brasileiro só se tornaria “completo”, soberano, se essa sentença fosse posta em prática”²⁰⁷

Evidente que essas medidas não implicaram uma serie de benéficos conforme apontam os planos, visando muito mais interesses políticos, do que sociais.

Essa exploração sem limites da região ocasionou mudanças nas vidas dessas famílias, de forma gradativa, à medida que ocorreram transformações políticas no Brasil. Desse modo, no capítulo seguinte apresentaremos como viviam as mulheres dentro dos seringais nas décadas de 1950 e 1960, considerando que, durante um longo período, a situação delas foi de trabalho análogo à escravidão.

Para a melhor compreensão de como no período da Ditadura, o trabalho feminino também passou por total invisibilidade dentro dos seringais. Sendo assim, retornaremos à atuação da SUDAM na região.

Deste modo buscaremos tratar do cotidiano de trabalho das mulheres dentro das áreas de seringais, através da análise fontes, sobretudo orais, daremos dimensão das várias atividades que elas realizavam, suas experiencias e vivencias, em diferentes seringais na região da Amazônia.

²⁰⁷ SILVA, Antenor Alves. **A Doutrina de Segurança Nacional e a organização do espaço amazônico**. Antenor Alves Silva. – Salvador: Editora Pontocom, 2015.p.66.

2. Trabalhadoras das Matas Amazônicas

Para desenvolver a pesquisa, recorreu-se a fontes orais recolhidas pelo método da entrevista, isto é, considera-se que a metodologia da história oral nos permite analisar, neste capítulo, a experiência das entrevistadas nos seringais²⁰⁸.

A história oral nos possibilita analisar a experiência e modos de vida de pessoas ou grupos, possibilitando assim uma mudança de perspectiva acerca de fatos históricos que outrora privilegiavam a história de “vencedores”, dito isso, sabemos que a história oral contribui para a história e memória, para compreender as ações de grupos e valores coletivos²⁰⁹.

A respeito das fontes orais, Alberti traz um importante perspectiva metodológica de como a oralidade possibilita tratar das experiências desses indivíduos:

Reconhecer os paradigmas que estão na base da História oral não implica renunciar a sua capacidade de ampliar o conhecimento sobre o passado. Ao contrário, saber em que lugar nos situamos ao trabalhar com determinada metodologia ajuda a melhor aproveitar seu potencial. Uma das principais vantagens da História oral deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu. Esse mérito reforça a responsabilidade e o rigor de quem colhe, interpreta e divulga entrevistas, pois é preciso ter claro que a entrevista não é um "retrato" do passado.²¹⁰

Conforme aponta Alberti, o trabalho com as fontes orais deve ser rigoroso e cuidadoso, uma vez que mesmo que sejam fundamentais para tratar da vivência dessas pessoas, não deve ser tomada como cópia do passado, deve ser analisada de forma detalhada e aprofundada como qualquer outra fonte.

Nossa atenção está em tratar da história desses sujeitos, em especial, as mulheres e de que modo contribuíram para a sobrevivência de suas famílias, nas matas amazônicas. Assim, buscamos “dar voz” a essas trabalhadoras, mostrando seus testemunhos, reconhecendo suas próprias experiências cotidianas de trabalho nos seringais do Amazonas. Neste sentido, ressaltamos a importância delas, porque elas permaneceram invisibilizadas dentro das matas,

²⁰⁸ PORTELLI, Alessandro (I). O que faz a história oral diferente. In: Projeto História – Cultura e Representação. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. SP: Educ. fevereiro/1997, p. 30.

²⁰⁹ ALBERTI, Verena. Fontes Orais: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes Históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008, p. 166.

²¹⁰ *ibid.*, p. 170.

tendo seus trabalhos nada reconhecidos pelos setores responsáveis, sofrendo dificuldades para se aposentarem, dentre muitas outras questões que serão tratadas no decorrer deste capítulo.²¹¹

No âmbito da memória, exploram-se, neste caso, as vivências, as experiências, as memórias e as histórias cotidianas²¹² das mulheres nos seringais, considerando-se que a memória envolve experiências, emoções e sensibilidades.

Dessa forma, este trabalho de compreensão da vida de pessoas de setores subalternos não poderia ser realizado sem o uso das entrevistas como fontes orais. Como aponta Portelli, “os excluídos, os marginalizados, os sem-poder sim, têm voz, mas não há ninguém que os escute²¹³”, acredito que escutar e observar a humanidade de tais pessoas é algo que tão somente recorrendo a periódicos, por exemplo, e tendo em conta o tema tratado, não poderia ser resgatado.

Nisto, Le Goff traz um panorama do desenvolvimento dos usos da categoria memória²¹⁴ desde a antiguidade até o século XX, demonstrando que foi nessa última temporalidade, sobretudo no Pós-Guerra, que haveria uma verdadeira revolução e as discussões sobre história e memória ganhariam cada vez mais o interesse de pesquisadores. Entendemos que a história não é memória, mas ela seria um dos meios de elaboração da história²¹⁵.

Sacks nos mostra uma importante discussão acerca da manipulação da memória, pois ao explorar suas próprias lembranças, o autor se dá conta que durante muito tempo narrou um determinado acontecimento como se tivesse vivido aquele fato, quando na verdade quem viveu foi seu irmão.

Assim, percebemos que a reconstrução da memória dos indivíduos é algo subjetivo, pois cabe ao pesquisador fazer um trabalho investigativo e se aprofundar ao máximo sobre o assunto pesquisado, uma vez que a memória, segundo Sacks, surge também da “interação de muitas mentes²¹⁶”, dessa maneira, entender e dominar o contexto em que a pesquisa é realizada é fundamental, ainda mais para quem trabalha com fontes orais, tendo em vista os cuidados que devemos tomar com essas fontes, essas memórias.

²¹¹ Ibid. p. 176.

²¹² Para Michel de Certeau, “**o cotidiano se inventa**”, de modo que as relações sociais que moldam esses agentes históricos, por isso mesmo é importante estudar seus costumes, práticas e culturas, a fim de entendermos o cotidiano nos seringais.

²¹³ PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009, p. 2.

²¹⁴ LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

²¹⁵ LE GOFF, Jacques. 1990, p. 49-50.

²¹⁶ SACKS, Oliver. Cap. A Falibilidade da Memória. In: **O rio da consciência**. 1ª Editora, São Paulo: Companhia das Letras, 2017, p. 92.

Sabemos que os estudos de memória envolvem experiências, vivências. Dentro dessa temática, Sarlo²¹⁷ nos apresenta um novo panorama sobre as discussões de memória e subjetividade, questão atual na historiografia recente.

Todo esse conjunto de questões foram fundamentais no decorrer do processo de produção das entrevistas com trabalhadores rurais, tendo em vista que entender como viviam essas mulheres em áreas de mata, torna-se uma tarefa difícil, pois, as fontes são poucas. Nesse sentido, interpretamos que as entrevistas mostram um mundo de trabalho intenso e fortemente ligado ao cotidiano. Em suma, à sobrevivência de sua família.

Em outras palavras, à medida que tal método nos revela uma realidade de trabalho duro, cansativo e mal remunerado; por outro lado, tal ofício mostra também as trocas de experiência uma com as outras, a lida em trabalhos que faziam de forma conjunta. Assim, observamos uma família ajudando a outra, as práticas de cura compartilhada entre as mulheres, para cuidar de si e de suas crianças, como também a organização das festas para celebrar o dia de algum santo católico. Desse modo, o trabalho com as fontes orais, com a memória e sua subjetividade se fez necessário para o andamento desta pesquisa.

Isto significa dizer que o historiador precisa ter cuidados para analisar as fontes, primeiramente para que não tome os depoimentos como verdades absolutas, sem buscar outros métodos de análise e fontes, além disso, não vitimizar essas testemunhas, tendo em vista que se trata de mulheres que passaram por situações difíceis no campo do trabalho, mas é importante observar que elas estão sempre lutando para que sua família consiga viver nas matas amazônicas, em uma região onde precisam estar sempre trabalhando para ter como alimentar sua família.

Logo, é sempre importante pensar que esses sujeitos são agentes históricos que estão em constante mudança, sobretudo dentro do tema estudado, uma vez que de um período para o outro, ocorrem mudanças políticas que influenciam no trabalho dentro dos seringais. Em suma, caberá ao historiador fazer um trabalho de pesquisa sério, não fragilizando seu objeto de estudo.

Dito isso, sabemos que as fontes sobre o trabalho das mulheres nos seringais, na região estudada, são escassas, por isso a importância dos estudos sobre história e memória para esta investigação, no caso, aqui analisados, os depoimentos colhidos no presente relatam aspectos do passado.

²¹⁷ SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d' Aguiar. Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Por isso mesmo, com o trabalho em torno da memória dessas trabalhadoras, entendendo suas experiências e as contradições presentes nessas vivências imersas em relações de poder, buscamos desvendar esse mundo do trabalho nos seringais do Amazonas. Tentamos demonstrar como viver nos seringais trata-se de um processo de experiências que são adquiridas com o passar do tempo, em especial na troca de conhecimento sobre plantio e ervas e sementes para uso medicinal

Percebe-se então que fazer uso de entrevistas se faz primordial para entender a vida dessas famílias nos seringais no Pós-Guerra, nesse sentido, tratamos de memórias que estão sendo construídas no presente, a partir de vivências do passado, podendo estarem sujeitas a falhas e esquecimentos, mas, como diria Le Goff, até o esquecimento, por si só, já deve ser investigado pela história²¹⁸.

Sabendo que através do convívio social construímos a memória coletiva, temos o entendimento de que a história revê as múltiplas memórias num determinado contexto social, para pesquisar determinados temas, neste sentido, ir além das fontes oficiais dentro da temática tratada é importante, pois essas mulheres ficaram durante muitos anos invisibilizadas dentro dos seringais. Observa-se que no decorrer de muitos anos tivemos uma historiografia que se debruçou sobre os soldados da borracha, pois existia a dificuldade da falta de documentação que abordasse tal universo, mesmo os que citam essas mulheres o fazem de “modo superficial”²¹⁹, logo se faz necessário uso das fontes orais e a importância de analisar a memória desses agentes históricos.

Durante a realização da pesquisa, a coleta de entrevistas começou no trabalho de dissertação realizado entre 2015 e 2017, no qual tratamos da história dessas trabalhadoras na década de 1940, durante o período da Segunda Guerra Mundial, conforme falamos anteriormente na introdução, neste momento, fizemos o levantamento de relatos de mulheres e homens que estavam indo além do recorte estudado anteriormente, pois estávamos tentando verificar que, após o fim da Guerra, existiram famílias que continuaram vivendo nos seringais, mesmo após a crise da borracha.

²¹⁸ LE GOFF, Jacques. **História e memória** / tradução Bernardo Leitão. [et al.] -- Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990, p. 90.

²¹⁹ REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2ª ed. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas- Governo do Estado do Amazonas, 1997./ver também: BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco – Antes e Além** Depois. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

Em outras palavras, não foram todos que saíram em direção à cidade de Manaus, os depoentes continuaram trabalhando nos seringais mesmo após o fim da Segunda Guerra Mundial, e através de uma rede de indicações que foram sugeridas pelas próprias entrevistadas, conseguimos chegar a outras pessoas, que ainda moravam nessas áreas, onde havia seringais entre 1950-1970 e em diferentes comunidades da região.

Diferente da dissertação, dessa vez a pesquisa se estendeu a outras regiões, indo ao encontro dessas trabalhadoras que, apesar de se encontrarem em idade avançada, e terem se retirado dos seringais, moravam em municípios próximos desses seringais onde trabalharam, por isso foi necessário sair de Manaus e viajar até essas regiões, de barco ou de ônibus, para assim conseguir expandir a investigação e entender como essas pessoas continuaram nessas regiões no Pós Segunda Guerra, trabalhando em áreas de seringais nos interiores do Amazonas.

No trabalho familiar, no meio rural, o trabalho feminino é visto como complementar, o homem que seria o provedor da casa, porém nas comunidades analisadas em muitos casos as mulheres se utilizavam principalmente do serviço na terra para sobreviver. Além de buscarem outros meios de sobreviver dentro das matas, observamos que deste modo, nessas comunidades nos seringais, o trabalho complementar passa a ser o que mantém a família.

Neste sentido, observamos aspectos da realidade dos campesinatos, estes, para Seyferth, são categorias imprecisas, com definições difíceis, uma vez que estão inseridas em um “universo empírico”, logo, o camponês seria um terno volátil e problemático.

A autora explica que os estudos acerca dos camponeses no Brasil se acentuaram na década de 1970, ou seja, ao analisar as discussões em torno do conceito de campesinato, e acredita que “o mundo camponês não é estático, e como qualquer outra coletividade social muda com certa constância, produzindo eventualmente novos balizamentos teóricos”²²⁰, para entender o processo de produção do camponês, é preciso analisar as particularidades do mundo do trabalho camponês, sua cultura, suas vivências, enfim o lugar que estão estabelecidos²²¹.

Desse modo, Campos esclarece que existem poucos trabalhos sobre campesinato no Brasil, devido aos “diferentes modos de vida e trabalho”, para a autora, o campesinato “é tão heterogêneo quanto são heterogêneas as formas de apropriação da natureza.”²²²

²²⁰ SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. Mana 17(2): 395- 41, 2011. p. 413.

²²¹ WOORTMANN, E e WOORTMAN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Unb, 1997.

²²² CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo**. Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.146-162, set, 2006. p. 148.

Ao tratarmos da importância dessas mulheres no trabalho familiar, definimos o mesmo a partir da teoria de Chayanov:

Resumindo, o lar camponês deve ser visto como unidade econômica específica, e o produto anual, descartados os gastos com a subsistência, é unitário, global, produto da atividade dos membros da família. Trata-se de renda familiar e não individual, e não se pode compensar a ausência de salários atribuindo um valor ao trabalho na verdade não remunerado dos membros da família. Assim, esta teoria da economia camponesa é um aspecto particular de uma proposição teórica mais ampla, uma teoria geral da economia familiar na qual não faltam referências ao artesanato e a outras atividades compartilhadas pelos membros da família.²²³

Para Oliveira, devem ser analisados alguns pontos principais para entender o trabalho camponês e sua organização, conforme aponta:

para compor os elementos e identificá-lo dependerá de qual atividade ligada às práticas com a terra é exercida por esse indivíduo, se asseguram então os elementos que caracterizam a produção camponesa (Quadro 1), para Oliveira (2007) e Paulino (2006), tais como: Força de trabalho familiar, Ajuda mútua entre os camponeses, Parceria, Trabalho acessório, Jornada de trabalho assalariada, Socialização do camponês, Propriedade da terra, Propriedade dos meios de produção, Jornada de trabalho, e Variedade de cultivos.²²⁴

Woortmann, por sua vez, desprende-se de uma análise camponesa econômica, deixando um pouco de lado os bens que a família produz, com isso, busca entender o desenvolvimento do grupo doméstico, a construção do trabalho camponês²²⁵. O autor tem uma visão da cultura desses agentes históricos, e não os circunscrevem a uma economia camponesa.

A partir de tais premissas, entendemos que dentro desta pesquisa temos grupos que estão totalmente ligados à natureza Amazônica, para poder realizar a produção de mantimentos, além de terem relações sociais com famílias que vivem de igual modo. Sendo assim, as famílias que viviam em seringais, estavam inseridas em várias atividades, que envolviam cultivo de roça, pesca, caça, coleta de frutos, entre outras atividades, quando falamos de ambiente de floresta, não estamos tratando de uma lógica única de campesinato, conforme explicam as autoras Moreira e Hébette:

²²³ SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. Mana 17(2): 395- 41, 2011. p. 398.

²²⁴ OLIVEIRA, Kleten Kelle Lima de. **Campesinato e meliponicultura no município de Itapiranga – Médio Amazonas/AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas, 2019. p.38.

²²⁵ WOORTMANN, Klaas. **“Com Parente Não se Negueia”** O Campesinato Como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990, p 12-13.

Ao falar de um campesinato do Baixo Amazonas e do Baixo Xingu paraenses, isto é, dos atuais municípios localizados a oeste do arquipélago de Marajó (Gurupá, Almeirim, Senador Porfírio e, mais particularmente, Porto de Moz, no centro desse conjunto) (Mapa 1), estamos, na verdade, reordenando, em nível abstrato, vários campesinatos históricos distribuídos em espaços e tempos diferenciados, como se constituíssem uma amostra representativa da diversidade campesina amazônica, da mesma maneira em que se fala “da” floresta amazônica ou “da” Amazônia, como se fossem uma só e não plurais. Como muitas outras²²⁶

De forma genérica, o campesinato teria cunho familiar, e se trata de uma forma social de produção, em suma, não se trata somente de trabalhar no campo, “corresponde a um modo de vida e uma cultura”²²⁷.

Para Motta e Zarth, o conceito de campesinato adquiriu outras perspectivas dentro das diferentes disciplinas no qual é trabalhado, do mesmo modo campesinato está inserido em diversos contextos históricos, o que não impede sua análise dentro do campo histórico, neste sentido, os autores acreditam que o campesinato é construído da seguinte forma:

Para a construção da história social do campesinato no Brasil, a categoria será reconhecida pela produção, em modo e grau variáveis, para o mercado, termo que abrange, guardas as singularidades inerentes a cada forma, os mercados locais, os mercados em rede, os nacionais e os internacionais. Se a relação com o mercado é característica distintiva desses produtores (cultivadores, agricultores, extrativistas), as condições dessa produção guardam especificidades que se fundamentam na alocação ou no recrutamento de mão-de-obra familiar. Trata-se do investimento organizativo da condição de existência desses trabalhadores e de seu patrimônio material, produtivo e sociocultural, variável segundo sua capacidade produtiva (composição e tamanho da família, ciclo de vida do grupo doméstico, relação entre composição de unidade de produção e unidade de consumo). Por esses termos, a forma de alocação dos trabalhadores também incorpora referências de gestão produtiva, segundo valores sociais reconhecidos como orientadores das alternativas de reprodução familiar, condição da qual decorrem modos de gerir a herança, a sucessão, a socialização dos filhos, a construção de diferenciados projetos de inserção das gerações.²²⁸

Logo, é importante pensar a floresta como um ambiente plural, com as suas populações e diferentes comunidades espalhadas por uma vasta região. No caso desta pesquisa, essas

²²⁶ MOREIRA, Edma Silva e HÉRBETTE, Jean. **Metamorfoses de um Campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses**. NEAD- Diversidade do campesinato. v1 (FINAL), 2009, p. 187.

²²⁷ BAUDEL, Wanderley, Maria de Nazareth. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015, p. 26.

²²⁸ MOTTA, Márcia e ZARTH, Paulo (Orgs.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história** Concepções de justiça e resistência nos Brasil. volume 1. CIP – Brasil. Catalogação na fonte Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ. p. 7.

peças moravam em colocações, executavam trabalhos nos seringais, a fim de garantirem sua sobrevivência na região.

Ademais, pensando em como o governo se interessou pela Amazônia e afetou a vida dessas famílias que viviam de suas pequenas produções de roça, julgamos importante tentar compreender a vida delas e como se dava a divisão, pois segundo Bahia, o trabalho familiar estava inserido em um espaço social que deve ser estudado, incluindo as relações de gênero:

O processo de trabalho familiar carrega dimensões simbólicas que o fazem construir não apenas espaços agrícolas, mas também espaços sociais. O significado simbólico do trabalho e as chamadas relações sociais de produção estabelecidas no interior do grupo social que realiza a produção – no caso do trabalho camponês, a unidade familiar – são também modelo de hierarquia e de gênero. A transmissão do saber para o trabalho é realizada na divisão de tarefas por idade e sexo estabelecida pela organização familiar durante a execução do trabalho.²²⁹

Para Witkoski, o camponês amazônico vive principalmente do extrativismo, utilizando daquilo que floresta oferece, seja na várzea ou na terra firme, adquirindo desde alimentação, remédios naturais, até a extração da madeira para construção de sua moradia, para a sua comercialização, ou até mesmo na confecção de “apetrechos de pesca”²³⁰, dessa forma, o autor explica que é na articulação do sistema agroflorestal que esse camponês amazônico vive, sendo um agente que necessita organizar sua produção:

Notamos, igualmente, que o extrativismo vegetal (ele próprio parte de um subsistema) relaciona-se, de uma forma ou de outra, com os outros subsistemas da unidade de produção familiar: a construção da casa do camponês e de sua família – centro de gerenciamento do sistema agroflorestal; a edificação de algumas das benfeitorias camponesas, geralmente relacionadas com o subsistema criação animal; a fabricação do principal meio de transporte camponês (as canoas) e alguns dos apetrechos que propiciam parte da dinâmica do subsistema extrativismo animal (a pesca); por fim, com a coleta da significativa biodiversidade de plantas, com fins medicinais, que acabam por sustentar a própria vida do camponês e a vida de sua família. Embora não possamos afirmar que o extrativismo vegetal seja o centro da atividade camponesa, ele ocupa um lugar relevante, como uma atividade em si, e na articulação geral do sistema agroflorestal.²³¹

Ao analisar a formação do campesinato na várzea amazônica, Manuel de Jesus Masulo Cruz enfatiza que a condição de campones-ribeirinho se mantém ativo na região, mesmo no

²²⁹ BAHIA, Joana. **O TIRO DA BRUXA: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011. p. 151.

²³⁰ WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p.28

²³¹ *Ibide*. p. 14.

período de grande crescimento da extração da borracha no século XIX, conforme explica, afirma que os trabalhadores realizavam outras atividades, para além da extração da borracha:

Isso mostra que os camponeses-ribeirinho não abandonaram a agricultura, matendo, portanto em varias localidades da Amazônia uma combinação de atividades: pesca, caça, extrativismo, agricultura, pequena criação e outras. Dessa forma, não exerceram somente a função de seringueiros, como se imagina para esse período, mas uma produção diversificada, que possibilitou aos camponeses-ribeirinhos manter uma certa flexibilidade com o sistema de barracão. Esse aspecto permite compreender um pouco da trajetória desse campesinato na região, pois com a crise da produção da borracha desencadeada a partir de 1910-1912, muitos camponeses-ribeirinhos abandonaram a extração do látex, porém não perderam a condição de campones.²³²

Evidente que o campesinato do Nordeste e Sudeste não pode ser aplicado de igual modo para a região amazônica, no entanto acreditamos que o ocorrido nas regiões estudadas dentro deste trabalho trata-se de sistemas agroflorestais, explorando rios através da pesca, nas plantações na várzea, em suma, práticas do caboclo que consegue sobreviver nas áreas de seringais.

Cruz explica que os Sistemas Agroflorestais, chamados pelos mesmos de SAFs, trata-se de uma alternativa viável na Amazônia, e considera os SAFs um outro viés sustentável de produção de famílias que vivem em área de várzea:

Na Amazônia, a agricultura familiar é desenvolvida dentro dos Sistemas Agroflorestais (SAFs), que foram e são implantados por comunidades indígenas, caboclas e ribeirinhas. Os SAFs, foram resgatados de culturas antigas e atualizados para atender às necessidades de evolução no uso da terra, especialmente em regiões tropicais; hoje se expandem por praticamente todas as regiões onde sejam possíveis os cultivos agrícolas e florestais (Daniel *et al*, 1999). Característica importante dos SAFs é a utilização de uma grande diversidade de plantas, manejadas para atender às necessidades vitais da comunidade, isto é, alimentação, saúde (uso de plantas medicinais), confecção de vestuário, construção de casas e abrigos, assim como manufatura de diversos objetos de uso comum, que incluem sistemas indígenas, cultivo itinerante ou migratório, sistemas tradicionais abertos ao mercado e intercultivo de plantas perenes arbóreas, arbustivas e palmáceas (EMBRAPA – CPAA, 1992).²³³

Quaresma analisou a vida das comunidades campesinas do nordeste paraense, e nos mostrou uma nova perspectiva quanto ao trato de quintais agroflorestais como espaços de

²³² CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. Tese- Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007, p. 24- 25.

²³³ CASTRO, Albejamere Pereira de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SANTIAGO, Jozane Lima; MATOS, Raimundo Barbosa; PINTO, Ilzon Castro. **Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas**. Acta Amazônia, vol. 39(2) 2009.

trabalho não reconhecidos, organizados pelas mulheres, ela explicita que por mais que as mulheres sejam responsáveis na manutenção do trabalho agrícola na região, elas são invisibilizadas e desvalorizadas, em detrimento da ideia de que o homem ainda é o esteio da casa e do trabalho ²³⁴.

Sobre o contexto da mulher na agricultura familiar na Amazônia, a autora nos mostra que os quintais agroflorestais são próximos as suas residências e fundamentais para a sobrevivência de suas famílias, sendo cultivados por mulheres. Neles são cultivados gêneros como: frutas, espécies agrícolas, além da criação de pequenos animais, as mulheres são as responsáveis pela lida nesses quintais, fortalecendo a vida das famílias que ali vivem²³⁵. Desse modo, entendemos que os sistemas agroflorestais têm se configurado como meio do camponês amazônico sobreviver, trabalhando dentro das florestas.

Dito isso, sabemos que, em 1950. o cenário dentro do Amazonas se encontrava caótico, afundado em uma dura crise econômica e o Plano Emergencial, conforme vimos no primeiro capítulo, tinha como intuito resgatar e integrar o Norte ao resto do país.

Na realidade, todos os planos elaborados para a região que também foram citados no primeiro capítulo seguiram essa lógica de integrar tal lugar, no entanto, ainda que fique claro que os técnicos que ajudaram a desenvolver o projeto, inseriram o trabalhador dentro das mudanças que deveriam ocorrer na região, compreendem-na a partir da ideia de concentração de populações em colônias, e apostava na imigração estrangeira, mais precisamente a japonesa para ajudar a desenvolver a economia. Tinham a ideia de que o estrangeiro fosse o elemento civilizatório responsável pela construção de um novo modelo social e econômico, mito presente na lógica imigratória desde o século XIX²³⁶.

Sabemos que os Planos realizados para que ocorresse o funcionamento da SPVEA, acabaram não se desenvolvendo conforme o esperado, tiveram pouquíssimo apoio por parte da União, do Governo Federal que, por vezes, atrasava o repasse do dinheiro e não transferia a quantia acordada pela lei, prejudicando o andamento das medidas de SPVEA.

A SPVEA tornava-se problemática, pois pensava o trabalhador como mão de obra fundamental concentrada em colônias, nisto, é importante frisar que se falava de famílias, mas

²³⁴QUARESMA, Amanda Paiva. **Mulheres e Quintais Florestais: A “Ajuda Invisível” aos Olhos que Garante a Reprodução da Agricultura Familiar Camponesa Amazônica** In: *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*: Prêmio Margarida Alves 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

²³⁵QUARESMA, Amanda Paiva. **Mulheres e Quintais Florestais: A “Ajuda Invisível” aos Olhos que Garante a Reprodução da Agricultura Familiar Camponesa Amazônica** In: *Coletânea sobre estudos rurais e gênero*: Prêmio Margarida Alves 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015, p. 7-8.

²³⁶SEYFERTH, Giralda. **Campesinato e o Estado no Brasil**. *Mana* 17(2): 395- 41, 2011.

as excluíaam do trabalho familiar, ou seja, as mulheres eram invisíveis da parte do governo, o que não nos surpreende, tendo em vista que essas trabalhadoras passaram por esse período de invisibilidade desde o governo Vargas, posicionadas em segundo plano ou nem sequer inseridas nas políticas para aqueles que trabalhavam na região.

Para Velho, a formação de um campesinato na Amazônia se deu, em grande parte, devido à migração nordestina para a região, os trabalhadores dos seringais passaram a cultivar gêneros alimentícios, evitando comprar nos barracões.

Em geral, essas famílias viviam em locais, sozinhos em meio a mata, ou em pequenas comunidades formadas em região, onde tinham terra disponível para realizar o plantio²³⁷. Velho destaca ainda que se tratava de um plantio que serviria para a sua própria alimentação, sendo cultivado inicialmente: arroz, milho, mandioca, feijão; desse modo, produziam através do trabalho familiar.

A propósito, Velho, ao discutir o campesinato na Europa Ocidental, simplifica questões importantes acerca da imobilização de trabalhadores em terras livres:

Concretamente, o que ele quer dizer (deixando de lado a sua tentativa equivocada de generalizar em termos da relação simplesmente quantitativa terra/mão-de-obra) é que dada uma área de terra livre, uma classe dominante pode impor uma imobilização da força de trabalho a fim de que ela não se disperse. Trata-se de uma sugestão muito interessante porque de certa forma acrescenta uma importante alternativa ao raciocínio de Turner. De acordo com Turner, se se tem terra livre, supor-se-ia o desenvolvimento de pequenas unidades produtoras em escala familiar. O próprio Marx generalizaria (Capital, Vol. I, cap. XXXIII da edição em inglês, XXV de outras edições): se se tem terras livres, tem-se produtores independentes e, no limite, a impossibilidade de uma centralização do capital e de produção baseada numa combinação da força de trabalho.

Queiroz mostra que existiu ali “foi um conjunto de camponeses ocupando na sociedade global uma posição de inferioridade política e econômica”²³⁸. Desse modo, o ideal da SPVEA ao criar as colônias agrícolas, tratava justamente de concentrar famílias em áreas aonde fosse de fácil o acesso para que aquilo que fosse produzido, isto é, transportado com maior facilidade, além disso, os indivíduos deveriam aprender técnicas de trabalho, a fim de aumentarem a produção de alimentos na região. Em suma, deixariam de ser “roceiros” para serem “agricultores especializados”, e assim controlarem melhor o que era produzido nas colônias.

²³⁷ VELHO, OG. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 190.

²³⁸ QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Campesinato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes. 1973, p. 30.

A agricultura familiar no Amazonas era de cultivo rudimentar e funcionou durante um bom tempo, através de sistema de troca, observado na mercadoria produzida pelo trabalhador por bens necessários para a sua vivência nos seringais. De acordo com as fontes orais, após a década de 1950, eles começaram a ter um contato maior com dinheiro, mas o valor pago por suas mercadorias era muito baixo, por isso se fez necessário fazer a roça para o consumo, com isto, não precisariam comprar alimentos que já foram plantados.

Desde o governo de Vargas que as políticas para a região eram mal implementadas e mostravam-se falhas em relação à realidade da região, logo, observamos que durante a Segunda Guerra Mundial, Lima²³⁹ explicita que os soldados da borracha migraram para a Amazônia respaldados por contratos que deveriam garantir a manutenção do trabalho que seria exercido por eles, segundo o autor, houve toda uma propaganda por parte do governo para atrair esses trabalhadores, no entanto, ao chegar aos seringais, a realidade de trabalho dentro das matas ainda se encontrava sobre o controle dos donos de seringais.

Algumas cláusulas do Contrato estariam divididas em duas partes, podemos ter dimensão dos direitos que os trabalhadores teriam na década de 1940, a partir da seguinte exposição:

- a) Os utensílios e ferramentas necessários ao serviço e a extração de látex, bom como armas e munições de caça, serão fornecidos aos seringueiros, gratuitamente, pelo patrão (cláusula I- alínea II).
- b) Os fornecimentos de mercadorias feitos ao seringueiro pelo seringalista não constituem operação de compra e venda, não sendo permitido sobre os mesmos qualquer acréscimo que represente lucro (cláusula II).
- c) O seringueiro se obrigará a trabalhar seis dias por semana, quer no período de safra, que no de entre- safra (cláusula 3).²⁴⁰

Os contratos deveriam garantir transporte, alimentação, mantimentos em geral para o trabalho, até que essas pessoas chegassem a suas colocações e se deparassem com outra realidade.

Um item interessante era a “assistência familiar”, conforme analisada por Secreto, ressaltando as diferenças e semelhanças de contrato entre SEMTA- (Serviço Especial de

²³⁹ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha:** das vivências do passado às lutas contemporâneas. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

²⁴⁰ Fundamentos de uma Proposta de Revisão das Atuais Condições de Produção da Borracha na Amazônia. Oferecidos a apreciação da comissão de controle dos acordos de Washington pelas Associações Comerciais do Amazonas/Associações Comerciais dos Seringalistas do Amazonas. Rio de Janeiro, dezembro de 1943. Imprensa nacional- rio de Janeiro – Brasil.

Mobilização de trabalhadores para a Amazônia) e da CAETA- (Comissão Administrativa de Encaminhamento de trabalhadores para a Amazônia), para a autora, a maioria optou pelos contratos oferecidos pela SEMTA que, por sua vez, seria responsável por fornecer essa assistência que seria dada para as famílias dos trabalhadores que ficaram no Nordeste, aguardando para, posteriormente, viajarem para encontrar seus maridos. Assim, “as famílias assistidas seriam creditadas dois cruzeiros por dia por dependente, não superando o montante de oito cruzeiros, qualquer que fosse o número de dependentes”²⁴¹, além desse valor, deveria ser pago uma quantia proporcional ao tempo de duração de contrato do trabalhador. No entanto, observa-se que em 1944 esse pagamento foi suspenso pelo governo federal, isto evidencia o descaso com os contratos criados para esses trabalhadores²⁴².

Ademais, a segunda parte do contrato abordava as obrigações que os seringalistas deveriam ter para com os trabalhadores, seriam elas:

[...] entregar ao seringueiro as estradas arrendadas em condições que permitissem sua exploração imediata; fornecer adiantamento em gêneros alimentícios, peças de roupa e medicamentos de uso comum, utensílios e ferramentas necessários aos serviços e a extração de látex, inclusive arma e munição de caça, Esses fornecimentos, supostamente, não poderiam visar lucro e deveriam ser lançados na caderneta do seringueiro.²⁴³

Secreto explica que “eram contratos para inglês ver”²⁴⁴, e tinham apoio da SEMTA e da CAETA, ou seja, deveriam garantir que esses seringueiros tivessem uma realidade de trabalho diferente daquela vivenciada no primeiro ciclo da borracha (1879 - 1912).

Em boa parte, essas medidas não foram cumpridas, porque ao chegarem aos seringais, os trabalhadores continuaram vivendo desamparados por parte do governo, e segundo as regras do patrão, diferentemente do contrato, tudo que era consumido no barracão era cobrado e em valores bem altos.

O governo regional e federal, ao deixarem de fazer as fiscalizações nas áreas, a fim de fazer os contratos serem cumpridos, contribuíram para que trabalhos análogos à escravidão se instalassem nessas regiões; além disso, as mulheres que foram trabalhar nos seringais ficaram

²⁴¹ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha:** Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007, p. 93.

²⁴² Ibid. p. 106.

²⁴³ SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha:** Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007. Soldados da Borracha. Cap. A peça fundamental: o contrato. p 93

²⁴⁴ Ibid, 2007. P.93-96.

totalmente invisíveis, e permaneceram assim durante anos, sendo que o número delas era considerável, se comparado à área urbana de Manaus, conforme veremos mais adiante.

O final da Guerra contribuiu consideravelmente para que ocorresse uma migração do trabalho da coleta do látex para a agricultura, logo, não estamos afirmando que o extrativismo foi totalmente abandonado, mas por um período dentro dos seringais, sem a fiscalização constante dos patrões, seguiram cultivando de forma liberada, agora a agricultura estava em pauta e elas acabaram colaborando para que seus filhos, já crescidos nesse período, aprendessem a trabalhar, sobretudo com o fim do segundo ciclo da borracha.

Ainda que uma parte desses trabalhadores tivessem se retirado em direção à cidade logo após a crise da borracha na década de 1940, muitas pessoas também resolveram continuar morando nos seringais²⁴⁵. Com efeito, através do censo, podemos ter dimensão do número de pessoas que continuaram nos seringais, sobretudo mulheres, sendo que em 1960 a população do Amazonas era em torno de 721 215, já na década de 1970:

Quadro 1 – População recenseada, Amazonas 1970

POPULAÇÃO RECENSEADA AMAZONAS EM 1970			
TOTAL	QUADRO URBANO	QUADRO SUBURBANO	QUADRO RURAL
960 934	382 409	26 779	551 658

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1960/1970

Através do censo de 1960/1970 temos dimensão do número da população urbana e rural: “Nos quadros urbano e suburbano foram recenseados 409 278 habitantes, que representam 42, 59% da população do Estado. A população rural, representada por 551 656 habitantes, constitui 57, 41 %.²⁴⁶”. Temos ainda o número da população do Amazonas dividida por sexo e idade:

²⁴⁵ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

²⁴⁶ MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Fundação IBGE Instituto Brasileiro de Estatística Departamento de Censos. VIII Recenseamento Geral – Amazonas, 1970, p. 15.

Quadro 2 – População residente

POPULAÇÃO RESIDENTE								
TOTAIS			POPULAÇÃO URBANA			POPULAÇÃO RURAL		
Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Estado- 955 235	481 848	473 546	Estado- 955 235	194 930	210 901	Estado- 955 235	482 062	473 173

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 1960/1970

Ainda que o número de homens seja superior ao de mulheres na área rural do Amazonas, a diferença que parece no censo não é tão alarmante, na verdade apresenta um aumento, se comparado com o sendo de 1950, pois no período anterior, o número era de 178. 107 mulheres e 198. 256 homens morando em área rural²⁴⁷.

Temos a indicação de que essa população não se retirou imediatamente após o fim da Segunda Guerra das áreas onde moravam nos seringais, na realidade acreditamos que pelo menos até início da década de 1950, essas trabalhadoras sofreram uma enorme pressão por parte dos patrões.

Durante esse período, o trabalhador ficou à mercê dos patrões, em uma lógica em que se reproduzia o sistema de trabalho anterior, os patrões exploravam essas famílias vulneráveis, em meio às matas, e foram as mulheres que garantiram a sobrevivência, cultivando alimentos, para evitar-se comprar nos barracões e se tornarem menos dependentes daquele sistema de comércio²⁴⁸.

A história de trabalho de mulheres em área rural conta com um número de pesquisas sobre o tema que são de fundamental importância para posicioná-las em evidência, conforme vimos na coletânea *Gênero e geração em contextos rurais*, organizada por Scott, Cordeiro e Menezes, ou seja, estudos que têm as mulheres como protagonistas, inclusive sobre a violência contra elas na área rural²⁴⁹.

²⁴⁷ IBGE. **Anuário estático do Brasil**. Ano XI - 1950. Rio de Janeiro, 1951.

²⁴⁸BRITO, Agda Lima. **Mulheres no seringal**: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

²⁴⁹SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda (Orgs). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

Bruno²⁵⁰, através da narrativa dos grupos produtivos de mulheres localizadas nos Territórios da Cidadania em áreas de reforma agrária, ressalta as desigualdades entre homens e mulheres naquelas regiões, uma pesquisa rica que trata dessas relações de gênero.

Bahia²⁵¹, ao tratar do campesinato de origem alemã, e habitantes da região do Estado do Espírito Santo, analisa a cultura desse grupo sob o ponto de vista da literatura conceitual sobre campesinato, de modo a compreender como eles viviam e mantinham sua cultura camponesa no Brasil. Neste sentido, a autora investigou as relações de gênero, como essas mulheres se destacavam, não apenas na manutenção do trabalho familiar, mas também nas práticas de cura, relacionando o domínio de habilidades consideradas mágicas e de domínio feminino.

Ressaltamos ainda que esses estudos sobre mulheres²⁵² nos ajudam a pensar como, durante anos no Brasil, o trabalho no campo esteve ligado ao gênero masculino, mesmo quando sabemos que em áreas como Norte e Nordeste²⁵³, por exemplo, a mulher esteve inserida em várias atividades ligada ao âmbito do trabalho.

A esse respeito, Michelle Perrot em seu livro, como, por exemplo: *As mulheres ou os silêncios da história*, sinaliza sobre ausência de estudos sobre as mulheres. A autora analisa o cotidiano de mulheres anônimas ao tratar de diversas questões, utilizando-se de várias fontes, inclusive o trabalho com memória, demonstrando como elas resistem até mesmo dentro da história, rompendo com o silêncio que lhes eram impostos²⁵⁴.

Para Woortmann, por exemplo, o pai de família é o chefe de uma casa, este transmite os processos de trabalho para o filho e com isso “É pelo saber que o pai “governa”, “dá a direção” do processo de trabalho, face ao sitiante ou ao agricultor”²⁵⁵. Segalen explica que o trabalho no campo está em torno do homem e da mulher, de modo interligado, mas o discurso está sempre voltado para a ideia de hierarquia sob a qual a mulher é subordinada ao homem²⁵⁶.

²⁵⁰BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. *ANTHROPOLÓGICAS*, ano 16, volume 23(1), 2012.

²⁵¹BAHIA, Joana. *O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã*. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011.

²⁵² A criação do Prêmio Margarida Alves que era promovido pelo MDA e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), foi muito importante, pois foram elaboradas coletâneas que tinham como foco os problemas de gênero no meio rural. Essas coletâneas podem ser facilmente encontradas pela internet.

²⁵³ MORGA, Antonio Emilio (Org). *História das mulheres do norte e nordeste brasileiro*. Alameda, 1ªED. Manaus, 2015.

²⁵⁴ PERROT, Michelle. *As mulheres ou os silêncios da história*. Bauru: Edusc, 2005.

²⁵⁵ WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Negueia” O Campesinato Como Ordem Moral. Anuário Antropológico/87. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990, p. 43.

²⁵⁶ SEGALLEN, M. *Mari et femme dans la société paysanne*. Paris: Flamarion, 1980, p. 167.

Woortmann demonstra que se o trabalho feminino não é “produtivo”, é reprodutivo, e garante a reprodução do grupo doméstico e de trabalho:

É evidente que o trabalho da mulher é de tempo parcial porque, pela divisão sexual do trabalho, ideologicamente engendrado, competem-lhe as tarefas domésticas – aparentemente não consideradas por ele como trabalho. Parece tratar-se aqui da mesma oposição ideológica entre o roçado e a casa, entre o trabalho e a ajuda, nas representações do campesinato brasileiro. É como se houvesse um trabalho parcial “produtivo” (desde o ponto de vista economista) e outro “não produtivo” (as atividades realizadas na casa).²⁵⁷

Seyferth, ao analisar sobre as relações de gênero entre imigrantes camponeses alemães na região sul do país, destacou que a “divisão simples do trabalho, por sexo e idade, e a uma produção destinada ao abastecimento do lar e à comercialização de excedentes”²⁵⁸, determinou o papel feminino nesse sistema, revelando que por mais as mulheres fossem fundamentais na economia camponesa, não é a mulher que toma a decisão de migrar. E que elas não participavam da partilha da terra, seus parentes a colocam ficando fora da divisão da herança e as preterindo para os homens da família, considerados “herdeiros naturais” da terra, evidenciando, assim, a autoridade masculina. Entretanto, no cotidiano do trabalho agrário, essas mulheres realizavam trabalhos pesados, sobretudo na ausência de seus maridos, trabalhando arduamente nos lotes coloniais e, muitas vezes, realizando o reabastecimento de gêneros alimentícios nos mercados locais²⁵⁹.

Essas mulheres trabalhavam em vários serviços, tais como: pescar, colher frutos, fabricar farinha, realizar a coleta de látex, defumar borracha, mas principalmente realizar o serviço de roça, a roça estava concentrada boa parte da energia dessas mulheres, em muitos casos acompanhadas de seus filhos, essas trabalhadoras - desde cedo - realizavam todas as etapas necessárias para uma boa colheita.

Essa atividade se estende por um longo período dentro do Amazonas e são essas mulheres que ficaram à frente desse plantio, ensinando seus filhos e, em alguns casos, seus maridos, a plantar naquelas terras amazônicas, ou seja, nas áreas de seringais onde moravam e continuaram morando por um longo período, esses dados reforçam que o trabalho feminino não

²⁵⁷ WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros. **Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia. HUCITEC. São Paulo: Brasília, 1994, p. 35.

²⁵⁸ SEYFERTH, Giralda. **Família, condição feminina e imigração**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013, p.4.

²⁵⁹ Ibid.

só esteve presente nessas regiões, mas também que as atividades realizadas pelas mulheres estavam intimamente ligadas à sobrevivência de suas famílias.

Conforme ressaltamos, durante pelo menos boa parte da década de 1950, essas famílias ficaram atreladas aos desmandos dos patrões, trocando borracha por mercadorias, porque tinham preços abusivos, conforme a borracha vai declinando com o fim da Segunda Guerra Mundial, o patrão exploraria os núcleos familiares de diversas formas, dando uma maior importância a outras mercadorias, tendo em vista o declínio da produção da borracha e falta de alimentos na cidade e em Manaus²⁶⁰.

Dando ênfase ao início da década de 1950, após o final da Segunda Guerra Mundial, ocorreram entraves que colaboraram para que o Amazonas se encontrasse em situação de crise, como da borracha que afetou a região, pois este era um dos principais produtos que eram exportados.

No início de 1950, essas famílias que continuaram vivendo nas colocações, sendo imigrantes ou não, e estavam trabalhando para os patrões quando se viram frente a uma situação complicada, isto porque durante boa parte da década de 1950, essas pessoas tiveram que lidar com os patrões, pois os donos de seringais de alguma forma tentavam sair do prejuízo causado pela crise, podemos perceber tal cenário através da análise do *Jornal do Comercio*²⁶¹ que foi feita no trabalho de dissertação²⁶² e das fontes orais.

Em meados de 1950 e início de 1960 vai ocorrer um afrouxamento do controle exercido pelos patrões, mas irão surgir outros problemas na vida dessas pessoas, conforme veremos mais à frente.

Dito isso, à medida que a pressão por parte do seringalista aumentava, mais as mulheres adquiriram aos poucos um papel principal, pois, os altos valores das mercadorias nos barracões tornavam a sobrevivência do trabalhador algo impossível, de modo que a produção delas, seja de farinha, de roça, de pesca, acabava sendo essencial dentro das matas, tanto para o consumo familiar quanto para a venda, tendo em vista que elas tanto produziam para o consumo próprio,

²⁶⁰ **Valorização Econômica da Amazônia:** Programa de Emergência. (Artigo 19 da lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953). S.P.V.E.A. Setor de Coordenação e Divulgação. Belém- Pará-Brasil, 1954.

²⁶¹ Na década de 1950, o *Jornal do Comércio* do Amazonas publicava as reuniões dos associados do comércio que debatiam sobre a borracha, além de notícias sobre controle do seu preço, temos pedidos de liberação e crédito, de bonificação aos produtores de borracha. Além de ser um assunto que esteve em pauta nas mensagens de governo desse período, sobretudo com governo de Gilberto Mestrinho, já na década de 1960, quando se estende um pouco mais sobre o assunto em busca de apoio das elites locais.

²⁶² BRITO, Agda Lima. **Mulheres no seringal:** Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

quanto para vender, em suma, em busca de obterem mantimentos que não conseguiam na floresta, nem na roça.

Ademais, muitas outras atividades de trabalho são realizadas dentro das florestas Amazônicas, levando em consideração a infinidade de frutas, árvores, ervas e rios que nos revelam um ambiente bem amplo de afazeres, levando em consideração cada região da Amazônia.

Sabendo que as mulheres estão inseridas nestes trabalhos de roça, entre outros que serão descritos mais à frente, mesmo após a década de 1940, podemos constatar a participação delas no desenvolvimento da agricultura de subsistência na região.

A questão da violência por parte do patrão nos abre um tópico importante acerca do trabalho análogo à escravidão, se levarmos em consideração que na década de 1940 já constava o mesmo na legislação. Entretanto, essa lei efetivamente não era cumprida no Amazonas, destacando partes da mesma, podemos perceber como a realidade esses trabalhadores são descritos no código penal:

Art. 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (Redação dada pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003)²⁶³.

Para Rocha e Brandão, no Brasil, sempre houve dificuldades para assumir que existiam práticas de trabalhos semelhantes à escravidão em seu vasto território. Os principais interessados em denunciar esse tipo de prática tratava-se de alguns segmentos da igreja católica, que até ao atual momento, tiveram um papel fundamental no Brasil, no combate ao trabalho análogo à escravidão, atuando como membros de movimentos sociais. Assim, as denúncias acerca do trabalho escravo em regiões rurais aumentaram na década de 1960, justamente no período da ditadura militar.

Vale lembrar que durante o regime, tornava-se difícil combater essas práticas de exploração, o que não silenciava essas lideranças, na década posterior, esses grupos até que

²⁶³ Art. 149 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40. CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Acessado em 05 de maio de 2020. <https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>.

conseguiram realizar um número maior de denúncias, conseguindo obter uma maior transformação desse quadro²⁶⁴.

Dessa maneira, observamos que a violência utilizada contra as famílias, a fim de mantê-las e evitar possíveis fugas, implicava em uma série de estratégias por parte dos seringalistas, dentre elas, podemos citar métodos sem ou com o uso da força física. Para Bourdieu, a violência simbólica está ligada a construção social, nela ocorre uma “primazia universalmente concedida aos homens”, baseada em uma divisão sexual onde o homem acaba se beneficiando, envolvendo outro tipo de violência:

A violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação) quando ele não dispõe, para pensá-la e para se pensar, ou melhor, para pensar sua relação com ele, mais que de instrumentos de conhecimento que ambos têm em comum e que, não sendo mais que a forma incorporada da relação de dominação, fazem esta relação ser vista como natural; ou, em outros termos, quando os esquemas que ele põe em ação para se ver e se avaliar, ou para ver e avaliar os dominantes (elevado/baixo, masculino/feminino, branco/negro etc), resultam da incorporação de classificações, assim naturalizadas, de que seu ser social é produto.²⁶⁵

Nesse sentido, dentro dos seringais, quando falamos de relações violentas com ou sem o uso da força física, estamos falando de relações de poder que os seringalistas exerciam sobre essas famílias, pois tinham meios de exercer um certo controle sobre seus trabalhadores.

Os livros de contas, por exemplo, simbolizavam um dos instrumentos de controle, tendo em vista que neles eram anotadas as compras de cada trabalhador, sendo que constantemente os números sofriam alterações em seus valores, tendo como objetivo prejudicar os seringueiros.

Albuquerque²⁶⁶, ao analisar a história de resistência desses trabalhadores do rio Muru, destaca suas vivências na mata, demonstra uma história de lutas, de solidariedades entre essas famílias, em boa parte das entrevistas feitas por Albuquerque, percebemos a marcante relação entre o barracão e colocação (alterações nas contas), deixando os seringueiros mais endividados. Os trabalhadores mesmo não sabendo ler, buscavam as dívidas pela memória, tendo certeza de que não haviam consumido tantas estivas. Assim, observou-se que muitos

²⁶⁴ROCHA, Graziella e BRANDÃO, André. **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais**. R. Katál. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013, p. 197-198.

²⁶⁵BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. - Rio de Janeiro, 2012. p. 47

²⁶⁶ALBUQUERQUE, G. R. **Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras**. Rio Branco - Acre: Editora da Universidade Federal do Acre – EDUFAC. v. 01., 2005, p. 60.

reagiram - a seus modos - como fugindo das colocações, devolvendo as mercadorias, e até mesmo questionando as pendências adquiridas.

Uma das entrevistadas que trabalhou em um barracão, no Pauini, recebendo borracha, castanha, carne de caça, produtos levados pelos seringueiros para os barracões dos patrões, a fim de comprarem coisas nos barracões, relatou quando trabalhava com seu irmão mais velho não enfrentava grandes problemas na hora de trocar mercadorias com os seringueiros por mantimentos do barracão. A entrevistada revelou que, após seu irmão mais velho ser preso por ter se metido em uma confusão, ela, juntamente com seu irmão menor, acabou ficando responsável pelo barracão, a pedido do mais velho. A partir daí, ela relatou que começaram a ocorrer conflitos entre ela e os seringueiros, uma vez que eles exigiam mercadorias, e Altina²⁶⁷ não era autorizada pelo dono do barracão a entregar mercadorias aos presentes, na sua ausência.

O dono do barracão onde Altina trabalhava, morava na cidade, e ficava viajando entre a cidade e o seringal, com isso, todas as vezes que o patrão ficava ausente, ela tinha que criar formas de se defender para não sofrer violência por parte do seringueiro, nos relatando: *nós não tínhamos ordem para fazer isso, não era que a gente não queria fazer, a gente não tinha era capacidade de fazer (de entregar o que o seringueiro queria), botar aquilo na mão dele sem ter uma (ordem)*²⁶⁸, ou seja, não poderia entregar a mercadoria e por isso passava por enfrentamentos, uma vez que o freguês exigia ser pago.

Para Bandeira e Yasmin, o trabalho análogo à escravidão ali se estabelecia, haja vista que era muito lucrativo para o proprietário, se por um lado, no século XIX, o escravo ao ser comprado se tornava uma propriedade do senhor, por outro, o trabalhador explorado do século XX e XXI se tornou lucrativo, porque recebia muito pouco e podia ser facilmente descartável, com baixa manutenção. Em outras palavras, normalmente faz parte dessa parcela que são explorados no trabalho, pessoas que vivem em estado de pobreza²⁶⁹.

De acordo com Gomes, a discussão central do trabalho escravo contemporâneo vai muito além de somente manter o trabalhador sobre o controle do empregador através da

²⁶⁷ LIMA, Altina Lopes Lima. **Altina Lopes Lima. depoimento [08 maio. 2013]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

²⁶⁸ LIMA, Altina Lopes Lima. **Altina Lopes Lima. depoimento [08 maio. 2013]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

²⁶⁹ D' ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes; RABÊLO, Rebeqa Yasmin Teotônio Pereira. **O projeto de Lei 3.842/12 e o Abrandamento do conceito de Escravidão Contemporânea: Uma Análise a Luz do Princípio da Vedação ao Retrocesso e da Dialética da Colonização**. In: FIGUEIRA, Rezende (Org). **Estudos sobre as formas Contemporâneas de trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018. p. 573.

violência, outro motivo que é pouco discutido e contribui para que se perpetue esse tipo de exploração. Isto se trata de fatores como o isolamento geográfico, conforme aponta:

Assim, a hipótese e linha condutora desta reflexão é a de que o trabalho escravo contemporâneo é um caso paradigmático de 'fim' de direitos de cidadania, e não só de direitos sociais do trabalho. Por isso, sua centralidade como evento histórico não está no número de trabalhadores que atinge, mas na forma desumana e radical em que os atinge. Exatamente por tal razão, o combate ao trabalho escravo contemporâneo é um indicador precioso de como os direitos do trabalho podem funcionar como ponta de lança para a defesa dos direitos da pessoa humana numa sociedade que se quer democrática.²⁷⁰

Este tipo de método nos leva a pensar acerca de discussões recentes como o trabalho análogo a escravidão, a colaboradora revelou ainda que passou anos no Pará, ajudando vítimas de trabalho escravo na região norte²⁷¹. O que nos chamou atenção foram as possíveis causas desse tipo de trabalho ter se mantido naquele período, estendendo-se até o presente momento, sobretudo quando falamos de trabalho rural, que em geral não está relacionado à extração da borracha²⁷².

Em sua pesquisa, Rezende observou que na Amazônia, destacando o Pará, estado que viveu conforme grandes projetos e recebia verbas do Governo, o autor percebeu que existia uma forte violação das leis trabalhistas e um aumento substancial das dívidas. Ele explica:

Contudo, o problema da escravidão existente naquela região e em diversas partes da Amazônia brasileira foi constatado também em outras áreas do país, embora com diferentes características, entre elas as atividades produtivas, o tempo de execução das tarefas, as formas de reter a pessoa na área do trabalho, ou as formas de repressão aos refratários ou insubordinados. Em comum havia sempre a dívida, que podia ser real ou fictícia, e a obrigação de saldá-la antes de sair do imóvel.²⁷³

Segundo Gomes, a questão do trabalho forçado esteve em discussão no decorrer dos anos, mas sempre com características diferentes e variadas interpretações da parte de estudiosos²⁷⁴.

²⁷⁰ GOMES, Ângela Maria de Castro. **Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 167-184 – 2012, p. 169.

²⁷¹ **JORNAL REDE BRASIL ATUAL**. Página Acessada em 10 de maio de 2020. <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/11/para-padre-e-ati-vista-pais-pode-voltar-a-formas-tradicionais-de-escravidao/>.

²⁷² FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos avançados**. vol.14 no. 38 São Paulo. Jan./Apr, 2000.

²⁷³ Ibid. p. 33.

²⁷⁴ GOMES, Ângela de Castro. **Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema**. História Oral, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan.-dez. 2008, p. 12.

Entender como se dão essas relações no período e como vão se perpetuando, faz-se primordial para que essa questão do trabalho compulsório seja compreendida na região, assim como as mudanças que vão ocorrendo no decorrer dos anos.

De acordo com Lima²⁷⁵, sabemos que esses trabalhadores viveram anos nessas regiões sobre o domínio do patrão, e tiveram que criar formas de resistência, burlando a ordem e dinâmica do serviço nos seringais, uma vez que, percebendo que eram muito mal remunerados, começaram a reagir, criando mecanismos para não precisar usufruir dos materiais vendidos no barracão.

Para Scott, a resistência cotidiana que os trabalhadores realizaram diz muito sobre sua organização, para o autor essas, “batalhas” normalmente não chamam tanto a atenção de pesquisadores e mostram que os camponeses enfrentaram constantemente vários obstáculos e buscaram resistir em seu cotidiano de trabalho.

Em outras palavras, entender essas formas de boicote mostra-nos a luta cotidiana dos camponeses no âmbito do trabalho, e não devem ser ignoradas ou tratadas de como um objeto de análise “menor”, isto é, por não se tratar de grandes lutas, logo esses modos de resistência cotidiana estão longe de serem historicamente insignificantes²⁷⁶.

A esse respeito, Thompson nos traz uma importante visão acerca de rebeliões de populares, frente aos altos preços do mercado, ainda mais quando analisou o “modelo paternalista do mercado de alimentos”, ele percebeu que ao confrontar esse modelo com política econômica de livre mercado de grãos, quando elevavam os preços dos cereais, a população organizava reivindicações, em busca de regular os preços. Analisando essas reinvenções, percebemos que “os motins da fome”²⁷⁷ buscavam lutar contra o racionamento financeiro, as práticas usadas pela população era uma forma de prejudicar os proprietários pelos preços elevados cobrados, que permitia que ricos comprassem pão à vontade, em outros termos, isto era um dos principais alimentos consumidos pela população, enquanto os outros trabalhadores não tinham como ter acesso ao alimento, devido aos altos preços cobrados.

Aplicando tal interpretação a realidade dos seringais, observamos que o trabalhador explorado pelos padrões buscou formas de resistência, nisso, destacamos o fazer a roça de modo

²⁷⁵ Na dissertação de mestrado de BRITO, Agda Lima. **MULHERES NO SERINGAL: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950)**, através de entrevistas e recortes de jornais, temos o entendimento de que o trabalho compulsório continua até pelo menos 1950.

²⁷⁶ SCOTT, James C. **FORMAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA**. (Tradução: Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra). **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun. 2002, p. 11 – 13.

²⁷⁷ THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 257.

clandestino, uma vez que o patrão não permitia tal prática, e assim o seringueiro escondia a mercadoria, cultivando os próprios alimentos para evitar aumentar suas dívidas junto ao patrão, ou trocando mercadorias extraídas da mata. Através das entrevistas, podemos ter um panorama de como ocorriam essas relações de trabalho, que eram danosas para as famílias.

Conforme aponta Monteiro, filho de mãe solteira²⁷⁸, ele nos falou sobre o serviço de cortar a seringueira, em sua fala, é interessante perceber que não só ele aprende a trabalhar com sua mãe, mas ela ensina seu padrasto também:

[...] eu não fui criado com pai, eu não conheci nem meu pai! Eu fui criado com padrasto e esse meu padrasto não sabia cortar seringa, quem ensinou foi minha mãe, ele ia para a estrada também, aí ia eu, mamãe e ele. Quando não era a mamãe, era ele que carregava uma escadinha (...).

Cortava, deixava o corte, pegava o balde, vinha colher na estrada, era uma mão de obra horrível. Aí fui crescendo, fui crescendo, fui aprendendo a trabalhar em outros trabalhos, eu trabalhei em sorva²⁷⁹, em maçaranduba²⁸⁰, em pau rosa²⁸¹, todos esses trabalhos eu participei para eu sobreviver, com 12 anos eu tomei conta da minha vida, uma responsabilidade...²⁸².

Foster enfatiza que o camponês vive de seu trabalho, e por isso busca sua sobrevivência em um universo de trabalho, onde precisa constantemente se manter através do cultivo da terra²⁸³, devido também à falta de melhorias em suas vidas, o que o autor chama de “bens limitados”. O trabalho camponês, segundo Oliveira e Duarte, busca suprir as necessidades da família, desse modo todos os membros da família trabalham muito:

²⁷⁸ Para a antropóloga Sabrina Finamori, muitas mulheres começaram a adotar o termo “mãe solo”, buscando desprender a ideia de relação parental, a família nuclear como centro, que estava associada ao termo “mãe solteira”. A expressão mãe solo tem se tornado comum entre os coletivos feministas no Brasil e está se difundindo cada vez mais. Ver estudo: FINAMORI, Sabrina. “**Mães solos**”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. Anais 43º Encontro Anual da ANPOCS. -<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st34-4/11829-maes-solos-parentalidades-conjugalidades-e-nocoes-de-familia/file>. Página Acessada em 23 de junho de 2020

²⁷⁹ Planta lactescente, medindo de 2 a 13 m de altura. In. DONADIO, L.C. **Dicionário das Frutas**; LORENZI, H. **Árvores Brasileiras**.

²⁸⁰ Árvore lactescente de 30-50 m de altura, dotada de copa arredondada e aberta, facilmente reconhecida na mata pela coloração amarelada-pálida da parte inferior de sua folhagem. Ver em Embrapa. Página Acessado em 17 de maio de 2020. <https://www.embrapa.br/agrossilvipastoril/sitio-tecnologico/trilha-ecologica/especies/macaranduba> .

²⁸¹ Árvore de grande porte, podendo atingir 30m de altura e 2m de diâmetro. Página Acessada em 17 de maio de 2020. https://www.inpa.gov.br/sementes/iT/4_pau-rosa.pdf.

²⁸² MONTERIO, Francisco. **depoimento**. [07 fevereiro. 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

²⁸³ FOSTER, George M. “**Peasant Society and the Image of Limited Good**”. *American Anthropologist*, vol. 67, nº 2, April, 1965.

Na agricultura familiar o interesse econômico e os interesses pessoais e subjetivos podem se realizar ao mesmo tempo. A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora (número de seus membros capazes de trabalhar e produtividade da unidade de trabalho) e; pelo grau de esforço do trabalho (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.138). Enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz, a família que trabalha, sem utilizar trabalho pago, prossegue em sua atividade (CHAYANOV, 1966/1977/1981, p.139).²⁸⁴

O sofrimento e a miséria são representações construídas em torno do cotidiano camponês, enraizado em torno do trabalho, um serviço árduo, penoso, onde desde cedo as crianças são ensinadas que o trabalho no campo, na manutenção da terra, da roça, trata-se de uma rotina pesada, porém honrado²⁸⁵, cansativo e, neste caso, em especial dos seringais, com pouco retorno financeiro.

Raimunda Vidal: *o meu pai sempre me levava na beira do rio, para trocar por jerimum, feijão, banana, essas coisas assim, na beira do rio, porque as vezes não tinha né*²⁸⁶. Logo, a entrevistada explica que chegavam a produzir uma boa quantidade de mercadoria, mas tinham dificuldades de ter saída desses gêneros alimentícios, por isso iam até a beira do rio tentar trocar por outros mantimentos, ela explica ainda que trabalhavam muito, em um ambiente que tinha fartura, mas o valor da mercadoria era baixo, revelando um ambiente duro de trabalho e com uma série de implicações.

Sobre problemas que enfrentaram no seringal quando morava com sua mãe, o entrevistado Monteiro relatou algumas dificuldades de trabalho nos seringais, isto é, quando ainda trabalhavam com a extração do látex:

Por que a seringa é perigosa? por esse motivo! No seringal sofria muito, ele tinha que dar duas voltas na estrada de seringa, e ele tinha que cortar todo dia, começa segunda-feira (vai até) sábado e só parava domingo, se ele quisesse pagar o patrão, às vezes nem pagava...

O seringueiro ele comia farinha podre, açúcar com querosene (...) só vestia aquelas roupas mesmo mais horrível do mundo que o patrão levava, o seringueiro era um cativo, de primeiro era um cativo...

E agora, arriscado também uma fera, um bicho, uma cobra, serpente...²⁸⁷

²⁸⁴ OLIVEIRA, Eliane de; DUARTE, Laura Maria Goulart. **Economia Camponesa a Agricultura Familiar: Evolução do Uso da Biodiversidade do Cerrado.** IV ENANPPAS - Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade. p. 5.

²⁸⁵ BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã.** Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011, p. 322-323.

²⁸⁶ VIDAL, Raimunda. **depoimento. [07 de fevereiro 2020].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

²⁸⁷ MONTERIO, Francisco. **depoimento. [07 fevereiro. 2020].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

A situação precária em que viviam os seringueiros remete seu Francisco Monteiro a comparar os seringais a cativeiros, a comida podre em tempos difíceis, a roupa em condições de trapos e ainda o medo de enfrentar, caso aparecesse, os bichos da floresta que ofereciam constante perigo para essas famílias. Assim, totalmente absorvida pela extração do látex, elas acabavam passando fome em um ambiente que era farto de animais, frutas e plantas, sob os olhos do patrão.

Ainda sobre o trabalho nos seringais, temos o relato de seu Severino Militão, filho de mãe solo que aprendeu a cortar e plantar com sua mãe, ele conta-nos sobre o serviço no seringal que permaneceu trabalhando durante anos:

Tinha o patrão, todos nós tínhamos patrão (...) a senhora sabe eu vou dizer para senhora. Até hoje, nós éramos considerados como escravos, sabe por quê? O nosso limite era assim, o patrão deixava um total de rancho, então a gente tinha que cobrir aquilo (o rancho que foi deixado) com a borracha, por que justamente a borracha que nós produzíamos que iam para os Estados Unidos, para fazer lá, os preparos da guerra né, para os homens combaterem, isso foi os que trabalhavam (os soldados da borracha) e os outros lá...²⁸⁸

Severino Militão trabalhou bem jovem, já no período do final da Segunda Guerra Mundial, em sua narrativa fez questão de deixar claro que o serviço de agricultura era muito melhor, pois no trabalho com borracha, os patrões os tratavam como escravos:

Então os patrões, eram os coronéis, nos chamávamos (eles de) os coronéis de barranco (...)
Esses homens eram os caras, o que eles dissessem tinha que ser! Era sim senhor! O que eles dissessem tinha que ser, se ele disse para mim, você não vai para o canto de lá, eu não ia não, tinha que ser do jeito que eles queriam! A borracha os caras faziam e entregavam (para os patrões), então nos (éramos) considerados assim como escravos, desculpa dizer essa palavra, mas a gente andava quase nu no mato, só com um calçãozinho todo estraçalhado, todo rasgado...²⁸⁹.

Interessante perceber a associação dos entrevistados, do trabalho na seringa, com o “escravo”, “cativeiro”, em situação precária, ou ainda com o básico para se viver “quase nu no mato” e com medo dos patrões.

²⁸⁸ MILITÃO, Severino. **depoimento**. [07 fevereiro. 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

²⁸⁹ MILITÃO, Severino. **depoimento**. [07 fevereiro. 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

A respeito do serviço pesado na mata, no corte da seringa, dona Maria de Nazaré também foi agricultora, e apontou as dificuldades desse serviço da seguinte forma:

Eu já tinha assim uns 14 anos (quando começou a cortar), a gente cortava assim: ia para o mato, cortava a seringueira (...) para pegar o leite, aí quando a gente terminava de cortar, voltava para colher aquele leite lá, aí a gente ia, voltava pelo mesmo (caminho, que eram as estradas com as seringueiras) que a gente começou colhendo já o leite já, da seringueira. Aí dentro de um balde assim grande (mostra com as mãos), aí a gente ia defumar...

Botávamos o fogo com aquele pedaço de madeira verde né, então botávamos fogo, saía aquela fumaça...aí as vezes a gente terminava de defumar o leite já era bem umas 3 horas...

Depois a gente carregava, levava para o patrão, de primeiro eram os patrões, aí ia comprava o rancho na casa do patrão. A conta, a borracha já era para pagar o rancho e tira outra (borracha), era assim... Dava um pouco.²⁹⁰

Quando dona Maria Nazaré fala que “dava um pouco”, ela se refere ao ganho que na época era pago em mercadoria, um sistema de troca que permaneceu durante muito tempo no Amazonas: *Não tinha quase dinheiro naquela época, a gente trabalhava pra comer e para sobreviver, mas era da seringa, a gente vendia né, e comprava as coisas, calçado, roupa essas coisas...*²⁹¹. Em suma, trabalhavam para conseguir o básico, a alimentação, neste caso, pois nem a dinheiro tinham acesso.

Para seu Antônio Elias, depois que os patrões começaram a sair da região, ocorreu um aumento do número de regatões, ocasionando uma melhora na hora de fazer suas vendas, eles eram comerciantes ambulantes, legado dos portugueses que, no período colonial, eram antigos mascates que vendiam mercadorias, bens de consumo²⁹².

Segundo Antônio Isidio, na Amazônia, o sistema de trabalho seguia a mesma lógica do mascate português, mas dessa vez navegando pelos rios, assim, buscavam realizar trocas, fornecendo produtos como: “quiquilharias, como tecidos, calçados, utensílios domésticos, facões, terçados, entre outros provimentos criadores de novas necessidades e usos entre as populações contactadas”²⁹³, ou seja, em troca de produtos naturais normalmente extraídos mata,

²⁹⁰ NAZARÉ, Maria. **depoimento**. [07 fevereiro. 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

²⁹¹ NAZARÉ, Maria. **depoimento**. [07 fevereiro. 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

²⁹² GOULART, José Alípio. **O Regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.

²⁹³ CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **Sobre escravos e regatões: sociabilidades, conflitos e alianças complexas no território amazônico oitocentista**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015. p. 4.

entre eles a borracha, a caça, a castanha. Consoante o autor, já no século XIX incomodavam os governantes da região:

Eram muitas vezes os primeiros a alcançarem áreas distantes e ainda não tocadas pela presença do Estado, o que lhes trazia recorrentes acusações de trapaça ou ferimento da moral de “inocentes selvagens”, à quem vendiam mercadorias de valor ínfimo em troca de valiosas drogas da floresta². Não por acaso, os regatões tinham uma relação dúbia com as autoridades, pois se de um lado eram agentes que levavam o comércio (e supostamente a civilização) aos mais distantes rincões, por outro eram acusados de explorar e desviar as populações do interior dos projetos desejados pelas províncias.²⁹⁴

No século XX, os regatões também eram mal-vistos pelos patrões, uma vez que por aqueles as famílias obtiverem a oportunidade de comprarem mercadorias além dos barracões, por isso, durante a década de 1940, por muitas vezes, a negociação entre regatões e trabalhadores era realizada longe dos olhos do patrão.

Após o final da guerra, quando os acordos de Washington foram encerrados, os seringais malasianos retomaram sua produção, com isso, os Norte americanos deixaram de comprar a borracha brasileira e o mercado interno consumidor não tinha condições de comprar toda a borracha produzida, isto acabou acarretando uma crise na Amazônia. Muitos donos de seringais acabaram entrando em falência, tendo de diminuir a produção de borracha até, finalmente, venderem seus seringais ou abandonarem a região²⁹⁵.

Os patrões pararam de receber os produtos das casas aviadoras²⁹⁶, vendidos para os seringueiros, os trabalhadores ficaram sem receber as mercadorias, diante de tal cenário, o patrão liberou a prática de fazer roça nos seringais, até porque não tinham mais meios de repressão, estavam cheio de dívidas e não tinham mais como fornecer mantimentos para esses trabalhadores. O trabalhador, aos poucos, passou a procurar outras formas de se manter na região, realizando plantio de gêneros alimentícios.

Os patrões começaram a vender suas propriedades (ou passaram a comprar outras mercadorias que esses trabalhadores começaram a fornecer, conforme veremos mais à

²⁹⁴ Ibid.. p.4.

²⁹⁵ PONTES, Carlos José de Farias Pontes. **A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha**, o front da Amazônia e os soldados da borracha. South American Journal of Basic Education, Technical and Technological. Vol. 2. N.1. p. 11.

²⁹⁶ As casas aviadoras que ficavam na cidade de Manaus, forneciam sobretudo alimentos, entre outros itens para os seringalistas que por sua vez forneciam para o freguês, os seringueiros. Ver em: SILVA, José Rubisten. **Redes de aviamento da borracha e a organização espacial de Fortaleza do Abunã**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR, 2010.

frente²⁹⁷), diminuindo o controle sobre eles. O número de comerciantes fluviais regatões aumentou na região, tendo em vista que os trabalhadores passaram a ter maior liberdade de negociar com outros comerciantes, ou seja, para além dos patrões.

Além disso, caso não vendessem para o regatão, pegavam a mercadoria e poderiam vender na cidade mais próxima, pois para ele, o negócio com o patrão não era lucrativo, conforme um deles contou:

Na época a gente achava que patrão era bom, mas eles não eram bons não, patrão para a gente não deve para ninguém, porque o patrão suga muito a gente. Ele faz um seguinte, ele vende um preço do caderno, vamos dizer, hoje tem uma base de vinte reais, como a gente vai comprar fiado já é trinta conto, a gente fica devendo, eles botam juros, aí fica sempre naquele negócio, a gente é muito sugado por eles, pelos patrões.²⁹⁸

Percebemos que trabalhavam para obter comida, roupas e outros utensílios, afinal, o dinheiro ainda era escasso, quase tudo se fazia através de um sistema de troca, mercadoria em troca de outras mercadorias.

Ademais, Antônio Elias associou o comércio com regatões a uma melhora, tendo em vista que percebia o quanto era explorado através da dívida e dos altos valores da mercadoria cobrados pelo patrão. Um dos exemplos disso se dá a partir dos esclarecimentos de Dona Raimunda Vidal, que largou a vida de corte das árvores seringueiras, ainda jovem, pois para ela, esse serviço rendia pouco dinheiro na época e o trabalho era grande e cansativo:

O seringal lá tinha, eram umas seringueiras, era nativa que tinha que era de sítio né, aí lá eu comecei a cortar, por uma panela viu... Para (eu) comprar uma panela, me casei não tinha panela, com (o) que, que eu ia cozinhar? na lata de coisa, na lata de leite? na lata de neston? nem isso não tinha antes...
Aí né, eu fui cortar, nas seringueiras que tinha lá, eu tirava um litro de leite, aí eu fiz uma borrachinha, aí vendi, comprei uma panela, comprei uns pratinhos, aí eu larguei daquela vida né.
“Dava pouco dinheiro, pouquinho, pouquinho dinheiro...”²⁹⁹

²⁹⁷ LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **De Arigó a Soldado da Borracha e o Fazer-se Seringueiro na Amazônia**. I Encontro Estadual da ANPUH-AP/I Jornada Internacional de Estudos de História da Amazônia. 2014, p.13.

²⁹⁸ ELIAS, Antônio. **depoimento [07 julho. 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas. 2019.

²⁹⁹ VIDAL, Raimunda. **depoimento [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

E assim, dentro dessa lógica de serviço análogo à escravidão, esses fregueses permaneceram pelo menos durante o início da década de 1950 em condições de trabalho ruins. Segundo as fontes orais podemos perceber como essas relações ocorreram, dessa maneira, à medida que trabalhar somente com a fabricação artesanal da borracha ficou insustentável, alguns patrões começaram a comprar mercadorias diversas. Logo, a roça que antes era rejeitada e motivo de conflito, passou a ser fonte de renda para essas famílias, mas dependendo da região, isto ocasionou em alguns problemas, conforme trataremos mais à frente.

Importante perceber como o serviço no seringal era pesado e já não era tão lucrativo, na realidade se formos pensar sobre a perspectiva dos direitos do trabalhador, nem remunerado era, uma vez que ainda existia a troca de mercadoria por borracha, esta teria o valor imposto pelo patrão, o que colocaria o coletor de látex em desvantagem.

Em meados da década de 1950, mulheres e homens já mudaram de serviço, saíram da borracha, mudaram de patrão, porque tornaram-se comerciantes.

Percebendo que o governo falhou em fiscalizar essas regiões e ainda deixou esses trabalhadores rurais desamparados, enquanto as elites regionais insistiam que a borracha deveria receber auxílio do governo federal para retomar seu período de glória, percebemos que não se discutia sobre o sistema de trabalho na região, o que ocorreu foi a criação de uma série de leis, planos que ou não eram aplicados na região de modo correto ou não ocorria uma fiscalização para que funcionassem de forma a favorecer o trabalhador.

Nesse contexto, durante o Governo de Vargas, já ocorria esse tipo de negligência com o trabalhador do seringal, tendo em vista que existiam os contratos de trabalho que foram criados logo no início da Segunda Guerra Mundial, dessa maneira, esses contratos buscavam resguardar o trabalhador para que não fosse explorado pelos patrões, mas na prática não foi cumprido, pelo contrário, essas pessoas viveram nos seringais em condições de trabalho análogo à escravidão.

A SPVEA, por sua vez, foi um plano que também apresentou uma série de medidas que contribuiriam para que ocorressem mudanças nas matas amazônicas; no entanto, funcionou de forma falha e quando olhamos para dentro das matas, não houve uma preocupação em fazer valer o direito dessas famílias, nesse ínterim, ainda que o controle tenha diminuído, a precarização do trabalho continuou, o preço dos produtos era mínimo para a sobrevivência.

E quando falamos de mulheres, tudo isso se torna ainda mais grave, haja vista que foram apagadas da história durante anos, até pouco tempo, porque muito pouco se falava sobre mulheres trabalhadoras em seringais. Percebemos que a mulher no período de 1960 era maioria

no trabalho de agricultura, na coleta de frutas, entre outros serviços dentro das matas, aquelas que escolheram ficar nos seringais enfrentaram, anos depois, a triste realidade de serem esquecidas pela lei, uma vez que ao tentar se aposentarem, não conseguiram. Em suma, muitas optaram por se associar como agricultoras para assim conseguirem receber seus benefícios, com ajuda do sindicato presente na região, conforme trataremos no capítulo 5.

Para dar dimensão de como essas mulheres eram importantes para as famílias conseguirem sobreviver em meio as matas, julgamos interessante descrever de modo mais aprofundado o serviço que esses grupos familiares realizavam, sobretudo as diversas atividades que aqueles indivíduos realizavam.

Significativo notar que algumas, na verdade a grande maioria das entrevistadas, desde muito jovens, ainda crianças, já eram inseridas em pequenos serviços e desse modo aprendiam a trabalhar naquelas regiões junto com seus irmãos, realizando um serviço pesado que começava logo cedo, e se arrastava durante todo resto do dia, chegando até o anoitecer.

Em alguns casos, essas mulheres ficavam sozinhas dentro das colocações enquanto seus maridos saíam para cortar seringa, ou vender as mercadorias que coletavam ou cultivavam, assumindo a responsabilidade de se protegerem e defenderem suas famílias dentro de um ambiente perigoso, levando em consideração os animais carnívoros que fazem parte da floresta da Amazônia, e que poderiam atacar esses trabalhadores. Destaca-se ainda nesse contexto que elas sofriam violência sexual, conforme verificamos pelas fontes, através da análise de denúncias em processos criminais, algo que trataremos mais no capítulo 4.

Assim sendo, teremos dimensão de como eram realizados e necessários o trabalho dessas mulheres dentro dos seringais, e por vezes as narrativas de trabalho parecem ser similares, ainda que não se conheçam e estejam em comunidades longes umas das outras, isto serve-nos para também para dar uma noção das dificuldades que enfrentaram, em virtude do preço baixo que era pago pelas mercadorias.

2.1 O trabalho nos seringais no Pós - Guerra

Dentro dessa lógica de pensamento, seria impossível pensar as trabalhadoras dos seringais, desconsiderando o trabalho feminino no Brasil, sobretudo rural, tendo em vista que estamos saindo da extração da seringa para a agricultura; uma vez que a roça, desde a década anterior, já estava presente na vida dessas mulheres que, em muitos casos, começavam trabalhar ainda na infância; no caso das entrevistadas, elas começaram entre os 8 a 10 anos.

Dessa maneira, através da agricultura essas mulheres conseguiram garantir o sustento de suas casas, mas esse serviço era pouco reconhecido como trabalho lucrativo. Assim, os patrões não viam com bons olhos aqueles que colocavam roça, porque para eles era melhor que comprassem tudo no barracão e se dedicassem somente à extração do látex.

A borracha era considerada um trabalho lucrativo e masculino, no entanto sabemos que existiam mulheres que cortavam seringueiras desde o século XIX³⁰⁰, mas, existiam outros empecilhos para que elas não fossem maioria no corte da seringa, como, por exemplo: as crianças que normalmente eram responsabilidade das mulheres, logo, extrair o látex próximo de casa era uma estratégia para olhar as crianças o que implicava em uma produção menor de látex³⁰¹.

Para Bojanic, as mulheres que trabalham com agricultura são as responsáveis por mais da metade da produção de alimentos do mundo, no entanto elas enfrentam muitas mais dificuldades, se comparadas aos homens, como aponta o autor:

Por outro lado, as mulheres rurais são as que mais vivem em situação de desigualdade social, política e econômica. Apenas 30% são donas formais de suas terras, 10% conseguem ter acesso a créditos e 5%, a assistência técnica. Além disso, sofrem discriminação e trabalho não remunerado³⁰².

Heredia, ao analisar a organização de unidades de produção camponesas da Zona da Mata de Pernambuco, percebeu que dentro dessas famílias todos exerciam atividades de trabalho, porém, ao serem questionados sobre o trabalho que realizavam, as mulheres não eram reconhecidas como trabalhadoras:

Levados por essa preocupação, observamos que todos os membros da família desenvolviam tarefas no campo, apresentando, no entanto, diferenças segundo o sexo e idade. Entretanto, diante de nossas perguntas sobre se todos os membros trabalhavam, a resposta variava segundo o contexto, mas geralmente diziam que mulheres e crianças não trabalhavam.

Desta forma, notamos que o que estava em jogo era a própria categoria trabalho. Esta assume na área um significado diferente do que nós estávamos acostumados a lhe

³⁰⁰ COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. **Notas de pesquisa sobre escravidão nos rios madeira e purus (1850-1889)**. Revista Canoa do Tempo. v. 11 n. 01, 2019.

³⁰¹ WOORTMANN, Ellen. **Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal**. In: NIEMAYER, Ana Maria; GODOI, Emilia Pietrafesa. (Org.). Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

³⁰² Site **Nações Unidas do Brasil**. Página acessada em 17 de maio de 2020. <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>.

atribuir. Nem todas as atividades aparecem caracterizadas como trabalho, visto que esta categoria se refere-se a um tipo específico de atividades.³⁰³

Ressaltando como o trabalho feminino é inferiorizado, a mulher é vista como a responsável pelos afazeres domésticos, a casa, enquanto o do homem é colocado como o responsável pela família³⁰⁴.

A partir do exposto, percebemos que é importante pensar como se perpetuou na essa divisão social do trabalho a ideia de que o trabalho feminino pode ser apenas considerado complementar, em que os serviços realizados por mulheres estão ligados ao âmbito doméstico, visto como não essenciais, entretanto fundamentais para o sustento e reprodução social dos grupos familiares no meio rural.

Mesquita e Mendes Mendes³⁰⁵, ao pesquisarem sobre o papel das mulheres agricultoras na Comunidade Rancharia, em Goiás, notaram que elas tiveram um papel fundamental, haja vista que são responsáveis pelo trabalho nas lavouras e a criação de animais, possuindo assim importância na produção.

Ademais, Conde acredita que um dos principais problemas enfrentados por mulheres no campo, tratou-se justamente em haver o modelo familiar patriarcal, afinal, a mulher quando é citada nas atividades de trabalho, tendo apenas um papel de submissão e não de destaque.

Em outras palavras, à medida que as pautas feministas entrarem em discussão, as mulheres, através de uma dura luta nos movimentos sociais rurais, irão finalmente conquistar espaços, e superar embates no campo, o que vai beneficiar a geração futura de mulheres rurais que, por um longo período, permaneceram invisíveis³⁰⁶.

Carneiro salienta que na década de 80 cresceu a participação de mulheres em movimentos sociais, o que não significa que elas antes eram ausentes das reivindicações. Antes dos anos 80, eram os maridos que representavam suas mulheres, no entanto, após a morte do

³⁰³ HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Editora Paz e Terra. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Ano da última edição: 1979, p. XVIII.

³⁰⁴ *ibid.* XVIII-XIX.

³⁰⁵ MESQUITA, Lúvia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Mulheres na Agricultura Familiar: A Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO)**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária- “territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-Minas Gerais, 2012.

³⁰⁶ CONDE, Leandro Carlos Dias. **A Invisibilidade da Mulher na Agricultura Familiar: Por uma Perspectiva de Gênero na Extensão Rural**. Rio de Janeiro, 2012. Página Acessada em 17 de maio de 2020. https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2012/trabalhos/sessao_4/sessao_4A/05_Leandro_Conde.pdf f. p. 6.

marido de alguns nomes, como Margarida Alves, a liderança feminina aparecia, tornando-se destaque na luta:

Para essas mulheres, a participação no movimento dos trabalhadores não era motivada por reivindicações específicas de sua condição de mulher, mas integrava o conjunto de lutas de sua categoria social contra a exploração ou contra a expropriação. Nesse momento, as distinções de gênero não importavam. O que mobilizava era o reconhecimento de pertencer a determinada categoria social e política, que atribuía indistintamente a homens e mulheres uma única identidade coletiva.³⁰⁷

A partir do exposto, compreendemos que este estudo se torna importante, pois dá ênfase a mulher no campo enquanto liderança, reivindicando e exigindo melhorias de trabalho, direito à terra, entre outros direitos fundamentais do trabalho no campo, servindo assim para mostrar outra abordagem de estudos de gênero no campo, onde a mulher está associada à figura de liderança dentro de movimentos sociais.

Nesse contexto, Torres e Rodrigues reforçam que tais questões de gênero estiveram presentes na Amazônia quando falamos de trabalho, percebendo que mesmo as mulheres tendo papel valioso na economia da família, domésticas, ganharam status de trabalho auxiliar ao homem, complementar, e não principal. De acordo com as pesquisadoras, ao estudarem o trabalho feminino na região da Várzea Amazônica, notaram que as relações de poder entre homens e mulheres contribui para que o trabalho feminino seja colocado em segundo plano, isto é, “as mulheres ainda não são valorizadas como detentoras de poder”³⁰⁸.

Ugarte chama-nos atenção para ausência das mulheres rurais na história da Amazônia, esclarecendo aspectos importantes da vida delas, e destaca que as informações de como elas vivem ou viveram em ambientes hostis são imprecisas, ou seja, isto permanece uma incógnita devido ao número limitado de trabalhos sobre a região³⁰⁹.

Além da dificuldade em encontrar pesquisas que tratem de mulheres que trabalham com roçado, agricultura na região Norte, sobretudo no Amazonas, ainda mais no período estudado,

³⁰⁷CARNEIRO, Maria José. **Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero**. Estudos Sociedade e Agricultura, 2, junho, 1994, p. 12.

³⁰⁸TORRES, Iraíldes Caldas e RODRIGUES, Luana Mesquita. O Trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. (Org). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010, p. 250.

³⁰⁹PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950**: algumas reflexões. XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal-2013, p. 10.

devemos levar em consideração também que essas mulheres exerciam outras atividades, tais como: coletar castanha, pescar, e também realizavam atividades consideradas masculinas.

Em uma pesquisa que fala sobre a pesca de camarão realizada por mulheres em Alenquer, no Pará, percebe-se que:

As mulheres pescadoras de camarão deparam-se, cotidianamente, com questões envolvendo as relações e os papéis de gênero. O homem não é pescador de camarão. Está, assim, inserida em um universo de gênero hierárquico, que não reconhece a importância do trabalho da mulher. A pesca do camarão é percebida como um trabalho fácil, próprio da mulher, tornando-se desvalorizado e invisibilizado³¹⁰.

No entanto, Rodrigues, Scherer e Diógenes revelam que essa atividade implica uma série de riscos para as mulheres, pois, a pesca de camarão implica em esforço físico, haja visto que passaram horas enfrentando o sol e chuva na mesma posição.

A coleta de frutas também era uma atividade realizada por mulheres e crianças, tendo em vista que, em sua maioria, as crianças ficavam com as mães, e aos poucos acabavam envolvidas nesse sistema de trabalho.

Isso era algo que fazia parte do cotidiano, pois estamos discutimos uma linha tênue na qual trabalho e cotidiano nas vivências dessas mulheres estão entrelaçados e presentes nos seus espaços profissionais, isto também significa uma lógica em que a produção funciona de forma constante para a sobrevivência.

Além disso, é de se levar em consideração que elas moravam em seus locais de trabalho, ou seja, nos seringais, permitindo que nesses espaços pudessem não só sair para coletar o látex, mas também realizar o serviço de roça, muitas vezes nas proximidades dos rios, como também em fabricação da farinha, pesca no rio, conforme iremos apresentar mais adiante quando apresentarmos o cotidiano de trabalho dessas mulheres.

³¹⁰ RODRIGUES, Christiane Pereira; SCHERER, Elenise Faria; DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **GÊNERO E TRABALHO: MEU CORPO FALA NA PESCA**. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: resistências e ocupa(ações) nos espaços de educação, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e o III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Género, Saúde e Sustentabilidade. A Universidade Federal do Rio Grande - FURG sediará no ano de 2018, p. 2.

2.2 Cotidianos de Trabalho nos Seringais

Para Michel de Certeau, o cotidiano é construído através do convívio social dos agentes históricos, na sociedade em que vivem. Para o autor, pensando na ideia de uma vivência social plural, ele entende que é preciso estudar as práticas sociais dos indivíduos³¹¹.

Julgamos importante apreender como se dão as relações dentro dos seringais e como elas vão mudando, à medida que as políticas para a região também vão se transformando. Lembramos ainda que as gerações da década de 1950, até as da década de 1970, comportam-se de forma diferente, se formos comparar com trabalho do período anterior, ou seja, 1940³¹². Sendo assim, estamos interessados em desvendar esse cotidiano de trabalho.

Ademais, convém esclarecer que as pessoas entrevistadas, entre homens e mulheres, nasceram e trabalharam em áreas de seringais, realizando diversos serviços, consideramos importante não excluir as entrevistas de homens, tendo em vista que eles estão dentro do período estudado, e a grande maioria, aprendeu vários serviços com suas mães, principalmente a roça. Quando esses entrevistados eram crianças ficavam com elas e ajudavam no trabalho, aprendendo assim os vários ofícios que garantem a reprodução social no mundo camponês. Neste sentido, as mulheres são importantes no processo de aprendizado das tarefas que constituem parte deste cotidiano.

Para Mascarenhas, houve uma diminuição na produção da borracha que não aumentou, mesmo com o crescimento dos preços na década de 1950³¹³. Assim, ele conclui que:

Assim, de um modo geral, é lícito afirmar que permanecera, em termos mais modestos, a inércia das estruturas do aviamento, uma vez que o sistema demonstra sua força por meio da alta participação do comércio e dos níveis moderados do extrativismo, sobretudo da borracha, com destaque para sua importância no território amazônico, principalmente nos estados do Acre, Rondônia e Amazonas, e sua inserção em outros ramos do setor primário. Indicações que corroboram a literatura que sustenta a permanência da importância do sistema de aviamento na conformação da trajetória de desenvolvimento da região (TUPIASSU, 1965; BASA, 1966;

³¹¹ CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de Fazer. 3ª edição. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

³¹² BRITO, Agda Lima. **MULHERES NO SERINGAL: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

³¹³ MASCARENHAS, Henrique Pereira **O pensamento desenvolvimentista e a controvérsia sobre a borracha na Amazônia (1940-1966)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2016, p. 35.

VILLELA; ALMEIDA, 1966; SANTOS, 1968), mesmo com seu expressivo declínio a partir da expansão de outras atividades econômicas mais dinâmicas.³¹⁴”

A partir do exposto, observamos que essas famílias ficaram cada vez mais ligadas a outros tipos de trabalho em meio à mata, o que não significa que abandonaram completamente a extração do látex, conforme vimos em relato de uma das entrevistadas, isto é, Adélia Marinho Ladislau, que lembra que seus pais eram cearenses e trabalhavam nos seringais. Nas palavras dela: *Meu pai trabalhava, ele cortava seringa, mas era agricultor, a minha (mãe) também era agricultura, naquele tempo era só paneirão na costa né*³¹⁵, paneirão é o cesto grande usado para transportar mercadorias.

Adelia Ladislau trabalhou pouco com corte de seringa, sua família trabalhava tanto com o corte de seringueira, quanto com agricultura, ela aprendeu com a mãe a trabalhar na agricultura ainda criança, mas começou a cortar ainda adulta, e a vender para os patrões da região, assim como outras pessoas entrevistadas, ela afirma³¹⁶ que já existiam mais de um patrão por região, eles, com o tempo, passariam a ser chamados de comerciantes e iriam se comportar de forma diferente, não exercendo tanto controle em cima dos trabalhadores na região do Amazonas.

Francisca Correia Esmeraldo, outro entrevistado, traz-nos um relato interessante a respeito do trabalho de seus pais cortando seringa, ela revelou que ajudava sua mãe desde criança, mas sua mãe e seu pai cortavam em estradas diferentes, sobre isso explicou que:

A mamãe cortava também, ia para a estrada, fora dele (de seu pai), a mãe cortava em outra estrada separado dele... Eles cortaram seringa no lago do Badajós, cortaram aqui no Limão, no Santo Antônio aqui dentro do Anori, no Muiru, no São Pedro, cortaram no rio Piorini.

Era assim, ele (seu pai) ia pra uma estrada e ela (sua mãe) ia para outra... Eles vendiam para o regatão, já tinham um patrão certo para comprar.³¹⁷

³¹⁴ MASCARENHAS, Henrique Pereira. **O pensamento desenvolvimentista e a controvérsia sobre a borracha na Amazônia (1940-1966)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2016, p. 37

³¹⁵ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³¹⁶ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³¹⁷ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Todas essas regiões citadas pela entrevistada são comunidades localizadas no Amazonas. A entrevista explicitou também que cortava seringa em locais separados, mas era a mãe que ficava com os filhos, momento em que aproveitava para ensinar as demais atividades, como a agricultura, por exemplo:

A gente cortava, ajudava o papai a tirar cavaco³¹⁸, pescava de dia, papai matava negócio de jacaré, tirava o couro, naquela época vendia esse tipo de couro... matava onça, couro de onça dava dinheiro para gente.

Com castanha, com farinha e o papai cortava seringa, ainda tirava sova, e vendia ele comprava mercadoria, as coisas.

Ele pegava o rancho, o alimento era açúcar, café, farinha, depois a gente começou a plantar roça aí ele parou de comprar farinha, só vendia.

A gente já vendia para as pessoas (Depois que começou a fazer roça), para o patrão dele, ele plantava e depois ele já vendia a farinha. Que era muito, a gente plantava era quadras e quadras, aí já fazia aquela farinha e já vendia para aqueles outros, o pessoal que vendia para ele a mercadoria, ele já vendia para eles.³¹⁹

Segundo a entrevistada, outras mercadorias eram vendidas para o patrão, neste caso tinham um patrão fixo, porém eles deveriam arrastar esses produtos até a beira do rio, para que o patrão tivesse acesso ao que queria:

Por causa do serviço, a gente morava no seringal e tinha que carregar um produto para fora na costa, para poder pegar, para vender...

Por que era longe, era mais longe que na boca do Anori, a gente tinha que(...) e era ruim, o papai tinha que fazer esse trabalho mesmo, tinha que fazer com ele, era obrigado...

Todo mundo (ia com ele), desde a mamãe, (botávamos) aquilo tudinho para beira para ficar fácil de pegar... O patrão não tinha como entrar para pegar? não tinha, o barco era grande, e ele só tinha que ficar em uma posição só...

Vendia pra um patrão só... Por que tinha o contrato que era só com aquele patrão só, era só aquele freguês e só aquele patrão...

É por que o papai comprava já aquela mercadoria e aquele produto, só era para aquele patrão mesmo, não pegava e vendia para outro não, tinha que ser para aquele (patrão).³²⁰

Os pais de Francisca Esmeraldo já tinham certa liberdade em produzir outras mercadorias e despertavam o interesse do patrão em comprar esses artigos, no entanto ainda tinham preocupação em negociar com aquele indivíduo, o que já não ocorreu com dona Francisca Esmeraldo, quando essa cresceu e abandonou totalmente a extração do látex, ela

³¹⁸ Cavaco era pegar pedaço de madeira para fazer fogo.

³¹⁹ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³²⁰ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

esclareceu-nos que: *Comecei a trabalhar, aí deixei por um tempo, por que a seringa não dava mais dinheiro, aí a gente parou... nós ficamos só trabalhando com agricultura né.*³²¹.

Maria da Conceição Brandão Lopes também, ainda pequena, chegou a acompanhar sua vó e seu avô no corte e fabrico da borracha, Maria falou-nos sobre o corte na região onde moravam:

Eu e minha mãe, nós trabalhávamos no seringal com minha vó e meu vô, e desde pequena fui criada (com sua avó), minha vó cortava seringa, meu vô também e fazia, tirava a seringa né, o leite e fazia aquelas cabanazinhas, e nós éramos pequenos com meu avô, que tirava aquelas latinhas e nós levávamos e defumando, aquele bloco, era bolota né. Com o pau, fazia fumaça e ficava ali de baixo, naquele tempo tudo era difícil né, não é como hoje.³²²

A entrevistada lembrou sobre os serviços que fazia antes da morte do seu avô, este que foi picado por uma cobra. Eles tinham a seguinte dinâmica de trabalho:

Meu avô só cortava seringa e ela (sua avó) cortava junto com ele também, e nós éramos pequenos com meus irmãos, nós ficávamos com eles dentro da mata passava um ano cortando seringa na mata. Por exemplo, trabalhava um ano lá na safra, meu avô trazia a balata³²³, as coisas para vender, tinha patrão dele, aí nós vínhamos para fora, para fora assim, lá era na mata né, aí nós vínhamos para fora, plantar roça, plantar banana, plantar cará, batata, essas coisas, ia plantar né, farinha para vender, aí quando terminava, ia para o centro de novo, assim que era, vivíamos disso... No interior era assim de primeiro.³²⁴

Os seringais que ficavam no centro da mata costumavam ficar longe dos rios, o que dificultava vender as mercadorias produzidas, por isso fazer o roçado em uma área fora do centro seria uma boa estratégia para cultivar com maior facilidade os alimentos. Desse modo, Maria da Conceição foi criada pelos avós após o falecimento de sua mãe, quando ainda era pequena, depois que seu avô também veio a falecer, enfim, ela e sua avó continuaram trabalhando com corte e com agricultura. Nesse contexto, ela destacou as dificuldades de localidade ao se locomoverem para o seringal, no centro e para fora, que seria mais próximo do rio:

³²¹ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³²² LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³²⁴ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Nós vínhamos na estrada, no seringal muito longe, nós ficávamos um ano lá, aí quando nós vínhamos para fora, nós vínhamos plantar roça, aí quando terminávamos nós íamos para lá de novo com minha vó, eu, minha vó e dois irmãos meus.

A gente cortava seringa, minha vó ia juntando tudinho, botando em uma latinha, não sei se você sabe assim, já o leite, aquelas borrachinhas assim, em uma sacola dava um monte, defumava e fazia borracha...

Quando terminava né (de cortar), a gente vinha embora para fora, tinha casa no centro e tinha casa fora... No centro, dentro da mata e fora perto do rio, perto de onde é a comunidade hoje.³²⁵

As implicações e perigos na mata fechada eram muitos, ainda mais com dois jovens na época. Maria Conceição afirmou-nos que:

Ela ficava sozinha na casa conosco dois, dentro da mata também. Esse meu irmão ficava! Ele já estava maiozinho né e cortávamos com a minha vó, fazíamos um caminho bem limpinho, botávamos os paus para cortar seringa e (acompanhávamos ela), (a) minha vó, nossa vida foi assim mesmo, foi dura mesmo...³²⁶

Sabemos que existiam seringais localizados no centro da mata, Maria Conceição morava em um deles, tendo que fazer esse percurso, juntamente com sua avó de corte da seringa, durante uma temporada nos seringais, e depois retornar para a beira dos rios, a fim de cuidar da roça que cultivavam, em suma, sua vó assumia a responsabilidade de trabalhar e cuidar de duas crianças sozinhas, tendo de viver entre um seringal e outro para conseguir ter mantimentos para sua manutenção e de sua família.

Podemos perceber como o trabalho com a borracha ainda era realizado durante um período por essas famílias, mas através das fontes orais, podemos notar que existia um “afrouxamento” nas relações de trabalho, uma vez que essas famílias começaram a trabalhar com uma maior liberdade, frisando que esse “afrouxamento” não se dá devido a uma postura de boa relação entre comerciantes e trabalhadores, e sim devido a um verdadeiro abandono desses trabalhadores nas matas.

Muitos ainda extraem o látex das seringueiras, passada a Segunda Guerra Mundial, mas também dão maior atenção a outros serviços, sem abandonar totalmente a extração do látex, no

³²⁵ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³²⁶ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

período da década de 1950, conforme indica dona Maria de Nazaré de Pereira, que trabalhou em um seringal no rio Manacapuru, ainda muito jovem:

minha irmã, que morreu, me convidava para ir para o centro da mata, com meus irmãos para cortar seringa, daí o terreno pertencia a Anamã, a gente ia embora passava um mês para lá cortando seringa³²⁷.

Todas elas cortavam (as irmãs), a minha irmã mais velha que me levava para essa arrumação de corta seringa, eu não gostava não, mas eu ia (...) Mata, era mata! Uma vez uma cobra quase me pega... ela me levava eu não sabia dizer não, eu tinha pena dela e ia com ela, para ela não ir só.

Nós cortávamos até 12/11h, depois íamos colher o leite né, aí chegava 14 horas em casa, aí ia defumar a borracha.³²⁸

O trabalho era pesado, cansativo, mas ajudava a garantir parte da compra do rancho para a família, pois segundo Maria Nazaré Pereira, a borracha já não dava tanto dinheiro naquele período. Por sua vez, Raimunda Vidal ressaltou-nos que seus pais trabalhavam com o látex ainda: *Trabalhavam com roça mesmo, seringa, coisa assim né, de primeiro só era o que tinha né, para trabalhar né*³²⁹, mas a entrevistada cortou muito pouco, pois não estaria dando tanto “lucro”.

Ademais, seu Raimundo Gomes Pereira relatou que sua família trabalhava na região, cortando a árvore seringueira: *Eles cortavam seringa, no período da seringa e quando terminava a safra, aí eles iam cortar sova, balata, tirar castanha, essa era a profissão deles.*³³⁰ Seu pai cortava no seringal, no centro da mata de Manacapuru, enquanto sua mãe cuidava da roça mais na beira do rio, dividindo-se assim em duas funções³³¹. Seu Raimundo Gomes, inclusive, relembrou, quando questionamos sobre a venda da borracha, que já não tinha tantos problemas quando sua família ia vender mercadoria, pois eram autônomos e não soldados, não ficavam presos a um único patrão.

³²⁷ PEREIRA, Maria de Nazare. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³²⁸ PEREIRA, Maria de Nazare. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³²⁹ LIMA, Raimunda Vidal. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³³⁰ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³³¹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Raimundo Gomes esclareceu também que o terreno onde eles trabalharam tinha como proprietária sua avó, ela passou a arrendar o terreno para seringalistas, a fim de obter algum dinheiro:

A minha avó tinha vários seringais, o pai dela era dono de seringal, aí minha vó tinha o Tamanduá, o Tamanduazinho e não lembro mais os outros, sei que esses dois, quando eu já tinha uns seis anos minha vó já tinha esse seringal, já arrendava para eles. Ela arrendava para os seringalistas, aí eles botavam o pessoal para trabalhar, aí já pagava com os preços mais baixos para seringueiros cortar, por que tinha que pagar a renda do seringal, mas depois a minha vó vendeu os seringais dela.³³²

A avó de seu Raimundo ficou com o terreno que era de seu pai, ela tinha mais dois irmãos, ambos moravam em outros terrenos, que ficavam em outra região, ela, por sua vez, cuidava da terra e também buscava arrendar o seringal para que terceiros trabalhassem e, além disso, também exercia outras atividades. A respeito de terem saído do serviço de extração de látex, Raimundo Gomes apontou que:

Pararam de cortar seringa, aí ficou só meu tio, minha tia, e outras pessoas mais, era muita gente cortando seringa, o meu pai abandonou, mas o irmão dele e a irmã dele continuaram até terminar mesmo, porque depois não teve mais venda mesmo da seringa, aí eles pararam (pararam de cortar). Foram embora para Manaus³³³.

Percebemos como muitos ainda ficaram um longo período trabalhando com a extração do látex. A respeito do trabalho com o corte da seringa, dona Maria Izabel Mota começou a cortar seringa depois que se casou, falo-nos como extraía o látex das árvores no seringal próximo ao Anori e ia vendê-lo para comerciantes dali. Em outras palavras, já não vendia somente para um patrão:

Primeiramente né, a gente fazia limpar né, meu marido comprava aquele negócio pra gente raspar né a seringueira, que era para depois a gente ir com uma faca né, corta e colocar a tigela para aparar o leite, eu trabalhei muito nisso... Eu e meus filhos mais velhos trabalharam nisso também, foi com seringa ainda... Aí a gente ia colher o leite, era ruim dia de chuva, por que tinha que correr pra colher aquele leite, as vezes derramava e chovia muito grosso, estragava muito leite, mas nos colhia o leite.³³⁴

³³² PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³³³ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³³⁴ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Dona Suzana Gomes de Araújo nos contou que cortou seringa e trabalhou com roça; quanto à borracha, apontou que neste caso tinha um patrão que iria até a região para buscar a mercadoria:

No centro, a gente ia para o centro cortar seringa... era só a mata e a seringueiras, cortava, aí quando dava aquelas horas, a gente ia colher o leite, para defumar fazer borracha...vendia para o nosso patrão, Amadeu Lima, que morava em Manaus... terminava o fabrico ele ia lá buscar a borracha.³³⁵

Para ela, a borracha foi “lucrativa” por um tempo, com o passar dos anos passou a trabalhar mais no serviço de roça, vendendo para outras pessoas, além do patrão. Importante frisar que, quando falamos lucro ou lucrativa, estamos colocando isso como uma troca de mercadorias, e não um pagamento em dinheiro, o ter mais lucro simbolizava adquirir mercadorias sem fazer crescer dívidas, isto revela-nos que essas pessoas já estavam negociando com os patrões, e não estavam amarrados a um tipo de comércio. Em suma, a compra naquele barracão específico.

Além de conseguirmos notar como os trabalhos ficaram flexíveis, diferente da década de 1940 e início de 1950, períodos em que a violência e trabalho forçado existiam em diversos seringais da região Norte, ocorreu aqui uma preferência do trabalhador em seguir no trabalho na roça, no plantio de alimentos, em virtude da queda na produção da borracha e da exportação para fora do Brasil.

Focado no mercado interno, e a incentivar a região a se tornar um celeiro agrícola, foram elaborados projetos para Amazônia, e com isso buscava-se estimular a agricultura e modernizar a região, como por meio de incentivos financeiros, conforme vimos como ocorreu na década de 1950, sobretudo em regiões consideradas periféricas, como o Norte e Nordeste do Brasil.

No entanto, o que se percebe foi um planejamento e uma administração falha, tanto por parte do Governo Federal, como por parte do Governo regional, ambos não aplicaram devidamente os recursos e nem se preocuparam com essas famílias que trabalharam nas áreas de seringais. Nesse sentido, quando falamos de mulheres, a questão torna-se ainda mais complexa, pois elas, em alguns e casos, eram as “chefes” de famílias, e sofreram não só com as

³³⁵ ARAÚJO, Suzana Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

condições de trabalho, mas também com a violência, e ainda carregaram o fardo de serem invisíveis.

Para dar dimensão do trabalho feminino e de como essas mulheres continuaram exercendo várias atividades nos seringais do Amazonas, conforme referimos, através da análise de suas entrevistas, ao final da Segunda Guerra encontramos um número maior de mulheres que extraíram látex e cultivavam roça, como também exerciam outras atividades, isso sem ter de se preocuparem com a violência dos patrões.

Em outras palavras, na maioria dos relatos, eles, os patrões passaram a ser chamadas de comerciantes, logo, a obrigação de negociar somente com um comerciante partia do produtor e não do comprador, muitas vezes, dependendo da comunidade de onde se morava, a dificuldade de locomoção podia ser maior.

Conforme nos relata Suzana Gomes de Araújo, que trabalhou em seringal em Manacapuru, ela revelou-nos que:

A roça a gente vendia para os outros, vendia para ele vendia para os outros. Recebia em dinheiro, da roça a gente comprava as coisas, mercadoria para se alimentar... Vendia lá mesmo, tinha muita gente que comprava. As pessoas que compravam eram de fora, era de Manacapuru de outras regiões, chegavam de motor.³³⁶

Importante pensar que essas atividades, antes marginalizadas pelos patrões, também eram marginalizadas pelos homens das famílias, sobretudo na década de 1940 e 1950, no entanto, à medida que as dificuldades foram aparecendo e os homens participaram cada vez mais de atividades antes realizadas por suas mulheres, existiu uma mudança de posicionamento.

Temos como exemplo a roça, que era algo que era muito cansativo e realizado em sua maioria por mulheres, assim, entender como esse cotidiano de trabalho acontecia, significa apreender como ocorreram essas mudanças, onde homens participavam cada vez mais de trabalho que antes julgavam serem de mulheres.

A respeito de como eram realizadas essas atividades, dona Adélia Ladislau³³⁷ conta-nos como o trabalho era pesado no seringal, onde morava com sua família, dessa maneira, ela elucidou-nos o serviço que realizava com sua mãe, sendo que era a mais nova de quatro irmãos:

³³⁶ ARAÚJO, Suzana Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³³⁷ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento**. [07 de Fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Junto com a mãe... A gente plantava roça, na agricultura né. A gente plantava mandioca, macaxeira, essas coisas, milho (...) era só para despesa da casa né, fazia farinha, vendia farinha sim, que era pra gente se manter um pouquinho né, mas era assim, todo mundo plantava né.³³⁸

Dona Adélia Ladislau, depois que se casou, chegou a cortar seringa durante pouco tempo, nisso, nos relatou que passava muito tempo sozinha com as crianças, pois o marido costumava trabalhar no centro da mata:

Não ele (o marido) cortava na mata, lá pro centro no seringal do pai dele, lá pra banda do Mureaçu. Passava a semana pra lá (...) ficava só eu com as meninas, aí morreu um casal, eu criei nove (...)tudo, eles sabem fazer de tudo.³³⁹

Assim como dona Adélia Ladislau, dona Francisca Correia Esmeraldo trabalhou desde pequena no seringal com sua família, realizando diversos serviços, em entrevista, descreveu-nos como trabalhavam da seguinte maneira:

Era grande, por que era eu e a mamãe, nós éramos todos pequenos, mas todo mundo trabalhava, tanto que a gente começou a trabalhar desde pequenininho, por que nós todos se criavam assim, na agricultura trabalhando no pesado, nunca ninguém trabalhou de empregado, nunca...
Trabalhava com roça (...) Nós plantávamos banana, cará, batata, macaxeira, jerimum, milho, arroz, feijão... Era muito serviço mano, para quem trabalha na agricultura, Deus me livre!³⁴⁰

Sabemos que as mulheres não tinham seus trabalhos reconhecidos, elas trabalharam dentro dos seringais em diversas atividades, o mais presente em suas narrativas é justamente o trabalho na roça, ou seja, na agricultura, além disso, foram várias as crianças, meninos e meninas que aprenderam a trabalhar com suas mães.

Francisca Correia Esmeraldo foi casada por três vezes, todos os três maridos morreram. Ela explica também que teve de ensinar o serviço que fazia para os filhos: *Eles trabalham com*

³³⁸ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento. [07 de Fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³³⁹ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento. [07 de Fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁴⁰ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento. [07 de fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

*agricultura... aprenderam a trabalhar comigo, porque o pai deles morreu aí ficamos, aí trabalhando né, aí eles aprenderam.*³⁴¹.

É evidente que no meio rural essas mulheres executaram um número maior de atividades, uma vez que trabalharam e cuidaram das crianças, além dos afazeres domésticos, por isso mesmo, em muitos casos, o serviço de roça é um dos mais citados nas entrevistas, pois podem ser feitos pertos de suas residências.

Desse modo o trabalho dentro da lógica dos sistemas agroflorestais nessas regiões do Amazonas é fundamental para a sobrevivência dessas famílias, haja vista que a mulher concentra boa parte desse trabalho no cultivo de alimentos. A respeito disso, Neves explica:

A maior parte dos estudos de jardins/quintais concorda em serem as mulheres as principais mantenedoras destes espaços. Jardins/quintais seriam, portanto, a parte mais feminina da agricultura familiar, pelo menos em sociedades camponesas. As mulheres são capazes de conferir características qualitativas altamente específicas às etnovarietades sob seu cultivo. São ainda, as mulheres que definem o plantio, a colheita, a capina (retirando as sementes indesejadas e deixando as úteis para a unidade doméstica), a estocagem, a introdução de novos materiais ao manejo do jardim/quintal e a troca de informações através de várias fontes.³⁴²

O trabalho no roçado era longo e trabalhoso, conforme podemos entender através das fontes orais, assim, percebemos que só o processo de preparar a terra já demandava muito tempo e esforço. Para seu Antônio Elias Gonçalves Lopes, que também trabalhou com Maria da Conceição Brandão Lopes, a esposa dele, em serviço de roça; revelou-nos que:

É muito trabalho, é muito trabalhoso! Você botar roçado, naquela época não existia moto serra, trabalhava. Você já ouviu falar em machado, pois é, tudo derrubado de machado, aí deixava passava uns quinze, vinte dias queimava ia fazer seu plantio, tinha que coivara tudinho, pegar aqueles paus todinho pra poder você plantar, chegava o tempo da limpeza você ia plantar e chegava da colheita você ia colher, era muito sacrifício também.³⁴³

Nesse caso, Antônio Elias afirmou que sempre trabalhou de forma conjunta com sua esposa na lida na roça, por sua vez, Maria da Conceição depois de se casar com Antônio Elias,

³⁴¹ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁴² NEVES, Pedro Dias Mangolini. **Sistemas agroflorestais como fomento para a segurança alimentar e nutricional**. In: RIGHI, Ciro Abbud; BERNARDES, Marcos Silveira. *Cadernos da Disciplina Sistemas Agroflorestais [recurso eletrônico]*. Piracicaba, 2015, p. 101.

³⁴³ LOPES, Antônio Elias Gonçalves Lopes. **depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

ela passou a dedicar mais tempo ao serviço de roça, juntamente com sua avó, que antes cortava seringa: *Ela (sua vó) morou lá, depois que me casei, ela foi morar comigo e plantando roça sempre, roça, banana, direto mesmo nos plantava, me casei, era assim mesmo, a luta era essa mesmo... Nós plantávamos roça mesmo, macaxeira, banana, milho, jerimum.*³⁴⁴

Francisco Monteiro³⁴⁵ também aprendeu a fazer roça, como outros serviços com sua mãe, ou seja: plantavam milho, cana de açúcar, mandioca. Ademais, seu Severino Gomes Militão também foi filho de mãe solteira e aprendeu a trabalhar com sua mãe, nisso, começou a trabalhar criança com sua mãe. Ele destacou que o roçado em que sua mãe trabalhava ficava longe de sua casa:

Eu comecei a trabalhar com oito anos, depois de dezesseis anos que eu fui começar a trabalhar no mato, eu conheço toda a qualidade de serviço no mato, eu trabalhei em seringa, em sova, eu trabalhei em balata, eu trabalhei em chique, em maçaranduba, com copaíba.

Eu tive pai mais só para me fazer... trabalhava junto com ela (mãe), com agricultura... perto de casa nada, a minha mãe tinha vezes que ia para o roçado trabalhar com primo meu, só chegava às vezes, cinco horas, seis horas, quando eu tinha oito anos, mas depois que eu estava mais durinho, molecão aí eu ia junto com ela...³⁴⁶

Seu Severino apontou ainda que sua mãe morreu no interior, nos braços da filha e trabalhou bastante ainda antes de vir a falecer:

A minha mãe trabalhava por dia, para criar nós, era eu e outro irmão, ganhando dois mil reis por dia... dois mil reis não dava para muita coisa não, comprava um quilo de açúcar, comprava um pouquinho de café, o café era todo em caroço, em grão como chama...

Trabalhava assim e era capinando roça com terçado, quando não, com a inchada, toda a vida foi, quem viveu 50 anos atrás a vida foi difícil.³⁴⁷

Dona Maria Cezar Bezerra de Matos perdeu a mãe ainda criança, foi criada pelo pai e pelos parentes de seu pai:

³⁴⁴ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁴⁵ MONTEIRO, Francisco. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁴⁶ MILITÃO, Severino Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁴⁷ MILITÃO, Severino Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Agora era agricultura, quando eu era nova, que não era casada que eu trabalhava muito..., mas assim mesmo que eu acompanhava minha mãe, com dez anos, ir para a roça essas coisas... foi a mãe de criação, é por que a minha verdadeira mãe morreu quando eu estava com oito dias de nascida...³⁴⁸

Dona Maria Cezar considerava sua mãe a irmã de seu pai e acompanhava ela no serviço de roça. Segundo a entrevistada dona Maria Cezar, ela passou a cortar seringa, mas muito pouco trabalhou, uma vez que se concentrou mais em atividades da roça.

Dona Maria de Nazaré Souza aprendeu agricultura com sua mãe, ainda criança, e esclareceu-nos que já nessa etapa da vida trabalhava nos serviços de roça, como também plantava tabaco, mandioca. Além disso, lembrou que sua mãe era responsável por cuidar da roça:

A roça porque, nós tínhamos três irmãos, eles faziam roçado, na mata derrubavam aqueles pauzões... eles faziam aquele monte de roçado, aí eles iam embora para o centro corta seringa também, aí minha mãe ficava tomando conta do roçado para plantar, e limpar.
Tudo a agente carregava, a gente carregava mandioca, por que o roçado era longe de casa...³⁴⁹

Diante de dificuldade de trabalhar, sobretudo a locomoção do centro da mata para a beira do rio, havia outras intempéries que ofereciam perigos na vida da floresta, no entanto, urge esclarecer que as mulheres assumiam a responsabilidade do trabalho e dos cuidados com os filhos menores.

Francisca Ribeiro, que trabalhava no seringal de nome Capori, localizado em Jutai, explicou-nos o difícil trabalho que realizava com sua mãe e irmão na lida com o tabaco. Segundo ela, depois da seringa, seria a atividade que mais dava dinheiro na região:

Trabalhei, muito! Nós quebrávamos (o tabaco), e botávamos e secávamos, enchia a casa de tabaco, enchia a casa de canarana né... uma palha chamada canarana, aí nós o quebrávamos e metia tudo lá (em) casa, ficava até em cima de tabaco, que (a gente) não via nem a casa. Aí passava oito dias secando sabe, secava, nós tirávamos tudinho (o tabaco), aí nós íamos estalar de noite, ia trabalhar, fazer os molhos, fazíamos na prensa né, uma mala em cima de um monte de tabaco para achatar, aí fazíamos os molhos, aí íamos apertar (o tabaco), mais trabalho!³⁵⁰

³⁴⁸ MATOS, Maria Cezar Bezerra. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁴⁹ PEREIRA, Maria de Nazare. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁵⁰ RIBEIRO, Francisca das Chagas. **depoimento**. [10 de fevereiro 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Percebe-se então como o trabalho com o cultivo e a produção do tabaco tratava-se de algo muito cansativo e complicado, conforme continuou narrando nossa entrevistada:

Era plantando mesmo, semeava, nascia, crescia. Quando secava o rio nos semeava, jogávamos semente assim, no baixo da água, é quando a água secava mesmo... aí deixávamos crescer, aí depois mudávamos do rio para o canteiro. Do canteiro já, aí que nós íamos plantar para tirar o tabaco mesmo, para crescer mesmo... E agora o trabalho que dava tirar coisa, para enrolar ele sabe. Dava (uns) dez quilos, oito quilos de cada planta cada, um monte de trabalho (que tínhamos) até chegar para vender, feito já o molho, (íamos) pesar.³⁵¹

Na região onde morava, ela revelou-nos que os seringais ficavam bem no centro da mata, na beira dos rios ficavam as roças, Francisca Ribeiro aponta que ficava na beira normalmente: *quem ficava ia plantar roça, plantar tabaco, plantar melancia, (plantava outras coisas) é, plantava essas coisas, plantava roça, plantava melancia, plantava tudo...*³⁵². Interessante ressaltar que, quando a entrevistada enfatizou se tratar de uma atividade que dava dinheiro, tratava-se na verdade ainda de um sistema de trocas, onde eles iam pesar e vender o tabaco para trocar por outros mantimentos que necessitavam, nas colocações onde moravam.

Dona Maria de Nazaré de Souza, por exemplo, começou a trabalhar também ainda criança. Nisso, a entrevistada relatou-nos como era o processo de trabalho na área onde morava:

Isso, nós com o papai e a mamãe, a gente ia para agricultura (interrupção) a criança com seis anos já vai para o roçado, já vai começando a plantar, a maniva e a roça, vai para a casa de farinha, torrar a farinha, ele (a criança) não sabe torrar, mas ele peneira ou tira uma mandioca da água, que agricultura é assim, exige muita coisa...³⁵³

Ainda sobre o serviço de roça, dona Maria de Nazaré Souza costumava acompanhar sua mãe e seu pai no serviço de roça, a entrevistada explicou-nos como o serviço demandava esforço e era cercado de processos:

Antes de casar, papai botava o roçado e a gente ia, primeiro a gente começa encoivarando, cortando pau, fazendo fogo, aí depois a gente vai plantar, planta o milho em carreira que é pra roça ficar toda assim, por carreira, depois planta maniva, aí

³⁵¹ RIBEIRO, Francisca das Chagas. **depoimento**. [10 de fevereiro 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁵² RIBEIRO, Francisca das Chagas. **depoimento**. [10 de fevereiro 2014]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁵³ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

planta, aí planta no meio o cará, a batata, planta, no mesmo roçado e o papai fazia o serviço pesado das madeiras e nós fazia o plantio, ele cavava que tem que um ir na frente cavando, você nunca viu ninguém plantar roça né?

Aí vai na frente cavando e um vai jogando a maniva³⁵⁴ e outro vai só cobrindo com o pé... tem gente que pergunta assim, você planta com a mão? Pode plantar com a mão, mas cansa muito, de tarde você está cansado de passar o dia assim abaixado, plantando com a mão, melhor com o pé a gente já tem aquele jeito de agasalhar o pau dentro da cova e com outro pé a gente puxa a terra...³⁵⁵

Maria Nazaré Souza esclareceu-nos também que após se casar, não mudou sua rotina, seguiu trabalhando com roçado, juntamente com seus filhos pequenos, e lembrou-nos que trabalhava sempre preocupada com as crianças, algo comum na vida dessas mulheres que se dividiam entre o trabalho e os cuidados com as crianças:

Continuava, aí a gente ia para o roçado, a gente fazia uma caixa, dividia assim no meio, pegava uma tábua assim, que era para criança não cair, aí ficava debruçada, aí a gente deixava na beira do roçado, aí atava uma redinha na beira do roçado e ficava os maiozinhos reparando os mais novos e assim a gente trabalhava, eu ia plantar roça com eles, os meninos tudo pequeno chorando lá pela beira do roçado, aí quando tinha com quem deixar a gente deixava aqui em casa, não tinha a gente levava para o roçado, muito sofrida a vida no interior³⁵⁶.

Levando em consideração que elas eram responsáveis pelas crianças, essas mulheres enfrentavam uma dupla responsabilidade, com o trabalho e com a segurança das crianças. Assim, o sofrimento de ter vários afazeres recaía sobre seus corpos cansados da lida nos seringais e da preocupação com sua família.

Interessante perceber como na fala dos entrevistados e entrevistadas, eles expressaram o serviço de roça como um serviço familiar, onde toda a família trabalhava, algo que não era colocado dessa forma antes da Segunda Guerra. Desse modo, Maria Izabel exemplificou-nos o serviço de roça que sua família realizava nos seringais da seguinte maneira:

Trabalhei muito (com o padrasto), com a minha mãe também, a família toda... Era a gente fazia roçado mesmo, para plantar roça, plantar juta, a gente roçava aqueles muros, aqueles muros bem altos né, calejava até a mão. Vixi! eu ajudava muito meu pai e minha mãe...

³⁵⁴ Rama da mandioca usada para o plantio. Página Acessada em 20 de junho 2020 - <https://www.dicio.com.br/maniva/>.

³⁵⁵ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁵⁶ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Cortava, a minha mãe não, por que meu pai ele cortava seringa no Purus, aí depois de lá ele não cortou mais seringa, ele chegou por aqui, pelo Anori plantava só roça, essas plantas mesmo, malva que nesse tempo, não era malva era juta, aí ele era muito trabalhador meu padraço, meu pai quando ele separou de minha mãe eu tinha três anos, não conheci muito bem meu pai legítimo...³⁵⁷

Dona Maria Izabel nos narrou que ensinou seus filhos a trabalhar na roça, que ajudavam ela nos serviços no seringal onde moravam. Dona Raimunda Vidal, por sua vez, ainda pequena, perdeu sua mãe e viveu com seus pais e irmãos dentro dos seringais; isto trabalhando, conforme nos contou:

Meu pai, mas era pescar né, pra arrumar comida, de primeiro não tinha dinheiro fácil sabe, tinha muita coisa pra fazer dinheiro, mas só que não tinha saída... porque era ruim de dinheiro sabe, a pessoa pobre não tem tanto recurso sabe, ai né, eles (sua família) pescavam né, nos era tudo pequeno, ele pescava, plantava roça e a gente colhia roça ne, pra se manter, por que não tinha trabalho. Aí depois nós fomos crescendo né, nos era 4 irmãos e meu pai sempre na pescaria e minha mãe morreu e nós ficamos só com nosso pai.³⁵⁸

Dona Maria Izabel, assim como outras crianças que nasciam na região, desde cedo, já estavam inseridas nos métodos de trabalho. Neste caso, mesmo com a morte da mãe, ela ficou com os irmãos menores, responsáveis por colher e cuidar da roça, enquanto os maiores e o pai pescavam. Em outros termos, de acordo com Bahia, a criança está inserida no trabalho camponês desde muito jovem, adquire os ensinamentos do trabalho do mundo camponês com seus pais, aos oito anos, e já realiza pequenos serviços³⁵⁹.

Logo, em comunidades da Amazônia, do mesmo modo, as crianças ainda muito novas são inseridas no trabalho de roça, e acompanham suas mães até o roçado e lá realizam pequenos serviços, como colocar as sementes, colher frutas e leguminosas. Dessa maneira, chegam à idade adulta sabendo realizar todas as atividades realizadas nos seringais, além das implicações dos serviços na mata, sobretudo a roça que estamos destacando nesse momento, podemos perceber como essas mulheres acabaram ensinando o trabalho nos seringais para seus filhos.

Severino Militão, que aprendeu os serviços dentro da mata com sua mãe, esclareceu-nos como ficou seu trabalho após abandonar o serviço de tirar seringa, para ele, a mudança de

³⁵⁷ MOTA, Maria Izabel. **Depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁵⁸ LIMA, Raimunda Vidal. **Depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁵⁹ BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011, p. 161.

serviço de extração látex para agricultura teria melhorado muito, isto devido as dificuldades de se locomover em longas distâncias, para colher o leite das seringueiras:

[...] dependendo né, por que gente fazia estrada de 200 madeiras pra baixo, por que passou de 200 é muito trabalho, passou de 200 madeiras pra frente é muito trabalho, a gente sai duas horas da madrugada, com a poronga na cabeça assim, a senhora sabe o que é poronga? a poronga é uma luz, uma coisa, que a gente faz, bota aqui né, aí aqui a lamparina, aqui em cima, com querosene, a lamparina acesa aí a gente anda pra todo canto e quando chega no pé da madeira pra gente ir riscar, aquelas madeiras tem delas que é pé no chão, tem delas que é trepada que a gente usa uma escada né, quando não está o moleque. O moleque é um seguinte a gente faz um pau dessa altura, aí faz uma porção de dente né, uma um dente aqui, outro aqui, outro aqui, aí sobe naquele pau e chega lá, abraça a seringueira com um braço e risca com o outro... quando é pra juntar o leite a gente usa um material que chama luminária, de pau de um tal de bacaba e aquele pau de bacaba a gente parte em três e aí aquilo fica assim, a senhora chega e coloca no fundo da tigela e balança um pouquinho.³⁶⁰

Sobre ter abandonado o serviço da borracha, ele continuou explicando sobre o serviço de roça, além disso, também criavam galinhas e porcos: *Trabalhei muito, depois que eu deixei a borracha, que a borracha ficou extinta, eu trabalhei muito em roçado, eu cheguei a botar 14 hectares de terra de uma vez, era muita terra, plantar roça, plantar malva, plantar banana, plantar tudo quanto é qualidade de espécie né, trabalhei muito né.*³⁶¹

Pensar os seringais como áreas de trabalho, e não somente como um lugar, onde é extraído o látex das seringueiras, dá-nos uma percepção maior de como nesses territórios são realizados vários tipos de trabalhos por mulheres.

Nina, em sua tese sobre as mulheres que trabalhavam na agricultura em uma comunidade na cidade de Itacoatiara, analisou o trabalho, saúde, ambiente dessas mulheres, e considerou que: *A sociedade produz histórias de trabalho, onde trabalhar na Amazônia é produção subjetiva e objetiva de diferentes tipos e formas, e é no trabalho da mulher que se produz a história do lugar, pois o lugar é a história de cada uma.*³⁶²

Outra atividade que aparece nos relatos dessas pessoas ao lembrarem a vida nos seringais, trata-se do cultivo da malva e da juta, o plantio ocorre em áreas de várzea, ali o terreno deve ser limpo para receber a semente, isto é, para que ocorra o cultivo da planta³⁶³, tanto da

³⁶⁰ MILITÃO, Severino Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁶¹ MILITÃO, Severino Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁶² NINA, Socorro de Fátima Moraes. **Trabalho, ambiente e saúde: cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia**. Tese (Doutorado em) em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2014, p. 52.

³⁶³ DENISON, Silvan. **Trabalhadores da Juta na Amazônia: trajetórias de luta, suor e sofrimento**. Tese (Doutorado em). Universidade Federal do Amazonas, 2018, p. 165.

juta, como da malva em que eram extraídas fibras vegetais, sendo que os entrevistados ressaltaram-nos que a malva seria mais fácil de trabalhar, pois suas sementes são mais resistentes e se desenvolvem bem em áreas de várzeas³⁶⁴.

Nisto, é importante que o historiador, ao trabalhar com as fontes orais, esteja atento à discussão sobre memória, conforme aponta Alberti, esse diz-nos que *cabe ao pesquisador estar atento aos significados e escolhas, determinadas por uma visão retrospectiva, que dá sentido as experiências no momento que são narradas*³⁶⁵. Em outras palavras, é preciso entender os instrumentos que possui para lidar com a memória desses sujeitos, por isso, julgamos importante percorrer todos os campos de trabalho que essas mulheres buscaram lembrar e nos relataram através de suas entrevistas.

A juta teria sido uma experiência que teria dado certo, após sua aclimação pelos japoneses que vieram para a região, em suma, com o plantio das sementes, a planta acabou por se difundir em várias regiões do Amazonas, já a malva, seu cultivo surgiu devido à dificuldade na época em conseguir sementes de jutas que vinham do Pará, ela acabou sendo cultivada de maneira mais acentuada no Médio Amazonas.

Soares destaca que essas plantas que davam origem as fibras vegetais na região chegaram a atingir grandes toneladas: “No período de 1937 a 1973, segundo Benchimol (2010), foram produzidas 50.000 toneladas, totalizando uma área plantada de 58.306 hectares nos Estados do Amazonas e Pará, correspondendo a uma produção estimada de 1.067 kg/ha.”³⁶⁶ Não obstante, a juta e malva já estavam sendo comercializadas na região desde a década de 1930, mas seu cultivo aparece muito pouco até os fins da década de 1940, pois a borracha era mais lucrativa que os outros produtos da região.

O cultivo e beneficiamento da malva e juta para venda tornou-se muito presente na década de 1950 e 1960, isto é, como uma alternativa para os trabalhadores obterem lucro, através da venda da fibra para comerciantes, regatões ou indo até os municípios próximos dos seringais para realizarem a venda.

³⁶⁴ BENTES, Jones Gomes. **Influência do espaçamento na produtividade de semente de malva (*Urena lobata* L) em terra firme no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical) - Universidade Federal do Amazonas, 2015, p. 15.

³⁶⁵ ALBERTI, Verena. Fontes Oraís: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes Históricas**. 2ª ed., I a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

³⁶⁶ SOARES, Geisiane Tavares. **Sustentabilidade Socioambiental: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, 2015, p. 30.

Interessante sublinhar que a juta foi trazida para a região na década de 1930 por imigrantes japoneses e acabou ganhando valor comercial, o início de sua produção em Parintins foi introduzida pelo imigrante japonês Ryota Oyama, assim como a pimenta do reino. Com as técnicas que surgiram na época para produzir juta, a malva também ganhou destaque, tendo em vista que o manuseio de ambas são parecidos; logo, os moradores da região aprenderam as técnicas e passaram a dominar a produção de juta também em áreas de várzeas³⁶⁷.

Conforme Oyama, a juta começou a ser comercializada ainda na década de 1930, mas ganhou destaque em 1960:

A imigração japonesa na Amazônia promoveu uma grande modificação na agricultura da região, através da introdução de duas culturas: juta e pimenta do reino. A lavoura da juta atingiu seu apogeu na década de 1960 quando chegou a representar 1/3 do PIB do Estado do Amazonas e envolver mais de 60 mil famílias. A partir da década de 1970 entra em declínio, devido à concorrência dos sintéticos, ao transporte a granel e à implantação da Zona Franca de Manaus, provocando a drenagem da mão-de-obra rural. Foi a lavoura da juta que iniciou o processo de agroindustrialização, mediante a implantação de indústrias de sacaria, em Manaus, Parintins, Santarém, Belém e Castanhal.³⁶⁸

Para entender como ocorreu o trabalho envolvido no cultivo dessas plantas, percebemos que o plantio passava por vários processos para dar origem às fibras, como também para possuir valor comercial. Em suma, temos as seguintes etapas na sua produção: Beneficiamento - afogamento - Desfibramento - lavagem - Secagem – Enfardamento³⁶⁹.

No tópico “Produção de Matérias Primas e sua Industrialização³⁷⁰”, podemos ter a dimensão da importância que o governo dava para o cultivo e venda da juta, por isso na década de 1950 buscaram aumentar a produção da produção dela:

³⁶⁷ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Amazônia**: desenvolvimento agrícola com a criação de mercados. Radar nº 20 - Junho de 2012. Página Acessada em 10 de maio de 2020. <https://www.ipea.gov.br/radar/temas/agricultura/342-radar-n-20-amazonia-desenvolvimento-agricola-com-a-criacao-de-mercados>. p.21.

³⁶⁸ HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Agricultura na Amazônia**: o futuro é plantar sem. In: VAL, Adalberto Luis; SANTOS, Geraldo Mendes dos. **GEEA**: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. Manaus; Editora INPA, 2011, p. 17.

³⁶⁹ **Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural/ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Sistemas de produção para juta e malva, Amazonas** (revisão). Manaus, 1980. 24 p. (Sistemas de produção Boletim nº 195). p. 11.

³⁷⁰ **PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. PRESIDENCIA DA REPÚBLICA – SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONOMICA DA AMAZONIA. SPVEA SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM – PARÁ- BRASIL, 1954, p. 6.

A juta, outrossim, contribuirá em grande escala para a ampliação do comércio da região e de suas reservas financeiras, pois a produção atual já supre as necessidades do mercado interno do país, e com a produção da Índia e Paquistão tendendo a diminuir, em consequência da restrição de suas áreas plantadas em benefícios de produtos alimentares, a juta brasileira terá um mercado assegurado. Em vista disso, a Subcomissão Agrícola previu um aumento de 50.000 hectares na área cultivada de juta, durante este quinquênio, cuja a safra se destinara a exportação.³⁷¹

Sobre como seria realizada esse plantio, insistiam que fossem feitas colônias agrícolas em áreas mais povoadas da região. É interessante que mesmo no tópico onde tratam de *distribuição de capital*, visam aumentar a agricultura na região, e investir na juta e castanha. Com efeito, cederam crédito ao produtor que conseguisse plantar em uma escala relevante, “é um amparo ao homem empreendedor³⁷²”, e não ao trabalhador comum do interior.

Para o autor, o serviço de juta seria uma forma de super exploração das famílias, sendo um trabalho insalubre, isto implicou em problemas de saúde, convém ressaltar que se houvesse uma mecanização do cultivo da fibra, o trabalhador não seria tão explorado, mas de fato ele não era uma preocupação por partes dos técnicos que buscavam modernizar essas regiões: *O máximo de “inovação tecnológica” existente na lida dos jutais é um rudimentar instrumento de trabalho chamado “tico-tico”, destinado tão somente a enterrar, regular espaçadamente a semente da juta, em substituição à semeadura feita a lanço.*³⁷³

Desse modo, apesar de nos planos da SPVEA, o homem da Amazônia era fundamental para o desenvolvimento da agricultura e da indústria na região, sendo considerado o “homem da lavoura” responsável pela alimentação da região, logo, o que estamos percebendo é que muitas mulheres estavam realizando, sozinhas, o trabalho na roça, assim como outras atividades nos seringais.

Veremos como as mulheres estavam inseridas nessas atividades, apesar de não serem reconhecidas como trabalhadoras na região, sendo deixadas de lado pela política da região que excluía os pequenos agricultores.

Nesse sentido, a memória dessas mulheres é centrada no trabalho que efetuavam. Com efeito, notamos que elas tentaram dar dimensão através de suas narrativas de como os processos que faziam, seja na roça, seja na juta, entre outros, em suma, isto demandava tempo, disposição,

³⁷¹ Ibid. p. 7.

³⁷² Ibid. p. 29.

³⁷³ DENISON, Silvan. **Trabalhadores da Juta na Amazônia**: trajetórias de luta, suor e sofrimento. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Amazonas, 2018. p. 166.

força e atenção e como elas acabaram com sérios problemas físicos, como foi o caso de Francisca Correa Esmeraldo, como outras mulheres que foram entrevistadas.

Considerando que essas memórias nos trazem a profundidade dos acontecimentos³⁷⁴, para entender a história e cotidiano dessas trabalhadoras naquele período, faz-se primordial que seja analisado como se davam os trabalhos, sempre atento aos processos de tensões e esquecimentos presentes nos relatos.

Nesse contexto, é interessante a história de Francisca Correia Esmeraldo, a entrevistada falou-nos com detalhes do serviço na juta, o qual gerou sequelas que contribuíram para que ela viesse a se aposentar por invalidez no futuro, o trabalho penoso na transformação de juta em fibra para a comercialização resultou em problemas de coluna, hérnia de disco e dores pelo corpo, assim por ela relatado:

O trabalho de juta, era cortar, botar na água, plantava, capinava, aí depois que capinava crescia desfiava aquela juta todinha pela mata, cortava e ia botar na água, botava afogava, no caso tinha que cavar o barro para afogar aquela malva, aquela juta, aí depois que afogava, que amolecia, que a juta passa mais de dois meses para amolecer né. A malva não, ela amolece rápido, aí quando amolecia a gente ia lá, lavar aquilo, na época eu não sabia lavar aí eu chorava que embolei um feixe de juta todinho... aí perdia que não sabia, aí até que um primo meu me ensinou, aí eu aprendi, só ensinou uma vez ...³⁷⁵

Além disso, havia muitas implicações no domínio das técnicas usadas para “trabalhar a juta”, para não perder a mercadoria e, conseqüentemente, parte da produção, a exemplo temos o caso da entrevistada que perdeu um feixe de juta por não saber lavar o produto, e acabou embolando a mercadoria, nesse caso, a Francisca Correio trabalhava com a família e aprendeu o processo de trabalho com seu primo e outros parentes.

Maria Cezar Bezerra de Matos também trabalhou com malva, junto com sua família. Nisso, através de seu relato, percebemos como os processos de juta e malva são parecidos, a entrevistada dividia as tarefas com sua mãe, iniciando o trato com a planta, e os homens ficavam responsáveis por outro processo:

Ela (sua mãe) trabalhava com irmão dela, o outro irmão dela, o outro chamava Francisco trabalhava em roça, ela cortou mais foi pouco, ela trabalhou mais com

³⁷⁴ BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 19-20.

³⁷⁵ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

roça... Na malva era assim, a gente capinava, desfiava a malva e cortava e lavava né. Para afogar só eram os homens que afogavam a malva... por que era pesado os feixes, lá eram feixes que nos cortávamos, (eram) pesados, só os homens que podiam afogar, nós não podíamos não.³⁷⁶

Maria Izabel Mota de Andrade descreveu-nos o trabalho com juta, explicando todos os muitos procedimentos que a planta passava até virar fibra, depois vendia para o patrão na região que comprava tudo e recebiam em dinheiro ou em mercadoria:

A juta era assim, pegava fazia o roçado primeiro, aí gente queimava, encoivaravam, a gente limpava para plantar né, plantar a juta, semeava a juta, ia com a enxada, para nascer né, aí quando estava grande assim, grandão! A gente desfiava tudinho, tirava aquele filho, para ficar só a grossa mesmo, para cortar, para afogar, para vender. Cortava, fazia aqueles feixes, aí a gente carregava, fazia aquela jangada, acabar a gente cobria tudinho de mato e barro em cima da cabeça para afogar, aí quando estava na hora a gente ia lavar, lavava, aí existia um varal para estender a malva, aí quando secava a gente fazia um fardo, fazia aqueles fardões bem grandão para gente vender, as vezes dava 60, 80 de quilo de juta que naquele tempo, não lembro nem quanto era, tanto tempo que faz..³⁷⁷

Maria Izabel, quando não estava cortando seringa, não abandonou completamente o corte da seringa, porque cultivava a juta para vender e assim obter mercadoria para sua família. Ela trabalhou também com malva (que tinha uma técnica semelhante à juta), neste caso, a entrevistada participava de todos os processos de trabalho em sua comunidade, desde o plantio da juta até a venda final, fazendo questão de lembrar sempre que a *vida no interior não é fácil não*³⁷⁸, na realidade, essa é uma frase presente em boa parte das entrevistas.

Raimunda Vidal de Lima, em entrevista, expõe que migrou do trabalho da borracha para a malva e sabia realizar todas as técnicas de cultivo e colheita, como também cuidar de uma roça, algo que seria menos complicado do que cuidar do plantio e fabrico da malva:

[...] é para malva, aí fomos plantar roça, melhor que ficou na roça mesmo, melhor de fazer né, por que a malva ou com chuva ou com sol, tem que cuidar né e na roça não, na roça é quando a gente pode ir, quando faz a chuva, a gente não vai né, aí só capinar, só planta quando está fazendo sol, só capinar quando está fazendo sol e aí é desse jeito... cuidando só da roça, até hoje.³⁷⁹

³⁷⁶ MATOS, Maria Cezar Bezerra. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁷⁷ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁷⁸ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁷⁹ LIMA, Raimunda Vidal. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Maria de Nazaré de Souza e seu marido trabalharam juntos no seringal, no rio Manacapuru, realizando diversos afazeres em meio a mata, entre eles a produção da malva, seu marido apontou as implicações do trabalho com a malva, queixando-se muito durante a entrevista de problemas de saúde, sobretudo na vista:

No interior eu plantava roça, banana, malva, quando acabou o trabalho da seringa, aí o pessoal apareceu com a malva, à juta, aí a gente cuidava dessas coisas. Foi assim que eu fiquei com problema de vista, foi trabalhando em malva. Por que você corta a malva e fecha, aqueles feixes pequenos e coloca tudo dentro de água e quando você vai tirar você tem que pular naquela água podre para tirar a malva, aquela água cheia cauxi, cheia de tanta coisa, aí eu comecei a ter problema de vista, até hoje eu tenho, já fiz 13 cirurgias e até hoje eu enxergo ruim, não enxergo bem.³⁸⁰

Para ele, a malva dava algum lucro com o comércio do produto, conforme relatado a seguir:

A gente vendia por lá mesmo, sempre que a gente plantava malva, a gente já tinha um patrão certo, tinha aqueles patrões que vendiam sementes, já com interesse de comprar e aí a gente trabalhava assim. Dava dinheiro, a gente ganhou muito dinheiro com malva. Aqui em Manacapuru a gente vendia pro Chico agora, tinha uns paraenses que vinham do Pará comprar pra cá, Rui Bezerra um grande comprador de malva... Ele ia pra Manacapuru vender, tinham comércios lá.³⁸¹

Na realidade, ter mais de um patrão significava obter outros meios para vender o produto, em outras palavras, o patrão acabou por se tornar um termo comum entre os entrevistados, mas esses patrões podiam ser antigos compradores de borracha, comerciantes, regatões ou até mesmo pessoas da comunidade, assim, uma venda realizada entre eles abriria a possibilidade do trabalhador em decidir para quem iria vender e, caso saísse da comunidade, iria para outro município, a fim de vender, sobretudo, malva e juta, algo que para eles viria a substituir a borracha.

Por conseguinte, os regatões também conhecidos como marreteiros são figuras comuns na região da Amazônia, isto é, desde o século anterior desafiavam os patrões, encostando suas embarcações próximas aos rios para fazer venda de artigos que, em geral, estava voltado para

³⁸⁰ PEREIRA, Raimundo Gomes. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁸¹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

os trabalhadores que extraíam látex na região, dessa maneira, ao comercializarem com os extratores de látex, despertavam a fúria dos patrões, que queriam manter os trabalhadores, a fim de que esses consumissem apenas nos barracões, e vendendo borracha somente para os seringalistas³⁸².

Com todas as críticas que foram direcionadas aos regatões, mesmo cobrando preços absurdos por suas mercadorias, mostrando uma faceta de exploração contra ribeirinhos e trabalhadores da região, esses comerciantes também representavam a possibilidade de negociação, uma vez que poderiam escolher os produtos que seriam levados, e em alguns casos, escolher mercadorias que o barracão não possuía, além de evitarem - naquele período - o crescimento de suas dívidas junto ao patrão³⁸³.

O agricultor Antônio Elias, juntamente com sua esposa Maria da Conceição Brandão Lopes, por exemplo, trabalhou com a malva e vendia para o patrão, com o tempo, passou a vender para o regatão:

A gente plantava, fazia roçado ia plantar a semente dela (da malva), para deixá-la crescer para cortar e botar de molho né, tirar aquela fibra para vender para os patrões, naquele meu patrão era os Queiroz.”

Eles iam até lá e compravam a produção, depois eles saíram de lá, eles moravam para cá (Manacapuru)... fui para lá para o rio Manacapuru com eles, de lá me casei com ela, aí deu dois anos vieram embora, aí apareceu outros patrões, negócio de regatão... regatão, aí nós fazíamos a malva da gente e aí já vendia já para o regatão, aí vendia para eles a malva.³⁸⁴

Após a saída de seus patrões do seringal, os regatões chegaram interessados em vender mercadorias, neste caso, a malva, segundo o entrevistado, existia vários regatões que iam até o seringal onde moravam, ocorre que receber algum dinheiro já era considerado vantagem para esse trabalhador, saindo de um período de semiescavidão. Em outras palavras, isto não implicava que ele seria bem pago pela mercadoria, o que ocorria é que trabalhavam em serviço pesado e recebiam o mínimo, pois sabemos que os preços que eram pagos pela juta e malva, muitas vezes, mal davam para alimentação, sendo necessário estar sempre cultivando roça, para assim não precisarem comprar todos os alimentos no comércio.

³⁸² GRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2 - dezembro 1999.

³⁸³ GRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2 – dezembro, 1999. p. 67.

³⁸⁴ LOPES, Antônio Elias Gonçalves Lopes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Outro ponto importante, quando falamos das mudanças nas relações de trabalho, resultou em alguma redução do controle por parte dos patrões, isto não implica que essas pessoas não passavam por conflitos e problemas na hora de fazer suas vendas para alguns comerciantes.

Raimundo Gomes narrou problemas que teve com um dos comerciantes para quem vendia juta assim:

Eu tive dificuldade com um patrão meu, o Álvaro, eu fui pesar uma juta com ele, só que sempre fui meio desconfiado, o patrão tinha um caderno eu tinha o meu, se eu comprasse fiado de uma pessoa eu anotava tudinho, aí nós fomos pesar uma juta minha, teve um fardo de 86 quilos, ele colocou 68 quilos, quando foi na hora de somar, a minha deu mais a dele menos, fomos conferir pelo peso, ele disse q era um fardo de 68 quilos, eu disse que não, que era 86 quilos, eu sei qual é fardo, pesamos deu 86 quilos, ou seja já tinha me matado 20 quilos só ali. Sei que eles ganhavam dinheiro!³⁸⁵

Para seu Raimundo Gomes, que sabia ler e escrever, confrontar o patrão era algo possível, uma vez que sabia que estava sendo ludibriado, a esposa dele conseguiu também aprender a ler e escrever, e estudou até a terceira série, e depois teve de abandonar os estudos por conta do trabalho. Logo, ela também sabia reconhecer quando estava enganada.

Sabemos que essa não é a realidade no meio das famílias que trabalhavam em meio a mata, a grande maioria era analfabeta, a falta de escolas dentro dessas comunidades foi uma constante reclamação por parte dessas mulheres; além disso, em um ambiente onde, desde crianças, começavam a trabalhar, em muitos casos essas pessoas não teriam condições de frequentarem escolas.

Em suma, cresciam sem saber escrever seus nomes; logo, confrontar o patrão ou qualquer outro comerciante se tornava uma tarefa complicada, apesar de em muitos casos perceberem que o valor pago pelas mercadorias era baixo para aquelas mulheres que moravam nos seringais.

Nesse contexto, estudar era algo muito distante da realidade desses indivíduos. No censo de 1950, verificara-se que 39,53% das mulheres do Amazonas eram alfabetizadas, e 45,99%, homens, desse montante, a maior parte dos alfabetizados estão em área urbana, sendo 78,63%.

³⁸⁵ PEREIRA, Raimundo Gomes. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

E 65,11% da população de suburbano e apenas 30,88% desses da área rural³⁸⁶, os trabalhadores no meio rural eram mão de obra barata, passíveis de serem explorados.

Silvan estudou o trabalho precário nas várzeas da Amazônia e afirma que se tratava de um trabalho degradante, que durante anos sustentou os Estado do Amazonas e Pará. A respeito dessas relações de trabalho, ele nos mostra que:

Nesses dois momentos distintos, foram cruciais os aspectos culturais em voga na Amazônia, especialmente o habitus do trabalhador rural do Amazonas e Pará internalizado desde a mais tenra infância. Some-se a isso as relações de poder impositivas, neutralizantes, predatórias, marcadas por violência psicológica, ilusão e consentimento, tecidas pelo patronato regional para a obtenção da mais-valia absoluta. Somente assim teremos um quadro aproximado do que foi a relação de trabalho patológica vivenciada pelo juteiro da Amazônia durante meio século, marcada por miséria, sofrimento e morte.³⁸⁷

De fato, as relações de trabalho mudaram, mas a desvalorização do serviço desses trabalhadores e trabalhadoras continuava em uma lógica que novamente o comerciante lucrava e o trabalhador obtinha o básico para a sobrevivência, e por isso este último precisava continuar efetuando várias atividades nos seringais.

Uma delas é a farinha, outro ofício muito presente na vida, na memória dessas trabalhadoras, em outras palavras, tratava-se de um alimento indispensável na vida da população da região Norte, um artigo amplamente consumido e enriquece a alimentação do caboclo amazonense. Em 1940, quando o cultivo da farinha era uma alternativa para venda e sobrevivências nas colocações, as mulheres viram na produção desse item de mercado uma alternativa para não verem crescer as dívidas de suas famílias junto ao barracão.

O plantio da maniva e a colheita da mandioca são processos demorados e que exigiam muito dessas famílias, as mulheres - em sua maioria - faziam farinha, contando com a ajuda das crianças ainda pequenas, uma forma de produzir esse alimento sem tirar os olhos dos menores.

Suzana Gomes de Araújo teve doze filhos, todos aprenderam a trabalhar nos serviços de roça, pois acompanhavam sua mãe: *o serviço era roça e cortar seringa (...) plantava tudo, mandioca, cará, batata, macaxeira, tudo que era o serviço de lavoura a gente plantava, fazia farinha. São Pedro o nome da comunidade onde fazia a farinha e plantava.*³⁸⁸

³⁸⁶ I.B.G.E. Conselho Nacional de Estatística/ Serviço Nacional de Recenseamento. **VI Censo Demográfico. Estado do Amazonas Seleção dos Principais Dados**. Rio de Janeiro, 1952, p. VII.

³⁸⁷SILVAN, Denison. **Trabalhadores da Juta na Amazônia: Trajetórias de luta, suor e sofrimento**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura). Universidade Federal do Amazonas, 2018, p. 114.

³⁸⁸ ARAÚJO, Suzana Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

A realidade de dona Suzana não era diferente da de outras mulheres da região Norte, e fazer farinha representava um gasto a menos no orçamento das famílias, que trabalhavam em áreas de seringais.

Adélia Marinho Ladislau também trabalhou fazendo farinha e nos descreveu rapidamente o processo: *Ceivava mandioca, arrancava mandioca, raspava, ceivava, no outro dia ia torrar no fogo, fazia farinha, era assim.*³⁸⁹. Adélia se queixou da venda que estaria dando pouco dinheiro e faziam tal coisa mais para comer, para o próprio consumo.

Francisca Correio Esmeraldo trabalhou no corte da seringa, na juta, na malva, roçado e nos descreveu o serviço pesado na produção de sua própria farinha, explicando como fabricava esse artigo, desde a colheita até a torragem:

Para o negócio da farinha, para arrancar, tem que arrancar, tem que raspar, tem de botar um bocado de molho, tira do molho, tira vai raspar, vai arrancar misturar, aí quando aquela massa esta mole vai misturar, vai torrar, vai ter que tirar lenha, vai fazer tudo isso, serviço muito pesado, muito pesado mesmo...

Nem todas as pessoas sabem torrar farinha, difícil quem sabe torrar farinha.³⁹⁰

Para Maria de Nazaré, o roçado era uma boa alternativa para não haver despesa: *Fazia farinha, para consumir mesmo, para não comprar... o roçado era porque a gente evitava despesa, não comprava nada*³⁹¹, não necessariamente fazia farinha para a venda e sim para consumo.

Já dona Maria Izabel Mota de Andrade fazia farinha para venda e consumo, ela nos contou sobre o processo cansativo de produção da seguinte maneira:

Porque a gente fazia farinha né, a gente fazia era vender ainda, mas era barato”. A farinha, a gente arrancava mandioca, aí levava para casa de farinha, carregava no paneiro, uma saca, levava pra casa de farinha, chegando na casa de farinha a gente ia raspar tudinho um dez saco de mandioca, só de molho assim, na água para amolecer, aí depois no outro dia a gente arrancava para amolecer, para misturar... A gente tirava goma também, tirava goma da mandioca, por que a gente raspava para mistura, a gente tirava o tucupi, também dela... E aí gente ia prensar, prensar para torrar, peneirar né e torrar.³⁹²

³⁸⁹ LADISLAU, Adélia Marinho. **Depoimento. [07 de Fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁹⁰ ESMERALDO, Francisca Correia. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁹¹ NAZARÉ, Maria. **depoimento. [07 fevereiro. 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

³⁹² MOTA, Maria Izabel. **depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

O plantio e colheita da mandioca eram vantajosos para esses trabalhadores, porque além da farinha, poderiam extrair outros alimentos, como a goma, o tucupi; e quando não dava mandioca, colhia macaxeira. Em outras palavras, Maria Zuila falou-nos que morava no seringal em Eirunepé, lá não dava mandioca, então optaram por plantar macaxeira e fazer farinha branca³⁹³.

Por sua vez, Severino Militão aprendeu a plantar maniva com sua mãe, lembrou de modo detalhado como fazia farinha e vendia juntamente com sua mãe:

Fazia farinha, a gente esquentava o forno, a gente arranca a mandioca, raspa, um bocadinho e outro bocadinho põem de molho em uma vasilha, aquela que está de molho com três dias, quatro dias, a gente tira aí seiva a outra com cinco paneiro, dez paneiro, a jornada que a gente vai fazer, misturar e botar na prensa, aí parte esse saco, na época era saco de estopa, hoje é fibra, na época era estopa, a gente partia em 4... bota os fechos que para imprensa ela para sair a água toda, aí peneira na peneira, peneira aquela massa e sai pra poder fazer essa farinha que nós consome.

A farinha agente não tinha patrão, vendia para o atravessador, o atravessador passava a gente cinco seis alqueires dez, então vendia... Se a gente quisesse mercadoria era mercadoria, se a gente quisesse dinheiro era dinheiro... Era muito barato, no valor de hoje era 13 reais um alqueiro, um alqueiro é 50 litros.³⁹⁴

Alguns entrevistados relataram-nos que não vendiam a farinha, assim como outras mercadorias, pois o valor era muito baixo e assim preferiam consumi-la. Dona Maria da Conceição Brandão Lopes se queixava de não ter para quem vender, pois morava em um seringal afastado. E não era sempre que o regatão chegava até a região onde trabalhava:

Fazia farinha, arrancava nossa mandioca, botava de molho, raspava, sejava, depois amassava, nos era (usava) prensa, da minha vovó era o tipiti, nos era prensa, a gente prensa, depois a gente peneira, depois põem no fogo... É difícil, era eu minha vó e meu irmão, não tinha homem, tinha só meu irmão, não tinha outras pessoas não, depois que eu casei não que mudou minha vida.

“A gente fazia assim, fazia roça, deixava tudo pronto, plantava mandioca, quando nos vinha fazia farinha, não tinha pra quem vender, tinha muita roça, muita banana... Eu e meu esposo, plantava trinta, quarenta, quadra de roça mas não tinha pra quem vender... Nos consumia lá, vinha pra cá, pra vender aqui, trazia 30 sacos de farinha na canoa.³⁹⁵

³⁹³ ARAUJO, Maria Zuila Alves. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁹⁴ MILITÃO, Severino Gomes Militão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

³⁹⁵ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Isto é, uma alternativa era se dirigir até Manacapuru, o município mais próximo do seringal, onde moravam. Ali, como não tinham lancha, iam de canoa, podendo demorar até duas horas remando.

Seu Francisco Monteiro demonstrou bem essa mudança da liberdade que tinham em fazer uma roça e poder fabricar a própria farinha:

Agora de roça é trabalho, trabalha muito, mas também é barriga cheia, tem farinha pra comer, fazer beiju, goma, tem muita coisa, mandioca... nem se compara, seringueiro nunca deu futuro, dava pros patrão né, os donos dos seringais dava dinheiro né, pra quem cortava seringa, não passava de um calçãozinho não tinha nada, por que não podia fazer uma roça não podia fazer nada, só corta seringa todo dia e quando ia pesar borracha ainda descontava uma taxa.³⁹⁶

Seu Raimundo Gomes ainda nos relatou sobre a diferença de malva e roça, conforme aponta:

A malva é bom por que quando você vende, você vende tudo e uma vez, ai você pega o dinheiro no bolo né, aí você fica forrado... a farinha não, você vai fazendo de pouco dez saco, cinco sacos, vinte sacos é assim, você não acaba um roçado de uma vez, você vai fazendo aos poucos e já vai cultivando outro, fazendo outro roçando, plantando, quando aquele acaba o outro já vai amadurecendo, nunca você fica sem roça, a malva você fica sem ela do ano para o outro, você fica, mas a roça não, você tem comer, tem que vender e aquilo com que você se sustenta.³⁹⁷

Estamos percebendo como os homens estiveram inseridos em serviços antes considerados femininos, de acordo com as fontes, encontramos também mulheres proprietárias de terrenos, donas de regatão, ou seja, comerciantes, mulheres trabalhando com seus maridos, inclusive no corte da seringa para conseguir produzir mercadorias para trocar no regatão, barracão.

Destacamos ainda que a mulher ainda exercia dupla função ao cuidar da casa, das crianças e dos demais serviços nos seringais. No entanto, devemos avaliar com cuidado as relações de gênero nessas regiões, a fim de entender como se deram as relações de trabalho e as mudanças observadas nos seringais, com o final da Segunda Guerra Mundial.

³⁹⁶ MONTEIRO, Francisco. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

³⁹⁷ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

2.3 Relações de Gênero nos Seringais

Na realidade, ao analisar os relatos, percebemos como as mulheres estiveram inseridas em várias atividades, até mesmo de juta e malva, um trabalho considerado pesado e que passava por muitas etapas, logo, percebemos que, apesar dessas mulheres ensinarem seus filhos os serviços nos seringais, sobretudo a lida na roça, ela continuaria sofrendo com as desigualdades nas relações de trabalho por parte dos homens.

Scott³⁹⁸ explica que a categoria gênero deve ser estudada de uma perspectiva ampla, plural, pois acredita que essas relações entre os sexos são construídas socialmente, a autora pensa em como a sociedade e a cultura podem influenciar na formação dessa hierarquia sexual, de modo que os estudos de gênero são importantes para entender essas relações de poder de forma mais ampla³⁹⁹.

Na esfera do campo do trabalho, surgiram muitos trabalhos que analisaram as desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho, sobretudo em áreas urbanas, nas grandes capitais e ainda em trabalhos focados na região considerada “central” do Rio de Janeiro e São Paulo.

Assim, no meio rural encontramos uma gama de trabalho acerca dessas relações não só de trabalho, como também de vivências de famílias no campo; no entanto, em se tratando da região Norte do país e de suas comunidades, o número de estudos acerca de trabalho nos seringais ainda está em constante produção, sobretudo quando falamos do trabalho de mulheres, haja vista que a maioria dos trabalhos não contempla todas as regiões da Amazônia devido à dimensão do lugar. Em suma, damos destaque, por exemplo, ao Acre⁴⁰⁰ que apresenta um número de estudos significativo sobre as mulheres e homens no contexto rural.

³⁹⁸ SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990.

³⁹⁹ Ibidem.

⁴⁰⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999. Ver citar também: WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999. Ver também: ALMEIDA, Aldemira Ferreira de. **O trabalho feminismo em seringais do Acre (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016. O trabalho de WOORTMANN, Ellen. Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal. In: Ana Maria Niemayer; Emilia Pietrafeza Godoi. (Org.). **Além dos Territórios: por uma troca entre a etnologia Indígena Os estudos rurais e estudos urbanos**. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998, trata-se também de um importante pesquisa sobre essas relações de gênero nos seringais.

As relações dentro dos seringais estão envoltas em uma rotina de trabalho em que o cotidiano dessas mulheres, conforme podemos perceber, está totalmente ligado aos seus afazeres, isto é, aquilo que é exercido e apreendido desde os primeiros anos de vida, transmitido por mães e por outras pessoas de vivência nos seringais.

À medida que os anos avançam, percebe-se que homens e mulheres estão cada vez mais afeitos ao serviço que anteriormente era realizado, em sua maioria, por mulheres, como, por exemplo: a roça, nesse sentido, realizam o plantio de gêneros alimentícios e o cultivo da juta e malva para a venda de fibra, este serviço que antes era tratado como “serviço de mulher”, na década de 1950 em diante, passou a ser realizado por homens também, ainda assim elas ainda acabaram trabalhando muito mais, se levarmos em consideração afazeres como cuidar das crianças, cozinhar, atividades domésticas.

Contudo, ainda existem atividades que são exercidas por mulheres, como a realização dos partos, algo que vamos tratar mais à frente, apesar de estarem responsáveis pela criação e segurança de seus filhos, pelos trabalhos que tinham que fazer nos seringais para sobreviver, além de outras funções que exerciam, continuaram invisíveis naquelas localidades, ignoradas durante anos pelo Estado.

Interessante pensar que a invisibilidade dessas mulheres implicou em prejuízos no seu futuro, ou seja, não se trata única e exclusivamente de dar luz a uma minoria, mas analisar como esses planos e políticas foram se constituindo e excluindo também as trabalhadoras. Para Scott, o ato de dar visibilidade está relacionado à noção de experiência, conforme explica:

Tornar visível à experiência de um grupo diferente expõe a existência de mecanismos repressores, mas não seu funcionamento interno ou sua lógica; sabemos que a diferença existe, mas não a entendemos como constituída relacionamente. Para tanto, precisamos dar conta dos processos históricos que, através do discurso, posicionam sujeitos e produzem suas experiências. Não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência. A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz. Esse tipo de historicização representa uma resposta aos/às muitos/as historiadores/as contemporâneos/as que argumentam que uma “experiência” sem problematização é o fundamento de suas práticas; é uma [Início da Página 28] historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria “experiência”.⁴⁰¹

⁴⁰¹ SCOTT, Joan W. **Experiência**. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) Falas de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 5.

Isto é, torna-se realmente necessário analisar como um todo a experiência desses agentes históricos, incluindo o contexto em que estão inseridos e observar nas diferenças uma oportunidade de questionamento. Assim, a “experiência” está em nosso cotidiano através da linguagem, logo seria sempre discutível, apostando na subjetividade de análise do historiador, porque ele que dará dimensão à pesquisa, “as experiências”, o que não vai garantir sua neutralidade, o que também não iria implicar na desqualificação de sua pesquisa⁴⁰².

Neste caso, entender o cotidiano dessas trabalhadoras se faz necessário para que, através da investigação de suas vivências nos seringais, possamos compreender a dimensão das implicações, e dificuldades nas relações de gênero vivenciadas nesse meio rural.

Sabemos que as mulheres, até a década de 1940, estavam inseridas em diversos afazeres nos seringais localizados no Amazonas, ainda assim, atividades como trabalho doméstico e realizavam durante muito tempo, foi considerada inferior, porém percebemos que se tratava de serviços essenciais para a reprodução social dessa parcela do campesinato.

À medida que os planos foram formulados para recuperar a economia do Amazonas e despertando o interesse do Brasil em desenvolver a região, a realidade dentro das matas sofreu algumas alterações, acarretando mudanças na esfera do trabalho na vida de mulheres e homens nos seringais. Logo, podemos citar a roça, que anteriormente era considerado trabalho de mulher, agora passava a ser cultivada por homens, assim como outras atividades, nas quais as mulheres estavam inseridas, entretanto, o trabalho feminino continuava sendo visto por seus companheiros ou parentes como complementares, não havendo reconhecimento que estavam exercendo um trabalho necessário à reprodução social desse campesinato.

Desse modo, ainda que ocorressem mudanças no âmbito do trabalho, as mulheres continuavam exercendo várias funções nos seringais, mas sem ter o reconhecimento por parte do Estado e a sociedade como um todo, porque consideravam a figura masculina “*o esteio da casa*”.

Sabemos que a família camponesa tem organização patriarcal e com isso reproduz comportamentos tradicionais conservadores. Em virtude disso, seu trabalho principal trata-se da agricultura e sobrevive em torno do núcleo familiar.

A esse respeito, Fabrini explicita o modelo de família patriarcal da seguinte maneira:

Na família patriarcal a mulher é institucionalmente vista como incapaz, tendo que ser tutelada pelo marido. Nessa família, mesmo considerando complexidade das

⁴⁰² SCOTT, Joan W. **Experiência**. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) Falas de gênero. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999, p. 20.

diferentes variações no espaço geográfico brasileiro, a mulher era (e ainda é em muitos casos) educada para cumprir seu papel de mãe de cuidar dos filhos, sendo boa mãe e mulher prendada. Ao homem cabiam as atividades fora de casa.⁴⁰³

Evidentemente que com o passar dos anos, o modelo de família patriarcal foi se modificando, dando lugar a família moderna, no entanto, dentro do meio rural, mesmo com as mudanças oriundas da industrialização, a urbanização, a “a unidade econômica camponesa está assentada na centralidade da família, comandada por um chefe, geralmente o pai.”⁴⁰⁴ Em geral, a família camponesa está formada em torno de uma unidade econômica, e vai ser a partir daí que permeiam suas vidas.

Sobre essas diferenças entre homens e mulheres no trabalho, temos a visão de seu Josué Ferreira Ruis, que trabalhou na agricultura no rio Manacapuru. Ele tem um olhar que privilegia o homem como o sujeito do trabalho, isso transpareceu ao ser questionado sobre a divisão de trabalho e como os seus pais dividiam as tarefas. Ele explicou-nos que: *tudo agricultura, plantio de roça, de mandioca, plantio de juta, malva, essas coisas assim...*⁴⁰⁵ Sobre sua mãe, ele afirmou que ela era dona de casa: *Trabalhava mais com os dois, a mãe sempre era dona de casa né... Muitas das vezes, dava fé, ela estava lá pelo roçado com o velho, trabalhei com ele até 15 anos de idade.*⁴⁰⁶

Para seu Josué, o serviço de sua mãe era ser dona de casa, mas ele afirmou que trabalhava com os dois. Entretanto, considera que quem trabalhava “de fato” era seu pai, e sua mãe realizava o serviço de roçado junto com seu pai, ou seja, sua mãe - para seu Josué - apenas ajudava. Nisso, interessante perceber que isso se estende para a esposa de seu Josué, ao ser questionado sobre as atividades que realizava após se casar:

Conheci minha mulher no interior... não ela não trabalhava comigo, por que sempre tive o capricho de nunca levar mulher para fazer roçado, ela tinha que cuidar da casa a qualquer preço, e eu do roçado a qualquer preço... é por que se a mulher não cuidasse de casa, quando a gente chegava não tinha nada pronto, então eu preferia chegar em casa para comer, e já está tudo pronto.⁴⁰⁷

⁴⁰³ FABRINI, João Edmilson. **CONTRADIÇÕES CAMPONESAS NO BRASIL. CAMPO-TERRITÓRIO:** revista de geografia agrária, v. 13, n. 30, 2018, p. 23.

⁴⁰⁴ Ibidem. p. 26.

⁴⁰⁵ FERREIRA, Josue. **depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁰⁶ FERREIRA, Josue. **depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁰⁷ FERREIRA, Josue. **depoimento. [10 de julho 2019].** Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Interessante perceber como Josué associa a figura de sua esposa ao serviço doméstico, ao preparo da comida, para Woortmann, ao analisar a construção social da mulher na família, como elas são vistas pela sociedade, esclarece-se que o homem seria visto como o ser mais racional de um relacionamento, e a mulher a parte afetiva. O autor usa as representações das palavras “quente e frio” para definir alimentos e também comportamentos, que, pois, tratava-se de “categorias cosmológicas globais”. Sobre isso ainda explica Woortmann que: *O homem é tido como o mais frio e a mulher como mais quente, e o domínio social do primeiro é o mundo dos negócios, um domínio onde é necessária uma alta dose de racionalidade, enquanto o da mulher é o lar, onde deve predominar a afetividade.*⁴⁰⁸

Desse modo, o trecho da entrevista citada acima esclarece bem a visão de um homem sobre sua esposa, ou seja, como alguém que tem por função deixar o lar “quente”, aconchegante, que quando ele retorna do serviço, não tenha de se preocupar com mais nada.

A visão de seu Josué ainda é bastante comum nos seringais, no entanto devemos ter dimensão que dificilmente uma pessoa sozinha conseguia dar conta de realizar vários serviços nos seringais. Assim, ao perceber que Josué “invisibilizava” o serviço de sua mãe como essencial, convém pensarmos que ele invisibilizava também o serviço de sua mulher na região, tendo em vista que dentro do trabalho rural, a família toda trabalha, inclusive as crianças.

Outra hipótese a ser considerada leva-nos acreditar que ele assim como a maioria dos homens não compreende que a mulher, seja habilitada para certos serviços, sendo os trabalhos complementares por elas executados, não sendo considerados essenciais a reprodução social do campesinato. Seus serviços não são vistos como vitais para a manutenção da família e nem reconhecidos como ensinamentos para os filhos do que seja a lógica cotidiana do trabalho campesino. Em outras palavras, todos os seus filhos nasceram com o auxílio de sua mãe, pois ela era parteira na região, assim, sobre essa atividade, ele a considera algo “natural”, “biologicamente afeito a condição feminina”, não seria uma habilidade racional, tendo em vista que era esperado para mulheres exercerem essa atividade na região.

Seu Raimundo Gomes Pereira narrou que seu pai trabalhou no seringal no centro da mata por pouco tempo, e não levava sua família para o centro: *Quando iam cortar seringa, eles entravam para o centro como chamava para dentro da mata, aí eles passavam seis meses*

⁴⁰⁸ WOORTMANN, K. **A comida, a família e a construção do gênero humano. Dados.** Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, p. 103-130, 1986, p. 28.

*cortando seringa, alguns levavam família, e outros não, a mulher ficava fora, a gente não ia com ele*⁴⁰⁹.

Ao ser questionado sobre o serviço de seu pai e de sua mãe, inicialmente, Raimundo Gomes nos relatou o serviço de sua mãe, descrevendo suas funções:

Meu pai era seringueiro e minha mãe era doméstica, ela lavava roupa, fazia comida, varria terreiro, ajudava um pouco na roça né, eu ajudava também, capinava, plantar a roça, a gente ia capinar, tudo isso. A gente plantava roça, cará, batata, milho, banana, depois que acabou o trabalho da seringa né, isso foi quando acabou a seringa, que não tinha mais venda aqui para o lado do Amazonas, só tinha para o lado do Acre.⁴¹⁰

Perceba que sua mãe realizava o serviço de roça antes sozinha, pois seu pai ia para o centro das matas, quando decidia parar de colher o látex e a se dedicar ao roçado e outros serviços. Entretanto, na entrevista, sua mãe estaria apenas ajudando, assim como ele também. Em outros termos, seu pai muda de trabalho e o auxílio deles passa a ser considerado complementar, sendo que o trabalho de toda a família é importante no meio rural. Entretanto somente o trabalho masculino é e continua sendo considerado o principal:

[...] ficavam com a mãe (os filhos), a minha mãe na época, que meu pai cortava seringa ele era solteiro, foi cortar seringa a última vez para se casar com minha mãe, ele noivou com a minha mãe e aí estava ruim de dinheiro aqui no baixo rio, aí ele disse, vou lá para o alto cortar seringa, aí foi com a irmã dele e o cunhado dele cortar seringa lá no alto, para voltar e casar com minha mãe. Ele estava aqui no baixo rio, voltou se casou com ela, e aí não voltou mais para cortar seringa, já ficou aqui plantando roça, pescando na época dava muito pirarucu e era muito vendável o pirarucu, até hoje ainda é... era profissão dele, plantava roça e pescava.⁴¹¹

Em sua visão, seu pai tinha um trabalho e sua mãe não, mesmo ela sendo doméstica e tendo cortado seringa por muito tempo em árvores mais próximas de casa, conforme relatou-nos: *Eu gostava mais de trabalhar na roça, na malva, tanto é que eu abandonei, e a mãe ficou cortando seringa, ela cortou durante uns três, quatro anos mais ou menos.*⁴¹²

⁴⁰⁹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹⁰ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹¹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹² PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

No entanto, seu Raimundo Gomes já estava inserido dentro na lógica do trabalho, na qual a borracha já era pouco extraída, e a agricultura passou a dominar o cenário. Em suma, ele nos mostra em relato que, após se casar, tinha uma verdadeira parceira na lida da roça: *A gente trabalhou muito, eu mais a minha mulher, em malva, em roça, tudo, todos os meus trabalhos a minha mulher estavam no meio, muito batalhadora.*⁴¹³. Dessa forma, observamos que seu Raimundo, ao descrever os inúmeros serviços que fazia no seringal onde morava, buscava explicar que, antes de se casar, fazia tudo só, mas agora estava acompanhado, tinha sua esposa.

Bahia destaca que existiam critérios utilizados para escolher os parceiros para casar-se e cuidar da propriedade familiar, deste modo, a autora destaca que o jovem ter estudos não importava tanto, as famílias davam prioridade para aqueles parceiros ou parceiras que sabiam trabalhar na terra, e dominavam as técnicas na roça⁴¹⁴. Neste sentido, a beleza não era considerada um critério, e sim a força física e o domínio das técnicas de trabalho. O saber trabalhar, o ser “esperta”, e ter o controle desses aspectos descritos acima era válido para a escolhas das mulheres aptas para o casamento.

Desse modo, é interessante perceber como as mulheres eram atuantes na região, inseridas nas atividades desde crianças, elas também poderiam se utilizar do serviço de outro modo, conforme nos relatou dona Adélia: *eu comecei a me assanhar, cortando por ali para o namorado ver como eu era esperta né... a gente queria ser era esperta né*⁴¹⁵, esperta para dona Adélia era mulher que trabalhava, para assim chamar a atenção do namorado para se casar.

Antônio Elias, ao destacar os trabalhos que fazia, ressaltou-nos que tinha como aliada sua esposa: *Trabalhava com roça, malva, e outros plantios, cana... E ela (sua esposa) trabalhava todo tempo comigo, todo tempo ela trabalhou e muito.*⁴¹⁶

Por sua vez, Severino Militão contou-nos sobre o serviço que aprendeu com sua mãe, lembrando que ainda trabalhou muito com sua mãe, até ela falecer no interior: *Sim, ela ficou comigo, ela só saiu de perto de mim quando foi lá para o cemitério, ela morreu deitada aqui na minha perna... no interior*⁴¹⁷. Nisso, é interessante perceber que na sua leitura sua mãe

⁴¹³ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹⁴ BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011, p. 193-212.

⁴¹⁵ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento**. [07 de Fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴¹⁶ LOPES, Antonio Elias Gonçalves Lopes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹⁷ MILITÃO, Severino Gomes Militão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

exercia várias atividades, ele acompanhando-a desde pequeno, ou seja, falou do serviço que realizava com ela com muita admiração.

Seu Militão revelou-nos que sua mulher também trabalhava: *Casei no interior... ela trabalhava também, mas ela trabalhava lá com a família dela, mas em serviço doméstico né, roçado né, que antigamente trabalhava né, todo mundo trabalhava né.*⁴¹⁸.

Entre os serviços domésticos que sua esposa realizava, estava a roça; para o entrevistado, o serviço doméstico e de roça tratava-se de trabalhos realizados por sua mulher, e por ele também, uma vez que ele admitiu que todos trabalhavam com roça, no entanto, ainda assim para eles, a mulher só ajudava, seu serviço era doméstico, não sendo considerado um trabalho essencial na reprodução social do grupo.

Essas relações de trabalho nos seringais são bem complexas, se pensarmos que no período do segundo ciclo da borracha a mulher tinha seu serviço inferiorizado pelos homens da família, eles em sua maioria cortavam seringa, logo os homens sustentavam a casa.

Ademais, eles cortavam, elas plantavam roça, garantindo a reprodução do grupo, passado esse período do auge do ciclo da borracha e com as novas políticas, temos a própria SPVEA, que incentivava o desenvolvimento da agricultura na região. Nesse contexto, os homens passaram a realizar o serviço de roça sem maiores problemas, no caso de alguns entrevistados, até destacam que preferem trabalhar no roçado, pois a seringa daria muito trabalho e pouco dinheiro.

Ao passo que elas passam por essa situação, em suas falas colocam sempre seus parceiros como companheiros, e não em posição inferior frente ao trabalho, como também não viam empecilho em trabalhar sozinhas. Conforme dona Maria da Conceição relatou-nos, com a morte de seu avô, ela ficava com seus irmãos e foi criada pela sua avó:

Nós trabalhávamos, com minha vó, meu irmão e meu avô, que nos criava nós, nós ficamos sem pai, nem mãe, e ele nos criou, e nós dava duro para trabalhar lá, no seringal, muitos anos. Aí a cobra picou meu avô, que faleceu lá, minha vó continuou trabalhando na seringa né, nos trabalhava também de roça, plantava banana, plantava cará, batata, criava galinha, porco.⁴¹⁹

⁴¹⁸ MILITÃO, Severino Gomes Militão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴¹⁹ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

A avó de dona Conceição, dona Ana Brito, era proprietária de terrenos onde havia seringais, propriedades que acabou herdando após a morte de seu pai, ela tinha por costume arrendar o terreno para outras pessoas, foi nesse momento que dona Conceição conheceu seu marido:

Ele foi trabalhar lá com o pessoal do Walter Queiroz lá, Walter Queiroz era o patrão deles, o homem que ia para lá corta malva e juta, aí minha vó arrendou pro senhor Walter Queiroz, ele é falecido já, aí ele foi trabalhar pra lá, muita gente trabalhou lá, minha vó arrendou né, esse terreno dela, grande lá, aí apareceu esse motor pra lá, que não tinha motor, aí conheci ele, eu tinha quinze anos. O terreno da vovó era mata bruta, aí plantava roça, juta, malva, aí nós moramos um tempão lá e viemos embora...⁴²⁰

Maria da Conceição relatou que sua vó, por vezes, sofreu com tentativa de invadir seu terreno, sobretudo para tentar a retirada de madeira, nas vezes que isso ocorria, sua avó os expulsava de seu terreno, pois não permitia que retirassem madeira. Entretanto, aos poucos os exploradores de madeira acabavam retornando, ou seja, sua avó tinha de enfrentar esses invasores.

Podemos afirmar que, além de trabalhadoras atuantes, temos mulheres que criavam sozinhas seus filhos e netos no meio da mata, e ainda administravam os recursos, sejam mercadorias, sejam, em alguns casos, propriedades, elas expulsavam invasores que faziam desmatamento, fator que prejudicava seu sustento, tendo em vista que retiravam da mata alimentos para sua sobrevivência.

Dona Maria de Nazaré Souza ressaltou-nos que antes de casar-se já trabalhava, realizava serviços, a fim de se manter, e trabalhava com sua família. Observamos que na sua narrativa, era seu pai quem ajudava sua mãe, tendo em vista que sua mãe trabalhava e cuidava das crianças, enquanto seu pai cortava seringa:

Ele ajudava, ela (sua mãe) fazia só mesmo serviço de roça, agora eu, eu trabalhava em roça, trabalhava em Malva e trabalhava, fazia vasilha, vasilha de barro, não sei se você já viu? Fogareiro de barro, até aqui na cozinha, fogareiro de barro a gente fazia, eu fazia pra vender, quando estava criando esses filhos e depois me casei... sozinha, aí depois me casei e fui trabalhar com o marido.⁴²¹

⁴²⁰ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴²¹ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Dona Maria Nazaré de Souza trabalhava junto com seu marido em serviços de roça, porém as crianças eram também sua responsabilidade, em sua entrevista, contou-nos que trabalhou junto com seu marido após se casar: *cortava seringa ali na Terra Nova, que tinha um seringal lá, nós tínhamos umas quinhentas árvores de seringa lá, a gente cortava.*⁴²² Além de cortar seringa, também trabalhavam com juta e malva, roçado, e relatou-nos que as crianças ficavam sobre sua responsabilidade, e quando teve uma decepção com seu marido, ela resolveu ir para Manaus:

Iam (os filhos), eu levava também, ficava tudo comigo aí depois começaram ajudar, cresceram... ensinei. Foram meus três filhos criados lá em Manaus, o resto tudinho trabalharam com roça, o mais velho, o segundo, o terceiro, o quarto, tudinho... Eu fui-me embora pra Manaus, por que eu tive um desgosto com meu marido, sabe como é homem né... Ele começou a ir atrás de outra mulher, aí eu achei que não estava dando certo mais, por que ele não estava mais nem dando nada pros filhos, aí eu fui embora pra Manaus... Levei tudinho para Manaus...⁴²³

Assim como ela, outras mulheres criaram seus filhos sozinhas dentro dos seringais, e no seu caso, ela acabou migrando para a cidade.

As narrativas dessas mulheres em relação ao serviço que exerciam se diferenciam dos homens, isto é, quando reconhecem que trabalham e tinham outras funções, e que seus maridos “as ajudavam” nessas atividades. No caso dos homens, eles não reconhecem o trabalho que suas companheiras exerciam, se antes a roça era serviço de mulher, no decorrer do tempo, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, com a crise da borracha, a roça se tornou serviço de todos, mas a mulher sempre trabalhou na roça parte do chamado trabalho familiar.

Com efeito, percebemos como as relações de trabalho ainda são estreitas, revelando que os homens ainda julgam que seu trabalho é o principal, e de suas mulheres pouco importante. Se no primeiro momento, o homem dizia que não fazia roça, que era serviço de mulher, pois o corte da seringa dava dinheiro, porém, no segundo momento, com a crise da borracha, ele passou a trabalhar na roça, serviço pesado, porque demandava a ajuda de todos da família.

⁴²² MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴²³ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Além de sofrerem discriminação na esfera do trabalho, essas mulheres também enfrentaram dificuldades no ambiente onde moravam, pois o trabalho e cotidiano sempre estiveram intimamente entrelaçados nos seringais.

Assim, julgamos importante tratar dessas dificuldades, tais como: assistência médica (trabalhavam grávidas ou enfermas), e na ausência dos serviços médicos realizavam curas e partos. Em suma, as mulheres realizavam atendimentos nos seringais, recebiam mercadorias dessas famílias para conseguir se manterem nas matas, nisso, podemos dizer que se tratava de mais uma das muitas funções realizadas por mulheres nos seringais, conforme trataremos no capítulo III.

3. A Assistência Médica nos Seringais

*Tu já pensou... imaginar a dificuldade de uma mulher ter um filho a noite sozinha, só com uma triste lamparina iluminando!*⁴²⁴

Importante frisar que durante o governo Vargas foi criada a SESP – Serviço Especial de Saúde Pública, responsável por desenvolver políticas de saúde para a Amazônia, conhecidas como Programa da Amazônia, visando aumentar a produção para Segunda Guerra, através do recrutamento de trabalhadores, e assim proteger o trabalhador contra as doenças⁴²⁵.

No primeiro momento, onde havia o recrutamento de trabalhadores para trabalhar nos seringais, a SESP deveria ser responsável por examinar esses trabalhadores para que seguissem viagem, conforme acordo firmado entre CAETA e SESP. Dentre as cláusulas desse contrato, destacamos:

1. A CAETA, pelo seu órgão competente, recrutará trabalhadores fisicamente aptos para o trabalho a que se destinam, transportando – se para o Vale Amazônico.
2. O órgão competente da CAETA assumirá a responsabilidade de cuidar da saúde dos trabalhadores e tomar quaisquer outras medidas necessárias até a data da chegada ao ponto de concentração escolhido.
3. A Sesp dará assistência médica aos trabalhadores emigrantes nos seguintes postos médicos, ora pertencentes ao SEMTA e ao SAVA. Fortaleza, Sobral, Teresina, Caxias, São Luiz, Belém e Manaus.
4. A Sesp dará assistência médica trabalhadores da borracha igual àquela que proporciona as populações civis.
5. Os grupos de no mínimo 200 homens quando transportados por terra, serão acompanhados por um guarda medicador do SESP, assim como os grupos de no mínimo 300 homens quando transportados por mar⁴²⁶.

Nesse primeiro momento, demonstrava-se como esses trabalhadores - antes de viajar - já deveriam passar por exames médicos e nos transportes deveriam ter guardas medicadores para atender as famílias nas embarcações.

A SESP estaria intimamente envolvida no processo de recrutamento de mão de obra, nisso havia uma preocupação em selecionar homens fortes, aptos ao trabalho, e com interesse em padronizar os exames que iriam selecionar esses soldados. A assistência se estenderia ainda

⁴²⁴ SOUZA, Maria de Nazaré. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴²⁵ CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006. Cap. 4.

⁴²⁶ Contrato de acordo de serviço médico entre Sesp e a Caeta, 1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

após a seleção, “o soldado e sua família” deveriam ser imunizados, e em caso de doenças deveriam receber tratamento adequado, comida e assistir às palestras de educação sanitária⁴²⁷. No entanto, sabemos que muitos trabalhadores foram enviados às pressas devido à pressão, por parte do Governo Federal, para que a produção da borracha ocorresse de modo rápido, para atender à exportação, ou seja, abastecer os países que estavam em Guerra.

A SESP estaria intimamente envolvida no processo de recrutamento de mão de obra, havia uma preocupação em selecionar homens fortes, aptos ao trabalho e interesse em padronizar os exames que iriam selecionar esses soldados, a assistência se estenderia ainda após a seleção, o soldado e sua família deveriam ser imunizados, e em caso de doenças deveriam receber tratamento adequado, comida e assistir palestras de educação sanitária⁴²⁸.

O médico José Lins Souza responsável pela avaliação destes trabalhadores na sede em Fortaleza antes de serem encaminhados para Amazônia confessou em seus relatórios, que por vezes havia considerado apto para trabalhadores que se encontravam enfermos, devido à necessidade de se enviar um determinado número de trabalhadores para a região⁴²⁹.

No entanto o trajeto que essas famílias enfrentavam para ir trabalhar na região amazônica, também chama a atenção, pois o número de trabalhadores transportados era elevado e a maioria não recebiam os remédios. Levando em consideração a distância de uma região para outra, os decessos eram importantes, segundo as fontes muitos morriam de doenças durante o trajeto ou ficavam vários meses em hospedarias aguardando para serem enviados aos locais de trabalho.

⁴²⁷ Idem, 2013. 147.

⁴²⁸ **Contrato de acordo de serviço médico entre Sesp e a Caeta.** 1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

⁴²⁹ MIRANDA, Gabriela Alves. **Doutores da Batalha da Borracha: os médicos do Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia (SEMTA) e o recrutamento de trabalhadores para os seringais em tempo de guerra (1942-1943)**, Rio de Janeiro: [s.n.], 2013, p 147.



Alimentação na Hospedaria na Amazonia⁴³⁰



Trabalhadores sendo direcionados para a Amazônia⁴³¹

⁴³⁰ Imagens presentes no documento do **MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 – 1972.

⁴³¹ Imagens presentes no documento do **MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 – 1972.

Ainda que houvesse os esforços da SESP em atender os migrantes e que nos contratos que foram direcionados para esses trabalhadores no governo de Vargas, estivesse estabelecido que os guardas medicadores fossem os responsáveis por atender e medicar esses migrantes⁴³², no entanto poucos eram os barcos que de fato contavam com médicos. Os migrantes eram transportados de modo negligente, principalmente em se tratando de assistência à saúde, por exemplo, tanto embarcados, quanto depois do desembarcar, em locais como Fortaleza ou Belém, ainda deviam esperar alguns meses para serem direcionados para os interiores do Amazonas.

Neste sentido percebe-se que a criação da Sesp e a realização de suas medidas, serviços foram fundamentais para o recrutamento, envio dessas famílias para os seringais e sobretudo referente a assistência médica, uma vez que mesmo após o fim da Segunda Mundial os serviços continuaram sendo realizados na região.



Guardas sanitários em Manaus⁴³³

⁴³² **Contrato de acordo de serviço médico entre SESP e a CAETA.** 1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

⁴³³ Imagens presentes em **MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 - 1972**

3. 1 Segundo Momento da SESP

Segundo documento do Ministério da Saúde Pública da década de 1970, o acordo entre Estados Unidos acerca dos serviços que Sesp deveria desenvolver se encerra em 1960:

“Diretamente vinculado ao Ministério da Educação e Saúde, em decorrência do Contrato Básico firmado em 17 de julho do mesmo ano, o SESP iniciou trabalhos de saúde e saneamento na Região Amazônica. A 10 de fevereiro de 1943, foi assinado novo Acordo, cujos termos e vigência eram iguais aos do primeiro, desta vez com a finalidade de prestar assistência aos trabalhadores na reconstrução da Estrada de Ferro Vitória-Minas, objetivando acelerar a exportação de minérios. O Contrato mencionado, que vigoraria até 31 de dezembro de 1943, foi sucessivamente prorrogado, terminando em 1960, quando se extinguiu o Acordo entre os dois países. Em 11 de abril do mesmo ano, a lei nº 3 750 autorizou o Poder Executivo a transformar em Fundação o Serviço Especial de Saúde Pública.”⁴³⁴

Deste modo os serviços da Sesp ainda atuaram na região até 1960, nos relatórios da SESP⁴³⁵, encontramos documentação onde apontam um grande avanço na região sobre a questão de atendimento e saneamento, mas o Amazonas possuía muitos seringais e não conseguia chegar as localidades mais distantes⁴³⁶.

A SESP acabou se estendo até 1960, realizando serviços de assistência médica e educação nessa área, dessa maneira, para Renovato e Bagnato, a SESP assumiu um papel, no qual a instituição estava voltada na prevenção, sobretudo no meio rural:

No período do pós-guerra, o SESP se expandiu para outros estados brasileiros, principalmente os da Região Nordeste, procurando construir redes de unidades de saúde locais, focalizando tanto a medicina preventiva como a curativa, tendo como eixo principal, a educação sanitária. Segundo Campos (2008), a expansão do SESP significou a ampliação da presença material nessas regiões mais “subdesenvolvidas” do país, em que os profissionais de saúde do SESP eram um dos contatos dessas áreas rurais com o governo federal. Assim, nesse emaranhado de sujeitos envolvidos em interesses de oligarquias locais e suas interfaces com os projetos de desenvolvimento do Estado brasileiro, deu-se a capilarização do modelo sespiano, seu *modus operandi*, bem como suas concepções de educação sanitária nos mais variados espaços, dentre eles, nas escolas primárias dessas regiões, principalmente da zona rural.⁴³⁷

⁴³⁴ **MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 - 1972, p.11.

⁴³⁵ **Contrato de acordo de serviço médico entre Sesp e a Caeta**, 1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

⁴³⁶ BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia: Um Pouco – Antes e Além Depois**. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977.

⁴³⁷ RENOVARO, R. D.; BAGNATO, M. H. S. **O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960)**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, 2010.

No Plano Quinquenal, deixava-se claro que a dispersão da população no Amazonas seria um grande problema, sobretudo para que a saúde e saneamento se desenvolvessem na região, por isso criaram medidas, visando levar assistência médica, serviços de saneamento, assim como realizar campanhas de combate as doenças comuns na região⁴³⁸.

O Plano de Valorização Econômica da Amazônia buscava traçar metas para atender os interiores da região, mas novamente a falta de verba acabou prejudicando o projeto. No *Orçamento Geral da União da Spvea*⁴³⁹, houve a tentativa de estabelecer o que seria uma ordem de prioridades que refutava a Comissão de Planejamento, tendo em vista que ele foi elaborado, sem contar com o déficit de arrecadação de 1954.

Logo, para tornar o plano viável, seria preciso que o governo federal repassasse 3% do valor da União e ainda cobrisse a diferença, com efeito, apresentaram uma ordem de prioridades que foi dada para o Estado do Amazonas, uma vez que o Governador havia se queixado da forma como estavam conduzindo a verba do Estado, ressaltando ainda que a questão de saúde seria de terceira prioridade. Destacamos o item *h* do orçamento:

LANCHAS AMBULATORIOS E POSTO MÉDICO DO IÇÁ (item 12 da exposição): dar os motivos da inclusão dessas verbas em terceira prioridade. Documentar a opinião de sanitaristas e congressos de higiene contraria a utilização dos chamados postos itinerantes, por serem anti-econômicos. Quanto a construção do posto do Içá, mostrar que todas as dotações para equipamento e manutenção, foram classificadas em primeira prioridade, na intenção de concluir-se o que se começara a fazer funcionar o que já existe. A exclusão de construções novas, está prevista nas circulares da Presidência da República sobre a execução orçamentária no corrente ano. Ademais, a atividade básica de Assistência médica, a ser desenvolvida na Amazônia por conta da Superintendência, o deve ser por intermédio do Sesp. Quanto aos Estados, o papel da Superintendência, na conformidade do que dispõe a lei nº 1.806/53, é apenas o de complementar os recursos necessários ao que, entrosando-se no planejamento geral, venham a fazer e estejam em condições de manter. Êste último ponto deve ter merecido relêvo, mostrando-se que não é possível aceitar que os Estados transfiram para a União o custeio de seus serviços normais, excluindo-se, por consequência, a possibilidade de dedicar os recursos proporcionados por todo país a sua finalidade própria e específica, que é a de promover o desenvolvimento econômico da Amazônia, mediante inversões prudentes em setores reprodutivos.⁴⁴⁰

⁴³⁸ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E **Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia**. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954, p. 12-13.

⁴³⁹ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. S.P.E.V.A. **Orçamento Geral da União- anexo 16**. Documento – 1.13-abril, 1954. p. 5-9.

⁴⁴⁰ PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. S.P.E.V.A. **Orçamento Geral da União - anexo 16**. Documento – 1.13-abril, 1954. p. 8-9.

O Governador do Amazonas, na ocasião, era o Plínio Coelho, que em mensagem de governo de 1955, já destacava a dificuldade em realizar obras e serviços em vários setores da região, devido à falta de verba⁴⁴¹. Plínio Coelho estava em conflitos com o Governo Federal que, por sua vez, julgava que os serviços médicos deveriam ser de terceira prioridade, tendo em vista que os mais básicos eram de responsabilidade da SESP, e alguns eram muito caros de serem realizados, como os postos itinerantes.

Entretanto, sabemos que a SESP não dava conta de atender todos os interiores da região e ficou concentrada em algumas áreas, por isso as entrevistas apontaram que, em muitos casos, as famílias tinham algum membro da família doente, e tinham de se deslocarem para Manaus, ou municípios mais próximos.

Não estamos afirmando que o Serviço Especial de Saúde Pública foi totalmente falha na região; na realidade, após a Segunda Guerra Mundial, a instituição se expandiu e acabou atendendo outras regiões do Brasil, conforme aponta o trecho a seguir:

No período pós-guerra, as atividades do SESP se modificaram, tornando-se um grande prestador de serviços de saúde nas regiões visadas pelos planos desenvolvimentistas do governo brasileiro. Desse modo, o modelo de atuação deste Serviço passou a se apoiar nas estratégias de qualificação dos trabalhadores da saúde, de educação sanitária e de construção de uma rede horizontal integrada e permanente de unidades de serviços de saúde, o que levou a expansão desse modelo aos demais departamentos estaduais de saúde⁽¹⁾.⁴⁴²

Um dos focos da Sesp tratava de combater as doenças comuns da região, conforme consta em relatórios da década de 1960. Além disso, para Sousa, a SESP com os recursos que tinha, conseguiu trazer algumas melhorias para a região, isto é:

Ao longo de suas atuações no país, tanto o SESP, como a FSESP tiveram a região amazônica como espaço prioritário para suas ações. Sob o argumento de combate à febre amarela e malária, que se juntou a interesses políticos que entendiam como estratégico o avanço do governo central para o interior do país naquele período², o SESP encaminhou políticas sanitárias para a região, montou uma rede de unidades e outros equipamentos, construiu e administrou escolas de enfermagem, hospitais, centros e postos de saúde, sistemas de águas e saneamento, normatizou técnicas e procedimentos, contratou e expandiu uma burocracia, estabeleceu convênios para

⁴⁴¹ AMAZONAS (ESTADO). **GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). Mensagem à Assembleia Legislativa**. Manaus: Imprensa Oficial, 1955.

⁴⁴²RENOVATO, Rogério Dias; BAGNATO, Maria Helena Salgado Bagnato. **As contribuições do ser as contribuições do Serviço Especial de Saúde Pública viço Especial de Saúde Pública para a formação para a formação profissional da Enfermagem no Brasil (1942-1960)**. Rev Bras Enferm, 61(6): 909-15. Brasília, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/reben/v61n6/a20v61n6.pdf>

executar e padronizar políticas de saúde formou mão de obra qualificada e promoveu a educação sanitária.⁴⁴³

No interior, chegou-se a construir pequenos postos, sendo as primeiras áreas de atendimento na região, implantando serviços de saneamento e levando-se água potável para as pessoas de diferentes comunidades da Amazônia.



Enfermaria em Benjamin Constant⁴⁴⁴

Em outras palavras, o Estado do Amazonas não conseguiu cumprir a missão de levar atendimento a setores mais afastados, e o Governo Federal, por sua vez, demonstrava pouco interesse nesse setor, deixando esses trabalhadores vulneráveis. Dependendo da gravidade do caso, eles deviam ir até os municípios mais próximos, em busca de auxílio de médicos, sendo que só existiam postos básicos de saúde em alguns municípios,

⁴⁴³ SOUSA, Amandia Braga Lima. **A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO AMAZONAS: A EXPERIÊNCIA DO SESP E DA FSESP**. In: SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. (Org). História e política pública de saúde. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017, p. 45.

⁴⁴⁴ **Relatório do Serviço Especial de Saúde Pública**. Ministério da Saúde, julho, agosto, setembro – 1953.

No relatório *Assistência Médico - Social Rural*, buscou-se tratar das dificuldades de assistência médica na Amazônia, por isso fizeram um documento preliminar para assim verificar tais problemas, inicialmente, já apontavam o problema demográfico como um grande fator responsável pelo mal atendimento, pois, em muitas regiões existiam dificuldades de transporte, algo que segundo os relatórios seria preciso selecionar polos onde seriam concentrados esses esforços, a fim de melhorar o atendimento.

Outro problema, para além do transporte, e da população ser dispersa, seria também a falta de médicos. Nisso, destaca-se a quantidade de médicos que atendiam na região, dando ênfase ao interior da região Norte do país:

Acontece que, pela mesma estimativa, 882.000 pessoas, ou 29,8%, cabiam as capitais, enquanto 2.079.000 ou seja 70,2% ao interior. Então, as capitais, em conjunto, dispunham de 0,61 de médico por 1.000 habitantes, ou a média de um médico para 1.648 pessoas, ao passo que os municípios do interior não tinham mais que 0,3 de médico 1.000 habitantes, ou um médico para cada grupo de 34.650 pessoas.⁴⁴⁵

Desse modo, chegavam à conclusão que seria preciso se dedicar às áreas já previamente escolhidas, onde seriam criados núcleos especializados de saúde, esse polo seria um lugar menos precário e com povoação razoável. Desse modo, revelavam que mesmo na década de 1960, ainda se acreditava numa política em que os polos deveriam ser criados em áreas, consideradas “pouco precárias”⁴⁴⁶, até quando tratavam de assuntos referentes à saúde.

Destacamos que em 1969 de acordo com balanço do Ministério da Saúde, a Fundação muda sua denominação com intuito de se expandir, conforme aponta:

“Em 1. 10. 1969, de acordo com o Decreto-lei nº 904, a FUNDAÇÃO SERVIÇO ESPECIAL DE SAÚDE PÚBLICA passou a denominar-se FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE PÚBLICA (FSESP), com o objetivo de promover, nas áreas em expansão, programas de saúde, de saneamento, de treinamento de pessoal técnico e auxiliar, e de realizar estudos, inquéritos e pesquisas, necessários ao desenvolvimento de suas atividades.”⁴⁴⁷

A FSESP buscava atender as regiões Norte, Nordeste, Centro Oeste e Sul do Brasil, deste modo percebe-se que SESP ainda vigorou durante cerca de 18 anos, passando por várias modificações ao longo dos anos.

⁴⁴⁵ Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Assistência Médico-Social Rural**. setembro, 1967, p. 6.

⁴⁴⁶ Ibid.

⁴⁴⁷ **MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA**, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 – 1972. p. 11.

Para Amandia Sousa, era evidente que com as mudanças políticas ocorreriam adequações alinhadas a nova realidade do Brasil no contexto de governo militar, ressaltamos ainda que Fundação passou consecutivas crises financeiras que atrapalharam seu desenvolvimento até levar a sua extinção, conforme aponta:

“Além disso, desde o final da década de 1960 e primeira metade 31 da década de 1970, viveu-se no país um período de expansão da privatização que trouxe impactos para o funcionamento da FSESP. (Bastos,1993) Diante dessas realidades, a FSESP sobreviveu à custa de manobras políticas e outras oportunidades de preservação institucional. Em 1964, houve uma ajuda do governo através da Lei nº. 4.441/64, que assegurou recursos para manutenção da Fundação, inclusive para novas perspectivas de trabalho. Nesse mesmo período foram dissolvidos os Serviços Cooperativos de Saúde e realizados novas formas de acordos com os estados. Entretanto, mesmo com a política de ajuda norte americana, através de projetos de cooperação com a Fundação que foram financiados por órgãos internacionais como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), o Fundo Internacional de Socorro à Infância (FISI), a Oficina Sanitária Panamericana (OSP) e a Organização Mundial de Saúde (OMS), a FSESP passou ao longo dos anos a sofrer restrições orçamentárias, o que provocou um enfraquecimento na sua atuação. Essa situação foi agravada com a criação dentro do Ministério da Saúde de uma Divisão de Engenharia que concorreu com as ações de engenharia sanitária executadas pela FSESP, culminando com a transferência dessas ações para o Instituto Evandro Chagas. Em 1974, foi implantado o Plano de Pronta Ação do Ministério da Previdência e Assistência Social – PPA, que previa a expansão dos serviços médicos contratados, ampliando a rede pública. Essa nova forma de lidar com a saúde pública desconsiderou por completo a existência da FSESP e não desenvolveu conexões com sua rede instalada.”⁴⁴⁸

Na região Norte a Fundação também amargou ainda na década de 1960 a falta de recursos, tendo que restringir os serviços, que ficaram reduzidos a serviços ligados principalmente ao saneamento que já era algo que vinha sendo desenvolvido desde a SESP, o controle de doenças transmissíveis, no entanto não atendiam todas as regiões, devido à falta de recursos, foi determinado que áreas que a população reduzida não teria a presença de médicos.

Temos caso citado por Severino Militão, no seringal onde morava, não havia hospital, isto é, quando tinham alguma doença mais grave, tinham de ir para Manacapuru em busca de ajuda:

Quando alguém ficava doente, tinha uma nega velha que chamava Geneilda, era ela quem aplicava aquela injeção de penicilina, não tinha hospital não senhora. Trabalhava em Manacapuru, tinha que ir do interior para Manacapuru ser atendido... Nem um hospital para necessidade não tinha, tinha essa mulher que no acaso ela aplicava injeção e fazia algum parto perigoso de alguma senhora, essa Geneilda⁴⁴⁹.

⁴⁴⁸ SOUSA, Amandia Braga Lima A Fundação Serviços de Saúde Pública (FSESP) no Amazonas: Um estudo sobre sua atuação junto aos indígenas. Universidade Federal do Amazonas – Manaus, 2011, p. 31.

⁴⁴⁹ MILITÃO, Severino Gomes Militão. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Severino não souber dizer com precisão se Geneilda era enfermeira, mas enfatizou que ela realizava todo tipo de atendimento em Manacapuru, inclusive realizava partos.

3.2 Mulheres que Cuidam, Mulheres que Curam

Por conseguinte, no Norte do país, na linha da cura, utilizando-se de um conhecimento ligados às ervas, folhas, rezas e à natureza de uma forma geral, temos mulheres conhecidas como rezadeiras, benzedeiras, parteiras, atuando em comunidades dos interiores do Amazonas, pessoas respeitadas que herdaram de seus ancestrais os indígenas, saberes terapêuticos que aliados a religiosidade das rezas que realizam nas pessoas, curam as pessoas na região. Daremos atenção especial aos partos, tendo em vista as fontes orais nos levarem a esse momento delicado da vida dessas mulheres.

Para Guimarães⁴⁵⁰, as mulheres passaram a adquirir conhecimento acerca do parto de crianças, por conseguinte, a partir do momento que vão ajudar no nascimento dos bebês, seus saberes são adquiridos no decorrer dos anos, ao longo do exercício da função de partejar, sendo transmitidos através de gerações.

O termo parturientes foi dado pelo Ministério da Saúde e atribuído às mulheres que exerciam essa função, tais como: “a parteiras índias, não índias e quilombolas que atuam na assistência ao parto domiciliar”, para Souza, Peralta e Sousa, elas são diferentes de outras profissionais da área de assistência e explicam que:

Diferenciam-se de outras profissionais de assistência ao parto porque são detentoras de conhecimentos tradicionais sobre os corpos, fazem os trabalhos de assistência ao parto em processos que envolvem solidariedade, dom, parentesco, compadrio, afeto, responsabilidade. O trabalho das parteiras tradicionais é especialmente importante em localidades mais distantes de centros urbanos e onde as redes de parentesco e reciprocidade ainda organizam as relações sociais.⁴⁵¹

⁴⁵⁰ SANTOS, L. G. “A ARTE DE PARTEJAR”: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016, p. 15.

⁴⁵¹ OLIVEIRA, Rônisson de Souza; PERALTA, Nelissa; SOUSA, Marília de Jesus Silva. **As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas**. Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino-americana. n. 33 - dic. / dez, 2019, p. 81

Importante frisar que as parteiras estavam inseridas em projetos junto ao Ministério Público, a fim reconhecê-las como profissionais, isto em meados do século XX, porém, elas ainda eram vistas com olhares desconfiados por parte da medicina oficial⁴⁵².

Segundo Pinto, essas mulheres terapêuticas, para exercerem seu ofício, criam uma relação de afetividade com os doentes e grávidas. Para as comunidades aonde a medicina oficial não chega, as rezadeiras, parteiras, desempenham o papel de solidariedade, afetividade com os membros dessas comunidades⁴⁵³. Sobre a importância das mulheres dentro das matas, Lage aponta:

O fato é que estas mulheres estavam presentes na mata, e sendo aceitas ou não, a necessidade de sobreviver neste espaço levou-as a realizarem inúmeras tarefas e funções. Benzedeiras, rezadeiras, parteiras, curandeiras e até feiticeiras foram algumas das profissões adotadas por elas.⁴⁵⁴

Ao tratar de cotidiano e trabalho, fica impossível ignorar a questão da assistência médica nos seringais (realização de práticas de cura e partos), nesse caso exercido em sua maioria por mulheres. O ato de curar delas estava envolto em uma rede solidariedade, ocasionando um respeito da comunidade porque sabiam da arte de partejar na região, desse modo, sabemos que quem possui esses saberes tem um status nessas localidades.

Para Celeste, esse ofício era muito importante em comunidades, e explica como as parteiras seriam as herdeiras dos saberes de suas famílias, na prática de realizar partos e práticas de cura. Dessa maneira, as mulheres quilombolas foram reconstruindo a formação de suas comunidades, tratando das várias dificuldades de saúde enfrentadas no baixo Tocantins, ainda que o foco maior de assistência estivesse voltado para a área urbana, não podemos ignorar como era essa questão para mulheres que viviam nos interiores, nos seringais.

Nesse ínterim, tanto a SESP como o Programa de Valorização Econômica, em seus planos, visavam melhorar a questão da assistência médica e saneamento básico em diferentes regiões do Norte do país, isto através da análise de fontes orais. Logo, percebemos, como em

⁴⁵²MENDONÇA, LÚCIA GLICÉRIO. **PARTEIRAS EM LONDRINA (1929-1978)**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ. Ver também: SANTOS, L. G. **“A ARTE DE PARTEJAR”**: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000). Dissertação. Universidade Federal do Amazonas como requisito à obtenção do título de Mestre em História, 2016.

⁴⁵³PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas**: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina. (CIP) UFPA, Belém: Açai, 2010, p.51-1

⁴⁵⁴LAGE, M. M. L. **Mulheres e Seringal**: um olhar sobre as mulheres do Amazonas (1880–1920). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

várias regiões, que essas mulheres e famílias se deslocaram para outros territórios, a fim de tratar doenças.

As mulheres que moraram nos seringais, à medida que sofriam dificuldades de conseguirem atendimento médico, seja para tratar alguma doença, seja para terem seus filhos, ou até mesmo para atender algum membro de sua família, acabaram aprendendo a sobreviver através de práticas de cura, aprendendo a fazer remédios naturais, rezas, e em alguns casos, tendo auxílio de parteiras para terem seus filhos.

Dona Adelia Ladislau nos relatou as dificuldades de ter filhos, morando no seringal, ela teve onze filhos e nenhum deles nasceu no hospital. A respeito das implicações que teve no parto de um deles, explicitou-nos:

[...] tudo aqui no Anori, nunca fui ao hospital, nunca mandei pegar, nunca fiz um pré-natal, era sentar na cadeira e esperar o filho, botar (fazer) força para sair, onze (filhos) um atrás do outro... parteira tinha, para poder dar força. Eu só tive um, para tu saber como Deus é bom, eu tive um filho que eu sofri cinco dias em casa, a parteira vinha, que tinha uma parteira na boca do Anori, ia buscar (a parteira) e dava uma dor hoje e outra amanhã, e esperando que eu alterasse né, quando estava nos cinco dias, eu mandei deixar a mulher e falei:
– Dona Carmem não olhe pra minha cara não, que eu vou morrer, pode ficar aí, mas não olhe para minha cara não.

Mesmo com Adelia pedindo para que a parteira não insistisse, pois ela iria morrer, Carmem - a parteira - recusava-se a ir embora:

A dona Adelia: - eu vou ficar aqui, pode brigar comigo que eu não vou mais não...
Aí quando foi nos cinco dias né, eu disse a dona Carmem que estava doendo minha barriga. Ela minha filha, pegou (a baciona), botou embaixo de mim, eu fui, mas eu sentia que aquilo não era mijo, eu digo agora: - sim dona Carmem, não disse que ia morrer que eu estou com hemorragia olha aí. Aí ela dizia não minha filha! Puxava (aquela baciona), olha aqui mijo né, pode mijar e eu ali...
acabou dor, acabou tudo, quando foi seis horas da tarde, o menino veio seco, sem água, sem nada, a bolsa que tinha estourado né, veio seco, com oito dias que ela veio me dizer que ela nunca tinha visto a bolsa, (a gente chamava dianteira né), de manhã (estourar) e ter o filho de noite, não quis me assustar para mim não ter mais (preocupação) e foi assim (que nasceu) o Clodomir... e ele veio bonzinho, esperto que nem um calanginho, preto que só, pretinho, pretinho ele⁴⁵⁵.

⁴⁵⁵ LADISLAU, Adélia Marinho. **depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Dona Adélia Marinho, quando questionada sobre as doenças na região, falou-nos que seus filhos eram sadios: *Ainda bem que, os meus filhos graças a Deus que eles eram sadios*⁴⁵⁶, pois tinha muita dificuldade de ter atendimento na região, sem um hospital.

No caso de dona Francisca Correia Esmeraldo, que teve três filhos, ela chegou a ter um no hospital em Codajás, e os outros dois em casa com a ajuda da parteira da região.

Seu Francisco Monteiro precisava ir buscar a parteira que morava longe para ajudar no parto de sua esposa, que morava no seringal. Em suma, a mulher dele teve sete filhos:

Os que nasceram no Piorini, tinha parteira aí eu remava ia buscar a parteira (morava longe), aí o patrão tinha um motor, dois meninos eu fui buscar no motor, patrão dava um motor, nos vinha buscar a parteira, dava uma 1 hora e meia só para ir... Ficava, assim que começava a sentir eu ia buscar e ela ficava morando na casa até a criança nascer, depois ia embora, pagava... era caro não, nos dava as coisas, farinha essas coisas né, aí dava rancho também, essas coisas⁴⁵⁷

Interessante perceber a relação que essas parteiras tinham com as famílias que atendiam, percebemos que elas trabalhavam, acompanhando o desenvolvimento do parto, os problemas que podiam surgir e ficavam, inclusive, morando na colocação. Isto é, no caso da grávida apresentar complicações, ou o bebê demorasse a nascer. Quanto ao pagamento, tratava-se de mercadorias para a sua sobrevivência, em alguns casos, nem cobravam nada, dependendo da situação da família.

Severino Militão nos relatou que seus filhos nasceram em casa, no seringal foram dezesseis nascidos no rio Manacapuru, pois não tinha médico na região, assim, a sua mulher teve a ajuda de uma parteira, nunca teve nenhum filho no hospital.

Maria Cezar Bezerra de Matos teve doze filhos, ela explicou que naquela época não tinha hospital, mas havia um posto na região do Anori, mas nesse posto não tinha médico, no seringal também:

Teve os filhos no Anori... naquele não tinha essas coisas ainda (hospital), só tinha um postinho para quando as crianças estavam assim doentes, mas não tinha médico nada aqui não... só mesmo (teve os filhos sozinha), porque não tinha aquelas pessoas que, aquelas senhoras, aquelas assistiam com a gente... só eu com ela mesmo, Deus primeiramente e ela só.

⁴⁵⁶ LADISLAU, Adélia Marinho. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁵⁷ MONTEIRO, Francisco. **depoimento**. [07 de fevereiro2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Quando estava para nascer ela me deitava, aí a criança já vinha nascendo, eu tinha filho deitada mesmo, assim como a gente no hospital né...
Nunca tive problema para ter os filhos em casa.⁴⁵⁸

Dona Maria Matos ainda nos relatou que, quando tinha maiores problemas de saúde com as crianças, tinha de ir até o posto no Anori: *Quando menino adoecia levava no postinho, era assim, naquele tempo não tinha nada de médico não, era assim.*⁴⁵⁹

Seu Raimundo Gomes nos relatou como seus filhos nasceram nos seringais. Uma vez sem médico, recorriam às mulheres mais experientes, ou seja, às parteiras:

Não tinha médico na região, era lá mesmo, aquelas vizinhas mais curiosas, mas velhas que tinham mais experiência para ter filho, elas que ajudavam umas as outras, no caso chamava parteira... aí tinha aquelas senhoras que se dedicavam mais e iam aprendendo com trabalho, elas iam aprendendo mesmo e aquelas pessoas eram de nossa confiança. Vai buscar a comadre fulana que essa é boa!⁴⁶⁰

Ao apontar sobre seu nascimento, Raimundo explicou que sua mãe recorreu a uma parteira:

Mas antes tinham as parteiras que eram formadas né, no caso a Cecília Matias que foi quem insistiu com a mãe pra eu nascer, a mamãe disse que se fosse preciso fazer pequenas cirurgias ela fazia, no caso tem mulher que não tem passagem né dava um golpezinho ali, chamava aquilo de uma cirurgia né, ela não sabia fazer e outras não coitadas, só se nascesse mesmo pela vontade.⁴⁶¹

Dona Maria do Nazaré de Souza nos relatou as dificuldades de ter filhos, morando no interior:

[...] foi trabalhando é... naquele tempo existia muita pobreza (não dá pra entender, ouvir de novo) as pessoas eram muito carentes, que o povo antigo, achava bonito aquele monte de filho 12, 13 difícil né, hoje não, hoje as mulheres têm dois filhos, três filhos e está bom⁴⁶² e já não querem mais, querem operar, naquele tempo não tinha

⁴⁵⁸ MATOS, Maria Cezar Bezerra. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁵⁹ MATOS, Maria Cezar Bezerra. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁶⁰ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶¹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶² Para Barbosa, a taxa de fecundidade diminuiu na região, acompanhando a média nacional em 2002, mas ainda assim é a maior do país: “em 2002, a taxa média nacional era de 2,2 filhos nascidos vivos por mulher, enquanto no Norte era de 2,8 filhos por mulher (IDB2002).” Nisto, houve uma diminuição no número de crianças nascendo

facilidade de fazer cirurgia. Eu tive uma irmã que teve 20 filhos, 15 de tempo e o resto assim nascido fora de tempo, morto, mas teve 20.⁴⁶³

Tendo muitos filhos, as dificuldades aumentavam, sobretudo quando adoeciam ou no caso de implicações no parto:

[...] tinha as parteiras, tinha 3 parteiras assim, uma em uma localidade, outra em outra e o pai ia lá buscar ela, o marido da mulher ia buscar uma para assistir, tu já pensaste, imaginar a dificuldade de uma mulher ter um filho a noite sozinha só com uma triste lamparina iluminando, que não tinha luz né, hoje dia não, tem luz em todo canto, tem luz para todos e tem facilidade nas comunidades, tem S.O.S, de primeiro não!⁴⁶⁴

Interessante perceber que, para tratar as doenças da família, dona Nazaré Souza viajava para Manacapuru para conseguir algum tipo de ajuda, mesmo não sendo uma especializada:

[...] tinha que vir pra Manacapuru, eu lembro, eu tenho 66 anos, mas eu me lembro, imagine no tempo da minha mãe né. Eu lembro que não tinha hospital, tinha um farmacêutico que ele consultava muito bem, chamado Zeca Ventura na restauração.⁴⁶⁵

Dona Nazaré Souza nos mostrou que esse recurso de trabalhadores sem opção, aqueles que procuravam, deve-se por recorrerem ao farmacêutico da região, saíam dos seringais para ir para o município mais próximo, em busca de consulta com farmacêuticos, enfermeiros.

No caso das parteiras, na maior parte dos casos, elas que se dirigiam até os seringais onde as mulheres moravam, e dependendo do caso, essas parteiras poderiam encontrar situações complicadas como foi o caso de dona Maria de Nazaré Souza que teve algumas complicações em seu parto, aponta que:

Com a parteira. Olha eu sofria muito para ter filhos, eu tive o primeiro o Rayton, o mais velho esposo dessa que chegou (na casa), sofri bastante. Eu já estava passando mal, meu marido já estava atrás de motor para fretar para me trazer (para a cidade) aí foi quando ele nasceu.

na região, devido diversos fatores, ou seja, questões de meio contraceptivos, ao aumento da educação onde jovens buscaram estudar na capital, ou buscaram oportunidades de trabalho. Ver em: BARBOSA, Maria Artemisa. **DESIGUALDADES REGIONAIS E SISTEMA DE SAÚDE NO AMAZONAS: O CASO DE MANAUS**. Dissertação-FIOCRUZ Manaus, 2004.

⁴⁶³ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶⁴ SOUZA, Maria de Nazaré. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶⁵ SOUZA, Maria de Nazaré. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Depois tive a Railsse e essa nasceu sentada, pior coisa do mundo é você ter um filho normal, sentado! Nascia o bumbunzinho dela, nascia e a parteira não entendia, eu ouvia ela dizer; - vem (esta) para nascer, mas não é gente não, não tem cabeça! Era os quartinhos dela já e a parteira não conhecia. Dona Valência que é minha sogra, mãe do Raimundo, ela entendia um pouco, aí ela disse: – não, é porque ela (o bebe) está sentada.

aí dizia: - faça força minha filha, faça força!

A gente só faltava morrer! Nasceu os quartinhos dela e as perninhas, a gente faltava morrer, por que nasceu uma criança assim, é muita dificuldade.”⁴⁶⁶

Neste caso a criança não estava na posição mais indicada para o nascimento, que seria com a cabeça para baixo, neste caso o bebê estava na posição sentada dentro da barriga, acarretando dificuldades na hora do nascimento.

Com essas complicações que apareciam, essas mulheres contavam com a habilidade e experiência dessas parteiras, para não perder as crianças que nasciam e nem as suas mães, essas famílias confiavam nelas para ajudar suas mulheres, um verdadeiro ofício; afinal, partejar na região salvava vidas. Dona Maria de Nazaré Souza ainda dá ênfase ao fato de que um dos primeiros postos na região era da SESP, em Manacapuru, não no seringal:

O primeiro hospital, o primeiro posto foi um SESP, aí as pessoas vinham, mas era dificultoso para pegar uma ficha, gente que chegava do interior tarde, aí não pegava mais ficha, tinha que esperar o outro dia, era muito dificultoso, depois fizeram uma maternidade aqui na Coaban, mas depois desmancharam e fizeram um hospital.⁴⁶⁷

Mesmo com a criação do posto de saúde, as dificuldades eram muitas, pois a demanda também era grande, se levarmos em consideração que as pessoas que moravam em comunidades próximas a Manacapuru viam nesse posto uma alternativa de atendimento médico. Ademais, Nazaré de Souza acabou sofrendo na gestação de seu último filho, conforme explicou: *Pois é a gente sofria muito para ter um filho, o último, morreu na minha barriga, estava atravessado, aí meu marido me trouxe aqui para Manacapuru, e aí tiraram (o bebê), aí ele mandou fazer laqueadura e já não tive mais (filhos).*⁴⁶⁸

Seu Josué Ferreira explicou que sua esposa teve auxílio de sua mãe para ter os seus filhos, pois ela era a parteira no seringal onde moravam:

⁴⁶⁶ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶⁷ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁶⁸ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Por incrível que pareça, a parteira dela (de sua esposa), (de) todos (os filhos que nasceram), (foi a) minha mãe, dos filhos que ela teve comigo, os seis filhos, eu morei doze anos com essa mulher”

Tinham as parteiras, sempre no interior tinha parteira né, elas que cuidavam. As gestantes, elas já iam, já iam se encostando ali na parteira, dizendo que elas tinham que ser parteira do filho delas... A minha mãe, por exemplo, era parteira, quando ela morreu ela tinha 150 filhos que ela tinha pegado criança, filhos de umbigo, elas chamavam de “filho de umbigo”, ela que cortou o umbigo dele.⁴⁶⁹

As crianças nascidas com ajuda de parteiras são chamadas de “filhos de umbigo”, que por sua vez são “mães de umbigo, madrinhas”⁴⁷⁰, isto nos faz perceber a consideração e cumplicidade que essas mães acabaram desenvolvendo com aquelas mulheres.

Dona Maria Izabel teve dez filhos com ajuda de parteiras, ela nos relatou que mesmo estando grávida, até o último mês de gestação, trabalhava muito:

De tempo eu tive dez filhos, morreu três... eu tive lá em Terra Nova, em casa mesmo, agora aqui no Anori eu só tive dois... tinha parteira.

Trabalho de malva, roça, cansei de trabalhar no roçado arrancando mandioca com um tamanho bucho, faltando quase um mês para ter a criança, ir torrar farinha na beira do forno, tudo eu fazia, até molhando a malva dentro na água, grávida...

Desse meu caçula, eu torrei farinha até um dia antes, no outro dia eu tive ele.⁴⁷¹

Dona Maria Izabel Mota nos contou das implicações que teve na hora do parto, e acabou levando ao aborto de uma de seus filhos:

Quando adoecia, a gente ia no médico né, tinha que vir aqui (no Anori), tem que ir pro Anori... lá não tem não... só um aborto que eu tive, essas duas crianças até morreram eram gêmeos, ia fazer seis meses, aí eu abortei. Eu caí, e bati isso aqui meu (barriga) e ofendeu uma criança né, mas aí eu tive todas as duas, abortei toda as duas... eu tive em casa mesmo, a parteira estava lá comigo.⁴⁷²

⁴⁶⁹ FERREIRA, Josué. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁷⁰ **Jornal laboratório do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia**. Página Acessada em 11 de maio de 2020. Disponível em: <https://www3.ufrb.edu.br/reverso/mae-lita-conta-a-importancia-de-parir-seus-filhos-em-casa-com-parteiros/>

⁴⁷¹ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁷² MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Após perder seus filhos em um aborto devido uma queda, Maria Izabel ainda enfrentou problemas físicos de saúde:

Só eu sei o que passei dessas duas crianças, eu passei um mês que não podia nem andar, eu tinha problema nessa minha perna que inchou, inchou, inchou, aí eu passava a fazer que nem criança engatinhando né, passei mais de um mês, querendo me levantar, segurando nas paredes.⁴⁷³

Maria da Conceição Brandão se queixou das dificuldades vividas no interior, ela revelou que sofreu implicações em um de seus partos em meio a mata: *Tive meus filhos um bocado lá, um bocado aqui, não tinha médico, com parteira ou só em casa, só Jesus mesmo, ainda morreu filhos, eu tive oito, que era tudo... Atravessado, nascia morto, para cá que eu tive três.*⁴⁷⁴, Maria da Conceição teve filhos no hospital também, em Manacapuru.

Dona Raimunda Vidal teve treze filhos, desses, apenas duas nasceram em hospital, todos os outros nasceram em casa com ajuda da parteira:

As derradeiras filhas né que eu tive, último eu tive duas no hospital, o resto foi tudo em casa... com minha cunhada, minha cunhada morava lá, aí quando estava para eu ter nenê, aí ela ia lá, que era parteira. Era parteira, fazia o nosso parto lá, se não, até eu vim aqui, nas últimas já q não tinha parteira, não tinha mais ninguém, ela veio embora aqui pra rua, que ela mora bem aqui logo, aí né, era o jeito vim pro hospital, minhas duas filhas derradeiras, eu tive no hospital.⁴⁷⁵

Interessante observamos a percepção de Dona Raimunda Vidal, que ao lembrar a disponibilidade dessas mulheres que ajudavam em seus partos, afirmou-nos “que só tinham elas”, e se dirigiam ao encontro daquelas, e estavam ganhando bebê ou sofrendo com enfermidades, em suma, as parteiras acompanhavam os partos, zelavam pelas crianças.

A crença nesse método de cura é algo que ainda enfrenta certa resistência dentro das academias e da medicina oficial, todavia, sobretudo no meio rural, recorrer a essas mulheres e em alguns casos aos homens, conhecidas de forma mais popular como benzedadeiras, curandeiras,

⁴⁷³ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁷⁴ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁷⁵ LIMA, Raimunda Vidal. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

rezadoras, não era incomum, ainda mais em meados do século XX, onde a medicina oficial ainda era insuficiente em muitas regiões do Brasil.

Para Alberto Manuel, a benzedura trata-se de uma relação entre o doente e a benzedeira, onde essa tem uma função de mediação com o divino, aonde a cura chega, na maioria das vezes, através de uma reza. A benzedura é muito utilizada pelos populares, estando sempre em processo de renovação⁴⁷⁶, lembrando que elas podem usar de outros meios, tais como: banhos, massagens, agindo entre a religião e a medicina popular⁴⁷⁷.

Para Bahia, poucos homens adquiriram os status de benzedor, em geral, essa seria uma prática feminina, e passada pelas mulheres das famílias que tinham “interesse na adivinhação, na cura e no aprendizado sobre o poder medicinal das ervas”. Em síntese, saber esse que vai se reproduzindo na família. Logo, a autora afirma ainda que:

A benzedeira está a serviço da comunidade em tempo integral. A validade de seu saber é reconhecida pela coletividade sob a condição de que seu repertório corresponda às necessidades espirituais nos parâmetros de uma concepção específica do mundo e da existência, e nas formas consagradas pela tradição. Sua demanda é coletiva e se estende além dos limites da colônia.⁴⁷⁸

Essas práticas de curas aliadas a religiosidade acabam passando por intervenções culturais ligadas a matrizes tanto africanas, como indígenas e mesmo católicas, pois para essas mulheres que exercem essa função, através da oração é possível curar o mal tanto físico, como o espiritual fazendo uso de orações, Martins explica ainda que:

Oliveira (1983, p. 26), define por medicina popular praticada por benzedeiros como uma forma alternativa a medicina erudita, de produzir saúde e buscar soluções as aflições, abarcando um conjunto de técnicas, trabalhos e ferramentas de cura, partindo da cultura popular. No grupo da medicina popular podem fazer parte os curandeiros, as benzedeiros, as parteiras, os raizeiros, os ervateiros, feiticeiros, entre outros, podendo uma pessoa ser mais de uma coisa, por exemplo, uma parteira geralmente é também uma benzedeira.⁴⁷⁹

Além de serem consideradas mediadores entre “Deus” ou deuses e os doentes, estas são mulheres que para muitos tem o Dom, esta qualidade é moldada ao longo dos anos, conforme

⁴⁷⁶ QUINTANA, Alberto Manuel. **A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise.** Bauru, SP: EDUSC, 1999.

⁴⁷⁷ OLIVEIRA, Elda Rizzo. **Doença, Cura e Benzedura: Um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas.** Volume I. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas, 1983.

⁴⁷⁸ BAHIA, Joana. **O tiro da bruxa: Identidade, magia e religião na imigração alemã.** Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011. 284 p

⁴⁷⁹ MARTINS, Cristiana Kovalski e JOSEFINA, Ana. **O QUE CURA: O BENZIMENTO OU O USO DAS ERVAS MEDICINAIS.** Ministério da Educação – UFPR. p. 4.

a experiência de cada benzedeira, possuindo desse modo o domínio com o sagrado, desta forma, é necessário que possuam o Dom e domínio das rezas, das práticas de cura, para que ocorra a devida interação entre o “mundo humano e divino”⁴⁸⁰ para assim exercer seu ofício.

As curandeiras costumavam ter autonomia para empregar a cura, podendo ter modos diferentes de agir referentes ao doente⁴⁸¹. Nos seringais, no período analisado, essas mulheres, inclusive, faziam uso de remédios industrializados em alguns casos, na maioria das vezes acabam usando remédios naturais, em virtude da facilidade de encontrá-los na região onde moram. Essa questão de disputa médica torna-se mais latente no século XX, mas em se tratando de regiões afastadas nos interiores do Amazonas, muitas famílias não teriam nenhum tipo de assistência se não fossem as benzedeiras, curandeiras e parteiras na região, em muitos casos poderia uma única mulher exercer mais de uma dessas funções, sendo parteira e benzedeira ao mesmo tempo⁴⁸².

Nesse sentido, Dona Suzana Gomes reclama em entrevista que não havia médicos na região onde morava, no seringal no Anori: “*Eu tive filho tudinho lá, só essa que não foi lá nasceu aqui já. Tinhas parteiras né, não tinha médico não.*”⁴⁸³

Dona Suzana nos mostra outra questão importante sobre os cuidados com enfermos nos seringais, tratava-se justamente da troca de receitas, remédios, rezas na região, na busca por minimizar os efeitos das doenças e tentar de alguma forma combater os sintomas, tendo em vista que tinham dificuldades de comprar remédios, haja vista que eram inacessíveis para esses trabalhadores. Assim, quando questionada sobre o que fazia quando ficava doente:

“A gente mesmo se cuidava, tomava um remédio lá, a gente fazia remédio caseiro...”
 “Mas não tinha essas doenças que tem aqui não menina, lá a doença que aparece mais lá é só gripe, gripezinha aí a gente faz um xarope caseiro, não é essas doenças que aqui não, aqui é a pior terra de a gente morar (na cidade de Manaus).”⁴⁸⁴

⁴⁸⁰ MELLO, C. A. A. de. (2013). **Percepção, intervenção e cura: sobre modos somáticos de atenção e a prática da benzedura**. *Ciencias Sociales Y Religión/Ciências Sociais E Religião*, 15(18), 2013. p. 63.

⁴⁸¹ RAPCZYNSKI, ALEX JUNIOR. **A permanência do curandeirismo nas periferias de Chapecó entre os anos 1980 e 1990**. Monografia. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Chapecó, 2017.

⁴⁸² OLIVEIRA, Elda Rizzo de. **Doença, cura e benzedura: um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. Dissertação de mestrado em Antropologia Social, IFCH – UNICAMP, 1983.

⁴⁸³ ARAÚJO, Suzana Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁸⁴ ARAÚJO, Suzana Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Importante entender que ao trocarem rezas, remédios naturais, temos de modo mais claro a importância dessas mulheres e suas práticas terapêuticas na região, sabemos que que o ofício da cura era passado em geral entre as gerações, a fim de medicarem seus filhos na ausência de seus serviços, levando em consideração que por vezes essas mulheres tinham que se locomover de uma comunidade para outra ainda para poderem atender os enfermos.

Esses saberes, por vezes, salvavam a vida dessas pessoas, pois morar na mata traz doenças como gripe, malária, afetando o universo do trabalho, como nos narrou dona Adélia sobre o período que cortou seringa:

[...] não estou dizendo que amarelei de cheirar minha mão, eu amassava aquilo assim na borracha, no mel da borracha assim, fiquei amarela, amarela, amarela, quase eu morro de viço, pensei que estava cheirando, eu estava era morrendo de amarelona, por causa da fumaça, água da borracha, aquele coisa ruim.⁴⁸⁵

As consequências de muitos anos defumando borracha apareciam no corpo dessas trabalhadoras, isto é, eram comuns doenças pulmonares. Seu Antônio Elias nos relatou que teve que sair do seringal onde morava, não por vontade própria ou de sua família, mas porque uma de suas filhas se encontrava muito doente, na época. Eles foram para Manacapuru fazer o tratamento, e quando retornavam, ela acabava piorando novamente, por isso decidiram se mudar para Manacapuru. Além disso, seu Antônio Elias reclamou que era muito ruim quando adoeciam, pois não tinham a ajuda dos patrões, que muitas vezes desconfiavam da doença de seus trabalhadores, ele mesmo passou por uma situação similar:

[...] você adoce o patrão não acredita que você está doente, tudo isso traz aquela revolta com vc... aconteceu comigo mesmo, a pessoa achar que eu estou me fazendo de doente né e o cara achar que eu estava me fazendo. Ajudava não, só um remedinho o outro, só teve um (patrão) que me trouxe aqui pra Manacapuru uma vez e me levou, mas não foi tanto uma ajuda não, por que eu tive que pagar até o transporte que me trouxe.⁴⁸⁶

Na ocasião, seu Antônio Elias Gonçalves trabalhava extraíndo madeira, e relatou ser comum essa desconfiança por parte do patrão. Maria da Conceição tinha de se deslocar para

⁴⁸⁵ LADISLAU, Adelia Marinho. **depoimento. [07 de Fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁸⁶ LOPES, Antonio Elias Gonçalves Lopes. **depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Manacapuru, caso ficasse doente: “A gente ficava doente, vinha de canoa para cá, comprar remédio, vinha para cá, para cá tinha médico, era difícil.”⁴⁸⁷ Em síntese, tal cenário evidencia como o atendimento era muito difícil em regiões mais afastadas da cidade.

Maria de Nazaré de Pereira também acabou tendo filhos no seringal: *só tive dois filhos lá em Manaus, o resto foi tudo parteira para acudir a gente*⁴⁸⁸. Quando precisava tratar de outras enfermidades, fazia remédios com ingredientes da mata: *o tratamento era Deus que dava, chazinho, remedinho daqui remedinho dacolá, corria para um rezador, era assim aqueles antigos*.⁴⁸⁹ Essa prática de fazer uso dos recursos da floresta é um método antigo na região, herança dos indígenas que perduram até o tempo presente.

Raimunda Vidal esclareceu que, quando seus filhos adoeciam, o esposo tinha de levá-los para o Anori ou recorrer aos remédios da floresta:

Eu mesmo que vinha, trazia para o hospital, às vezes fazia remédio né... fazia remédio caseiro, chá de casca de muamba, chá de casca de jatobá que a gente faz lambedor, essas coisas assim, dor de barriga tinha que vim, vinha pro hospital é o coisa né, para verme, tem que ter o remédio de farmácia né, por que tem remédio coisa né, natural né, mas é perigoso a gente dá pra curumim, que curumim, menino é como um porre, o que porre não fizer, mas ninguém faz.⁴⁹⁰

Lambedor é uma espécie de xarope, onde mistura-se açúcar com chás *obtidos por infusão ou decocção, deixando-se no fogo ou no sereno até desmanchar o açúcar*⁴⁹¹, o lambedor é um dos remédios mais usados na região, devido a facilidade de fazer sua fabricação artesanal, além dos chás e outras ervas.

Raimunda Vidal nos mostra a infinidade de ervas naturais que usavam para fazer remédios, assim, quando não resolviam, viajavam para o Anori, atravessando o rio de canoa para poder dar assistência, sobretudo para as crianças. Raimunda Vidal destacou ainda que quando perdeu a mãe, ainda muito jovem, teve de cuidar dos irmãos, sendo ainda era uma

⁴⁸⁷ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁸⁸ PEREIRA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁸⁹ PEREIRA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁹⁰ LIMA, Raimunda Vidal. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁴⁹¹ FREITAS, Ana Valéria Lacerda e COELHO, Maria de Fatima Barbosa. **Os “remédios do mato” por especialistas locais da comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil**. INTERAÇÕES, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 249-264, jul./dez, 2014.

criança, dessa maneira, a sabedoria que adquiriu nas matas fez com que aprendesse vários serviços, remédios, artigos para caça, entre outros.

Essas práticas de cura, o uso de ervas, o cultivo e uso de plantas comuns na região e apresentam benefícios na saúde de indivíduos, já faz parte do cotidiano dessas famílias. Através das entrevistas, percebemos como uso de raízes, folhas, cascas de árvores, os famosos banhos medicinais, são amplamente explorados na cura de doenças ou na prevenção delas. Essas mulheres que assumem a carga de cuidar sozinhas de seus filhos, muitas vezes trocam entre si remédios naturais, a fim de minimizar a agonia dos doentes.

Com efeito, percebemos que ao se analisar as práticas de cura de comunidade quilombola do Pará na Amazônia, observa-se que são as mulheres que conhecem uma infinidade plantas medicinais, desse modo conclui-se que nessa comunidade são as mulheres as herdeiras dessa tradição de cura⁴⁹². Para Ferreira, o aprendizado delas dentro das matas vai além do trabalho cotidiano de roça, de pesca, entre outros, ressaltando sobre os encontros entre essas mulheres em diferentes eventos, isto é, na comum lavagem de roupa em rios, ou ainda no trabalho para organizar festa, batizados.

Em outras palavras, elas aproveitaram para trocar rezas, receitas de remédios, enfim, modos de se prevenir ou de se curar de enfermidades⁴⁹³. Segundo a autora, existia uma cumplicidade feminina que trabalharam nos seringais, uma troca de saberes entre aquelas que viam de outras regiões, sobretudo do Nordeste na década de 1940 e as mulheres nascidas na região do Amazonas. Em suma, esse saber feminino ajudou a salvar vidas e ainda o faz até o tempo presente.

Raimundo Gomes também demonstrou que sua família usava os remédios naturais da mata, logo, quando questionamos o entrevistado acerca do que sua família fazia quando adoecia, ele falou sobre os remédios que usavam da região:

Quando adoecia de qualquer coisa, tinha aqueles benzedores do interior, aquelas senhoras que faziam remédio, chá de mato, era assim que a gente se cuidava. Eu acho que Deus ele age mais no interior do que na cidade, por que aqui as pessoas só se curam com casca de pau, folha de planta, essas coisas assim de chá, essas coisas... se curam e na cidade tem médico tem tudo e parece que morre mais gente do que no interior...

⁴⁹² GUEDES, Ana Célia Barbosa. **1981- Mulheres Quilombolas e uso de plantas medicinais**: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA – Dissertação (Mestrado em). UFPA, 2018, p. 136-137.

⁴⁹³ FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal**: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945). VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004, p. 5.

Deus está onde a gente chama por ele, a vida no interior não é muito fácil não...⁴⁹⁴

A visão do Raimundo Gomes dá-nos dimensão da confiança que essas pessoas tinham nessas mulheres, isto é, parteiras, rezadeiras, benzendeiras que eram as pessoas a quem entregavam a saúde de seus filhos, acreditando que as práticas de cura iriam ajudar, assim, as pessoas do interior, mesmo com a vida difícil, seguiam se curando, conforme aponta o entrevistado, contando com a ajuda dessas mulheres terapêuticas.

Conforme citamos esses remédios feitos de ervas, as rezas nas crianças, podiam ser aprendidas e trocadas entre essas mulheres, inclusive existia uma troca entre mulheres da região e as mulheres nordestinas, sobretudo vindas do Ceará, outra região rica em termos de práticas de cura.

Segundo Santos, o uso dos recursos de natureza trata-se de um método antigo e foi estabelecido desde os primeiros contatos com indígenas e diferentes tribos da Amazônia, como também passou por transformações, adaptações ao longo dos anos:

As populações, acostumadas a enfrentar, com seus próprios recursos, enfermidades que as vezes desconheciam, criaram novas técnicas de uso, descobrindo novas finalidades para as plantas que já conheciam, a partir dos dados recém-incluídos no seu dia-dia. Os saberes amazônicos, sistematizados em seus diversos matizes – indígenas e caboclos, seringueiros, madeireiros, pescadores, colonos, garimpeiros, balateiros, regatões, etc. -, consolidaram-se em suas práticas, destacando-se o uso do “remédios do mato” como um de seus traços culturais mais marcantes.⁴⁹⁵

Apesar de se tratar de um processo antigo na região, tal abordagem foi e é muito usado até o tempo presente por essas famílias que viveram nos seringais, e tratava-se de um ofício exercido por mulheres, buscando atender outras pessoas e de comunidades distantes da capital, demonstrando assim uma troca de saberes e solidariedades no cotidiano.

Além de todas as implicações no trabalho dentro das matas, da dificuldade nos partos, de um cotidiano duro onde elas tentavam sobreviver dentro dessas regiões, comunidades do Amazonas, ainda enfrentavam violência.

⁴⁹⁴ PEREIRA, Raimundo Gomes. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁴⁹⁵ SANTOS, F. S. D. dos. **Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia**. História, Ciência e Saúde – Manguinhos. Vol. VI, 2000. p. 927

Desse modo, no capítulo IV, trataremos da violência física e simbólica sofrida por essas mulheres, ao falarmos das dificuldades enfrentadas por elas dentro dos seringais. Isto é, impossível não discorrer sobre a questão da violência na região, tendo em vista que, se estamos tratando da invisibilidade do trabalho dessas trabalhadoras diante da esfera estatal, por parte de seus companheiros, por outros membros das famílias, e também por desconhecidos que trabalhavam próximos a suas colocações.

As fontes orais revelam que elas sofriam violência física em seu cotidiano por parte dos homens da região (patrões ou não), sendo assim, a questão da violência dentro dos seringais não pode ser ignorada, ainda mais na esfera do trabalho. Portanto, não cabe aqui ignorar a violência que essas mulheres sofreram por parte de companheiros de trabalho e, em alguns casos, por parte de seus próprios maridos.

Outro tipo de violência trata-se da expropriação da terra. Logo, vimos que o trabalho com a madeira já estava em funcionamento na década de 1960, em outras palavras, através da análise de jornais, também nos utilizamos de fontes orais, a fim de percebermos que no município do Anori, ocorreram conflitos envolvendo terras dentro do período estudado, ou seja, enfrentamentos diretos com fazendeiros de gados e extratores de madeira. À medida que avançavam, degradavam e incomodavam o ambiente de trabalhos dessas áreas extrativistas.

4. Violência de Gênero nos seringais

Pensar em um ambiente como as áreas de seringais, sem pensar em relações violentas parece ser algo inevitável, seja no âmbito do trabalho ou nas ligações sociais, até mesmo questões ligadas às moradias, porque compreendemos que a disputa pela terra são amplamente destacada em trabalhos de pesquisadores nesse período da Amazônia estudado⁴⁹⁶.

Nesse bojo, podemos citar Leal, que trouxe essa discussão acerca de conflitos na região do rio Madeira, isto é, por conta de território, o esbulho⁴⁹⁷ ocorria à medida que extrativistas avançavam contra moradores da região e indígenas, no final do século XIX e início do XX⁴⁹⁸.

Importante ressaltar que o termo violência de gênero seria o mais adequado nessas situações iniciais de violência que serão apresentadas, tendo em vista que se trata de um termo amplo e inclui vítimas como mulheres, crianças e adolescentes de ambos os sexos.

A esse respeito, Saffioti explica ainda que:

No exercício da função patriarcal, os homens detêm o poder de determinar a conduta das categorias sociais nomeadas, recebendo autorização ou, pelo menos, tolerância da sociedade para punir o que se lhes apresenta como desvio. Ainda que não haja nenhuma tentativa, por parte das vítimas potenciais, de trilhar caminhos diversos do prescrito pelas normas sociais, a execução do projeto de dominação-exploração da categoria social homens exige que sua capacidade de mando seja auxiliada pela violência. Com efeito, a ideologia de gênero é insuficiente para garantir a obediência das vítimas potenciais aos ditames do patriarca, tendo esta necessidade de fazer uso da violência.⁴⁹⁹

Saffioti conclui que logicamente não existe um impedimento para que uma mulher seja violenta com um homem ou até mesmo contra outra mulher, no entanto o patriarcado consolidado tem um processo de defesa de garantia de seus privilégios, ou seja, trabalha com a chave de “dominação-exploração” de gênero.

No primeiro ciclo da borracha, a presença masculina na região era muito forte, Wolf afirma que aproximadamente 25% da população apenas era feminina, a população era

⁴⁹⁶ Ver também as obras de Bertha Koiffmann, que publicou inúmeros trabalhos acerca da região, sobre temas como território, invasão, preservação.

⁴⁹⁷ Perda da terra, neste caso devido a invasão ou violência. Página consultada em 10 de janeiro de 2021. <https://www.projuris.com.br/esbulho-possessorio/>

⁴⁹⁸ LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no Rio Madeira (1861-1932)**. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

⁴⁹⁹ SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu (16), 2001. p.115.

majoritariamente masculina, ou seja, “patriarcal e violenta”⁵⁰⁰, levando em consideração que existiam as “correrias” contra indígenas na região. Nelas, os seringueiros e patrões, em muitos casos, uniam-se, para invadir as terras indígenas, quando ocorria tal cenário, era comum que ocorresse a captura de mulheres indígenas que eram forçadas a ter relações com os seringueiros, aquelas que se negassem eram “amansadas”: *Se a ‘cabocla’ não queria aquele homem estranho que se apossava dela, amarravam suas mãos, colocavam um pau em sua boca para que não atingisse o homem com suas mordidas. Amansavam-na.*⁵⁰¹.

As mulheres que viviam nos seringais, tanto as indígenas como as que moravam nessas áreas, viviam uma situação mais degradante, se comparada a do próprio seringueiro explorado pelo patrão, pois passavam por todo tipo de violência por parte dos patrões e dos seringueiros.

Conforme tratamos no capítulo 1, na década de 1940, o cenário mudou com a retomada da produção em maior escala da borracha, devida o início da Segunda Guerra Mundial, nesse contexto, o número de mulheres aumentou, um dos fatores se deu por conta das relações entre seringueiros e indígenas, e pelas mulheres em sua maioria nordestinas que foram com seus maridos ou parentes para o seringal trabalhar, sobre a violência que sofriam, Chaves e César apontam:

Não há como negar que um sistema que foi constituído sob a violência contra as mulheres em pleno século XIX não tenha gerado uma sociedade patriarcal, falocêntrica e violenta que se perpetua até hoje. O processo de miscigenação forçada por meio da cultura do estupro que se iniciou no Brasil como um todo no século XVI, na Amazônia iniciou-se no século XIX, e, portanto, demonstra marcas muito mais recentes e profundas.⁵⁰²

Ao final do segundo ciclo e com aos avanços das ideias de modernização para região, a instalação da ditadura militar no Brasil, ocorreu uma mudança de domínio econômico na Amazônia, novos grupos começaram a investir na região e o mito do vazio demográfico pareceu ser o cenário perfeito para explorar a região, sem se preocuparem com os sujeitos que moravam naquelas comunidades, conforme trataremos no próximo tópico.

⁵⁰⁰ WOLFF, Cristina Scheibe. **Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945)**. Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 91-108, 1997.

⁵⁰¹ WOLFF, Cristina Scheibe. **Relações de gênero e violência nos seringais do Alto Juruá – Acre (1870-1945)**. Revista de Ciências Humanas da Universidade Federal de Florianópolis, Florianópolis, v. 15, n. 21, p. 91-108, 1997, p. 104.

⁵⁰² CHAVES, Fabiana Nogueira e CÉSAR, Maria Rita de Assis. **O silenciamento histórico das mulheres da Amazônia Brasileira**. *Extraprensa*, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 138 – 156, jan./jun. 2019, p. 151.

Levando em consideração que a Amazônia ainda hoje apresenta sérios problemas referentes à violência contra mulher, sobretudo nas regiões mais afastadas da capital, onde em muitas comunidades não possuem nem delegacia, menos aquelas que cuidam da mulher, acarretando um aumento significativo do número de mortes na Amazônia, segundo o *Atlas da Violência do Ipea*, entre 2009 e 2019 o Estado do Amazonas apresentou um aumento no número de mortes de mulheres, atingindo 51,4 e ficando em terceiro lugar em 2019 como Estado com maior número de homicídios de mulheres⁵⁰³.

Em se tratando da violência no campo, no *Relatório da Pastoral da Terra 2018*, ocorreu um aumento de 377% da violência contra mulher no campo no Brasil, destacamos ainda que, novamente segundo matéria do jornal *Brasil de Fato*, a presença de projetos desenvolvimentistas na região da Amazônia contribuía para que mulheres sofressem violência nas regiões onde moravam⁵⁰⁴.

Ainda são poucos os trabalhos que tratam das dificuldades que a mulher amazônica enfrenta dentro de suas comunidades, nos interiores referentes tanto a violência física, como questões de conflitos que envolvem empreendimentos no Amazonas, é impossível ignorar essa análise do passado que vem se refletindo no futuro na região.

Importante lembrar que existem trabalhos de suma importância para acerca dos conflitos de terra na região no Norte, mais ainda é pouco é discutido como as mulheres que são responsáveis pela terra, consideradas as “chefes de família” sofrem com as invasões de seus territórios dentro do período estudado, deste modo a invasão direta ou indireta deve ser considerada como forma de violência uma vez que interfere negativamente na produção e cotidiano dessas mulheres, prejudicando sua famílias, conforma veremos mais a frente.

Desse modo, devido as dificuldades de fontes referentes à violência contra a mulher dentro dos seringais, recorreremos a fontes variadas, tais como: recortes de jornais, fontes orais e processos criminais.

Entendemos que essa última fonte, que se tratam de processos criminais são de fato documentos volumosos e ricos em informações acerca dos crimes cometidos dentro do período estudado, justamente por isso não poderia ser esgotada dentro um único capítulo, logo através de levantamento e análise dessas fontes que estão presentes no Arquivo Histórico do Tribunal de Justiça do Amazonas optamos por fazer um levantamento dos crimes mais comuns, aqueles

⁵⁰³ CERQUEIRA, Daniel *et al.* **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021. Inclui Bibliografia. p. 37.

⁵⁰⁴ **Brasil de Fato | Imperatriz (MA)** - 14 de junho de 2021. Página consultada em 20 de outubro de 2021 - <https://www.brasildefato.com.br/2021/06/14/violencia-contra-mulheres-e-meninas-no-campo-sangram-territorios-tradicionais>.

crimes que mais repetem, para então selecionar os casos que nos dão dimensão de como essas mulheres sofreram violência dentro dos seringais em diferentes comunidades da região.

4.1 Violência nos Seringais

Ao utilizar processos crimes como fontes históricas, buscamos analisar o cotidiano dessas mulheres, isto é, ainda que os meios jurídicos estejam presentes e interfiram nas fontes, cabe ao historiador analisar a fonte, buscando destacar a história desses indivíduos, conforme apontam os autores Rosemberg e Souza:

Os historiadores que lançam mão da documentação criminal concordam que a partir do discurso construído pelas instâncias judiciais, mesmo de maneira escusa e deturpada, seria possível desemaranhar do novelo da linguagem técnica e do discurso constritor, que é próprio da Justiça, tensões, atitudes, visões de mundo, experiências – enfim um conjunto de atributos culturais – dos atores sociais enredados no processo judicial e que culminaram na inauguração daquele ato formal.⁵⁰⁵

Segundo Chalhoub⁵⁰⁶, em meados do século XX, os pesquisadores voltaram seus interesses para esse tipo de fonte, levando em consideração que nos anos 1970 vários movimentos vão se expandir, levando os historiadores a buscarem outros meios de pesquisar a história desses sujeitos sociais e suas dimensões, ressaltando a importância que os profissionais devem dar a processos judiciais, para enriquecer a investigação histórica.

Reforço aqui, que deve-se levar em consideração que essa coleta foi feita no Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas e não houve tempo, devido à pandemia, de fazer a coleta de todos esses processos, uma vez que não se encontram digitalizados e tivemos que averiguar cada processo dentro do período que compreende meados dos anos 1950 até 1969, ainda assim, não podemos ignorar o fato de que essa violência ocorria e estão presentes nessas fontes de modo descritivo, contando com depoimentos de trabalhadores, ressaltando assim sua importância.

Foram digitalizados treze processos criminais, recolhidos em meio a um montante de processos crimes, lembrando que não houve tempo suficiente para fazer levantamento de todos

⁵⁰⁵ ROSEMBERG, André e SOUZA, Luís Antônio Francisco. **Notas sobre o uso de documentos judiciais como fonte de pesquisa histórica. Patrimônio e Memória (1808-1967)**. UNESP – FCLAs – CEDAP, v. 5, n.2, p. 159-173 - dez, 2009, p. 162 -163.

⁵⁰⁶ CHALHOUB, Sidney. **O Conhecimento da História, o Direito à Memória e os Arquivos Judiciais**. In: SCHMIDT, B. Trabalho, justiça e direitos no Brasil. São Leopoldo: Oikos, 2010.

os processos que se encontravam no arquivo por conta do período da pandemia e da quantidade de processos ser volumosa.

Todos os atos de violência selecionados ocorreram em áreas de seringais, entre violência doméstica resultando ou não em assassinatos, um dos crimes que mais se repetiu foi o defloramento, ressaltando como essas mulheres ficavam vulneráveis dentro das matas e ainda notando que algumas foram molestadas quando ainda eram menores de idade.

Interessante perceber que, no geral, segundo os testemunhos nos processos, esses crimes ocorreram quando essas mulheres (e em alguns casos crianças e adolescentes entre 10 a 17 anos) estavam realizando o serviço de roça, ou seja, estavam trabalhando.

Sabemos que dentro da organização do trabalho em áreas rurais, as crianças começavam a trabalhar ainda muito jovem, dentro do que conhecemos como os sistemas agrofloretais - SAFs, é preciso que ocorra um engajamento de toda família no serviço para que consigam fazer plantio e colheita da produção. Nesse sentido, insistimos que esse os sistemas agrofloretais, levando em consideração as fontes e o conceito desse tipo de trabalho já aconteciam dentro do período estudado, conforme aponta-nos Borges e Mota:

Para essas mulheres o início dos SAFs se dá principalmente pelos plantios no entorno da casa, denominados de sítios ou quintais florestais. Segundo Miccolis, et al. (2016), os quintais florestais são um tipo de SAF que estão dispostos próximos às residências, o qual se associam nesses ambientes, espécies agrícolas, árvores, frutíferas, medicinais, uso doméstico e alguns animais (ou não). São sistemas com alta produção que colaboram de forma significativa para a segurança alimentar e o bem-estar da família⁵⁰⁷

As pesquisadoras discutiram sobre a importância da atuação da mulher, rompendo com o monopólio do masculino no trabalho de recuperação florestal em área rural no Pará, levando em consideração o trabalho delas nesse tipo de sistema⁵⁰⁸. Por se tratar de atividades que são desenvolvidas pertos das colocações, possibilitam as mulheres amazônicas cuidar dos filhos e ensiná-los o ofício no serviço roça, entre outros pequenos serviços, como coleta de frutos, pois normalmente aos 8 anos já acompanhavam suas mães e aprendiam o serviço nos seringais.

⁵⁰⁷ SILVA. Antonia Borges e MOTA, Dalva Maria. **SISTEMAS AGROFLORESTAIS NA AMAZÔNIA: A ATUAÇÃO DE MULHERES PARA DESCONSTRUIR O MONOPÓLIO MASCULINO NA RECUPERAÇÃO FLORESTAL NO NORDESTE PARAENSE**. XX REDOR – Encontro de Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero, 2018. p.6.

⁵⁰⁸ Idem.

Desse modo, esses se trata de documentos riquíssimos em informações e depoimentos, com isso não podem ser ignoradas⁵⁰⁹.

Para dar dimensão de como ocorreram esses crimes de defloramento, traremos à tona o crime contra a menor Maria Izete Monteiro da Costa, que foi selecionado, levando em consideração os trabalhadores envolvidos que são réus no processo, os depoimentos e como se encontrava a menor no momento dos atos que ocorreram contra ela.

O primeiro crime que ocorreu contra a menor Izete foi cometido pelo lavrador Carlos Pereira, em 1959, no município de Humaitá, em uma comunidade chamada Mirarí, sendo que no ano 1960 ocorreu nova denúncia, onde a menor foi novamente estuprada, dessa vez por Raimundo dos Santos, que era seringueiro, na região.

Nota-se então que no primeiro processo, Carlos Pereira Marques de 48 anos, que é o lavrador, é acusado de estuprar, a menor que tinha apenas 10⁵¹⁰ anos de idade. Posteriormente o outro acusado, Raimundo dos Santos de 22 anos, que era seringueiro, foi acusado de manter relações à força com a menor, os dois acusados conviviam com a família, mas não eram parente da vítima⁵¹¹.

Inicialmente, no depoimento no processo de Izete, ela narra como foi abusada diversas vezes pelo acusado que era conhecido da família lavrador Carlos Marques, em diversos lugares diferentes em meio a mata, nos seringais. Destacamos que segundo o processo, a menor teria sido abusada muitas vezes, até que finalmente o homem realizou a penetração na depoente, configurando estupro, citaremos um trecho longo do depoimento da menor para dar dimensão de como ocorriam esses atos e como mostram o sofrimento e cotidiano de medo que a menor Izete enfrentava, conforme apontamos:

[...] Que, a dependente sairá afim de arma arapucas com o Velho Carlos, e, quando chegava no local destinado aquele fim, o citado velho lhe convidara para manter relações sexuais, sob a ameaça de tirar-lhe a vida, caso não fosse atendido em sua pretensão; Que, pela segunda vez, quando o Velho Carlos, já no dia seguinte saia com a menor Izete, afim de verificar as mencionadas arapucas, voltou a insistir no pedido feito anteriormente, tendo lhe sido negado; como não foi atendido em seus instintos bestiais, o citado velho, agarrou a menor Izete a força deitando –a em decúbito dorsal

⁵⁰⁹ **Processos criminais estão disponíveis no arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.**

⁵¹⁰ Importante ressaltar que no processo, em alguns momentos, aparece que a menor tinha 9 anos e na maioria das vezes aparece que tinha 10.

⁵¹¹ Importante frisar que encontramos processos da década de 1940 onde ocorreu ato sexual entre irmãos, em seringal localizado em Humaitá, onde o irmão maior de idade teria deflorado a irmão menor, deste modo sabemos que esse tipo de violência ocorria entre os parentes. - **Estado Amazonas – Humaitá - Inquérito Policial Acusação de Estupro contra menor de idade.** Documento caixa criminal Humaitá – 1945- 1948. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.

sobre o solo, procurando introduzir o membro na vagina da menor, no que era reclamado entre lágrimas que não fizesse aquilo, por que dói muito e a mesma não suportaria; Que pela terceira vez, o velho cínio sem o menor respeito, procurou a menor dentro de sua residência, novamente forçando a mesma a sujeitar-se a ele, Carlos, sendo que acusado apenas esfregava seu membro nas coxas da menor, masturbando deixando uma substância gomosa entre as pernas da garota; Que a menor não levava o caso em questão ao conhecimento de seus pais, receando que os mesmos lhe castigassem com severidade e mesmo o Velho Carlos, ameaça a pequena que se contasse a seus pais o que vinha acontecendo, ficaria sem vida imediatamente; Na quarta vez o acusado aproveitando-se na inexperiência da ofendida e da oportunidade que se oferecia quando a mesma procurava juntar tucumãs um pouco afastada de sua residência aquele aproximou-se da menor em questão repetindo as cenas anteriores relatadas forçou-se a deitar-se no chão tentando desvirginar tão inocente garota porém desta foi mais além quando no rasgo de tanga empunhou o cordão que servia de sinta a calça da referida a pequena rebatendo-o para assim facilitar a satisfação de sua monstruosidade o que ainda não conseguia desta feita; Na quinta vez o tarado em lida desrespeitando todos os princípios humanitário voltou a carga com sua intensão brutal continuando a tentar embora forçosamente, deflorar a menor Izete no bando do meio de uma canoa; Que, a ofendida voltou a ser perseguida pelo Velho Carlos, a margem de um igarapé, isto pela sexta vez tendo apenas repetido a masturbação como das vezes anteriores; E, pela sétima vez o Velho Carlos voltou a procurar Izete na porta de sua residência repetindo as façanhas anteriores; que pela oitava e última vez o estúpido velho contrariando todas as leis da natureza, encontrando a pequena em uma parte de sua residência agarrou – a forçando a mesma a deitar-se de costa para o solo, e, rasgando-o sua calcinha, procurou introduzir o membro nas genitais da menor porém como ela tentar-se gritar por socorro o velho, procurou evitar tentando além do crime estúpido que cometia, completar a sua sanha assassina com o crime de estrangulamento para que a menor dessa maneira ficasse sem o menor recurso que a pudesse valer; A essa altura surge como que por milagre o senhor Manuel de tal mas conhecido pela alcunha de (Pirica) quando se depara com tão degradante cena. O Velho Carlos que achava-se sobre a menor declarante ao ver o senhor Pirica aproximar-se, larga a declarante e foge desbalda a carreira entre as canaranas que margeia o Rio Madeira, quando já era tarde demais por quanto a declarante já sangrava pelas partes genitais procurando com sacrifício, alcançar sua residência o que foi feito. Após diz a declarante que ficou uns seis dias sem poder andar sentindo fortes dores quando procurava urinar. E nada mais disse e nem lhe foi perguntado...⁵¹²

Percebe-se que, segundo o depoimento de Izete, a menina sofreu vários abusos enquanto tentava realizar pequenos serviços de seu cotidiano, impressiona esse relato por se tratarem de atividades muito comuns do dia a dia dessas mulheres, como montar arapucas usadas para capturar pequenos animais para alimentação da família, na coleta de tucumã, na prática de pescar, até mesmo dentro de sua própria residência na ausência de seus pais ou parentes, ou lavando roupa perto de sua residência, no centro do seringal de Mirarí.

Por vezes, a menina sofria violência e não relatou por temer a ação violenta do então conhecido da família, desse modo, o abusador se aproveitava da situação para realizar os atos de violência contra a menina, várias outras vezes.

⁵¹²Estado Amazonas – Humaitá - Inquérito Policial Acusação de Estupro contra menor de idade. Documento caixa criminal Humaitá – 1960- 1969. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Importante ressaltar que no processo, a violência ficou comprovada, uma vez que a vítima é levada a fazer exame de corpo de delito, ainda assim existia testemunha ocular do crime realizado e o acusado chegou a confessar o ocorrido em seu depoimento.

O processo de Izete de apenas 10 anos é ainda mais chocante, pois, aparecem outras denúncias, outra história de violência sexual que a menina sofreu dentro do seringal, localizado na mesma região. Em um dos autos do processo, o Juiz nos apresenta um pequeno resumo do caso e das acusações feitas pela vítima, perceba os personagens presentes nesse documento, dentre eles Raimundo dos Santos, que foi acusado de manter relações à força com a menor e como se desenrolou o andamento dos crimes cometidos:

MM. Juiz de Direito:

Encerrada a inscrição criminal, ficaram comprovadas as responsabilidades dos réus CARLOS PEREIRA MARQUES e RAIMUNDO VINHORT DOS SANTOS como incurso nas pernas do artigo 213, combinado com o artigo 224, a, de Código Penal, autores que foram de repetidos congressos sexuais com a menor Maria Izete Monteiro da Costa, a qual, conforme o laudo da fls. Assinado por dois médicos, tem idade inferior a 14 anos, possivelmente dez. Aliás a própria conformação física da menor revela o acerto da conclusão da perícia. O desvirginamento de Maria Izete foi patenteado em dois exames periciais, o último dos quais feito com a assistência de um médico.

O réu Carlos Pereira Marques, surpreendido em flagrante pela testemunha Manoel Nogueira Maurício, vulgo “Pirica”, negou o fato em juízo, mas, na polícia, confessou-o com riqueza de detalhes, revelando um caráter profundamente pervertido. Disse que praticou o coito incompleto com a menor por sete vezes, realizando o completo na oitava vez. Confirma que foi visto por “Pirica” copulando com a menor, em uma das vezes. Confirma que foi visto por “Pirica” copulando com a menor, em uma das vezes. Sua negativa em Juízo constitui uma desesperada tentativa de fugir a penalidade que merece.

O outro acusado, Raimundo Vinhert dos Santos, confessou haver praticado o coito, por quatro vezes, com a referida Maria Izete, em um outro inquérito policial, instaurado para apurar as consequências de uma grave luta corporal em que tomaram parte, além de outros, o pai da vítima e o réu Raimundo Vinhert, em virtude desse ter sido apanhado, numa certa madrugada, no interior da casa do pai da menor, exatamente na rede desta, juntamente com ela. Em juízo Raimundo Vinhert afirmou que não chegou a ter contatos sexuais com Maria Izete, contrariando suas declarações da polícia. Entretanto confessou haver penetrado na casa do pai da menor e que foi visto quando se aproximava da rede de Maria Izete. Isto evidencia, apesar do esforço em contrário por parte do réu, que ele é culpado e deve ser condenado.

No decorrer da instrução surgiu um outro implicado que não conta da denúncia. Trata-se de EDMÉE MONTEIRO BRASIL, que foi acusado pela menor Maria Izete de ter com ela praticado o ato sexual quando de uma viagem a motor em companhia de Edmée e do motorista da embarcação, que por sinal, era de propriedade da primeira. Durante a viagem o motor atracou em um porto próximo a esta cidade e o marista “Prego” como é conhecido, saltou para deixar uma carta. Edmée aproveitou a oportunidade de ter ficado só com vítima e com ela praticou relações sexuais. A narrativa da menor é reforçada pelas declarações do réu Raimundo Vinhert dos Santos, o qual disse que confessou na polícia haver copulado por quatro vezes com Maria Izete a pedido de Edmée Monteiro Brasil, seu patrão, o qual, ao lhe fazer esse pedido, esclareceu que assim Raimundo Vinherter afastaria Edmée qualquer culpabilidade e que Edmée com seu dinheiro, pois é pessoa abastada, safaria o réu

rapidamente da encrenca com a polícia. O acusado Carlos Pereira Marques, declarou que também recebeu um pedido de Edméé quase em idênticos termos.⁵¹³

A história de vida de Izete, ainda que sendo analisada através de fontes que sofreram alterações de um olhar jurídico, mostram-nos o cotidiano de uma menina realizando suas pequenas atividades de trabalho, vivendo no centro do seringal com sua família, vítima de violência sexual e física.

Esse tipo de violência se reflete em outros processos em que, mulheres e jovens menores de idade são violadas, sem proteção alguma dentro das áreas longínquas dos seringais, em uma sociedade onde as relações familiares são estabelecidas em torno da dominação da figura masculina, onde o trabalho é um sistema organizado pela família e o trabalho da criança faz parte desse sistema rural⁵¹⁴.

No caso de abuso sofrido pela vítima citada, temos várias pessoas envolvidas no decorrer do processo, dentre os principais acusados, conforme citado acima, temos o lavrador Carlos Marques, o seringueiro Raimundo Vinhert e uma outra terceira pessoa também vai ser acusada pela menor, trata-se do patrão Edméé Brasil, nos altos do processo surge a acusação feita por Izete contra o patrão e resumida pelo promotor:

MM. Juiz de Direito:

Encerrada a instrução criminal, ficaram comprovadas as responsabilidades dos réus CARLOS PEREIRA MARQUES e RAIMUNDO VINEORT DOS SANTOS, como incursões nas penas de artigo 213, combinado com e artigo 224, a, de código Penal, autores que foram de repetidos congressos sexuais com a menor Maria Izete Monteiro da Costa, a qual, conforme o laudo de fls. assinado por dois médicos, tem idade inferior a quatorze anos, possivelmente dez. Aliás a própria conformação física da menor revela e acerto da conclusão da perícia. O desvirginamento de Maria Izete foi patenteado em dois exames periciais, o último das quais feito com a assistência de um médico.

O réu Carlos Pereira Marques, surpreendido em flagrante pela testemunha Manoel Nogueira Mauricio, vulgo "Pirica", negou e fato em Juízo, mas, na polícia, confessou-o com riqueza de detalhes, revelando um caráter profundamente pervertido. Disse que praticou o coito incompleto com a menor por sete vezes, realizando o completamente na oitava vez. Confirma que foi visto per "Pirica" copulando com a menor, em uma das vezes. Sua negativa em Juízo constitui uma desesperada tentativa de fugir à penalidade que merece.

O outro acusado, Raimundo Vinhert dos Santos, confessou haver praticado o coito, por quatro vezes, com a referida Maria Izete, em um outro inquérito policial, instaurado para apurar as consequências de uma grave luta corporal em que tomaram parte, além de outros, o pai da vítima e o réu Raimundo Vinhert, em virtude deste ter sido apanhado, muna certa madrugada, no interior da casa do pai da menor,

⁵¹³ **Estado Amazonas – Humaitá - Inquérito Policial Acusação de Estupro contra menor de idade.** Documento caixa criminal Humaitá – 1960- 1969. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.

⁵¹⁴ WOORTMANN, Klaas. **A Família Trabalhadora. Trabalhos de Ciências Sociais.** Série Antropologia, nº 40. Brasília, 1984, p. 22.

exatamente na rede desta, juntamente com ela. Em Juízo Raimundo Vinhort afirmou que não chegou a ter contatos sexuais com Maria Izete, contrariando suas declarações da polícia. Entretanto confessou haver penetrado na casa de pai da menor e que foi visto quando se aproximava da rede de Maria Izete. Isto evidencia, apesar de esforço em contrário por parte do réu, que ele é culpado e deve ser condenado.

No decorrer da instrução surgiu um outro implicado que não consta da denúncia. Trata-se de EDMÉE MONTEIRO BRASIL, que foi acusado pela menor Maria Izete de ter com ela praticado o ato sexual quando de uma viagem a motor em companhia de Edmé e do motorista da embarcação, que, por sinal, era de propriedade de primeiro. Durante a viagem o motor atracou em um porto próximo a esta cidade e o motorista "Prego", como é conhecido, saltou para deixar uma carta. Edmé aproveitou a oportunidade de ter ficado só com a vítima e com ela praticou relações sexuais. A narrativa da menor é reforçada pelas declarações do réu Raimundo Vinhort des Santes e qual disse que confessou na polícia haver copulado por quatro vezes com Maria Izete a pedido de Edmé Monteiro Brasil, seu patrão, o qual, ao lhe fazer esse pedido, esclareceu que assim Raimundo Vinhort afastaria de Edmé qualquer culpabilidade e que Edmé com seu dinheiro, pois é pessoa abastada, safaria o réu rapidamente da encrenca com a polícia. O acusado Carlos Pereira Marques declarou que também recebeu um pedido de Edmé quase em idênticos termos.

Portanto, pede-se a baixa destes autos para aditamento da denúncia e mais termos do processo.⁵¹⁵

Como podemos ver, Raimundo declarou em seu depoimento que assumiu a culpa a praticou os atos do patrão Edmé que queria afastar dele possíveis queixas da menor. Desse modo, ressaltamos que somente os dois primeiro foram condenados por estuprarem a menor, pois segundo os autos do processo, as provas contra os dois primeiro seriam mais contundentes, fazendo com que o patrão se livrasse da acusação e ficasse livre de cumprir uma pena, ainda que a própria vítima tenha denunciado Edmé, na ocasião de ter abusado dela, o patrão teria testemunhas a seu favor que alegavam que o crime não ocorreu e por isso foi inocentado.

Outro ponto importante desse crime, foi que na conclusão do processo, a pena de Carlos foi superior à de Raimundo, pois o primeiro desvirginou a moça, configurando crime mais grave, já o segundo acusado de estupro estava em um cenário em que ela não era mais virgem, por isso seu tempo de prisão foi menor, conforme consta no processo:

“CARLOS PEREIRA MARQUES, embora primário e sem maus antecedentes, revelou anormal lubricidade, bem como grande estupidez ao estuprar a menor, compelindo-a a tratamento hospitalar. Agiu com dolo intenso, evidenciado pela reiteração dos atos ilícitos, gerando a corrupção da vítima. Incorreu nas penas do artigo 214, combinado com o 29 do artigo 51 e artigo 213, combinado com o artigo 51, tudo do Código Penal. Condene o à pena concreta de nove (9) anos e quatro (4) meses de reclusão, assim obtida: Artigo 214 - 4 anos, acrescidos de 1/3 (5 2º do artigo 51): 5 anos e quatro meses. Artigo 213-4 anos. Total (artigo 51): 9 anos e quatro meses. Taxa penitenciária de cinquenta cruzeiros.

⁵¹⁵ **Estado Amazonas – Humaitá - Inquérito Policial Acusação de Estupro contra menor de idade.**
Documento caixa criminal Humaitá – 1960- 1969. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.

RAIMUNDO VINHORTE DOS SANTOS 6 primário e sem nota inserta nos autos contra sua conduta. Ele praticou o crime quando a ofendida já estava desvirginada e corrompida, só se configurando o estupro dada a idade e o pouco desenvolvimento da mesma, que era sexualmente inapta, fato este inequívoco. Violou o domicílio do pai de Maria Izete durante a noite. Infringiu o artigo 213, combinado com o § 2º do artigo 51, e artigo 150, § 19, combinado com o artigo 51, caput, tudo do Código Penal. Condeno-o a pena concreta de 3 anos e 6 meses *** (três anos e seis meses) de reclusão e 6 meses (seis meses) de detenção, conforme a seguinte especificação: Artigo 213 - 3 anos, acrescidos de 1/6 (§ 2 do artigo 51): 3 (três) anos e 6 (seis) meses de reclusão. Artigo 150, § 1º 6 (seis) meses de detenção. Total (artigo 51): 3 anos e seis meses de ' reclusão e 6 meses de detenção. Taxa penitenciária de cinquenta cruzeiros.

Os sentenciados, que estão presos preventivamente, cumprirão as penas na Penitenciária Central do Estado, para ' onde serão removidos transitada está em julgado, obedecidas as formalidades legais.

Absolvo EDMEE MONTEIRO BRASIL da acusação que lhe foi intentada, na forma do inciso I do artigo 386 do Código de Processo Penal. P. R. e Intimam-se.”⁵¹⁶

Para Bourdieu, a virilidade é construída contra a feminilidade, uma vez que existe a necessidade de se autoafirmar enquanto homens viris. Em outras palavras, categorias relacionadas às fraquezas são tipicamente ligadas ao público feminino, desenrolando muitas vezes em atos de covardias, da parte de homens com “coragem”, logo:

[...] para comprová-lo, basta lembrar todas as situações em que, para lograr atos como matar, torturar ou violentar, a vontade de dominação, de exploração ou de opressão baseou-se no medo "viril" de ser excluído do mundo dos "homens" sem fraquezas, dos que são por vezes chamados de "duros" porque são duros para com o próprio sofrimento e sobretudo para com o sofrimento dos outros — assassinos, torturadores e chefetes de todas as ditaduras e de todas as "instituições totais", mesmo as mais ordinárias, como as prisões, as casernas ou os internatos —, mas, igualmente, os novos patrões de uma luta que a hagiografia neoliberal exalta e que, não raro, quando submetidos, eles próprios, a provas de coragem corporal, manifestam seu domínio atirando ao desemprego seus empregados excedentes.⁵¹⁷

Bourdieu explica que a dominação masculina foi historicamente construída, acarretando comportamentos que vão além de questões somente biológicas, mas implica outras relações; dentro desse padrão, a perda da honra feminina está ligada a “virgindade e fidelidade”⁵¹⁸, enquanto a honra masculina envolve relações de poder, a exaltação dos valores masculinos.

A violência sexual dentro desses espaços de trabalho existiu e os processos vem auxiliar nessa discussão, através dos depoimentos e denúncias que ali se apresentam, nesse caso em especial, percebe-se que além de encontrarmos um padrão sendo denunciado, temos também

⁵¹⁶ Estado Amazonas – Humaitá - Inquérito Policial Acusação de Estupro contra menor de idade.

Documento caixa criminal Humaitá – 1960- 1969. Arquivo do Tribunal de Justiça do Amazonas.

⁵¹⁷ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro, 2012, p. 66.

⁵¹⁸ Idem.p.64.

um lavrador e um seringueiro. Isso reforça o fato de que a mulher se encontrava diante de um ambiente de trabalho hostil e perigoso, porque enfrentava a ira masculina e sua violência, poderia sofrer tanto por parte de membros externos, que não eram seus parentes, como foi o caso de Izete, como também de seus próprios companheiros e de seus parentes conforme outros casos analisados.

A esse respeito, Albuquerque nos apresenta casos de violências que ocorreram contra trabalhadores de seringais no Acre, entre eles temos o caso de Maria Silva, que tem sua moradia derrubada a mando do patrão depois de recusar as investidas dele. Na ocasião, ele se aproveitava da ausência do marido dela, que estava viajando a trabalho, uma noite tentou importunar Maria Silva, no momento da agressão ela gritou, afugentando o homem, revoltando-se e se colocando contra as vontades dele⁵¹⁹.

Interessante perceber que, quando Maria Silva e seu marido vão em busca de seus direitos junto ao Ministério Público, são tratados de modo indiferentes, o órgão não dá importância ao caso e não conseguem ter um parecer favorável frente ao patrão, mesmo depois dele ter derrubado a casa de Maria, expulsando-a junto com sua família, foram os vizinhos que acolheram essa família para que não ficassem sem moradia na mata.

Ademais, Farias, em sua pesquisa sobre mulheres que trabalhavam em seringais, no município de Cametá, no Pará, trouxe-nos uma investigação rica em termos de resistência feminina nesses espaços, sobre a da violência que sofriam essas mulheres. Ele explicitou que a violência podia ocorrer partindo de seus próprios parceiros:

A mulher casada, que alega em seu relato a importância de “ter intimidade” com seu marido, mesmo cansada, porque era sua “obrigação de esposa”, ela sofreu violência sexual, visto que não lhe era permitido optar por “sim ou não”, é como se seu corpo não lhe pertencesse, suas vontades não eram tidas como importante. E nesses casos, ocorriam também os abortos, a gravidez que não tinha nenhuma programação e nem espaço na vida dessa mulher, que se desdobrava entre tantos deveres, afazeres e violência, agora comete mais uma sobre seu próprio corpo, que é o de coibir tal gravidez, uma dor causada pela falta de possibilidade de se prevenir, por mais que fosse com suas maneiras e saberes, estes também, tinham enfrentamento.⁵²⁰

⁵¹⁹ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Espaços, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre**. Tese de doutorado – PUC, São Paulo, 2001.

⁵²⁰ FARIAS, Meurygreece Caldas. **PRÁTICAS, SABERES E RESISTÊNCIAS DE MULHERES NO CONTEXTO HISTÓRICO E CULTURAL NO PERÍODO DA EXTRAÇÃO DA BORRACHA NA ILHA DE ITANDUBA, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação e Cultura (PPGEDUC). Universidade Federal do Pará, 2019. p.114.

Esses atos de covardia para defender sua “honra” são interpretados pelos homens como atos de coragem, como meios de não serem diminuídos perante a sociedade. Dentro dessa lógica, temos o relato de seu Militão, narrou um episódio de violência que ocorreu no seringal onde trabalhava, que contra uma mulher que trabalhava na região e era casada com o amigo do entrevistado, contando-nos que:

Eu vou dar uma pisa nela (gritava o homem que agrediu a mulher), na mulher do cara, aí foi para açoitar a mulher e chegando lá com um terçado, (ele) dava de prancha na mulher, a mulher gritava:
 - Marido me acode... e pulava para lado e pulava para o outro...
 Ele (o marido da mulher agredida): só fazia dizer: - não pega no gomo (do facão) Maria...
 Porque ela metia os braços para se defender né, e ele dizia: - não pega no gomo Maria, que vai te cortar!
 E não acudia a mulher não e a peia comendo!⁵²¹

O motivo da surra que Maria sofreu teria ocorrido devido um “fuxico” que, segundo seu Severino, foi propagado por ela, envolvendo o nome do agressor, isso teria sido o suficiente para que Maria viesse a sofrer agressão física:

Ele (o homem que agrediu Maria) fez isso por que no seringal, aquele negócio de fuxico, conversinha né, essa mulher fez para outra né, e aí o homem disse: - vou dá uma surra nela...
 E aí quando chego lá, o marido falava:- não pega no gomo Maria, que tu se corta...
 Para a mulher não pegar no gomo do terçado.⁵²²

A “peia”⁵²³ que Maria sofreu, aparentemente se justificou por envolver “fuxicos”⁵²⁴ com o nome do agressor; logo, ele só estava defendendo sua “honra”. Percebam que o marido não interveio, presenciou todo o fato, mas apenas dava instruções para que Maria não se machucasse, pegando na lâmina do terçado, enquanto a mulher gritava por ajuda, ou seja, seu marido também se tornou um agressor, uma vez que apenas assistiu, junto aos demais no seringal, ao episódio, afinal de contas, a surra teria uma justificativa, o fuxico que Maria cometeu.

⁵²¹ MILITÃO, Severino Gomes Militão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵²² MILITÃO, Severino Gomes Militão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵²³ termo regional que significa apanhar, açoitar.

⁵²⁴ termo que significa fofocar, falar do outro.

Mencionamos que essas mulheres sofriam vários tipos de violências dentro dos seringais, levando em consideração que a violência ocorre de várias formas, podendo acarretar prejuízos físicos ou mentais.

Para Bourdieu, a sociedade funciona de modo que beneficia a dominação masculina, colaborando para que ocorra a violência simbólica, a lógica de que a mulher é conivente com a violência que sofre, seja ela de qual tipo for, é falha, uma vez que o sistema funciona de modo a permitir que o homem tenha condições de exercer, sem maiores problemas, a dominação:

A dominação masculina encontra, assim, reunidas todas as condições de seu pleno exercício. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitas*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada agente como transcendentais.⁵²⁵

Importante destacar que essas mulheres não eram vítimas passivas dessas violências. Ao longo da pesquisa, percebe-se que a todo momento a figura da mulher é resistente a tudo que lhe é imposto.

Na análise das fontes orais, por exemplo, temos mulheres que criaram seus filhos sozinhas e viúvas, ou que foram abandonadas pelos maridos, ou mesmo que não aceitaram continuar ao lado de um abusador, como foi o caso da mãe de seu Francisco Monteiro, conforme relatou-nos em entrevista:

E a mamãe não teve sorte com marido: o primeiro marido morreu, passou um ano e seis meses (ela) teve uma filha, aí se casou com meu pai, aí (a mãe) teve um filho, aí ele (o pai de seu Monteiro) adoeceu e morreu, eu ainda era bebezinho. Aí (ela) juntou-se com outro camarada, passou três meses ele inventou de buscar a mãe dele e nessa viagem ele nunca mais voltou. A mãe ficou gestante de um irmão que tenho que está em Manaus, aí (ainda) buchuda minha mãe se juntou com um senhor lá do Mamiá, aí (dessa vez) que fomos para lá (para o seringal do Mamiá). Eu tinha 3 anos de idade, minha mãe foi buchuda dessa minha irmã, aí lá já dentro do Mamiá e ele tinha feito uma casa muito grande coberta de palha, estava nova a casa, aí apareceu uma casinha de caba⁵²⁶ lá no canto, ele foi queimar, fez um fogo e foi passar assim (fazendo gesto com as mãos para cima), eu estava entrando e o fogo deu na palha, a casa era muito grande, toda de tabua de madeira...

⁵²⁵ BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro, 2012, p.45.

⁵²⁶ Espécie de Vespa comum no Amazonas.

O fogo tomou de conta mesmo! Ele se meteu lá, trepou (na casa) começou a cortar para ver se arriava a palha que estava queimando, fez foi se queimar todo, a com 8 dias ele morreu.

Aí a mãe ficou com um homem conhecido (da família), ficou até eu ter 12 anos, (quando eu estava com) 12 anos a mãe deixou ele, (por que) ele começou a perseguir minha irmã, minha irmã tinha 9 anos, aí minha mãe foi e deixou ele, aí eu tomei conta da vida...⁵²⁷

Através do relato de Francisco Monteiro sobre os relacionamentos de sua mãe no seringal, é possível entender como essa mulher passou por diversos eventos dramáticos e porque não dizer, traumáticos, sendo abandonada por um dos companheiros, perdendo dois companheiros, sendo que um deles morreu de modo inesperado. Por fim, o último companheiro tentou abusar de sua filha de 9 anos, diante desse fato a mãe de Monteiro decidiu se separar e assumiu toda sua família, ficando responsável pelo sustento e criação de seus filhos, sozinha no seringal do Mamiá, livrando sua filha de 9 anos da perseguição do próprio padrasto.

Soihet ressalta que ainda existe a tentativa de colocar o corpo feminino como lugar de violência, para assim impedi-la de exercer seu papel de cidadã de forma completa, afirma que:

Exaltado como expressão de beleza, inspirador de beleza, fonte de prazer, de vida por meio da maternidade, símbolo da nação republicana, o corpo feminino, na França pós revolucionária como no Brasil, é também lugar de violência – quer a violência física, espancamentos, estupro etc., tão bem reconhecida, quer aquelas outras formas de violências sutis, engenhosas, entre as quais a chamada violência simbólica, que igualmente contribuem para a manutenção de desigualdades.⁵²⁸

No entanto, as práticas de violência físicas e simbólicas, ainda que exercidas na tentativa de impedir mulheres de se posicionarem, não se sustentam, uma vez que essas mulheres lutavam e faziam frente às dificuldades, inclusive se tornando a chefe da família.

Essas mulheres são verdadeiras protagonistas de suas histórias, assumindo funções dentro dos seringais que, antes, eram consideradas trabalhos masculinos, rompendo com a lógica da dependência e permitindo a elas quando possível, como também fugir desses abusos e proteger os seus filhos.

⁵²⁷ MONTEIRO, Francisco. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁵²⁸ SOIHET, Rachel. **O CORPO FEMININO COMO LUGAR DE VIOLÊNCIA**. v. 25, JUL./DEZ. CORPO & CULTURA, 2002, p.2.

Isto é, como o caso de dona Maria Mota, ao ser traída pelo marido e ele passar a não colaborar em nada para seus filhos, resolveu ir embora para Manaus, levando todos os seus filhos, passando a viver na capital amazonense⁵²⁹.

Longe de se comportarem em posição de submissão, percebemos que elas romperam com aquilo que lhes causava dor e dificuldades, seja denunciando, separando-se, enfim, buscando novas alternativas de continuar vivendo, resistindo aos abusos, apesar da violência sofrida, seja ela física ou sentimental.

Sabemos ainda que a violência ocorreu de várias maneiras, como vimos, para além da violência física, ou seja, a violência simbólica também foi enfrentada por essas mulheres. Avançaremos tratando de questões muito presentes que ocorreram e acreditamos que foram impulsionados pelas políticas da época.

Na década 1950, com a baixa da produção da borracha e oportunidade dessa trabalhadora, as famílias experimentaram certa liberdade na produção e venda de suas mercadorias para outros comerciantes, inclusive em alguns casos, segundo as entrevistas, porque atravessavam o rio em direção a outros municípios para vender seus produtos, sem aquela preocupação de serem perseguidos pelos patrões, donos dos barracões.

No entanto, à medida que os planos de desenvolvimento para a região avançavam, conforme falamos no capítulo I, as trabalhadoras já sentiam os primeiros impactos em relação ao sistema de trabalho, uma vez que se deparavam com novos conflitos dentro dos seringais, sejam por terra ou pela tentativa de retirar os recursos naturais dessas áreas em que moravam, ferindo a sua sobrevivência. Acreditamos que essas invasões que ocorreram entre os anos 1960/70, apesar dos conflitos terem se intensificado em 1980, merecem nossa atenção, porque atingiam consideravelmente o trabalho feminino.

4.2 Conflitos nas Comunidades do Amazonas: outras formas de violências

A expropriação ou tentativa desse ato também se configura também como uma violência contra essas mulheres, uma vez que atinge a família, interfere no meio de sobrevivência daqueles que vivem daquilo que terra pode oferecer e fazer uso dela de forma racional, logo, a

⁵²⁹ MOTA, Maria Izabel. **depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

tentativa de retirar essas famílias da região ou do uso de métodos que agridem a natureza, ocasionando uma ruptura com o modo de viver dessas mulheres dentro dos seringais.

Os conflitos envolvendo a disputa pela terra, que tanto massacraram os povos que já viviam nessas regiões, são amplamente discutidos nos anos 1970-80, onde os conflitos se intensificaram, causando a morte de grandes lideranças. A exemplo, temos Chico Mendes, que foi uma figura conhecida por combater os fazendeiros que invadiam áreas de seringais no Norte. Ele foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri na década de 1970, realizando ainda outros feitos enquanto ativista, sua liderança incomodava muito os fazendeiros da região. Mendes foi assassinado em 1988, e sua morte acabou despertando o interesse mundial pela luta dos trabalhadores do seringal⁵³⁰.

No entanto, as fontes nos levam a perceber que esses conflitos por terra, apesar de ganharem grandes dimensões públicas na década de 1980, já ocorriam dentro dos seringais, sobretudo com o final do segundo ciclo de extração da borracha, onde o governo visou modernizar aquelas regiões.

As práticas violentas se perpetuaram pela região, a política da época colaborou para que essas questões se agravassem, pois, primeiramente temos na década de 1950 planos que foram elaborados, mostrando um desconhecimento sobre a região, perpetuando a ideia de um vazio que deveria ser ocupado e, como discutimos no primeiro capítulo, incentivava projetos voltados para a expansão da pecuária e agricultura na região, demonstrando pouca preocupação com as pessoas que ali já se encontravam e viviam conforme os sistemas agroflorestais, logo, além da invasão, a degradação também não seria tolerada por essas famílias.

Nos anos 1950, com Brasil passando por processo de industrialização, o meio urbano passou por mudanças em relação a novos grupos investidores. No campo, os empresários continuavam mandando, controlando a terra e negando direitos aos trabalhadores rurais⁵³¹. Os planos de desenvolvimento para a Amazônia, ainda que tenham fracassado, plantaram a semente que acarretaria conflitos dentro da região, pois, pautavam-se em investimentos que deveriam ajudar na modernização da região, tanto na agricultura como na pecuária, estimulando, na década de 1950, a construção de rodovias.

⁵³⁰ PANTOJA, Aila Rodrigues. **CHICO MENDES: A CONSTRUÇÃO FICCIONAL DE UMA PERSONAGEM HISTÓRICA**: Circulação, tramas e sentidos na Literatura. Congresso Internacional, 2018.

⁵³¹ ROSSI, Cybele; GONÇALVES, José Henrique Rollo. **Movimentos Sociais no Campo – o Brasil nas décadas de 1950 e 60**. OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSENA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE - Artigos- volume 1, 2013.

Para Wanderley, ocorreu no Brasil uma verdadeira expropriação de trabalhadores das terras que moravam a partir da década de 1960, ou seja, à medida que ocorria mecanização nos campos, não havia motivo para o grande produtor manter essas pessoas na terra, o autor explica que:

A partir dos anos 1960, assiste-se no Brasil à emergência de profundas transformações no setor agrícola e no meio rural. No bojo destas mudanças, está o processo de modernização da agricultura que, aqui, assume duas dimensões centrais e complementares. Em primeiro lugar, a subordinação da atividade agrícola às exigências dos setores dominantes da indústria e do capital financeiro, que se traduziu, fundamentalmente, pela adoção de máquinas, equipamentos e insumos de origem industrial nos processos da produção agrícola (SILVA, 1981, 1982; KAGEYAMA, 1996; DELGADO, 1985). Em segundo lugar, a ocupação das fronteiras agrícolas por grandes empresas, que se beneficiaram de políticas públicas de incentivo a essa expansão. Nos dois casos, as consequências sobre os espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses são diretas e imediatas.⁵³²

Naquele período, o regime militar já atuava e sabemos que silenciou muitos movimentos que estavam surgindo no país. Na Amazônia, os conflitos se intensificaram, principalmente em regiões que tinham castanhais, conforme foram introduzindo a madeireira, mineração e agropecuária na região. Nesse sentido, o governo colaborou com um ambiente que acarretaria conflito entre os pequenos lavradores, até porque a chamada “Operação Amazônia”⁵³³, incentivou a imigração para região, além das populações que já viviam nessa região, conforme aponta Santana:

Esse “vazio”, ao qual os textos e discursos dos governos militares se referem, nega a existência de mais de 170 nações indígenas, desconhecendo que esse território era terra de ocupação antiga, que abrigava posseiros, garimpeiros, populações quilombolas, entre outros indivíduos. A política dos governos militares para a Amazônia, utilizou o lema “ocupar para não entregar”, como se aquela imensa região fosse um “vazio demográfico”.⁵³⁴

⁵³² WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em fevereiro de 2015. p.28.

⁵³³ SANTANA, Arthur Bernady. **A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009

⁵³⁴ SANTANA, Arthur Bernady. **A BR-163: “ocupar para não entregar”, a política da ditadura militar para a ocupação do “vazio” Amazônico**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p.3.

Desse modo, através dos planos que foram criados para a região, consoante vimos no capítulo I, os investimentos feitos na Amazônia e seus planos de ocupação e expansão, ignoraram as pessoas que ali viviam e ainda contribuíram para que os fazendeiros violassem o cotidiano de trabalho dessas famílias, expropriando suas terras e degradando o ambiente em que viviam.

Albuquerque resume bem como esses projetos contribuíram para que ocorresse um avanço em relação a degradação no Norte do país:

O que ocorreu no passado áureo do extrativismo, reordenando-se em outros interesses nos períodos de decadência da economia gumífera, caricaturizando-se com os grandes projetos da “última fronteira agrícola” dos “anos de chumbo” e, agora, sob a tônica de um “aviamento de miséria”, é toda uma manipulação do homem, alienando-o de sua humanidade, desfigurando-o como ser pensante, “desenraizando-o” de acordo com regras de conveniências circunstanciais, cujas denominações públicas são os receituários dos planos de desenvolvimento regional do passado e, mais recentemente, com o marketing de “desenvolvimento sustentável” do auto-intitulado “governo da floresta” que, paradoxalmente, colocou a retirada e venda de madeira como “carro chefe” de seu protótipo de desenvolvimento. Denominações estas que se constituem em “cortinas de fumaça”, para, em outras, palavras, ocultar que ocorreu e ocorre toda uma “violência contra a natureza humana”²⁰.⁵³⁵

No entanto, sabemos que esses sujeitos históricos sempre resistiram historicamente, não se colocando enquanto vítimas, pelo contrário, os trabalhadores das áreas rurais no Brasil sempre lutaram por suas terras, seus espaços de trabalho, algo que no Brasil tem se tornado uma luta diária na vida de quem mora em área rural e vive de sua produção.

Sobre essas muitas formas de resistência, encontramos o caso tratado pelos pesquisadores Leal e Araújo, onde publicaram pesquisa sobre uma indígena da etnia Munduruku, de nome Carolina Rosalina de Oliveira. Segundo os pesquisadores, a indígena teria liderado um grupo de moradores contra comerciantes que desejavam expulsá-los da terra onde morava, juntamente com outros membros da comunidade.

A história de Rosalina, por se tratar de uma história que representa um grupo com uma liderança feminina, e recorreu a todos os meios legais para continuar em suas terras, mas sem sucesso, haja vista que acabaram sofrendo violência por partes dos comerciantes envolvidos. A seguir apresentamos o caso.

⁵³⁵ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Cultura, Trabalho e Lutas Sociais entre Trabalhadores Agro-Extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. REVISTA NERA – ANO 7, N. 5 – AGOSTO/DEZEMBRO DE 2004. p.21.

Em 1955, o grupo que ocupava terras do rio Antininga, em Manicoré, município do Amazonas, viu-se diante de um impasse, essas terras onde moravam possuíam castanhais, fruto que virou uma alternativa rentável com a queda na produção da borracha, por isso mesmo se tornou terra fruto de cobiça por parte não só das castanheiras, mas também em virtude de sua localização. O comerciante que era regatão e dono de barracão Raimundo Avelino, vulgo “Dico” inicia conflito com moradores da região na realidade, segundo os autores era comum conflitos nessas regiões de castanhais:

As tensões e conflitos em toda região do rio Madeira não eram novidade no final da década de 1940 e início de 1950. Ao dismantelamento dos seringais, repassados como espólio da crise para grandes firmas aviadoras de Manaus¹¹ ou transformados em bairros populares¹² nas décadas de 1920 e 1930, seguiram-se movimentos de intrusão de territórios indígenas ricos em castanhais, que passaram a ser alvo de comerciantes da área. A documentação compulsada para o que ocorreu no rio Atininga, afluente do rio Madeira, no município de Manicoré, evidencia as múltiplas dimensões desse contexto conflitivo.⁵³⁶

Segundo denúncias feitas na época, o comerciante já era conhecido pela truculência e seus desmandos na região, como, por exemplo: destruindo roçados dos moradores, entre outras medidas mais violentas, diante desse cenário, Rosalina assumiu a liderança contra tal movimento, buscando resistir aos desmandos do comerciante.

Apesar das denúncias e da imprensa noticiar os fatos ocorridos, contando inclusive com o depoimento de Rosalina em suas matérias, em 1955 explodiu o conflito armado entre os moradores da comunidade liderados por Rosalina contraguardas municipais, a mando do comerciante Hélio Rego sócio de Raimundo Avelino. No conflito, os moradores conseguem expulsar os guardas. Mas após esse ocorrido, mandaram prender os envolvidos no caso, conforme explicam Leal e Araújo:

Após as diligências para captura dos envolvidos no confronto com os agentes da guarda municipal, não foi possível encontrar Carolina Rosalina, que se embrenhou na mata com os seus para fugir da repressão policial, vindo a se entregar para a polícia dias depois na cidade de Manaus.⁵³⁷

⁵³⁶ LEAL, Davi Avelino; ARAÚJO, Dário Duarte. **A ÍNDIA MUNDURUCU CAROLINA ROSALINA DE OLIVEIRA E SEUS LIDERADOS NA LUTA CONTRA O ESBULHO DE SEU TERRITÓRIO ÉTNICO: O CONFLITO DO RIO ATINGA, MANICORÉ/AM (1955)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 13, número 1, jan./abr, 2021, p. 117 Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v13.n1.2021.d5.p115.130>

⁵³⁷ LEAL, Davi Avelino; ARAÚJO, Dário Duarte. **A ÍNDIA MUNDURUCU CAROLINA ROSALINA DE OLIVEIRA E SEUS LIDERADOS NA LUTA CONTRA O ESBULHO DE SEU TERRITÓRIO ÉTNICO: O CONFLITO DO RIO ATINGA, MANICORÉ/AM (1955)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em

Em resumo, os autores tentaram enfatizar que Rosalina, mesmo depois que foi presa, juntamente com seus companheiros que foram para Manaus, continuaram tentando, através dos meios legais, impedir o esbulho do lugar onde moravam. Inclusive depois de algumas tentativas sem sucesso, a indígena escreveu uma carta para o então presidente Juscelino Kubitscheck, mas não conseguiu resultado também.

Infelizmente essa liderança feminina jamais retornou para o território de Atininga, os demais companheiros que foram presos cumpriram suas penas e retornaram para Manicoré, assim como os filhos da líder indígena, recontando sua história para que não caísse em esquecimento. Ressaltando a injustiça sofrida contra Rosalina e sua comunidade como uma tribo Mundurucu que já morava ali há anos, junto com outros membros que habitavam aquelas terras, e acabaram sofrendo violência e foram presos ao tentar lutarem por suas moradias.

Esse caso é um exemplo de agressões, expropriações que ocorriam nos seringais, faz-nos pensar que esses territórios ficaram livres de violência com a crise da borracha, é ingênuo, ainda que os patrões tenham se retirado de algumas regiões, a política voltada para o Amazonas enfatizava que ela deveria servir de celeiro agrícola, de matéria prima, pecuária, abastecendo o país e o mercado internacional.

A violência continuou a ser praticada contra os povos que viviam na região em busca de ocupar esses territórios, mas os moradores dessas comunidades resistiram, como podemos ver nesse exemplo e em outros ao longo do texto. Em outras palavras, Leal e Araújo entendem que:

O caso envolvendo as disputas por castanhais e seringais no rio Atininga não pode ser visto como um episódio isolado na Amazônia de meados do século XX. Essa dinâmica de conflitos e antagonismos em que a linguagem da violência é recorrente, está presente no cotidiano de centenas de comunidades espalhadas pelos rios da região. Não se trata apenas do controle dos recursos naturais, mas sobretudo da gestão do território, em que a mobilização e imobilização da força de trabalho dos moradores desses lugares ocupa um lugar central. Da parte dos moradores, indígenas ou não, as mais variadas formas de agenciamento e estratégias de resistência foram acionadas para garantir o uso dos territórios tradicionalmente ocupados. Nesse sentido, o conflito do Atininga revelou toda a complexidade desse movimento de intrusão, esbulho, denúncia e luta pela garantia da dignidade dos chamados “povos tradicionais”.⁵³⁸

História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 13, número 1, jan./abr, 2021, p. 124 Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v13.n1.2021.d5.p115.130>.

⁵³⁸ LEAL, Davi Avelino e ARAÚJO, Dário Duarte. **A ÍNDIA MUNDURUCU CAROLINA ROSALINA DE OLIVEIRA E SEUS LIDERADOS NA LUTA CONTRA O ESBULHO DE SEU TERRITÓRIO ÉTNICO: O CONFLITO DO RIO ATININGA, MANICORÉ/AM (1955)**. Revista do Programa de Pós-Graduação em

Na década de 1960 com instalação da ditadura, novos projetos surgiram, como a criação da Sudam, novamente percebemos que o mito do “vazio demográfico” estava presente e precisariam ocupar aqueles espaços para desenvolvê-los, com a “Operação Amazônia”, que tinha interesses escusos ao realizar o que chamaram de reorganização do território. A esse respeito, Medeiros aponta:

Na Amazônia a ditadura civil-militar incentivou, sob o pretexto de desenvolver o desenvolvimento e a ocupação, a colonização dirigida público e privada, construção de estradas, construção de hidrelétricas, projetos de exploração mineral, financiamento da agropecuária e das atividades de agricultura comercial (juta, malva, borracha). Essas atividades econômicas ganharam respaldo político e financeiro com a SUDAM. Segundo a ótica da ditadura, a Amazônia era importante estratégica e geopoliticamente, precisando ser ocupada para evitar ser refúgio de ações de grupos guerrilheiros contrários ao governo. Esses projetos partem do pressuposto de que floresta era um “vazio demográfico” e que sua ocupação poderia diminuir a tensão ocasionada na luta pela terra em outras regiões do país. Os projetos de colonização trariam “*homens sem terra*” para uma “*terra sem homens*”.⁵³⁹

O incentivo à colonização na região, também contribuiu para que ocorresse uma mudança no cenário da Amazônia, como a ampla construção de estradas que acabaram degradando regiões e afetando populações, conforme aponta Matos⁵⁴⁰ ao afirmar que a construção de estradas na época foi considerada a melhor forma de fazer escoar a produção e gerar desenvolvimento econômico, no entanto justamente esse modelo de transporte acabou por ocasionar, na década de 70, um avanço do desmatamento.

Na realidade, a questão da ocupação já vinha sendo tratado ao longo dos anos para a região Norte do país, no entanto ganhou uma atenção maior na década de 1950, conforme aponta Medeiros sobre a política de ocupação:

Mas, nesse momento as preocupações se traduzem em institucionalização de ações mais efetivas. Por exemplo, no ano de 1953 o presidente Getúlio Vargas sanciona a lei nº 1806 que institui a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e o Fundo de Valorização

História da Universidade Federal do Amazonas. Volume 13, número 1, jan./abr, 2021, p. 129 Disponível em: <https://doi.org/10.38047/rct.v13.n1.2021.d5.p115.130>

⁵³⁹MEDEIROS, Monica Xavier. **Puxirum de Histórias: Lutas por terra e água em Vila Amazônia/Parintins (1980-2000)**. Tese em História Social-PUC, São Paulo, 2017. p. 115.

⁵⁴⁰ MATOS, Felipe Luis Lacerda de Carvalho Cidade. **Análise das Taxas Anuais de Desmatamento na Amazônia Legal a partir da Relação entre Autos de Infração e Área Desmatada no período entre 2000 e 2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise de Sistemas Naturais). UNB, 2016, p. 24.

Econômica da Amazônia. Em 1957, durante o governo Juscelino Kubitschek, sanciona-se a lei de define a mudança da capital para o centro geográfico do país, demanda antiga de doutrinas geopolíticas (CASTRO, 1999; RIBEIRO, 2008). A construção da rodovia Belém-Brasília, dando concretude a um plano de integração entre Norte e Centro-Oeste do país, constitui passo significativo nesse projeto. A rodovia concluída em 1960 favorece fluxo migratório de trabalhadores, principalmente do Nordeste, em busca de terras. Esse processo continua e se intensifica com o governo militar pós-golpe de 1964. Em síntese, esse é o contexto histórico em que se inserem as práticas elaboradas pelos estrategistas militares.⁵⁴¹

Dito isso, além das fontes orais, recorreremos aos recortes de jornais e Boletins de ocorrência, para dar dimensão de como os conflitos ocorriam em terras amazônicas, de como as famílias foram atingidas e sofreram com invasão dos seringais onde moravam, por consequência, apesar de sempre serem invisibilizadas, atingiam_ em grande escala_ as mulheres.

Um caso que nos chama atenção trata-se do seringal de Senápolis, localizado na B.R 317, através desse caso específico podemos perceber como existiram relações conflituosas na região, por conta de ocupação de terras, isto é, em muitos casos famílias foram expulsas, comunidades inteiras foram escoraçadas de suas moradias, sofrendo humilhações por parte de fazendeiros interessados nas terras, mas ainda assim sendo símbolos de resistência, uma vez que não se trata de fazer qualquer coisa para manter a si e família⁵⁴², trata-se de resistir para além da manutenção, mas através de estratégias de reivindicações, de luta, foram se colocando frente à dominação daqueles que queriam controlá-los.

Essas famílias moradoras do seringal de Senápolis sofreram perseguição por parte de fazendeiros que, aparentemente, tinham o apoio do Juiz da região, o caso ganhou as páginas do *Jornal Folha de São Paulo*, mas julgamos importante trazer o Boletim que foi feito por essas famílias, para dar dimensão de como viviam sofrendo ameaças:

Boletim Pastoral

Senhores responsáveis vamos através desta, comunicar nosso sofrimento por esse Brasil afora.

Nós nos deslocamos dos nossos estados para tentar melhores condições de vida, sendo uns de Pernambuco, outros de Sergipe, outros Mineiros, outros paranaense, outros Baianos, outros Paulista e outros Amazonense, todos correndo o Brasil atrás de melhores condições de vida. Até esta data 2/05/79 estamos sendo completamente perseguidos por fazendeiros, ainda não tivemos sossego em nossas vidas, nós estamos fazendo o possível para não sermos obrigado a nos deslocar para a cidade, por que

⁵⁴¹ MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima. **A ditadura de 1964 e o governo da natureza:** a construção de uma Amazônia geopolítica. Universitas Humanas, Brasília, v. 12, n. 1-2, p. 41-58, jan./dez, 2015, p. 43

⁵⁴² SCOTT, James C. **FORMAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA.** Raízes, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun, 2002.

sabemos que na cidade não teremos condições de educar nossos filhos, o que acontece com nossos filhos? Ficaram todos sem condições de estudar e sem ter a sua vida educação e está na cara que futuramente estas crianças, se obrigaram a ser marginais, e é isto que nós estamos lutando para não acontecer.

Senhores o que está acontecendo conosco é muito grave, estamos em 36 famílias, localizadas no seringal Senápolis na B.R 317 Km 38. Já atravessamos momentos angustiosos e estamos atravessando. No dia 4 de setembro de 1978 tivemos uma grande ameaça de policiais da PM nos ameaçando de despejo e inclusive danificaram duas de nossas casas, mas não por isso que veio desaminar. Imediatamente comunicamos a Contague e publicamos no jornal do Rio Branco (Acre). E quando foi no dia 07 de setembro quando um de nossos companheiros apreciava com todo carinho a festa da Pátria, o senhor Juiz de direito mandou prendê-lo verbalmente, algo que nos muito estranhamos, um outro companheiro foi até aquela autoridade para solicitar a liberdade de seu companheiro, quando o juiz injustamente também o prendeu, como ameaça pessoal, isto nos deixou muito chocado mais graças a Deus tudo ficou resolvido.

Senhores nos até hoje não tivemos sossego quando foi no mês de Abril apareceu um senhor chamado João Torre, para fazer um acordo com nós o acordo foi feito com o presidente do sindicatos do trabalhadores de Boca do Acre, o acordo foi feito assim o senhor Torres iria fazer uma estrada com 2 a 3 de distância sem ofender a nenhum posseiro mas o mesmo não cumpriu com o que tratou, entrou nos prejudicando invadindo posses nossas e nós pedimos para que ele parasse o trabalho, o sindicato oficializou e encaminhou até o senhor João Torres o mesmo respondeu que nem o pai dele fazia ele parar o trabalho. E o que fazer? Fomos obrigados a tomar as devidas providências, porque o mesmo já tinha ido armado, e paralisado uma de nossos companheiros. Nós fomos obrigados a agir com a nossas forças o pai dele não fazia ele parar, mas nós o fizemos, que só assim a justiça toma as suas providencias.

Mas quando foi no dia 2/05/79 aqui tiveram um delegado um (ilegível) de polícia e dois agentes da Emater, querendo nos obrigar a fazer um acordo verbal com o proprietário, mas nós não fomos na conversa dele.

Senhores responsável pelo Boletim pastoral, pedimos que nos ajude nesse problema publicando os nossos problemas, para que chegue mais fácil até os nossos companheiros de outras cidade e estado, se for possível ficaremos muito grato.

Sendo o que nos apresenta pelo momento renovamos nos votos de sincera consideração.⁵⁴³

Quem assina o Boletim é José Manoel da Silva, Delegado Sindical, contando as angústias da perseguição que as famílias enfrentaram, por parte do fazendeiro que desejava fazer uma obra justamente no local onde habitavam aqueles indivíduos, para isso se utilizaram de violência, prisões arbitrárias, e tentaram pressionar essas pessoas a se retirarem daquele local. Apesar da constante preocupação, nota-se no depoimento que precisaram chegar às vias de fato, havendo conflito entre as famílias e o fazendeiro, que teria ido até o local armado. Enfatizou-se ainda o fato de que apenas se defenderam, no entanto segundo a narrativa, só assim a justiça seria feita, uma vez que nada foi feito para ajudar os moradores.

⁵⁴³ Boletim pastoralAM0015. **Conflito SERINGAL SENAPOLIS**. - UF - AM - Número: 16 - Tipo, Volume 01 Município de BOCA DO ACRE Data 02/05/1979.

Interessante entender que apelaram para que se tornasse público o caso, a fim de obterem algum apoio, demonstrando apenas o desejo de continuar a morar na região sem maiores problemas.

Em 1979, o *Jornal O Estado de São Paulo*, noticiava que um Juiz teria desobedecido ordem superior do Tribunal de Justiça do Estado e mantido o despejo de 22 famílias que moravam próximo a BR 317, no Amazonas, ainda na matéria o correspondente explicou que o Juiz foi acusado de ter relações de interesse com os fazendeiros e grileiros da região, isto é, ele passou por cima de ordens superiores e manteve o despejo, que na ocasião foi executada, ocorrendo a expulsão das pessoas com truculência “*sob o comando do capitão Araújo, da PM, com destruição de moveis e objetos*”.

Durante o evento como um todo, foi enviada uma comissão a mando do governo para avaliar o caso, mas ainda assim o despejo ocorreu, pois em matéria do dia 09 de junho de 1979, foi noticiado o envio da comissão, conforme veremos em um trecho do jornal:

Em Manaus, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Belo Ferreira, da Arena, que pediu providências ao governo “diante da imoralidade que se cometia contra indefesos agricultores”, denunciou o Juiz Francisco Batista Neto, que assinou o mandato, por ter sido ele advogado do fazendeiro Euze Elias Arhan antes de ser nomeado juiz da comarca. Ao pedir ajuda, o deputado manifestou sua preocupação por um conflito armado.

A comissão enviada pelo governador José Lindoso a Boca do Acre é constituída pelo professor Anderson Dutra, procurador geral de Justiça; Desembargado Paulo Feitosa, corregedor da Justiça; e do comandante da PM William Raiser. Ontem a, a Fetag informou que o reforço do pelotão da PM para garantir o despejo foi solicitado ao governo do Estado pelo Juiz Francisco Batista Neto.⁵⁴⁴

O caso continuou em forma de denúncia no Jornal do dia 14 de junho de 1979, com o enunciado “*Juiz desobedece a tribunal e mantém despejo no Amazonas*”, a matéria explica que novas decisões seriam tomadas por parte de um porta voz do governador, dando fim a notícia.

Esse caso mostra como era desigual a disputa que ocorreu entre essas famílias e os fazendeiros, comerciantes, além de usarem métodos violentos, ainda tem o poder ao seu lado, benefícios como se aliar a juízes facilitou e expropriação dessas pessoas.

Do mesmo modo, Medeiros⁵⁴⁵ analisa mudanças socioambientais e modos de viver em áreas rurais de Parintins, fazendo uso de fontes orais, ressalta como anteriormente a chegada do

⁵⁴⁴ Jornal O Estado de São Paulo. **Comissão examinara despejo no Amazonas. AM0015-** UF AM, Número 16.

⁵⁴⁵MEDEIROS, Monica Xavier. **Puxirum de Histórias: Lutas por terra e água em Vila Amazônia/Parintins** (1980-2000). Tese em História Social-PUC, São Paulo, 2017.

regime militar, a comunidade vivia da pesca, roça, em um ambiente que era abundante em questões de comida, levando em consideração que viviam de agricultura de subsistência, através da troca de experiências em relação às atividades que desenvolviam, como, por exemplo: a fabricação de farinha, plantio da mandioca, garantindo a sobrevivência das famílias. No entanto, ocorreram mudanças em relações ao modo de trabalho, assim como conflitos em relação à terra.

Importante lembrar que Parintins foi um grande setor econômico na produção da juta, na década de 1960, na ditadura militar, através do crédito rural porque financiou produtores de juta. Os bancos davam prioridade a comerciantes ou pecuaristas, em contrapartida os pequenos produtores nada recebiam, a esses sobraram trabalhar para os grandes produtores, que também extraíam produtos como castanha, pau rosa; enfim, recursos da floresta.

Medeiros aponta ainda que, se nesse período as mudanças já afetavam o trabalhador rural, com a entrada da fibra sintética no mercado a coisa se agravaria, explica ele:

O desenvolvimento da fibra sintética (polipropileno) e a abertura do comércio interno a importação da juta produzida em outros países desarticulou a economia parintinense (SANTOS, 2009). Em fins da década de 70 e início de 80, os pecuaristas avançaram, então para as terras que antes produziam juta nas várzeas e também para as terras firmes. O crescimento das cidades impulsiona a pesca comercial. Todas essas mudanças impactaram profundamente as formas de viver em áreas rurais.⁵⁴⁶

As políticas econômicas nos planos não se preocuparam com esses trabalhadores que moravam dentro das matas, na realidade partiam inicialmente da ideia de que nem pessoas havia ali, era preciso ocupar, expandir, levar desenvolvimento, e acabaram causando um desequilíbrio no modo de viver das famílias, afetando diretamente o sistema de trabalho das mulheres, uma vez que eram responsáveis pelos sistemas agroflorestais.

A violência só se intensificou com o passar dos anos e as denúncias não pararam nos jornais, para termos dimensão de como era agressivo essas práticas de intimidar as famílias que moravam na região, traremos uma pequena notícia no *Jornal da Manhã*, sobre ameaças a famílias que moravam no seringal no Amazonas:

Mais de 60 famílias de seringueiros residentes no seringal “Monte Verde”, município amazonense de Boca do Acre, estão sendo ameaçados de expulsão pelos jagunços contratados pelo vereador arenista Adão Nunes Barbosa, que também é acusado de agressões contra índios Apurinans. A denúncia é do técnico indigenista da FUNAI e responsável no posto indígena Camicuan.⁵⁴⁷

⁵⁴⁶ Idem, p.55

⁵⁴⁷ Folha Manhã -UFAM. Número 326-Tipo Conflito: TE Volume 01. Campos dos Goytacazes-RJ. 1978

Se para comunidades inteiras era difícil se manter onde moravam, pensar em mulheres, chefes de família, donas de terras, enfrentando a invasão de seus terrenos parece fora do comum, mas nesse período encontramos muitas entrevistadas que assumiram o sustento de suas famílias. Sendo assim, encontramos dona Maria Lopes, a entrevistada nos contou que sua avó foi proprietária de um terreno que herdou de seus pais, essa senhora enfrentou invasores que, na época, tentavam degradar o lugar onde morava:

Aí minha vó arrendava para o pessoal de lá, mas muitos já morreram... Já estavam tirando madeira, tirando muita madeira no terreno da minha vó, minha vó era rígida não gostava que tirasse madeira, que tirassem as castanheiras, da Itaúba, (sua avó) não deixava ninguém invadir o terreno dela não, bem brabinha ela era.”⁵⁴⁸

Explica ainda que esses invasores agiam de modo escondido de sua avó, pois causavam incômodo caso fossem descobertos:

Tiravam escondido, porque era muito grande (o terreno), quando ela sabia, ela ia bater lá, que não queria que tirassem (madeira)... Porque ela não invadia terreno dos outros. Era muito de farto de peixe, caça, muita madeira, depois que ela morreu, o pessoal invadiu tudo, aí nós não fomos mais para lá, já tiravam, imagina ela não estando, mas lá né. Eles desmatavam, tiravam muita madeira, fazia canoa... esses paus fofos tiravam tudo para fazer canoa... Meu esposo reclamava com eles, que tiravam muita (madeira).”⁵⁴⁹

Dona Maria Lopes contou que sua avó não permitia que invadissem, e nem derrubassem árvores de seu terreno e que, por vezes, enfrentou os invasores com ajuda das pessoas para quem ela arrendava o terreno.

Na entrevista de dona Lopes é possível notar a preocupação que sua avó tinha em relação à invasão e derrubada de madeira no seu terreno, inclusive deixando claro que arrendava, mas não permitia esse tipo de prática.

Dentro de um ambiente onde essas mulheres, para sobreviver, utilizavam-se dos sistemas agroflorestais, não era interessante ver seu território degradado, uma vez que viria a prejudicar sua produção a curto e em longo prazo.

⁵⁴⁸ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁴⁹ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **Depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Essas frequentes investidas no terreno da entrevistada causavam preocupação na avó de dona Lopes e, posteriormente, à própria entrevistada porque ela demonstrava seu incômodo, narrando ainda que certa vez o Incra esteve no local:

O Incra ia lá, para nós conversamos, que não queríamos que derrubassem (madeira) no terreno dela, é eles sempre iam lá e ela dizia que não queria que derrubassem (árvores) no terreno dela. Arrendava assim, mas não para derrubar as castanheiras, a madeira.⁵⁵⁰

Importante lembrar que os moradores retiravam madeira para construção de canoas, casas, mas de forma que continuavam a preservar a floresta, não de modo predatório, como ocorrem na derrubada em larga escala, conforme apontou-nos seu Antônio Lopes:

Tirava madeira junto com os tios dela, derrubava o pau né, fazia prancha, aí ia serrar, naquele tempo não existia moto serra. Hoje não, desmataram a terra todinha para dentro do rio Manacapuru, tudo moto serra, quando eu saí de lá eram bem poucos que trabalhavam com moto serra.

Segundo Matos, na década de 1970, intensificaram-se as derrubadas na região da Amazônia, causando preocupação em relação aos impactos na biodiversidade, isto é: “Embora áreas extensas ainda permaneçam intactas, a taxa de perda da floresta é dramática, em especial no ‘arco do desmatamento’, ao longo das bordas sul e leste.”⁵⁵¹, indicando que durante o regime militar as taxas de desmatamento cresceram consideravelmente.

Além disso, esse tipo de investimento em atividades que estimulam o desmatamento, como a pecuária, apesar de serem lucrativas para os grandes proprietários, não apresentam qualidade de vida aos trabalhadores rurais, sendo inclusive excludentes em níveis sociais⁵⁵².

Pesquisadores acreditam que o modelo realizado em 1970 para o desenvolvimento do país, contribuiu para esse desmatamento e continua até o tempo presente. Eles afirmam que:

Pouco expressivo até meados do século XX, o desmatamento da Amazônia aumentou exponencialmente a partir dos anos 1970 (FEARNSIDE, 1987) e desde então tem avançado com épocas de aumento e retração. Até 1980, o desmatamento totalizava de

⁵⁵⁰ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁵¹ MATOS, Felipe Luís Lacerda de Carvalho Cidade. **Análise das Taxas Anuais de Desmatamento na Amazônia Legal a partir da Relação entre Autos de Infração e Área Desmatada no período entre 2000 e 2014**. Dissertação (Mestrado em Geografia, Análise de Sistemas Naturais) UNB, 2016, p. 24.

⁵⁵² **Banco Mundial Causas do Desmatamento da Amazônia Brasileira**. 1ª ed. Brasília, 2003, p.16.

300 mil km², ou 5,98% da AML. Entre 1980 e 2000, cerca de 280 mil km² foram incorporados a área desmatada, 11,55% da AML.⁵⁵³

Santos explica que esse processo de ocupação da Amazônia teve fortes consequências para o ecossistema na região, em uma mudança que ocorreu de forma desorganizada e rápida, onde a maioria dos imigrantes viveu em condições de marginalização, com maior parte da renda concentrada nas mãos de pouquíssimos empresários. Em outros termos, apontou-nos o autor que:

Sua rede rodoviária, praticamente inexistente há trinta anos, hoje – embora mantida em condições precárias – é superior a 60 mil quilômetros. Tem sido o principal agente facilitador da ocupação do solo, com suas trágicas e irresponsáveis queimadas, que destruíram, no período, mais de 500 mil quilômetros quadrados da floresta tropical.⁵⁵⁴

O esposo de dona Lopes nos traz uma visão interessante acerca do desmatamento na região, pois, na época não tinham acesso à motosserra, cortavam em menor escala, com ferramentas como machado, extraíam para usos comuns na região, como construção de canoas. Com a chegada de ferramentas mais modernas, teriam desmatado boa parte da área, seu Antônio Lopes, em sua entrevista, narrou o período que trabalhou no serviço de pecuária e retirada de madeira e pecuária para o patrão dele:

Trabalho na fazenda: era para bater campo, corta, desmoitar campo assim, o trabalho não era como gado não, eu não gostava de trabalhar com gado...
Eu já tinha trabalhado com gado, mas não gostei não, gostei não. Por que é muito bom o gado e tudo mais, para o bolso da gente? Mas trabalhar para os outros? O gado é muito perigoso a gente não pode botar no ritmo da gente porque o patrão é que manda não é, o gado da gente, a gente faz, dá um grito nele, ele obedece, dos outros se for gritar uma coisa assim o cara pode até achar ruim, mas eu prefiro não trabalhar.
Quando eu trabalhei lá, eu trabalhei muito, tirava palha, tirava madeira...”

Trabalhar para o patrão incomodava seu Antônio, pois, segundo o entrevistado, o serviço com o gado era muito pesado, e muito perigoso e quando adoecia, ou se machucava, gerava desconfiança por parte do patrão, que negava ajuda ao trabalhador.

⁵⁵³ SANTOS, Renato Prado. **Os principais fatores do desmatamento na Amazônia (2002 – 2007) – uma análise econométrica e espacial**. Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, 2010, p.41.

⁵⁵⁴ SANTOS, Breno Augusto. **Recursos minerais da Amazônia**. ESTUDOS AVANÇADOS. 16 (45), 2002.p 123.

O trabalho compulsório na região não é novidade, como vimos inicialmente em 1940, porque ocorriam constantes queixas de como foram enganados, traídos por propagandas enganosas que visavam atrair mão de obra para os seringais, no entanto ao chegarem na região, os trabalhadores se depararam com um cenário bem diferente, vivendo segundo as regras do patrão.

No governo militar não foi diferente, novamente fizeram uso de propagandas para atrair pessoas de todo Brasil para morar e “ocupar” a Amazônia, mas acabaram enfrentando problemas frente os desmandos de comerciantes, como, por exemplo, fazendeiros que tentavam, através da força, apropriar-se das terras ou até mesmo da condição das pessoas para fazer uso de mão de obra barata.

Esse foi o caso da fazenda Vale do Rio Cristalino, no sul do Pará, que era administrada pela multinacional Volkswagen em 1973, nessa fazenda realizavam atividades como pecuária e extração de madeira. Ela sofreu acusações tanto de incêndios de proporções exorbitantes, como de trabalho escravo, conforme aponta Acker:

Alguns anos depois, acusações de recurso à mão-de-obra forçada para as operações de desmatamento em Cristalino foram lançadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). A informação foi difundida na Alemanha, em 1983 (Brasilien-Nachrichten (BN), 81/1983). Dentro da fazenda, existia um sistema segundo o qual os trabalhadores sazonais (os “peões”) contratados por subempreiteiros da Volks ficavam endividados de diversas formas (engano nos salários, pagamento de preços desonestos por diversos serviços fornecidos pelos empreiteiros, entre outros), eram mantidos dentro da fazenda durante vários meses sem poder fugir e eram ainda submetidos à violência de guardas (“os gatos”), que cometiam contra eles sevícias físicas e morais (Le Breton, 2003, p.147-60).⁵⁵⁵

Esse caso ficou muito conhecido, um escândalo que envolveu uma empresa que teria um caráter humanista. Anteriormente às denúncias, a Volks chegou a fazer um documentário mostrando ao povo alemão como estava levando a “modernização” a um território ainda pouco “civilizado”, mostrando uma imagem de empresa que dava privilégios a uma minoria, uma política empresarial que funcionava, ajudando países do “Terceiro Mundo”. Em contrapartida, a maior parte do trabalho foi realizada por uma “mão de obra invisível”, consoante Acker explica, essa parcela de trabalhadores não aparecia nas propagandas da empresa, e era mal remunerada, apoiada em contratados duvidosos.

⁵⁵⁵ ACKER, Antoine. **TRABALHO FORÇADO NA FAZENDA DA VOLKS: CRÔNICA DE UM ESCÂNDALO AMAZÔNICO NA ALEMANHA**. *Hendu* 4(1), p.57-69, 2014, p. 59.

Essa realidade de uma fazenda que mantinha trabalhadores presos a dívidas intermináveis e que se apoiava em trabalho forçado, foi finalmente, anos depois, denunciada pela Comissão Pastoral da Terra, dado ao escândalo ambiental que teria ocorrido ainda na década de 70. As denúncias foram rapidamente espalhadas pela imprensa alemã, houve críticas em torno da gestão da empresa que, em sua defesa, negou ter conhecimento desse tipo de prática na fazenda.

Após todo esse ambiente de tensão em torno da Volks, a fazenda Cristalino que tinha como objetivo criar cabeças de gado em grande número, acabou sendo alvo de denúncias na década de 1980, desse modo foi vendida em 1986, “Oficialmente, foi a criação de uma holding com a Ford do Brasil que obrigou a Volkswagen a acabar com Cristalino a fim de liberar créditos”⁵⁵⁶.

Evidente que as mudanças que ocorreram com os novos investimentos para a Amazônia após os anos 1950, sobretudo durante o regime militar, romperam com o modo de vidas de comunidades de diferentes regiões, como podemos ver no relato de dona Nazaré, preocupada em como a degradação ambiental estava interferindo na vida das pessoas que ali moravam.

No relato da entrevistada Maria de Nazaré, vivendo no seringal no rio Manacapuru, ela nos relatou como, nos primeiros indícios de desmatamento em maior escala do que já estavam acostumados, estariam prejudicando a vida daquelas pessoas:

Começaram a trabalhar com moto serra é, com machado aí depois que apareceu moto serra aí começaram, estavam acabando com os igapós, tirando aquelas madeiras, as pessoas proibiram né, por que estava acabando os espaços dos peixes, o peixe vive no igapó⁵⁵⁷ e eles estavam tirando aqueles paus, derrubando o igapó.⁵⁵⁸

Explicou-nos ainda o que seria um igapó para os peixes e como a derrubada prejudicava esses animais:

Igapó é um rio com aqueles paus grandes ali dentro daquele rio, fica cheio peixe comendo aquelas frutas que caí, aqueles bichinhos que caem das árvores, aí eles estavam desmatando tudo, eles derrubavam quando o rio enchia já não tinha mais aqueles paus para os peixes ficar a vontade de baixo, mas foi, teve proibição.

⁵⁵⁶ Idem. p. 67.

⁵⁵⁷ Tipo de vegetação submersa da floresta amazônica.

⁵⁵⁸ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Mas quando nós estávamos lá, quase não tinha moto serra não, era mais no machado, depois que nós viemos para cá, aí quase todo mundo já tem moto serra.⁵⁵⁹

Interessante pensar como essa dinâmica de trabalho que chegou ao Amazonas afetou diretamente essas mulheres. Na fala de dona Nazaré, fica claro como é necessário preservar os igapós para que os peixes pudessem se reproduzir ali, gerando alimento para essas famílias, que também viviam do pescado na região, ela seguiu explicando-nos que:

[...] por que não pode desmatar, por que se desmata aquela área, de igapó o peixe vai sim bora, vai afastando, vai ficando difícil de comida, vai para outra área que tem igapó, por que o rio seca fica tudo seco, aí eles vão embora para o lago quando o rio enche, que dá para aquelas florestas de novo bonita, aí eles voltam de novo para o igapó, aí o pessoal proibiu, tem uma pau, ele dá grosso assim (com as mãos) chama Guarapari, ele dá umas frutas assim e o peixe come.⁵⁶⁰

Nazaré enfatiza que entraram em conflito com as pessoas que desmatavam naquela região, fazendo com que os moradores proibissem os invasores de tirar madeira, com isso, a comunidade pediu que se retirassem e parassem de desmatar:

[...] aí estavam derrubando, estavam fazendo um desmatamento, as pessoas proibiram, os moradores mesmo, porque estava ficando difícil, o peixe vai embora. Eles (os moradores) iam lá e conversavam com as pessoas que estavam tirando, diziam que não podiam, porque senão, ía ficar muito ruim de peixe. Hoje tem pouca gente, tem poucos moradores.⁵⁶¹

Nazaré explica que houve tentativas por parte dos moradores de conter essas pessoas que desmatavam dentro daquela localidade, uma vez que estavam interferindo no ecossistema natural da floresta e em suas vidas.

O marido de dona Nazaré, seu Raimundo Pereira, também se mostrou incomodado com o fato de estarem realizando derrubada de madeira, citando que:

Na nossa comunidade não tinha extração de madeira, a gente só tirava madeira para uso, fazer canoa, casa né, não tinha isso... Já depois que começou essa (retirada) de madeira, eu não sei como foi para surgir isso, acho que foi devido as grandes serrarias que surgiu aqui em Manacapuru...

⁵⁵⁹ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁶⁰ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁶¹ SOUZA, Maria de Nazare. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Nem tanto as grandes serrarias, porque na época tinha a Maderal, a serraria do português, tinha Miriti, mas a madeira vinha do alto, às vezes até do Juruá vinha a madeira, e vinha as toras inteiras.

Aí depois que acabou essas serrarias, começou essas serrarias de quintal, como a gente chama, pequenas serrarias, que aí comprar a madeira, feito prancha, feito bloco... aí o pessoal começou a tirar, pela estrada, da beira do rio para vender assim por metro...”⁵⁶²

Seu Raimundo ainda tentou-nos explicar o porquê de estarem naquele período, retirando tantas árvores, ou seja, talvez fosse pelas madeiras que vinham surgindo, mas depois justificou que nem havia tantas, dito isso, ainda enfatizou que para ele não fazia sentido retirar madeira. Nas palavras dele: *É um prejuízo, porque você vende a madeira toda, depois vai precisar da madeira e não tem, e outra coisa, além de você precisar também, acaba a floresta, aí fica da maneira que está.*⁵⁶³

Importante lembrar que a economia de extração de madeira ganhou ênfase, sobretudo no pós-guerra, com o interesse tanto dos Estados Unidos, como da Europa, na Amazônia e seus recursos, atraídas pela política desenvolvimentista, dito isso, grandes empresas resolveram investir na região, dirigindo-se para o Vale Amazônico, conforme aponta Santos:

Essa iniciativa revelará os interesses do grande capital na apropriação dos recursos naturais, cujos investimentos diretos nesse setor terão seus resultados claramente visualizados na primeira metade dos anos 60. É a partir de então que a produção de madeiras sofrerá uma grande transformação qualitativa, na medida em que grandes empresas introduzem formas mais complexas de beneficiamento fabril, resultando daí a produção especializada de laminados e compensados, voltados particularmente para o mercado exterior.⁵⁶⁴

Ou seja, na década de 1960, os investimentos que visavam se utilizar dos recursos naturais da região se intensificaram, ocorrendo interesse do mercado internacional não só na extração de madeira, mas de outros recursos como, por exemplo, a mineração, que também tem forte impacto ambiental.

Tanto dona Nazare quanto seu Raimundo pensam uma organização de trabalho que não explorem de forma predatória, tiram o suficiente para se manter, concordamos com

⁵⁶² PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁶³ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁶⁴ SILVA, Marly Gonçalves. **OS TRABALHADORES DE VÁRZEA NO SERVIÇO DA MADEIRA: CONTRADIÇÕES SOCIAIS NO DESENVOLVIMENTO E CRISE DO EXTRATIVISMO NO VALE AMAZÔNICO**. Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará. Belém, 1987, p.31

Albuquerque quando conclui em sua pesquisa sobre famílias trabalhadoras do Vale do Juruá, em que a natureza e cultura se confundem, pois, a produção teria de ocorrer de forma alinhada com a natureza. O autor discorre que:

Essa teimosia em não querer “deixar de ser o que são” encontra eco nas heterogêneas formas com que incorporaram e incorporam a natureza a suas culturas. É possível mesmo afirmar que, nessa via de “mão dupla”, que é a incorporação no sentido atribuído por Raymond Williams, natureza e cultura confundem-se.⁵⁶⁵

Com isso, a história desse casal não era diferente da de muitos moradores de áreas de seringais, que prezavam pelo ambiente para poder, através dele, ter uma vida melhor, livre da pressão sofrida anteriormente na década do período de alta da borracha, isto é, aprenderam a extrair sem degradar e utilizar-se dos recursos que a floresta pode oferecer, com isso Raimundo falou-nos de como as derrubadas atrapalhavam suas vivências na mata:

Aqui no médio rio, eles acabaram com os Arapari⁵⁶⁶ e as seringueiras, ficou só as fininhas, então tudo isso, faz com que os peixes vão se afastando...

Lá onde nós morávamos, (tinha) um pessoal do outro lado do rio, que iam para lá para aquelas ilhas e derrubavam. O irmão com outras pessoas lá, começaram a se reunir e expulsar eles de lá, eles falaram que: “isso aqui não é de vocês, isso aqui é da natureza, sim é da natureza mano e nós estamos morando aqui e vocês moram lá do outro lado, derrubem para lá, eles conseguiram ainda, expulsar eles de lá...

Derrubaram muito(...) prejudicando os peixes e as pessoas também por que os peixes fogem, vão embora atrás de comida, não tem mais seringa, não tem mais Arapari...⁵⁶⁷

Os moradores desse seringal buscavam interferir na prática desses outros invasores que estavam realizando esse tipo de serviços na mata, no entanto, ainda assim segundo o entrevistado, ainda fizeram muitas derrubadas. À medida que as ações daqueles que causavam derrubadas foram se intensificando, a permanência de pessoas residentes nessas regiões se tornou cada vez mais difícil e perigosa.

⁵⁶⁵ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **NATUREZA, CULTURA, PODER E VIOLÊNCIA NO VALE DO JURUÁ – ACRE**. NATUREZA E PODER, v. 23, 2001, p. 295

⁵⁶⁶ “Árvore grande (*Macrolobium acaciaefolium*), da fam. das leguminosas, subfam. cesalpinioídea, nativa do Peru, da Colômbia, do Brasil (AMAZ) e das Guianas, de madeira branca e porosa, folíolos luzídios, pálidos na página inferior, flores muito procuradas por borboletas e vagens coriáceas, de 6 cm, que servem de alimento às tartarugas; baía, fava-de-tabaqui, faveira, paracaxi, raparigueira.” dicionário online consultado em 18 de outubro. Disponível em: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>.

⁵⁶⁷ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Percebemos que, mesmo quando não ocorria a invasão direta das terras dessas famílias, no sentido de tentarem expulsar esses moradores, como foi o caso do seringal de Senápoles, elas acabavam ocorrendo de modo velado, tendo em vista que acabavam sendo invadidas para explorar a região, seja extraindo madeira, ou realizando atividades que acabavam por degradar o ambiente, ferindo a organização da natureza.

Como observamos na fala das entrevistadas, essas estavam preocupadas com os peixes que estavam sumindo, por interferência do homem nos igapós, ou ainda pela retirada predatória da madeira, enfim, uma vez que essas práticas que se expandiam pela região acabaram interferindo diretamente na vida dessas comunidades; logo, muitos acabaram se retirando, evidenciado nas entrevistas de muitas mulheres.

Esses vários tipos de violências sofridas pelas mulheres, sejam físicas ou simbólicas, ressaltam como viver em áreas de seringais, era viver no ambiente cheio de enfrentamentos

A violência sempre esteve presente nos seringais, em vários sentidos, as mulheres sofreram fisicamente, em meio a um trabalho exaustivo que começou a ser realizado quando ainda eram muitos jovens, além de ser mal remunerado.

Ao longo dos anos, ocorreram conflitos por terra e sofrem violência sexual, agressões, como também tiveram seus filhos longe de hospitais, em muitos casos, sozinhas e ainda - apesar de tudo – viver em uma rotina exaustiva, enfim, a mulher teve seu trabalho invisibilizado dentro dessas comunidades, conforme aponta Torres:

A inferiorização do trabalho das mulheres, a subordinação e segmentação das atividades laborais somadas à falta de equiparação salarial com o gênero masculino engendra e mistifica, conforme Strathern, relações de poder. “Escondem desigualdades entre os homens e encobrem a base produtiva na qual se apoiam as atividades masculinas de aquisição de prestígio. Em razão disso, facilitam a exploração do trabalho das mulheres por parte dos homens”⁵⁶⁸.

Torres⁵⁶⁹, em seu artigo, dissertou sobre a dominação masculina frente à feminina no âmbito do trabalho, para ela, parece existir um afastamento da mulher em torno da esfera do trabalho, como se a figura feminina fosse apoiada ou tivesse de ser apenas um apoio dos homens. Com efeito, fere a humanidade das mulheres.

⁵⁶⁸ TORRES, Iraildes Caldas. **O TRABALHO DAS AGRICULTORAS DA AMAZÔNIA**: um olhar para os direitos humanos. Saberes da Amazônia. Porto Velho, vol. 04, nº 09, Jul-Dez, 2019, p.122.

⁵⁶⁹ Idem.

É preciso romper com essa prática e reconhecê-las enquanto trabalhadoras, não se trata de dar visibilidade, é ir além disso, reconhecendo-as enquanto trabalhadoras atuantes, centrais para a sobrevivência de sua família

Essas trabalhadoras ficaram anos trabalhando em meio às matas, sofrendo com toda essa invisibilidade dentro dos seringais, são mulheres conscientes de seus direitos à aposentadoria. Entretanto quando tentaram obter seus benefícios como trabalhadoras dos seringais, ou receberem a pensão por morte de seus companheiros, tiveram seus pedidos negados, conforme trataremos no próximo capítulo.

5. Pedidos Negados

5.1 Seguro Social

No Brasil, o seguro social caminhou de forma lenta, surgindo graças a ação dos trabalhadores de diferentes setores no país, na realidade, só foi mais bem organizada e inserida na sociedade brasileira no final do governo militar, com a constituição de 1988, levando em consideração que, a partir daí, passou atender os trabalhadores de todos os setores, incluindo as mulheres.

Segundo Batich⁵⁷⁰, no século XX, a primeira iniciativa do governo referente às aposentadorias ocorreu em 1923, com a *lei Eloy Chaves*. De acordo com essa lei, deveria ocorrer a abertura de uma Caixa de Aposentadorias e Pensões – CAP, mas essa medida só atendeu os trabalhadores de ferrovias, essas Caps acabaram crescendo e atendendo outras categorias assalariadas no Brasil, mas novamente o trabalhador rural não foi inserido nesse período.

As Caps deixaram de administrar a previdência desses trabalhadores e o Estado assumiu esse papel. Em virtude das fortes reivindicações por parte dos trabalhadores que pediam melhorias de condições de vida, na década de 1930, o Estado decidiu interferir nessas relações de trabalho, porque anteriormente eram tratadas entre trabalhador e empresa, passando para as mãos do Estado que, por sua vez, criou Institutos, a fim de legitimar sua intervenção, conforme explica Batich:

A primeira instituição desse tipo, o Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Marítimos – IAPM, surgiu em 1933 e destinava-se a agregar as CAPs dos marítimos. Ao longo da década, foram criados outros institutos para as categorias dos comerciários (1934), bancários (1935), industriários (1938) e os empregados em transportes e cargas (1938). Os tipos e valores dos benefícios previdenciários dos IAPs não eram uniformes. Cada categoria de atividade os estabelecia livremente e eram dependentes do percentual de contribuição que os participantes pagavam ao instituto durante sua vida ativa.⁵⁷¹

⁵⁷⁰ BATICH, Mariana. **PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR**: uma trajetória inesperada. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(3), p. 33-40, 2004.

⁵⁷¹ BATICH, Mariana. **PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR**: uma trajetória inesperada. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(3), p. 33-40, 2004, p.34.

Nesse sentido, além da contribuição do empregador, o Estado também financiaria esses trabalhadores, levando em consideração que no período que foram criados os Institutos de Aposentadorias e Pensões – IAPs, poucos eram os trabalhadores que teriam o direito de se aposentar, pois ainda eram jovens para receber o benefício, logo, essas instituições arrecadavam muito dinheiro, desse modo o governo se utilizava desses recursos que não eram usados pelos IAPs em outros setores econômicos, Batich inclusive afirma que o setor previdenciário deu forte impulso ao desenvolvimento industrial no país.

Na década de 1960 foi promulgada a Lei Orgânica da Previdência Social que veio unir a legislação dos IAPs, causando a anulação das desigualdades dos valores pagos que existiam entre as categorias. Em 1966, finalmente ocorreu a união entre os sistemas previdenciários, acabando com a diferença entre os assegurados do setor privado, sendo criado o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, nesse momento todos os IAPs foram ligados.

Na década de 70, devido tensões que ocorriam na sociedade, como, por exemplo, conflitos no campo, conforme vimos em capítulo anterior, ocorreu uma ampliação dos benefícios, conforme aponta Batich:

Nos anos 70, foram instituídos novos tipos de benefícios previdenciários, como o salário-família² e o salário maternidade,³ e incluída no sistema categorias que antes não tinham nenhuma cobertura, como o jogador de futebol profissional, os trabalhadores autônomos e temporários, a empregada doméstica e o trabalhador rural. Quanto a este último, saliente-se que passou a ter direito de receber o benefício do seguro social mesmo sem ter contribuído para o sistema, quebrando-se assim o padrão vigente que garantia a cobertura previdenciária somente para quem fosse contribuinte. Desta forma, a previdência tornou-se um instrumento oficial de redistribuição de renda entre trabalhadores, uma vez que todos os contribuintes urbanos deviam pagar essa nova despesa. Na década de 70, foi criado, ainda, um benefício de natureza assistencial, à custa dos recursos da previdência, pois, para recebê-lo, não havia a necessidade de ter contribuído para a manutenção do sistema,⁴ mas sim ter idade superior a 70 anos ou ser inválido, desde que fosse comprovado que o solicitante não tinha recursos para sua subsistência. Além disso, a previdência assumiu a responsabilidade pela prestação da assistência médica, primeiro para os trabalhadores contribuintes do INPS e depois para os trabalhadores não contribuintes em casos de urgência, utilizando largamente a rede privada.⁵⁷²

Houve a necessidade de criar um órgão específico para administrar a proteção social, então em 1974 criou-se o Ministério da Previdência e Assistência Social, mas, como sabemos, foi com fim da ditadura militar que foi possível, através da elaboração da nova Constituição em 1988, determinar que a seguridade social seria financiada pela sociedade, isto

⁵⁷² BATICH, Mariana. **PREVIDÊNCIA DO TRABALHADOR**: uma trajetória inesperada. SÃO PAULO EM PERSPECTIVA, 18(3), p. 33-40, 2004, p. 35.

é, através de acordo com os recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios⁵⁷³. Destacamos ainda que o trabalhador rural adquiriu os mesmos direitos do trabalhador urbano na constituinte.

Anteriormente a década de 1980, referente aos trabalhadores de áreas rurais, ocorreram diversas manifestações, ocasionando a organização desses indivíduos no país; frente a isso, no governo de João Goulart e com as reformas de base, foi estruturada uma legislação para o sindicato no campo. Com efeito, no início de 1963 foi aprovado o Estatuto do Trabalhador Rural – ETR, criando órgãos que deveriam auxiliar o trabalhador, como a “Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA).⁵⁷⁴”.

Importante lembrar que a CONTAG, conforme citamos, foi criada dentro de um contexto em que ocorriam muitos movimentos de revoltas e reivindicações que explodiram no campo, por volta da década de 1960, contando com o apoio do governo de esquerda e em busca de criar organizações e congressos para ampliar essas lutas em todo Brasil, conforme veremos abaixo:

Neste sentido organizaram: o 1º Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (1961) – convocado e coordenado pela ULTAB; em 1962 acontece o 1º Congresso de Trabalhadores na Lavoura do Nordeste; em 1963 a ULTAB organizou a 1ª Convenção Brasileira de Sindicatos Rurais (Natal-RN). Em 1963 uma greve no setor canavieiro envolveu a Federação dos Lavradores, as Ligas Camponesas e sindicatos autônomos. Em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, reconhecida em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517.⁵⁷⁵

Essa instituição foi considerada a primeira sindical camponesa nacional reconhecida, no entanto a direção da CONTAG foi oprimida em 1964, assim como muitas lideranças de esquerda foram perseguidas e torturadas com a ditadura militar em pleno poder, o que não significou a extinção da CONTAG, que continuou atuante e resistindo ao regime autoritário no

⁵⁷³ Disponível em: <https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/da-ordem-social-o-art-195-da-cf-88/amp/>

⁵⁷⁴ RAMOS, Carolina. **A CONSTRUÇÃO DO SINDICALISMO RURAL BRASILEIRO**. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/6snepc/GT1/GT1-CAROLINA.pdf>, p.6.

⁵⁷⁵ **PUBLICAÇÃO REFERENTE AO 40º ANIVERSÁRIO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA - CONTAG - FUNDADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 1963. 4º ANOS DE LUTAS AO LADO DO HOMEM E DA MULHER DO CAMPO**. p.15.

país, sendo considerada a entidade sindical com maiores conquistas na década de 1960 e a continuar lutando ativamente, mesmo até a década de 1980⁵⁷⁶.

Segundo a Brumer, na década de 1960, o trabalhador rural foi incluindo na previdência, até então a lei acerca da previdência atendia somente algumas categorias de trabalhadores no Brasil. Nesse cenário, em 1963, um dos principais acontecimentos foi a criação do Estatuto Rural, onde ocorreu o reconhecimento dos sindicatos rurais, como causa, houve a criação do Fundo de Assistência do Trabalhador Rural, conhecida como FUNRURAL, através do Lei nº 4.214. Podemos ver em sua criação que:

Art. 158. Fica criado o “Fundo Assistência e Previdência do Trabalhador Rural”, que se constituirá de 1 % (um por cento) do valor dos produtos agropecuários colocados e que deverá ser recolhido pelo produtor, quando da primeira operação, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, mediante guia própria, até quinze dias daquela colocação.

§ 1º – Na hipótese de estabelecimento fabril que utilize matéria prima de sua produção agropecuária, arrecadação se constituirá de 1% (um por cento) sobre o valor da matéria-prima própria, que for utilizada.

§ 2º – Nenhuma empresa, pública ou privada, rodoviária, ferroviária, marítima ou aérea, poderá transportar qualquer produto agropecuário, sem que comprove, mediante apresentação de guia de recolhimento; o cumprimento do estabelecido neste artigo.⁵⁷⁷

Essas medidas, efetivamente, acabaram não ocorrendo, tendo em vista que não havia recurso financeiro na legislação da época, no entanto, a partir daí várias outras foram tomadas, partindo da organização dos trabalhadores porque acabaram apoiadas na lei.

Já no período do regime militar foram aprovados decretos que acabaram ampliando os direitos dos trabalhadores rurais, essas medidas reformularam o Estatuto do Trabalhador Rural, contudo ainda eram excludentes quando tratavam de mulheres, conforme explica Elizário, Ferrante e Herrmann:

Note-se ainda que o que efetivamente marcou a viabilização do sistema rural foi a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que criou, no lugar dos programas anteriores, o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), produto de um Estado Autoritário que de certa forma representou um projeto avançado (FERRANTE, 1976). Beneficiava com a aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez e auxílio-doença, no valor de ½ salário-mínimo apenas para o arrimo da família (o que praticamente excluía as mulheres). Elas eram consideradas dependentes

⁵⁷⁶ SILVA, Iby Montenegro. **REVISITANDO A LITERATURA SOBRE O SINDICALISMO RURAL: UM ESTUDO SOBRE A CONTAG PELA PERSPECTIVA DE SUA A FORMAÇÃO POLÍTICA**. VII Simpósio Nacional Estado e Poder: Sociedade Civil, 2012.

⁵⁷⁷ Lei nº 4.214, consultada em 20 de outubro de 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4214/imprensa.htm.

do marido, restava o benefício de pensão por morte, do auxílio funeral e do auxílio-reclusão, também no valor de ½ salário-mínimo.⁵⁷⁸

Lembrando que em 1967, com o decreto lei nº 276, o Funrural, sobre a justificativa de que previdência enfrentava problemas financeiros, deixou de ter essa função e passou a ser assistência médica. Essa medida não foi levada adiante, mas em 1969 foi aprovado o Plano Básico da Previdência, ligado ao INPS⁵⁷⁹, no entanto esse plano não atendia todas as categorias, pois dava mais importância, por exemplo, aos canaviais, causando aborrecimento por parte da população rural.

Ademais, o Plano de 1969 foi extinto, e em 1971 foi criado o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (PRORURAL), considerado por alguns autores um marco, devido, pela primeira vez, haver um plano de seguridade social unicamente voltado para o trabalho rural. Nesse sentido, de acordo com a lei, foram considerados trabalhadores rurais aqueles que:

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie.
- b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mutua dependência e colaboração.⁵⁸⁰

A Lei ainda apresentava outros aspectos, como serviço social, as formas que seriam custeadas as aposentadorias, mas uma delas vale ser mencionada melhor: as questões médicas, algo novo porque seria a possibilidade de uso de convênios, conforme explica Garcia:

Quanto à assistência médica, temos que evidenciar um aspecto muito significativo que permitiu não só a implementação do projeto, mas a sua manutenção durante o regime militar: o uso de convênios tanto com instituições públicas, beneficentes, sindicatos de trabalhadores ou empregadores e ou empresas privadas na ausência das entidades antes mencionadas. A manutenção se dava via subsídio mensal fixo, calculado em função da população rural coberta e reajustado, caso necessário. Contudo, é necessário mencionar que os convênios estabelecidos com os sindicatos têm relação com a aprovação da Lei de Valorização da Ação Sindical de 1970, que tinha como propósito: a execução da assistência médica, pois esse decreto designava

⁵⁷⁸ ELIZÁRIO, Rubens de Oliveira; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; HERRMANN, Hildebrando. **APOSENTADORIA ENTRE OS ASSENTADOS RURAIS: CONQUISTAS, BENEFÍCIOS E BLOQUEIOS.** vol. 21, 2018, p. 7 120+. *Gale OneFile: Informe Acadêmico*, link.gale.com/apps/doc/A678609991/IFME?u=anon~a245e23a&sid=googleScholar&xid=cda34de7

⁵⁷⁹ GARCIA, Nicole Régine. **Prorural: A Criação da Previdência Social Rural no Governo Médici.** Rio de Janeiro: Diálogos, 2009.

⁵⁸⁰ Presidência da República. Casa Civil. **LEI COMPLEMENTAR Nº 11 DE 25 DE MAIO DE 1971.** Site consultado em 18 de novembro de 2021.

como prioridade uma “política de valorização sindical” que tinha como proposta o incentivo a política social a “Objetivos de Assistência Social e Assistência Sindical”.⁵⁸¹

O Prorural inseriu direitos ao trabalho rural, como a questão dos convênios, além de uma legislação que atendia um número maior de trabalhadores, tendo em vista que a lei 1969 era considerada excludente.

No entanto, ressaltamos ainda que esses decretos⁵⁸² tenham surgido no decorrer dos anos citados, não significa que funcionaram de imediato, pois apesar de estarem na lei, acrescentando direitos ao trabalhador rural. Segundo Garcia, existia um interesse do governo de Médici, na implantação desse projeto, pois, temia-se o inchaço urbano através do êxodo rural; logo, a criação da assistência social seria uma estratégia desse governo⁵⁸³.

Concordamos com Brumer quando enfatiza que essas conquistas vão muito além da “boa atuação” do regime militar frente a essa questão. Primeiramente, foi no governo Goulart que surgiu o Funrural em 63, ou seja, não deve ser colocado como um algo exclusivo desse período, até porque, conforme vimos no capítulo anterior na década de 50, os conflitos estavam aparecendo cada vez mais, tanto no Norte como Nordeste, a terra já era objeto de disputa, logo acreditamos que é válido pensar que esses direitos foram surgindo devido às reivindicações dos trabalhadores rurais, conforme explica Brumer acerca da lei:

Além disso, as leis que se seguiram (Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra) são em grande parte originárias das antigas reivindicações do período populista (Coradini e Belato, 1981, p.162) ou, como diz o assessor da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG (Gorenstein, 1981, p.237), “essas conquistas não foram fruto das dívidas do Governo da época, mas foram fruto de lutas, das mobilizações freqüentes dos trabalhadores em vários estados do País”⁵⁸⁴

Desse modo, o Estatuto Rural sofreu várias revogações no decorrer dos anos, sendo inseridos na Constituição de 1988:

⁵⁸¹ GARCIA, Nicole Régine. **Prorural: A Criação da Previdência Social Rural no Governo Médici**. Rio de Janeiro: Diálogos, 2009, p. 153.

⁵⁸² Ver em: ELIZÁRIO, Rubens de Oliveira; FERRANTE, Vera Lucia Silveira Botta; HERRMANN, Hildebrando. **APOSENTADORIA ENTRE OS ASSENTADOS RURAIS: CONQUISTAS, BENEFÍCIOS E BLOQUEIOS**. vol. 21, 2018. 120+. *Gale OneFile: Informe Acadêmico*, link.gale.com/apps/doc/A678609991/IFME?u=anon~a245e23a&sid=googleScholar&xid=cda34de.

⁵⁸³ GARCIA, Nicole Régine. **Prorural: A Criação da Previdência Social Rural no Governo Médici**. Rio de Janeiro: Diálogos, 2009.

⁵⁸⁴ BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, 2002, p.65.

A Constituição de 1988, complementada pelas Leis 8.212 (Plano de Custeio) e 8.213 (Planos de Benefícios), de 1991, passou a prever o acesso universal de idosos e inválidos de ambos os sexos do setor rural à previdência social, em regime especial, desde que comprovem a situação de produtor, parceiro, meeiro e o arrendatário rurais, o garimpeiro e o pescador artesanal, bem como respectivos cônjuges que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes (Constituição Federal, 1988, art. 195, § 8º).⁵⁸⁵

Ou seja, a constituição de 1988 foi um dos maiores benefícios referentes a direitos para os trabalhadores rurais, sendo uma conquista que ocorreu depois de muitos anos de lutas desses agentes históricos, conforme vimos em relatório realizado pela direção da Contag:

Fruto de uma histórica e intensa luta do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras rurais (MSTTR) desde o início da década de 1960, a proteção previdenciária só foi efetivamente alcançada pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo com a Lei Complementar n.º 11/71. Mas, a principal mudança ocorreu com a Constituição Federal de 1988, que incluiu os trabalhadores e as trabalhadoras rurais no Regime Geral de Previdência Social, tendo como suporte para a manutenção de seus direitos o Sistema de Seguridade Social com a sua diversificada base de financiamento.⁵⁸⁶

A inclusão desses trabalhadores na previdência demorou, no entanto, alguns autores atribuem à ditadura militar essa falha, tendo em vista os anos de constante repressão contra organizações, greves, com efeito, a mulher trabalhadora rural passou a ter direito ao benefício da aposentadoria por idade.

Evidente que, no primeiro momento, os benefícios não se estendiam as mulheres, apesar de que, bem antes da constituição de 88, elas já trabalhavam no campo e estavam inseridas em movimentos como a Federação dos Trabalhadores Rurais, participando de assuntos que julgavam relevantes e buscando a valorização do seu trabalho.

Na década de 1980, o número de estudos em relação ao trabalho feminino no meio rural também ganhava destaque, conforme aponta Kreter:

Não por acaso, a partir de 1983/1984, os estudos sobre o trabalho feminino na agricultura foram ampliados consideravelmente, muitos destacando as dificuldades de reconhecimento do trabalho da mulher em atividades produtivas, tanto por elas quanto por terceiros, e as conseqüências desse não reconhecimento, como a negação dos direitos previdenciários. Sob esse aspecto, destaca-se a declaração de 88% das

⁵⁸⁵ BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, 2002, p.57.

⁵⁸⁶ **PREVIDÊNCIA SOCIAL RURAL: POTENCIALIDADES E DESAFIOS** - Em defesa da previdência social rural. Contag, Fetags e Sttrs. DIRETORIA EXECUTIVA DA CONTAG (GESTÃO 2013-2016), 2016, p. 3.

mulheres rurais como membros não remunerados da família” no Censo Agropecuário de 1980.⁵⁸⁷

Apesar da constituição ter promovido mudanças em vários setores no Brasil e ter sido uma vitória para diversos campos no âmbito do trabalho, para as mulheres do meio rural, ainda existiam questionamentos, dúvidas sobre o que seria considerado trabalho e afazeres domésticos, conforme vimos ao longo de todo o texto.

O trabalho feminino, sobretudo em meio às matas, ainda é invisível e não reconhecido, uma vez que o homem é o provedor do sustento nessas relações.

5.2 Pedidos de Benefício de Mulheres Seringueiras

As famílias que moravam em meio às matas, nos seringais, enfrentaram problemas para conseguir receber seus benefícios, mesmo após a implementação da constituição de 1988, com o artigo 54, que autorizou o seguinte:

Os seringueiros recrutados nos termos do Decreto-Lei nº 5.813, de 14 de setembro de 1943, e amparados pelo Decreto-Lei nº 9.882, de 16 de setembro de 1946, receberão, quando carentes, pensão mensal vitalícia no valor de dois salários-mínimos.

§ 1º O benefício é estendido aos seringueiros que, atendendo apelo do Governo brasileiro, contribuíram para o esforço de guerra, trabalhando na produção de borracha, na Região Amazônica, durante a Segunda Guerra Mundial.

§ 2º Os benefícios estabelecidos neste artigo são transferíveis aos dependentes reconhecidamente carentes.

§ 3º A concessão do benefício far-se-á conforme lei a ser proposta pelo Poder Executivo dentro de cento e cinquenta dias da promulgação da Constituição.⁵⁸⁸

No Artigo 54, falam-se que além de terem direito aos benefícios, ele se estende para dependes carentes; desse modo, muitos seringueiros entraram com pedidos de aposentadoria na década de 1980, assim como suas mulheres solicitaram auxílio enquanto dependentes de seus maridos. Do mesmo modo, mulheres que inicialmente trabalharam como extratoras de látex, também tentaram se aposentar como trabalhadoras dos seringais, conforme veremos neste capítulo.

⁵⁸⁷ KRETER, Ana Cecília. **A previdência rural e a condição da mulher**. Revista Gênero, v.5 n.2, p. 137-156, 2005, p.2.

⁵⁸⁸ Arquivo Nacional (Brasil) Repertório. **Temático de Fontes: Soldados da Borracha**; 2ª ed. rev. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2020, p.6

Se pensarmos que as aposentadorias só foram inseridas na lei anos depois, com o artigo citado, no valor de dois salários-mínimos⁵⁸⁹, as indenizações que deveriam ser pagas para esses trabalhadores vieram de modo mais demorado ainda. Somente, em 2015, foram liberadas as indenizações, o valor estipulado em 25 mil, pagos em cota única, não atendeu nem metade dos trabalhadores, devido à demora, muitos morreram, e apenas 12.000 foram indenizados⁵⁹⁰.

Dito isso, ao pesquisar sobre o cotidiano de trabalho dessas mulheres e dispo de fontes que trazem à tona esse assunto, não podemos deixar de tratar esse tema dos direitos que foram negados a essas mulheres e, além disso, como algumas tentaram se aposentar como seringueiras, mas não conseguiram, desse modo as entrevistadas resolveram se aposentar como agricultoras ou as que foram para cidade de Manaus conseguiram se aposentar em outras profissões, como por exemplo, domésticas

Através de pesquisa no acervo da Procuradoria da República do Amazonas, foram encontrados documentos de trabalhadoras que visavam receber o benefício, o direito à aposentadoria como Soldados da Borracha por parte dos homens, e de mulheres como dependentes ou trabalhadoras dos seringais, apresentando provas de que trabalharam para o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), as justificativas são dadas pelas mulheres e homens para receber os benefícios em 1996 a 1998.

Tivemos acesso a cerca de 15 pedidos de aposentadoria junto ao Ministério Público, sendo desses 15 processos, 9 são de mulheres, além disso tivemos acesso a ofício onde constam nomes com o parecer dos pedidos.

Alguns pedidos, mesmo os que não foram solicitados por mulheres junto ao INSS, tiveram testemunhos delas, pois como sabemos, a falta de documentação referente a pessoas que trabalharam nos seringais era grande, isto é, existiam pessoas que viviam naquelas localidades que mal sabiam suas idades, e foram conseguir se registrar somente com idade avançada, inclusive na ocasião que estive pesquisando nos acervos do Tribunal, tive acesso a uma pasta onde um número expressivo de pessoas, entre homens e mulheres, estavam dando entrada em seus registros de nascimento, pessoas que viviam em comunidade no Humaitá.

⁵⁸⁹ Constituição Federal. Parágrafo único. A concessão da pensão especial do inciso II substitui, para todos os efeitos legais, qualquer outra pensão já concedida ao ex-combatente. Art. 54. Página Consultada em 18 de janeiro de 2017-
<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constfed.nsf/16adba33b2e5149e032568f60071600f/92ab4c78dad402c803256562007270ed?OpenDocument>.

⁵⁹⁰ CUNHA, Marcella. Soldados da Borracha começam a receber indenização de R\$ 25 mil
Página Consultada em 20 de outubro de 2021, disponível em:
<https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2015/03/02/soldados-da-borracha-comecam-a-receber-indenizacao-de-r-25-mil>.

Muitos optavam por levar testemunhas nas audiências para comprovar que trabalharam em seringais, nesse sentido encontramos tanto mulheres que deram entrada nesses pedidos como dependentes, como mulheres que foram dar seus depoimentos em busca de ajudar os requerentes a provar que trabalharam nos seringais.

Esses depoimentos, ainda que pequenos, estão carregados de detalhes de como se dava o trabalho dessas pessoas nos seringais, onde ficavam os seringais, quem eram os patrões responsáveis por aquelas localidades.

Depoimentos que nos revelam que o patrão se locomovia até as colocações para buscar as mercadorias, ou testemunho de mulheres que foram falar em favor de outras mulheres, e de homens, também, inclusive depoimento de uma mulher que se classificou enquanto “roceira”, pois trabalhava na roça, limpando terrenos em região onde havia seringais, mostrando-se atuantes.

Em um dos testemunhos onde a justificante viúva buscava o pedido como dependente do marido, uma das testemunhas afirmou que viu o marido trabalhando como seringueiro, do mesmo modo, também viu a justificante trabalhando no seringal entre as décadas de 1940 e 1950 durante esse período, trabalharam em dois seringais diferentes, sendo inclusive a responsável por um desses seringais, isto é, tratava-se de Mariana Rodrigues. Isto é, temos mulheres conforme vimos na história da avó de Maria Lopes, que também arrendava seu terreno para seringueiros. Temos nesse processo uma mulher responsável pelo seringal.

Dentro desses pedidos encontramos duas mulheres que deram entrada como trabalhadoras dos seringais, como dona Raimunda Well Muller⁵⁹¹, em 1997, e deu entrada em seu pedido de aposentadoria, levando duas testemunhas do sexo masculino, para comprovar que trabalhou como seringueira, sendo que a primeira testemunha alegou que, apesar de trabalhar no seringal de nome Jandiatuba, no município de São Paulo de Olivença, todas as vezes que foi ao seringal de Santa Rita, às margens do Rio Solimões, viu, por muitas vezes, a requerente Raimunda trabalhando, cortando seringa, explicou ainda que não sabe o nome do responsável pelo seringal, mas que ele era o pai da justificante.

A segunda testemunha desse caso revelou que era regatão e viu Raimunda trabalhando no seringal de Santa Rita, confirmando os dados que tinham no primeiro depoimento⁵⁹².

⁵⁹¹ Poder Judiciário- Justiça Federal. Processo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – Nº 000972 - 9. 1997. Processo do acervo do Ministério Público do Amazonas.

⁵⁹² Poder Judiciário- Justiça Federal. Processo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS – Nº 000972 - 9. 1997. Processo do acervo do Ministério Público do Amazonas.

Ademais, Reginalda Davi da Silva deu entrada em 1997, tendo como justificativa ter trabalhado como seringueira, a primeira testemunha alegou que conheceu a justificante na década de 1940, no seringal Penha do Tapauá no Rio Purus e, apesar de trabalhar no seringal de nome Arimã, eram seringais próximos, por isso sempre via Reginalda trabalhando, ressalta ainda que durante um período foi embora para trabalhar no seringal, localizado em Porto Velho, mas acabou retornando em 1966 e encontrou-a ainda trabalhando em Penha de Tapauá.

No segundo depoimento de um trabalhador da região, ele alegou que:

Que a justificante trabalhou como seringueira nesse seringal, que o depoente sabe que a Justificante cortava seringa no Seringal Penha do Tapauá, porque seu pai (do depoente) era também seringueiro nesse seringal, sendo que sempre o ajudava no corte da seringa; Que o depoente sempre via a Justificante trabalhando como seringueira no Seringal Penha Tapauá;⁵⁹³

Em ambos os processos não fica claro se conseguiram se aposentar, na realidade, como citamos em muitos casos. Se para os homens era difícil conseguir ter acesso a esses benefícios, para muitos, em um período, por exemplo, durante a Segunda Guerra Mundial, muitos alegaram que foram alistados, no caso das mulheres não cabia sequer essa justificativa, se houvessem testemunhas oculares, somente essas poderiam ajudá-las.

Dentro dessa lógica, encontramos um ofício que recusou vários pedidos de aposentadoria, onde a maioria alegou falta de provas, somando um total de 36 pedidos, em que 9 são de mulheres onde todos foram negados e 27, homens; desse montante, pouquíssimos foram concedidos, seguindo de acordo com a Lei nº 7986/89, amparados no Art. 3º, que nos mostra o seguinte:

A comprovação da efetiva prestação de serviços a que alude o artigo anterior far-se-á perante os órgãos do Ministério da Previdência e Assistência Social, por todos os meios de prova admitidos em direito, inclusive a justificação administrativa ou judicial⁵⁹⁴.

Ainda segundo o ofício, as decisões estavam amparadas pelo Art. 163º do Decreto 2172/97, apresentando o seguinte: *Art. 61. Não será admitida prova exclusivamente*

⁵⁹³ Poder Judiciário- Justiça Federal. Processo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS Nº 003272 - 3. 1997. Processo do acervo do Ministério Público do Amazonas.

⁵⁹⁴Página Consultada em 20 de outubro de 2021. Disponível em: <https://prespublica.jusbrasil.com.br/legislacao/106972/lei-7986-89>.

testemunhal para efeito de comprovação de tempo de serviço, salvo na ocorrência de motivo de força maior ou caso fortuito, observado o disposto no § 2º do art. 163⁵⁹⁵.

Temos como exemplo seu Severino Militão, que conseguiu, segundo ele, comprovar que trabalhou na extração da seringa e obter o benefício:

Quando chega na idade a gente se aposenta, na verdade não sei se a senhora está sabendo, um seringueiro ganha dois salários né.
Eu peguei todas as minhas notas e de mercadoria que eu comprava, para poder me aposentar, no INSS foi fácil, mas quem não tivesse isso não se aposentava não, podia morrer cortando seringa. O INSS cobrava da agente as notas da mercadoria e o produto que consumia, era assim...
Levei duas testemunhas (para a solicitação), homens, sendo mais velhos do que eu, que trabalharam no mesmo ramo.

Neste caso, o entrevistado teria provas documentais e testemunhas de pessoas que trabalharam cortando seringa também, o que não aconteceu na maioria dos processos que vimos acima, onde a maioria levou somente pessoas para testemunhar a seu favor. Seu Militão alegou que também teria notas de mercadorias como prova, quando entrou com o pedido.

Ocorre que dentro dos seringais, a maioria das pessoas que ali trabalharam são analfabetas, de modo que nem sequer conseguem ler essas notas ou conferir a quantidade de produtos retirados, nesse cenário, muitos patrões se aproveitaram desse fato e ludibriaram essas pessoas ou sequer davam notas para as famílias.

Percebe-se que a lei funcionava de modo injusto com o trabalhador das áreas de matas e rurais que, em muitos casos, naquele período não tinha acesso sequer à documentação de identificação, muitos eram analfabetos; logo, reunir documento para provar que trabalharam nesses espaços era muito complicado.

Esse foi o caso de algumas entrevistadas que contaram como foi difícil conseguirem se aposentar como trabalhadoras dos seringais. A exemplo, a avó de Maria Lopes que perdeu sua documentação: “A minha vó tentou como seringalista, mas ela perdeu os documentos dela que alagou lá (onde elas moravam), ela não conseguiu se aposentar, depois que eu me casei, ela se aposentou como agricultura né, pelo sindicato (sindicato de Manacapuru) também”⁵⁹⁶, anos depois recorreu aos sindicatos.

⁵⁹⁵ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2172.htm.

⁵⁹⁶ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Desses casos, encontramos a narrativa de seu Raimundo Pereira, que nos falou sobre os problemas que sua tia enfrentou para conseguir ter acesso ao benefício, apontando que:

Meus tios sempre tiveram problemas com os patrões, tanto é que quando foi para a minha tia se aposentar, ela queria (se aposentar) (aí) veio (tentar) por aqui (Manacapuru) e foi lá (Manaus). Por Manaus não conseguiu e disseram para ela ir para Manacapuru, ela veio aqui e eu fui lá no sindicato me informar, o moço disse: - olha se ela trabalhou com a seringa ela deve se aposentar como soldado da borracha, vai (atrás do) patrão dela.

Que era o pai do Regis, o Amadeu Lima (o patrão), nós fomos lá com ele, que era para ele dá uma declaração dizendo que ela foi freguesa dele e sabe o que ele me disse: - não sou eu quem tem que fazer isso é o sindicato, eu só vou assinar.

Eu disse; - não senhor, o sindicato não prova que ela trabalhou com o senhor, o senhor que é a testemunha e prova que ela trabalhou com o senhor.⁵⁹⁷

Conta que insistiram, mas sem sucesso, o patrão se negou a entregar a declaração para que a tia de Raimundo conseguisse dar entrada no benefício:

Ele não fez a declaração de jeito nenhum, (a declaração) que ela trabalhou com ele, até falei, deixa esse desgraçado aí, ele vai ter que pagar um dia o que ele fez com você. E depois ela quis se aposentar, teve que completar 66 anos, para poder se aposentar, aposentou pela idade, mas não se aposentou como(...)⁵⁹⁸

Frente à recusa do patrão, acabaram desistindo, mesmo julgando ser injusto, ainda explicou que sua tia tentou ir até o INSS, mas novamente sem sucesso:

E ela tentou ir ao INSS falar que ela cortou seringa, disseram – não, mulher não pode se aposentar como soldado da borracha.

Tudo isso nega o direito das pessoas, por que, que mulher não pode cortar seringa? Pode, tem tanta mulher que trabalha...

Eu conheço mulher que trabalhava em carpintaria.⁵⁹⁹

Quanto à conclusão do caso de sua tia, ela não conseguiu se apontar como seringueira, acabou tendo de esperar para se aposentar por idade. A visão de seu Raimundo, sobrinho da senhora que teve seus direitos negados, dentro da lógica de quem era uma pessoa envolvida

⁵⁹⁷ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁹⁸ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁵⁹⁹ PEREIRA, Raimundo Gomes. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

com as atividades do sindicato, é compreensível, isto é, questionar o porquê negar o direito de alguém que realmente trabalhou naquele setor.

Percebe-se que a trabalhadora, ainda que não tivesse conseguido obter o documento, não desistiu de obter aquilo que lhe era de direito, mesmo que tivesse de ir ao encontro do patrão.

Atualmente, aposentadoria rural é concedida ao pequeno produtor que vive de economia familiar, onde o trabalho envolve os membros da família e não possuem vínculo empregatício⁶⁰⁰. Em suma, são concedidas as seguintes categorias:

VII – como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008)

a) produtor, seja proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário rurais, que explore atividade: (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

1. agropecuária em área de até 4 (quatro) módulos fiscais; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008);

2. de seringueiro ou extrativista vegetal que exerça suas atividades nos termos do inciso XII do caput do art. 2º da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008).

b) pescador artesanal ou a este assemelhado que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)

c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de 16 (dezesesseis) anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas a e b deste inciso, que, comprovadamente, trabalhem com o grupo familiar respectivo. (Incluído pela Lei nº 11.718, de 2008)⁶⁰¹

O inciso citado na lei explica que é preciso que o extrativismo seja feito de forma sustentável, ou seja, evidente que essas regras excluem os grandes produtores desse benefício; além disso, os membros da família maiores de 16 anos podem solicitar seu direito, porque se entende que dentro da produção de economia familiar, trabalham em serviços, como, por exemplo: agricultura.

Para obter esse benefício, muitas famílias recorreram aos sindicatos da região em que moravam. Conforme o art. 117 explicita, o sindicato pode inclusive realizar o pagamento aos beneficiários do sindicato⁶⁰², anteriormente em artigo que foi revogado, em que os sindicatos,

⁶⁰⁰ Presidência da República Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.718 de 20 de Junho de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11718.htm

⁶⁰¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm

⁶⁰² Art. 117. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm#art31

os documentos do sindicato - como declarações - podiam ser utilizados pelos trabalhadores como forma de comprovar que eram de área rural⁶⁰³.

No Brasil, os sindicatos durante o governo de Vargas passaram por um momento conturbado, onde os direitos sociais eram barganhados para garantias do controle do sindicalismo. Consoante Tomaz⁶⁰⁴, eles não estavam totalmente à vontade com essa situação, por isso a prática de repressão e perseguição das lideranças. Importante lembrar que, mesmo com toda essa repressão, os movimentos sindicais não aceitaram de forma tranquila esse controle, não calando totalmente os trabalhadores.

Nos anos que seguiram com o fim do governo de Vargas, ocorreram diversas manifestações que indicavam um crescimento dos sindicatos, mas apesar de envolvimento político em questões importante para os trabalhadores, a forma como funcionava os sindicatos se manteve, permanecendo atrelado ao Estado; no entanto, quando em 1964 o governo militar assumiu, esse tipo de estrutura acarretou fortes perdas para as lideranças, alvo de repressão:

Entre 1964 e 1967, os sindicatos estiveram completamente amordaçados pelas intervenções e pelas perseguições aos militantes mais conhecidos do período anterior. A partir de 1967, o Ministério do Trabalho passou a ter um discurso de liberalização progressiva das atividades sindicais e promoveu eleições em várias entidades. Apesar do controle das candidaturas, em alguns sindicatos, assumiram a direção militantes pouco conhecidos, mas identificados com as comissões por local de trabalho (novas ou sobreviventes ao golpe) e com os partidos de esquerda. Mobilizações operárias e greves, numa conjuntura de avanço da oposição à ditadura, foram consideradas ameaça ao regime e novas cassações e intervenções ocorreram, esvaziando novamente a representatividade das entidades.⁶⁰⁵

Sabemos que na década de 1970 a ditadura passou por períodos de crises dentro do seu sistema de poder, como em questões econômicas, mostrando indícios de uma transição política, com o final do AI 5, em 1978, essas constantes manifestações por parte dos trabalhadores ocasionaram em mudanças, conforme aponta Matos explica:

Abalos que começaram em 1978, com as greves do ABC; desdobraram-se na criação do Partido dos Trabalhadores (PT), em 1980, e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983; fizeram-se sentir mais firmes em 1984, na campanha pelas eleições

⁶⁰³ Artigo 106. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm

⁶⁰⁴ TOMAZ, Frederico Bruno Barbosa. **A CONSTRUÇÃO DAS ESTRUTURAS SINDICAIS NO BRASIL: UMA ANÁLISE HISTORIOGRÁFICA DOS SINDICATOS BRASILEIROS**. VI seminário CETROS – Crise e Mundo do Trabalho no Brasil: desafios para a classe trabalhadora, 2018.

⁶⁰⁵ MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Editora Expressão Popular – 1 edição, 2008, p. 102.

diretas para Presidente – as “Diretas Já!” – e repercutiram na participação popular no processo Constituinte de 1988.⁶⁰⁶

Os trabalhadores se organizariam de modo que ficaria impossível saírem das pautas políticas, buscando melhorias de salário e condições de trabalho, como também se organizaram em constantes reivindicações, atingindo o que Matos⁶⁰⁷ chama de novo sindicalismo brasileiro, isto após o afrouxamento da ditadura.

No Amazonas, a formação dos sindicatos surgiu dentro de um período turbulento, onde famílias buscavam permanecer na terra, no período em que os conflitos se intensificavam na região, com o apoio do governo que desrespeitava a população que ali já morava, enquanto pioneiras naquelas localidades, liberando empresários fazendeiros no processo de expulsão das populações locais, em favor de grandes empresas.

Em virtude dos crescentes conflitos, a Contag buscava chamar atenção à situação do posseiro, trabalhador rural que era assolado pelo “desenvolvimento na Amazônia”, e exigiam que o Estado tomasse atitudes em relação ao trabalhador rural, conforme aponta Oliveira:

Com isso, o movimento sindical dos trabalhadores rurais na Amazônia, através da atuação da CONTAG, Federação e Sindicatos, não tardou em reconhecer que seu princípio identitário como movimento (TOURAINÉ, 1989) geraria em torno, principalmente, da defesa pela reforma agrária, a busca pela conquista da posse da terra considerando e respeitando os diferentes processos que passou a região em torno da história dos seus trabalhadores rurais e da sua relação com o espaço rural amazônico respeitando, sobretudo, os processos sociais desenvolvidos.⁶⁰⁸

Falar de sindicato rural no Amazonas não confere tarefa fácil, no entanto, quando entramos em contato com as entrevistadas, nota-se que o sindicato foi um facilitador quando essas mulheres buscaram recorrer a suas aposentadorias, primeiramente por se encontrarem em seus municípios ou próximos, não havendo necessidade de terem de ir até a cidade, logo, segundo as fontes, a burocracia seria menor.

Desse modo, no decorrer da pesquisa percebemos um número expressivo de entrevistadas que conseguiram se aposentar com auxílio do sindicato trabalhadoras da

⁶⁰⁶ Ibidem 118.

⁶⁰⁷ MATOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. Editora Expressão Popular – 1 edição, 2008.

⁶⁰⁸ OLIVEIRA, Álvaro Jardel C. Santos. **O RIO, O ANEL E A ESTRELA: Interfaces Socioantropológicas do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Estado do Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Programa de Pós-graduação em Sociologia - PPGS da Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2015, p.45

agricultura. Algumas, conforme verificamos, tentaram pedir junto ao Ministério Público, aposentadoria como seringueiras do período da extração do látex para os esforços da Segunda Guerra, mas não tiveram sucesso ou se tratava de casos inconclusivos.

Interessante perceber que muitas mulheres conseguiram se aposentar como agricultoras, não obstante trabalharem em vários afazeres em meio às matas, exercendo atividade na extração do látex. No entanto era muito difícil de comprovar que trabalhavam desde a época da Segunda Guerra Mundial, como foi o caso de dona Adélia Marinho⁶⁰⁹, que trabalhou no corte da seringa. Ela se aposentou como agricultora, explicou que seu marido acabou se aposentando como agricultor, pois o processo de aposentadoria como seringueiro foi arquivado.

Dona Francisca Esmeraldo também optou por se aposentar com auxílio do sindicato, pois, eram muitas as implicações para tentar se aposentar como trabalhadora do seringal. Isto é, ela contou-nos como teve algumas dificuldades com sua mãe nesse sentido:

Eu fui com ela, a gente deu entrada, tem que passar pela Receita Federal, a gente passou onde fazia a Defensoria Pública né, para gente da entrada também, aí ela foi para onde ficavam a repartição do soldado da borracha...
Vixi! Mas a gente andou muito.
Mas eles mandaram a gente correr atrás, eu que não fui... A gente anda muito...
Mandaram eu entrar, mas eu não quis, a gente anda muito.⁶¹⁰

Deve-se entender que Francisca Esmeraldo morava no município do Anori e resolvia esses problemas na cidade de Manaus, que fica cerca de 6 horas de viagem de lancha, pela estrada o percurso é ainda maior. Ao chegar à cidade de Manaus, ainda teriam de se dirigir a outros órgãos para conseguir documentos, por isso ela demonstrou sua insatisfação com a burocracia, já não bastasse a distância. Enfim, ela se aposentou pelo sindicato, que era muito mais fácil.

Interessante pensar que esse processo de aposentadoria como agricultoras era perfeitamente possível para as mulheres que moravam nessas áreas, tendo em vista que há muitos anos realizavam o serviço de roça e, inclusive, era uma de suas principais atividades no período de Guerra Mundial; no entanto, ainda assim elas tentaram se aposentar como seringueiras. Sem haver sucesso, reconheciam-se como trabalhadoras daquela atividade.

⁶⁰⁹ LADISLAU, Adélia Marinho. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁶¹⁰ ESMERALDO, Francisca Correia. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

Na realidade, tendo em vista a pesquisa realizada no mestrado, a mulher está inserida em praticamente todas as atividades nas áreas de seringais⁶¹¹, aprendendo a viver naquelas regiões desde pequenas, porque aprendiam que poderiam sobreviver naqueles espaços, realizando várias atividades, conforme observamos no relato de dona Raimunda Lima, que se aposentou como agricultora pelo sindicato de sua cidade:

As vezes o cara diz assim, que a gente não sabe de nada, é burro né, não tem ninguém burro no mundo, entendi assim...

Porque vamos dizer, você é uma doutora você sabe de muita coisa, mas você não sabe fazer o que eu sei fazer: eu sei fazer uma peneira, eu me criei sem mãe, eu não sabia espremer um pano quando minha mãe morreu, eu fazia assim, eu imprensava o pano assim no dente, aí botava no pé e saía amassando assim...

para descer a água, porque eu não tinha força para pegar e espremer um pano, e olha, eu aprendi a fazer paineira, eu aprendi a fazer peneira, eu aprendi a fazer vassoura, eu sei fazer um arco, eu sei fazer um remo, eu sei fazer uma flecha, eu sei pescar o peixe pra gente comer, eu sei fazer uma malhadeira, tudo isso eu sei fazer, fazer uma roupa para mim...⁶¹²

Em outras palavras, aprenderam a fazer diversas atividades para se manter, juntamente com suas famílias nas colocações. No sindicato de Manacapuru, criado em 1978, onde tivemos acesso à parte da documentação, percebemos que o número de mulheres sindicalizadas é superior em relação ao de homens⁶¹³, são muitas que buscam auxílio do sindicato para conseguir receber seus benefícios, nessa região, onde a maioria adquiriu esse benefício na década de 1990.

Dona Raimunda Pereira se aposentou pelo sindicato, narrou um pouco sobre a entrevista que fizeram com ela antes de se aposentar, quando questionada se encontrou dificuldades quanto a entrevista que fizeram, disse-nos que respondeu às perguntas e apontou que: “não passei dificuldade, só que é entrevista que eles fazem, eles ficam assim vendo se a gente é agricultor mesmo (...) perguntavam quantas quadras de roça eu trabalhava, aí eu disse só uma quadra ou meia quadra.”⁶¹⁴. Em suma, buscavam, segundo a entrevistada, ter certeza se elas sabiam mesmo como funcionava o plantio e se eram grandes ou pequenas produtoras.

⁶¹¹ BRITO, Agda Lima. **Mulheres no seringal: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

⁶¹² LIMA, Raimunda Vidal. **depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁶¹³ Além do acesso que tivemos à documentação de mulheres registradas no sindicato, o entrevistado que era o então presidente do sindicato, em 2018, afirmou que o número de mulheres registradas naquele período deveria ser em torno de 80%, ou seja, um quantitativo expressivo de mulheres.

⁶¹⁴ SOUZA, Maria de Nazaré. **depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

Ter os direitos negados é uma dura queda para essas mulheres que se colocam como trabalhadoras dos seringais, ainda mais se levamos em consideração um estudo que nos mostram histórias das mulheres quilombolas, no território de Porto Alegre, no Pará, e viviam em áreas rurais, utilizando-se da roça para sobreviver.

Após se aposentarem, a produção adquire outra visão, uma vez que antes era necessário produzir para sobreviver, mas com o benefício, trabalhar nas roças se tornou algo mais relacionado às identidades construídas em torno do trabalho, considerada inclusive objeto de autonomia para muitas dessas mulheres, que através da renda adquirida, puderam diversificar sua roça, algo que antes não era possível⁶¹⁵.

A renda fixa, através da aposentadoria, é geradora do aumento das suas liberdades (capabilities), refletida num importante grau de autonomização da sua vida, que lhes garante liberdade de escolhas de alimentação, mais autonomia monetária, confiança dos comerciantes e diminuição de sentimentos de vergonha, além da garantia de suas necessidades mais básicas, levando as a considerar que estão superando a pobreza extrema e, enfim, alcançando sua autonomia.⁶¹⁶

Logo, é possível entender como foi, e ainda é, grave a situação das trabalhadoras em áreas das áreas de seringais, invisibilizadas dentro das matas Amazônicas, com suas trajetórias de trabalho comprometidas e dentro de uma lógica que as posicionava na sombra dos trabalhadores, sejam eles seus parentes ou não, reproduzindo a visão de que realizavam um trabalho inferior, de menor importância.

A distinção do que é considerado trabalho feminino e masculino também gera conflitos dentro dos espaços de trabalho, uma vez que elas não são reconhecidas como trabalhadoras nem por seus maridos, ou por parentes que ajudam a consolidar a lógica de trabalho.

Essas trabalhadoras, apesar de voltarem sua produção para venda, mas também para o consumo, preocupadas em abastecer suas famílias, vimos que em muitos casos elas produziam, trabalhavam nas roças, mas são os homens que realizavam as vendas, deslocando-se para outras regiões.

A esse respeito, Kreta explica que:

⁶¹⁵ LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia. **A APOSENTADORIA RURAL E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE, PARÁ.** Revista Raízes, Campina Grande, v. 40, n. 2, jul./dez, 2020.

⁶¹⁶ LOPES, Marcelo Rodrigues; MEDEIROS, Monique; TECCHIO, Andréia. **A APOSENTADORIA RURAL E A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA FEMININA NO TERRITÓRIO QUILOMBOLA DE PORTO ALEGRE, PARÁ.** Revista Raízes, Campina Grande, v. 40, n. 2, jul./dez, 2020, p. 363

Para as rurais assalariadas, seus contratos podem ser por empreitada, por produção e, ainda, por diária. O primeiro deles remunera, na maioria das vezes, apenas os homens. As mulheres e as crianças que trabalham com ele são consideradas prolongamento do seu trabalho. O segundo e o terceiro tipos de contrato estão associados a atividades específicas que objetivam o aumento de produtividade, como é o caso das colheitas. Na demanda por assalariados pagos por produção, tanto em pequenas propriedades como em propriedades com mais de 500ha, a preferência é pelos homens, principalmente por serem considerados mais fortes, conseqüentemente mais produtivos, e por se desvincularem de outros tipos de atividade, como o cuidado com os filhos (LAVINAS, 1987).⁶¹⁷

Ou seja, existem ainda diferenças por partes do contratante em relação ao serviço feminino que acarretam desigualdades de oportunidades e salários.

Evidente que no decorrer dos anos ocorreram algumas mudanças que permitiram aumentar o número de aposentados rurais por idade, por exemplo, com a introdução da Lei nº 8. 213, na década de 1991, a previdência acabou abarcando um número cada vez maior de aposentados nessa categoria⁶¹⁸, lembrando que até esse mesmo ano, o acesso à terra tendo mulheres como suas proprietárias eram limitadas, assim como o acesso ao crédito, apesar de que muitas delas já eram as responsáveis pelo sustento de suas famílias, como vimos no capítulo II, onde mulheres criaram seus filhos sozinhas e trabalhando em meio à mata.

A pesquisadora Nina percebeu que, apesar das divisões de trabalhos serem uma forma dos homens exercerem o poder sobre as mulheres, ao mesmo tempo, o trabalho trata-se de uma forma das mulheres terem autonomia e entenderem que possuem direitos. A autora analisando fontes orais, explica como essas mulheres insistem em continuar trabalhando no roçado, mesmo frente ao preconceito masculino.

Provocar a desqualificação do trabalho feminino é prática comum nos seringais, esse tipo de comportamento que diminui, inferioriza o trabalho alheio e contribui para a sua invisibilidade.

Nesse sentido, incluímos aqui não somente o trabalho de roça, pesca, extração do látex, fabricação de farinha, juta, malva, entre outras atividades, mas também o trabalho cotidiano de casa. A autora endossa que:

Hirata (1995) e Kergoat (1996) afirmam que tal naturalização consiste em considerar certas habilidades ou qualificações femininas como aptidões naturais ligadas à

⁶¹⁷ Ana Cecília Kreter. **A previdência rural e a condição da mulher**. Revista Gênero, v.5 n.2., p.3.

⁶¹⁸ Idem. p. 9.

anatomia das mulheres ou seu sexo. Todavia, no processo de organização da comunidade, nada é invisível, tudo é aparente e revela-se quando se atenta aos diferentes cenários do lugar do trabalho da mulher na Vila do Engenho, como o plantio, a associação de mulheres, os afazeres domésticos, no roçado da família, na agroindústria, nas organizações das festas e na produção do artesanato.⁶¹⁹

O cotidiano de trabalho feminino começa ao acordar dentro de casa, os cuidados com o lar e com a família, e esse trabalho não para nem mesmo quando estão realizando os serviços de agricultura, por exemplo, tendo em vista que ensinam os ofícios para seus filhos e cuidam deles ao mesmo tempo.

Essa questão do trabalho doméstico é amplamente tratada como um grande problema na sociedade, porque, mesmo as mulheres exercendo uma infinidade de trabalhos dentro de casa, por não ser considerado atividade econômica, eram desvalorizadas pela sociedade, algo que segundo Santos:

Fica evidente, portanto, que além de todas as atividades que caracterizam o trabalho individual das donas-de-casa, estas desempenham um trabalho social muito amplo que se faz indispensável para a sociedade e sua economia, independente da classe social de cada mulher. Além de gerar novas vidas – que necessitam de serviços de natureza diversa- há o cuidado com os(as) filhos(as) – e nele estão contidos todos os serviços educacionais, esportivos e médicos-, com a população economicamente ativa (seja marido, filhos(as) ou agregados), e com membros aposentados(as) ou enfermos(as) da família, entre outros. Todas são atividades indispensáveis tanto a sobrevivência da família quanto a máquina pública financeira.⁶²⁰

Mesmo não sendo reconhecido, o trabalho feminino está envolto em uma série de atividades que implicam um tempo grande delas, dentro das áreas de seringais; se pensarmos que somente elas são responsáveis pela manutenção da casa e da família, sua jornada de trabalho ultrapassa 8 horas, levando em consideração todas as outras atividades que realizam para a sua sobrevivência nesses espaços, produzindo suas mercadorias.

Inclusive, Bruschini, através de análise de dados do IBGE nos questionários da PNAD, que indicavam quanto as mulheres gastavam de seu tempo semanal em tarefas domésticas, concluiu que aquelas que fossem do meio rural, no Brasil, trabalham muito mais dentro de casa que os homens, sendo que a maioria é economicamente ativa em outro setor, apontando que:

⁶¹⁹ NINA, Socorro de Fátima Moraes. Trabalho, ambiente e saúde: cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014, p.55 e 56.

⁶²⁰ SANTOS, Luciana da Silva. Profissão: **do Lar-A (des)valorização do trabalho doméstico como desdobramento da invisibilidade do feminino**. Dissertação (Mestrado). PSICC, Brasília, 2008, p. 67

Ou seja, são aquelas que mais trabalham atualmente na atividade produtiva as que mais consomem seu tempo, no domicílio, na atividade reprodutiva, enfrentando enorme sobrecarga de trabalho e dificuldades de conciliação entre as responsabilidades familiares e as profissionais. É forçoso reconhecer, por isso, a necessidade de políticas sociais de apoio a essas trabalhadoras, sobretudo àquelas de mais baixa renda.⁶²¹

Bruschini levou em consideração que o ambiente doméstico urbano e rural é diferente, devido a rotina de trabalho extensa e intensa da mulher rural cujo trabalho doméstico se mistura à sua atividade produtiva, o que não significa que ela não realiza, conforme vimos na pesquisa quanto a manutenção de sua casa e filhos, ou seja, interpretado como atividade que não é considerada remunerada.

Essa invisibilidade torna-se ainda mais grave, pois afetou a vida dessas trabalhadoras quando foram à busca de seus direitos como mulheres extratoras de látex em muitos casos, não tiveram comprovar, porque não possuíam todos os documentos necessários; ou seja, o serviço doméstico, como vimos, não é considerado como trabalho por não ser economicamente ativo; logo, elas se enquadram na categoria de agricultoras, mas mesmo para serem consideradas agricultoras, deveriam atender os requisitos, passar por entrevistas, conforme explica Millard:

Além de toda à dificuldade de produção de documentos que o segurado terá perante a previdência, a análise sobre os pedidos de concessão dos benefícios esbarra ainda na subjetividade de quem irá analisar. Entende-se que, muito embora a Lei 8.213/1991 traga um rol exemplificativo de documentos que podem comprovar o exercício de atividade rural, como contrato de comodato, bloco de notas do produtor rural, declaração do sindicato, bem como o rol considerável de documentos destinados a essa finalidade, aliados aos documentos descritos na Instrução Normativa nº 77/2015 emitida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), essa avaliação ainda gera muitas controvérsias na esfera administrativa, em decorrência da apreciação dessas demandas que, exige do intérprete uma análise muito mais detalhada da matéria de fato, do que, da matéria de direito. (BRASIL,2015). A hermenêutica, ainda não traz os parâmetros claros de como isso deve ser feito. Entretanto, antes de agosto de 2017, eram realizadas as entrevistas administrativas, hoje extintas. Assim, quando os segurados pleiteavam os benefícios rurais, a análise era muito mais voltada para uma mera apresentação dos 52 documentos à norma, o que levava a um índice relativamente alto de ajuizamento dessas demandas (BRASIL, 2017).⁶²²

⁶²¹ BRUCHIN, Cristina. **Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado?** R. bras. Est. Pop., São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, jul./dez, 2006, p.360

⁶²² MILLARD, Jéssica Maciel. **A QUESTÃO DA PROVA DA CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL PERANTE A PREVIDÊNCIA SOCIAL PARA FINS DE APOSENTADORIA RURAL.** Monografia apresentada à Faculdade Santo Agostinho de Sete Lagoas (FASASETE). Sete Lagoas-MG, 2020, p. 51.

Millard destaca ainda que ainda hoje, as diferenças de formas de trabalho e tecnologias no meio rural são muitas, se comparada ao urbano, como, por exemplo, no Brasil ainda existe um grande número de pessoas que trabalham sem registro no campo, o que dificulta comprovarem junto ao INSS que são trabalhadores rurais.

A seguridade social foi fruto de uma luta constante de trabalhadores e ocorreu de forma gradativa, inserindo aos poucos os direitos de outros trabalhadores. Por conseguinte, outras categorias de trabalhadores foram inseridas na legislação. Ironicamente, o trabalho rural, apesar de sempre estar muito presente no decorrer de toda história do Brasil com trabalhadores atuantes, sendo um dos setores mais importantes, se levamos em conta que o país foi um forte exportador de artigos como o café, e a própria borracha, ele uma das últimas categorias a ter direito à seguridade social, às aposentadorias, mesmo assim foi algo que apareceu na legislação depois de ocorrerem muitas reivindicações por parte das famílias que viviam e trabalhavam no serviço rural.

Devemos levar em consideração que nos anos que se seguiram, a região Norte não teve um número considerável de aposentados na década de 1990; no meio rural, por exemplo, em 1991 o número de aposentados na região Norte tinha a menor taxa, se comparada com o restante do Brasil, conforme podemos conferir no relatório do IPEA:

TABELA I - Indicadores Macrorregionais da Previdência Rural (1991)

Brasil e Macrorregiões	Nº de Benefícios Rurais Continuados (Mil)	Nº de Benefícios População Total (%)	Nº de Benefícios por Idade/ População alvo total	Valor Benefícios com Relação a Renda Domiciliar total (%)	Valor Benefícios Rurais/ Renda Domiciliar Rural (Mensal) (%)
Brasil	4.080,37	2,78	19,6	1,56	17,98
Norte	248,72	2,73	33,3	2,33	9,59
Nordeste	1867,55	4,40	33,7	4,93	27,66
Sudeste	1026,44	1,64	10,0	0,67	15,56
Sul	657,42	2,97	17,7	1,54	12,12
Centro Oeste	280,22	2,71	24,6	1,14	15,44

Fonte: Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS). *Anuário Estatístico da Previdência Social*, 1993; IBGE. *Censo Demográfico*, 1991.

A tabela foi retirada do Relatório de Avaliação Socioeconômica, a partir de uma pesquisa realizada pelo IPEA⁶²³. O documento buscava um panorama da economia, com a inserção das aposentadorias rurais no Brasil, já entre 1992 a 1994, o número de aposentados cresceu um pouco, conforme tabela abaixo:

TABELA PREVIDÊNCIA SOCIAL - Benefícios concedidos pelo INSS, por tipo de clientela, segundo as Grandes Regiões e Unidades de Federação Rural – 1992- 1994.

Grandes Regiões e Unidades de Federação	Total 1994	1992	1993	1994
Brasil	2 081 153	797 185	1 124 682	618 430
Norte	95 309	40 857	91 089	62 217
Nordeste	503 687	295 284	551 860	268 129
Sudeste	962 788	146 080	223 589	125 072
Sul	399 825	266 042	205 260	130 109
Centro Oeste	99 544	48 922	52 884	32 903

Fonte: IBGE, *Anuário estatístico do Brasil*, 1995.

Fizemos uso desses dados do IBGE dos anos que se apresentam, levando em consideração a constituição de 1988, que dá os direitos às mulheres trabalhadoras rurais a se aposentarem no Brasil. Perceba que o crescimento em relação ao número de aposentados ainda é menor, se comparada as outras regiões. Logo, é possível que a falta dos documentos exigidos, segundo a legislação da época, tenha dificultado o acesso dessas famílias a esse tipo de benefício.

Kreter e Bacha, ao pesquisar a questão da equidade no sistema de aposentadorias rurais, chega à conclusão de que na década de 1990, o número de aposentados por idade por questões burocráticas, acabaram por favorecer idosos, em sua maioria brancos e alfabetizados. Eles apontam ainda que:

As análises do favorecimento da concessão das aposentadorias por sexo, cor (ou raça) e escolaridade foram consolidadas através da estimativa do modelo Próbite. Dividindo os aposentados em duas categorias (os que recebiam um salário-mínimo de rendimento de aposentadoria e os que recebiam mais de um salário-mínimo de aposentadoria), constatou-se que os homens apresentaram maior probabilidade de estarem aposentados, se comparados com as mulheres. Os brancos, independentes do

⁶²³ DELGADO, Guilherme C. **Previdência Rural: Relatório de Avaliação Socioeconômica**. Projeto IPEA/MPAS (Avaliação Socioeconômica da Previdência Rural – 1991/1995). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Maio, 1997, p. 10.

sexo e nível de escolaridade, apresentaram maior probabilidade de estarem aposentados. E, quanto maior é o nível de escolaridade, menor é a probabilidade do idoso (ou idosa) se aposentar com rendimento de um salário-mínimo.⁶²⁴

Ressalta ainda que, para os homens, a possibilidade de conseguir o benefício era maior do que para as mulheres. Kreter e Bacha nos mostram essas desigualdades, mas admitem que as aposentadorias representaram um crescimento na renda dessas famílias, como citamos anteriormente, ou seja, a possibilidade de adquirir uma renda financeira em dinheiro em comunidades, funcionou durante muito tempo da década de 1990 com o sistema de troca de mercadorias, foi algo que realmente significou uma mudança na vida das famílias.

As mulheres, de forma tardia, só vão ter esses direitos na constituição de 1988, e ainda assim, como podemos ver, enfrentaram dificuldades para se aposentar, conforme explica Brumer:

Se a inclusão dos trabalhadores rurais foi tardia em relação a outras categorias profissionais, a inclusão das mulheres rurais trabalhadoras ocorreu ainda mais tarde, principalmente porque, para poder receber os benefícios da previdência social deviam, antes de mais nada, ser reconhecidas como trabalhadoras rurais. Esse reconhecimento, por sua vez, era de difícil comprovação, tendo em vista que grande parte do trabalho feito por elas é invisível, sendo geralmente declarado como ‘ajuda’ às tarefas executadas pelos homens e, com frequência, restrito às atividades domésticas, mesmo que essas incluam atividades vinculadas à produção. Assim, no início consideradas como ‘dependentes’, seja dos pais ou dos maridos, passam paulatinamente a serem vistas como ‘autônomas’, portadoras de direitos individuais, o que lhes permite serem incorporadas como beneficiárias da previdência social.⁶²⁵

Em outras palavras, conquistaram seu espaço na lei, deixando de ser dependentes e conseguindo o direito de se aposentar, é claro que mesmo antes de adquirirem esse direito, as mulheres estavam longe de serem apenas dependentes de seus maridos ou dos demais parentes masculinos de suas famílias, elas de fato tinham autonomia, em alguns casos elas eram as responsáveis por suas famílias, no entanto o acesso ao benefício demonstra outra face desse mundo rural, porque as interpretava como nunca tivesse recebido dinheiro por sua produção, isto é, apenas trocavam por mercadorias.

A esse respeito, Brumer, em sua pesquisa, destaca que:

⁶²⁴ KRETER, Ana Cecília e BACHA, Carlos José. **Avaliação da equidade da Previdência no meio rural do Brasil**. RER, Rio de Janeiro, vol. 44, nº 03, p. 467-502, jul/set, 2006, p. 499

⁶²⁵ BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, 2002, p. 53

É preciso salientar o valor simbólico do recebimento do benefício pelas mulheres. De pessoas que nunca haviam recebido remuneração pelos trabalhos realizados (Silva, 2000, p.102), elas passam a ter uma conta e um cartão bancário em seus próprios nomes, recebendo seus benefícios regular e diretamente. O fato de receber o dinheiro da aposentadoria, da pensão e da licença-maternidade diretamente em seus nomes permite que elas próprias decidam como gastá-lo, o que aumenta seu poder pessoal. Por isso, de pessoas que, na terceira idade, passavam à condição de dependentes dos companheiros, filhos ou de outros parentes ainda em idade ativa, elas se tornam provedoras e administradoras de um dos poucos recursos existentes na unidade familiar de produção com entrada regular, mês a mês.⁶²⁶

No Amazonas, durante um longo período dentro dos seringais, o dinheiro não aparecia na vida dessas famílias, o sistema de troca era o que ocorria na região e perdurou durante muito tempo, mesmo com o final da guerra em 1940. Para as mulheres que ficavam, em muitos casos, responsáveis pela lida na roça, colheita e produção de mercadorias, tinham pouco acesso ao dinheiro, como na entrevista de dona Lopes que nos relatou que era seu marido que vendia a mercadoria no município de Manacapuru:

Eu fazia lá e ele passava três dias para cá vendendo, de canoa ele vinha (Manacapuru), para vender as coisas, trazia farinha pra vender, trazia goma, tapioca, tudo pra vender para cá, saía de madrugada de lá e eu ficava lá com meninos, arrancando mandioca pra fazer bolo pra outra semana vim de novo.⁶²⁷

Mesmo atravessando o rio para realizar a venda das mercadorias, não recebiam dinheiro, mas mercadorias, como: óleo, querosene, café, mantimentos para a sobrevivência nas colocações; porém, na década de 1960 e 1970, já era possível encontrar trabalhadores que recebiam dinheiro, conforme explicou-nos dona Mota:

[...] pegava dinheiro, pegava mercadoria, mas era mais mercadoria... a gente pegava assim de fardo de açúcar, assim de café, a farinha ninguém n comprava, por que a gente plantava roça... só comprava assim o açúcar o café, tinha o querosene, o sabão, todas essas coisas a gente comprava, a gente vendia para comprar...⁶²⁸

⁶²⁶ BRUMER, Anita. **Previdência social rural e gênero**. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 7, jan/jun, 2002, p. 74

⁶²⁷ LOPES, Maria da Conceição Brandão. **depoimento**. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

⁶²⁸ MOTA, Maria Izabel. **depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

O relato acima exemplifica uma troca de mercadorias no comércio local, evidente que também encontramos mulheres que saíam de suas colocações para realizar a venda da mercadoria, como foi o caso de dona Nazaré Pereira, que junto com sua mãe, conseguiram adquirir um forno para produzir farinha, conforme contou-nos a entrevistada:

Raimundo ainda cortou, mas assim mesmo no sítio que a gente tem lá, tinha seringueira, ele ainda cortou, mas cortou só um fado. Aí para comprar um forno, para gente torrar farinha, desmanchar a roça, porque a gente torrava pela casa de farinha dos outros, aí ele falou:

- Vou comprar faca e tigela para eu cortar, para ganhar um dinheiro, para comprar um forno.

Aí veio aqui em Manacapuru comprou, fez à primeira borracha ele vendeu e comprou um forno, aí a mãe dele tomou de conta, a mãe dele teve muitos filhos e ela dizia: - aí meu filho a gente precisa, tu vais trabalhar no roçado mais a Nazaré, que eu corto, e aí eu compro rancho para gente, aí a gente trabalhava assim...⁶²⁹

Quando questionei se a sogra dela vinha vender a mercadoria, ela disse: (*trazia*) a seringa, a minha sogra... vinha (vender em Manacapuru)⁶³⁰, ela trabalhava no corte da seringa e saía para vender sua mercadoria no município mais próximo, para poder ajudar seus filhos.

Mesmo encontrando mulheres que realizavam essas vendas, sabemos que a maioria dessas transações era feitas por homens e, mesmo assim, ainda se realizava a troca de mercadorias, o dinheiro era pouco movimentado.

Albuquerque nos traz, através uma visão que ilustra bem a vida dessas pessoas em meio aos seringais, um relato do final dos anos 1990, a partir dele podemos entender como era a rotina dessas famílias:

O que chama atenção, nessa cena comum em rios e igarapés de muitas localidades da Amazônia, é que quase a totalidade dos viajantes dessa embarcação que parte da foz do rio Valparaíso, com destino à Cruzeiro do Sul, vão pagar suas passagens com jabutis e carne de pequenos animais, abatidos na floresta. Ao todo são cinco quelônios entregues ao proprietário do barco, um comerciante dos rios ou um protótipo do “*mascate fluvial*”, como nos propõe José Alípio Goulart.²¹⁰ Os outros, com saldo de borracha, galinhas, patos ou porcos e mesmo farinha de macaxeira que produzem em parceria com vizinhos mais próximos, evidenciando não somente a pouca ou nenhuma circulação monetária na região, como as duras condições de vida a que estão submetidas inúmeras famílias de trabalhadores do Valparaíso e proximidades.⁶³¹

⁶²⁹ PEREIRA, Maria de Nazaré. **Depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁶³⁰ PEREIRA, Maria de Nazaré. **Depoimento**. [07 de fevereiro 2020]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

⁶³¹ ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues. **Espaço, Cultura, Trabalho e Violência no Vale do Juruá – Acre**. Tese (Doutorado). Puc-SP, 2000. p.172

Neste caso, essas famílias estavam viajando de barco para capital para resolver problemas pessoais, ao ilustrar essa viagem que ocorreu com moradores do seringal localizado no Acre, entendemos como a vida dessas pessoas estava, ou seja, muito em torno de sua produção, uma lida diária na qual as mulheres foram apagadas.

Se pensarmos que no Brasil ocorreu um crescimento dos estudos de gênero, alinhado ao crescimento do movimento feminista na década de 1970, somado a contribuição de novas fontes, estudos sobre memória, análise do cotidiano tanto na história quanto nas ciências sociais, enfim, houve uma expansão do modo de realizar pesquisas em história e dos estudos de gênero.

Evidentemente que ao se ampliar esse campo, os estudos começaram a mostrar ambiguidades e desigualdades nas relações entre homens e mulheres na sociedade, é preciso continuar essas investigações, pois os trabalhos que tratam da mulher no meio urbano ainda são superiores, se comparado com a mulher no meio rural, sobretudo no campo da violência⁶³².

Essa divisão patriarcal e sexual do trabalho implicou em prejuízo feminino. No meio rural existe ainda uma interiorização dessas tarefas realizadas por mulheres, conforme aponta Lemos:

Ocorre uma divisão de tarefas que impõe tradicionalmente a disposição de “trabalhos para homens” e “trabalhos para mulheres”, onde o trabalho desempenhado pelos homens no espaço público possui maior valor do que o trabalho desempenhado pelas mulheres no espaço doméstico e privado, sendo este último considerado invisível. Ou seja, é função da mulher cuidar da família e garantir que os homens estejam aptos a trabalhar e sejam cada vez mais produtivos. Todas as atividades desempenhadas pela mulher são então consideradas como “cuidado” ou ajuda, e não como trabalho, não sendo passíveis de remuneração e reconhecimento.⁶³³

Esta divisão de trabalho, além de ser desigual, perpetuou-se na sociedade brasileira, marginalizando o trabalho feminino, no entanto, sabemos que essa visão não se sustenta, à medida que surgem estudos que demonstram como a mulher é produtiva, sendo protagonistas de suas histórias, e não mais silenciadas.

Esse apagamento que ocorreu no Amazonas gerou uma invisibilidade enorme em torno da história de trabalho e cotidiano de mulheres que trabalharam em áreas de mata no Amazonas,

⁶³² Ver SANTOS, Giselle; GOMES, Fernanda; CORDEIRO, Rosineide. Entre o rural e o urbano: (im)possibilidades de enfrentamento a situações de violência para mulheres rurais do sertão de 48 Pernambuco. *Fazendo Gênero: Diásporas, diversidades, deslocamentos*, v. 9, 2010.

⁶³³ LEMOS, Maria Isabel Louzada **Desigualdade de gênero no meio rural: avanços, desafios e participação política das agricultoras**. Campos dos Goytacazes, 2018, p. 13.

sabemos que o trabalho nos seringais era pesado, porém necessário para que pudessem viver naquelas regiões.

Nesse sentido, é importante pensar quando as mulheres buscam suas aposentadorias como seringueiras e não obtém sucesso, algumas optaram por se aposentar como agricultoras, outras como trabalhadoras domésticas, já na cidade, e outras em setores informais, pois, muitas foram para a cidade de Manaus por diversos motivos, conforme tratamos no capítulo acima.

As dificuldades em demonstrarem o trabalho produzido nos seringais e tomado como doméstico, extensão do trabalho masculino traz muitas dificuldades para elas se aposentarem. Muitas buscam novos trabalhos em que a aposentaria seja possível ao migrarem para a cidade e se transformarem em domésticas.

Podemos afirmar que não só as relações conflituosas entre homens e mulheres implicaram em dificuldades na vida dessas mulheres, mas com certeza a invisibilidade também frente aos governos que não tiveram preocupação alguma com essas produtoras que viviam nessas regiões, elaborando plano que não funcionaram ou que implicaram em modos violentos, levando à expropriação de terra, e ainda falta de assistência médica, tudo isso configurou outro problema. No entanto, arrisco a dizer que talvez dos males, o menor, tendo vista que na região Norte existem mulheres que têm o ofício de curar pessoas, rezadeiras, curandeiras, parteiras e socorrem as populações, e por isso mesmo são mulheres respeitadas naquelas localidades.

Longe de serem vítimas, resistiram frente as várias formas de violências que se apresentaram a elas, sejam elas físicas ou não, tendo em vista que nesse período estava ocorrendo a expulsão ou invasão de suas terras, que eram proprietárias, como vimos um exemplo acima; ou terra em que moravam junto com outras famílias, frente às invasões, e resistiram, levando em consideração que a degradação do território também implicava perda para elas, pois viviam dos sistemas agroflorestais. Logo, degradar era alterar seus modos de sobrevivência.

Resistiam frente ao abandono de seus maridos, criando sozinha seus filhos nos seringais, resistiram frente à violência do homem para com elas e seus filhos e, por fim, resistiram frente ao governo.

Em suma, elas foram em busca de seus direitos de se aposentar como seringueiras, enfrentando toda burocracia da legislação e quando tiveram seus direitos negados, recorreram aos sindicatos, aposentaram-se como agriculturas ou mais tarde quando foram para as cidades e acabaram trabalhando em outros serviços, aposentaram-se nessas funções.

As mulheres que trabalharam nos seringais nos revelam um universo de luta, resistência e sobrevivência em meio às matas no pós-guerra, revelando as várias atividades que desenvolviam sendo agricultoras, seringueiras, pescadoras, defumadoras de látex, comerciantes, parteiras, curandeiras, trabalhadoras da juta, da malva, da fabricação de farinha, coletoras de castanha; além disso, mães, porque cuidavam das crianças, dos afazeres da casa, da coleta de frutas, das pequenas caças, como, por exemplo: jabutis; enfim, estavam envolvidas em diversos modos de trabalho.

A história tem obrigação de dar visibilidade a estes sujeitos históricos, é importante tratar de como essas comunidades não eram formadas somente por homens, e que muitas mulheres contribuíram para a economia agrária do Brasil, mesmos sem ter seu trabalho reconhecido ou considerado inferior.

Ainda frente a todas essas dificuldades, as mulheres nos seringais, à medida que ocorreram mudanças após a Guerra e durante o governo militar, sempre resistiram e se reinventaram dentro das matas, porque exerceram novas atividades, funções.

Em síntese, foram tanto roceiras como donas de terrenos, não se posicionaram enquanto vítimas frente a figura masculina. Trabalharam, resistiram, denunciaram diversos tipos de violências, buscaram seus direitos e tiveram afetividade com suas famílias, com os membros da comunidade e, sobretudo, umas com as outras, na troca de experiências acerca do trabalho, das práticas de cura e de suas vivências nos seringais do Amazonas.

CONCLUSÃO

O Amazonas tem sua história construída em torno de braços locais, mas também de pessoas que vieram de todo Brasil, sobretudo do Nordeste do país e em busca de oportunidades de melhorias de vida, de moradia e oportunidade, em um período que foi marcado, desde a década de 1930, por fortes propagandas que exploravam a imagem de uma Amazônia vazia que precisava ser ocupada, e só assim poderia se desenvolver: ocupando-a.

Esse processo se intensificou nos anos 1950, com a modernização e plano de metas em voga, buscando cortar estradas pela imensa região para poder escoar produtos primários para abastecer o mercado interno e externo.

Com a extinção da SPVEA e início do governo Militar, os planos para Amazônia, com o auxílio da SUDAM ainda caminhavam em torno de ocupar e desenvolver a região. O governo, através da “Operação Amazônia”, visava facilitar a entrada de investidores em terras amazônicas, incentivando a pecuária, agricultura extensiva e a construção de estradas.

Todos os planos para região analisados neste trabalho, demonstram uma preocupação em expandir e torna a região sustentável, economicamente desenvolvida.

Deste modo, apesar dos Planos elaborados pela SPVEA não terem alcançado tanto sucesso conforme o esperado pelo governo, acabam por contribuir para a que as atividades das mulheres sofram alterações, visto que incentivaram a ocupação e desenvolvimento de agricultura de modo intensivo, causando assim conflitos na região.

A ditadura militar, interferiu na realidade local, com a política de integração da região, a criação da SUDAM para elaborar projetos que tornassem a região atrativa para investimentos. Com projetos que buscavam explorar de forma extensiva a agropecuária, a mineração, e recursos da região, além da construção de rodovias para “ocupar” o Norte, passava por cima das comunidades que moravam na região, como ribeirinhos, indígenas.

Desse modo, essas mudanças atingiram de forma significativa as mulheres na Amazonia, primeiramente por que com a crise da borracha e final do segundo ciclo. Essa trabalhadora que atuava em várias atividades, começa a experimentar uma liberdade maior dentro do ambiente em que vivia nos seringais, produzindo de acordo com os sistemas agroflorestais, e vendendo em comunidades próximas, ou produzindo para o próprio consumo, Conforme nossa análise, a década de 1950 a 1970 encontramos um número maior de mulheres que assumiram suas famílias sozinhas, ou por que foram abandonadas por seus maridos, ou por que ficaram viúvas, se transformando em chefes de famílias.

Percebemos que as atividades como juta e malva, ganham destaque em detrimento da extração do látex, atividades que pouco aparecem na década de 1940 e onde muitas estão inseridas.

Por outro lado, à medida que essas políticas de desenvolvimento e ocupação avançam, interferem na forma de vida dessas mulheres diretamente. A invasão de suas terras e os métodos violentos de expropriação, afetaram direta e indiretamente, são formas de desenvolvimento que degradam a Amazonia, atingindo a fauna e a flora, base das quais elas tiram seu sustento.

Além disso, dentro das matas essas trabalhadoras são também pescadoras, coletoras de frutas, coletoras de seringa, roceiras. Além disso exercem a prática de cura, são as parteiras, isto é, essas mulheres terapêuticas acolhem essa população dentro das regiões longínquas nos seringais e ainda assim, exercendo todas essas funções, tem seu trabalho invisibilizado em meio à mata.

Sofrem violência física e sexual, e também a violência de terem seus trabalhos inferiorizados em detrimento dos homens. Esses outros trabalhos e atividades são aqueles que garantam o sustento da família, mesmo não sendo reconhecido nem por parte do governo, nem nos planos de desenvolvimento aqui analisados e nem recentemente quanto aos pedidos de aposentadoria.

Ao compreendermos o cotidiano de trabalho feminino dentro desses espaços, é necessário para mostrarmos como elas são importantes para a sobrevivência de suas famílias, e de como contribuíram para a preservação da região, uma vez que exploravam em menor escala, para consumo e venda, através de técnicas agroflorestais.

FONTES

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1954 (Álvaro Maia). **Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Amazonas, em sua sessão de abertura em 15 de março de 1954 pelo Governador Álvaro Maia.** Manaus: Imprensa Oficial, 1954.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1955.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1957 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1957.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1958.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1958 (Plínio Ramos Coelho). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1958.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1959.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR. **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1959.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1959 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1959.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR, 1962 (Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo). **Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1962.

AMAZONAS (ESTADO). **GOVERNADOR, 1955 (Plínio Ramos Coelho). Mensagem à Assembleia Legislativa.** Manaus: Imprensa Oficial, 1955.

AMAZONAS (ESTADO). GOVERNADOR. **A borracha na economia Amazônica. Cosme Ferreira Filho.** Manaus 1952. Presente em livro de compilação de relatórios acerca da extração da borracha.

BONFIM, Sócrates. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento.** Escola Brasileira de Administração Pública, Curso de Planejamento Regional, 1953.

Contrato de acordo de serviço médico entre Sesp e a Caeta.1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

Contrato de acordo de serviço médico entre Sesp e a Caeta. 1943. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

DISCURSO DO AMAZONAS. **Pronunciamento pelo Presidente Humberto Castelo Branco, dia 03 de dezembro de 1966, no Teatro Amazonas, Manaus, na solenidade de instalação de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia.** In: MINISTERIO DO

INTERIOR – SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. OPERAÇÃO AMAZÔNIA (discursos).

ECONOMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953.)**. S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL. 1954.

Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural/Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária e Sistemas de produção para juta e malva, Amazonas (revisão). Manaus, 1980.

IBGE. **Anuário estático do Brasil**. Ano XI- 1950. Rio de Janeiro 1951.

IBGE. **Anuário Estático de 1930-40**. In: SANTOS, Roberto. História Econômica da Amazônia (1800-1920). São Paulo. T. A. Queiroz, 1980.

IBGE. Conselho Nacional de Estatística/ Serviço Nacional de Recenseamento. **VI Censo Demográfico. Estado do Amazonas Seleção dos Principais Dados**. Rio de Janeiro, 1952.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. **Curso de Planejamento Regional, Belém-Pará**. Superintendência do Plano de Valorização Econômica d Anais do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – atas de reunião da comissão,1948.

Fundamentos de uma Proposta de Revisão das Atuais Condições de Produção da Borracha na Amazônia. Oferecidos a apreciação da comissão de controle dos acordos de Washington pelas Associações Comerciais do Amazonas/Associações Comerciais dos Seringalistas do Amazonas. Rio de janeiro, dezembro de 1943. Imprensa nacional- rio de janeiro – Brasil.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL. **Sinopse Preliminar do Censo Demográfico**. Fundação IBGE Instituto Brasileiro de Estatística Departamento de Censos. VIII Recenseamento Geral – Amazonas. 1970. p. 15.

MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. SUDAM. PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA (1972 - 1974). AGOSTO, 1971.

MINISTERIO DO INTERIOR. SUPERINTENCIA DO DESENVOLVIMENTODA AMAZONIA. **I Plano Quinquenal de Desenvolvimento 1967-1971**. SUDAM, Serviço de Documentação e Divulgação Belém. 1967.

MINISTERIO DA SAUDE - FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAUDE PUBLICA: 30 ANOS DE ATIVIDADES EM SAÚDE PÚBLICA, RIO DE JANEIRO, GB, 1942 - 1972

O NOVO SISTEMA DE AÇÃO DO GOVERNO FEDERAL NA AMAZÔNIA. **LEGISLAÇÃO BÁSICA/VOLUME I**. SUPERINTENCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZONIA. EDITORA SPENCER, S.A RIO DE JANEIRO, GB/1967.

Operação Amazônia-Álbun. República do Brasil-Estado do Pará. Volume 1. Outubro 1967.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA. Relatório Apresentado pelo Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais, Marechal Oswaldo Cordeiro de Farias, ao Exmo, Sr. Presidente da República, Marechal Humberto de Alencar Castello Branco. MERCOS -5-4/66.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRAISL, 1954

PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL: ELEMENTOS PARA RESSIGNIFICAR O DEBATE E CAPACITAR O ESTADO. In: **Estado, instituições e democracia: desenvolvimento / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** – Brasília: Ipea, 2010.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRAISL, 1954.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZONIA. **Valorização Econômica da Amazônia – Programa de Emergência. (Art. 19 da Lei nº 1.806 de 6 de Janeiro de 1953).** S.P.V.E.A. SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRAISL, 1954.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **PERSPECTIVA DO PRIMEIRO PLANO QUINQUENAL E Concepção Preliminar da Valorização Econômica da Amazônia.** SPVEA. SETOR DE COORDENAÇÃO E DIVULGAÇÃO. BELÉM- PARÁ-BRASIL, 1954.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. S.P.E.V.A. **Orçamento Geral da União- anexo 16.** Documento – 1.13- Abril, 1954.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. S.P.E.V.A. **Orçamento Geral da União - anexo 16.** Documento – 1.13- Abril, 1954.

Relatório Administração Sesp. Serie Organização e Funcionamento. 1944. p. s/n – Departamento de Arquivo e Documentação, Fiocruz, Rio de Janeiro.

Relatório da Diretoria da Associação Comercial do Amazonas. Ano social 1942. Rio de Janeiro, p. s/n – Arquivo da Biblioteca Nacional do Brasil.

Setor de Coordenação e Divulgação. **Artigo 19 da lei nº 1.806, de 6 de Janeiro de 1953** – Superintendente Artur Cezar Ferreira Reis.
SUDAM. **13 Anos de SUDAM.** Belém, 1979.

Valorização Econômica da Amazônia: Programa de Emergência. **Artigo 19 da lei nº 1806, de 6 de janeiro de 1953.** S.P.V.E.A. Setor de Coordenação e Divulgação. Belém- Pará-Brasil, 1954.

Fontes Orais

ARAUJO, Maria Zuila Alves. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

ARAÚJO, Suzana Gomes. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

ELIAS, Antonio. **[07 Julho. 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas. 2019.

ESMERALDO, Francisca Correia. **Depoimento. [07 de fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

FERREIRA, Josué. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

LADISLAU, Adelia Marinho. **Depoimento. [07 de Fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

LIMA, Altina Lopes Lima. Altina Lopes Lima. **Depoimento [08 Maio. 2013]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manaus: Amazonas, 2013.

LIMA, Raimunda Vidal. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

LOPES, Maria da Conceição Brandão. Depoimento. [10 de julho 2019]. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

MATOS, Maria Cezar Bezerra. **Depoimento. [07 de fevereiro2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

MILITÃO, Severino Gomes Militão. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

MONTERIO, Francisco. **Depoimento. [07 fevereiro. 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

MOTA, Maria Izabel. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

NAZARÉ, Maria. **Depoimento. [07 fevereiro. 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

PEREIRA, Maria de Nazaré. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas, 2020.

PEREIRA, Raimundo Gomes. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

SOUZA, Maria de Nazare. **Depoimento. [10 de julho 2019]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Manacapuru: Amazonas, 2019.

VIDAL, Raimunda. **Depoimento. [07 de fevereiro 2020]**. Entrevistadora: Agda Lima Brito, Anori: Amazonas. 2020.

Fontes Digitais

BRASIL. **Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946. Art. 199 da Constituição Federal de 46.** Página Acessada em 13 de Maio de 2020. Disponível em: [.https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946\).](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946)

BRASIL. **Constituição Federal de 18 de Setembro de 1946. Art. 199 da Constituição Federal de 46.** Página Acessada em 13 de Maio de 2020. Disponível em: [.https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946\).](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10610482/artigo-199-da-constituicao-federal-de-18-de-setembro-de-1946)

BRASIL. PLANALTO. **Lei nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providencias.** Página Acessada em 12 de Maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1806impressao.htm

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Página consultada em 11 de maio de 2020 - [https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2287&view=noticia#:~:text=Na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20vivem%20em,Goi%C3%A1s%20\(0%2C8%25\).](https://censo2010.ibge.gov.br/noticiascenso.html?busca=1&id=1&idnoticia=2287&view=noticia#:~:text=Na%20Amaz%C3%B4nia%20Legal%20vivem%20em,Goi%C3%A1s%20(0%2C8%25))

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Página consultada em 11 de maio de 2020 - [.https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoesambientais/geomorfologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e.](https://www.ibge.gov.br/geociencias/informacoesambientais/geomorfologia/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e)

JORNAL REDE BRASIL ATUAL. Página Acessada em 10 de Maio de 2020. [https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/11/para-padre-e-ativista-pais-pode-voltar-a-formas-tradicionais-de-escravidao/.](https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/11/para-padre-e-ativista-pais-pode-voltar-a-formas-tradicionais-de-escravidao/)

JORNAL LABORATÓRIO do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Página Acessada em 11 de Maio de 2020. Disponível em: [https://www3.ufrb.edu.br/reverso/mae-lita-conta-a-importancia-de-parir-seus-filhos-em-casa-com-parteiras/.](https://www3.ufrb.edu.br/reverso/mae-lita-conta-a-importancia-de-parir-seus-filhos-em-casa-com-parteiras/)

JUSBRASIL. **Art. 149 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40. CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940. Acessado em 05 de Maio de 2020.** [https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940.](https://www.jusbrasil.com.br/topicos/10621211/artigo-149-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940)

Legislação Informatizada. **LEI Nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953** - Publicação Original. Página Acessada em 20 de maio de 2020.

Lei nº 1.806, DE 6 DE JANEIRO DE 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Página Acessada em 12 de Maio de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L1806impressao.htm.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL (Site). Acessado em 17 de maio de 2020. <https://nacoesunidas.org/artigo-a-importancia-das-mulheres-rurais-no-desenvolvimento-sustentavel-do-futuro/>.

PORTAL MARCOS SANTOS. **Roy Rodgson, Ottmar Hitzfeld e o ‘clima caluniado’ do Amazonas, no histórico ‘Discurso do rio Amazonas’ de Getúlio Vargas.** Pagina Acessada em 11 de maio de 2020. <https://www.portalmarcossantos.com.br/2014/02/19/roy-rodgson-ottmar-hitzfeld-e-o-clima-caluniado-do-amazonas-no-historico-discurso-do-rio-amazonas-de-getulio-vargas/>.

SUDAM. Relação dos superintendentes desde a sua fundação – SPVEA/SUDAM. Pagina Acessada em 20 de maio de 2020. Disponível em: http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/acessoainformacao/institucional/arquivos/relacao_superintendentes_desde_a_sua_fundacao_spvea.pdf.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. Fontes Orais: história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi Pinsky, (organizadora). **Fontes Históricas**. 2ªed. I a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

ALBUQUERQUE, G. R. **Trabalhadores do Muru: o rio das cigarras**. Rio Branco - Acre: Editora da Universidade Federal do Acre - EDUFAC, 2005.

ALMEIDA, Aldemira Ferreira de. **O trabalho feminismo em seringais do Acre (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas. 2016.

BAUDEL, Wanderley, Maria de Nazareth. O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência. **RESR**, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.

BAHIA, Joana. **O TIRO DA BRUXA: Identidade, magia e religião na imigração alemã**. Editora Garamond Ltda, Rio de Janeiro, 2011.

BARBOSA, Maria Artemisa. **DESIGUALDADES REGIONAIS E SISTEMA DE SAÚDE NO AMAZONAS: O CASO DE MANAUS**. Dissertação-FIOCRUZ Manaus, 2004.

BATISTA, Iane Maria da Silva. **A natureza nos planos de desenvolvimento da Amazônia (1955-1985)**. Tese. (Doutorado em História Social da Amazônia) Universidade Federal do Pará, 2016.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia – Formação Social e Cultural**. 3ª ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BENTES, Jones Gomes. **Influência do espaçamento na produtividade de semente de malva (Urena lobata L) em terra firme no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Agronomia Tropical). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **Transformações do sistema de produção agrícola na região de Manaus**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo. p. 2014/2015.

BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Rio de Janeiro: Record: Cofecon: CEPAL, 2000b.

BRITO, Agda Lima. **Mulheres no seringal: Experiência, trabalho, muitas histórias (1940-1950)**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2017.

BONFIM, Sócrates. **Valorização da Amazônia e sua comissão de planejamento. Escola Brasileira de Administração Pública**, Curso de Planejamento Regional, 1953.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaio de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11ª ed. Rio de Janeiro, 2012.

BRUNO, Regina. Sobre afetos e desigualdades de gênero: as assentadas dos grupos produtivos de mulheres. **ANTHROPOLÓGICAS**, ano 16, volume 23(1), 2012.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. Campesinato autônomo – uma nova tendência gestada pelos movimentos sociais do campo. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p.146-162, set, 2006.

CAMPOS, Marcia Aparecida Ferreira. **A Política Econômica do Governo Kubitschek (1956-1961): o discurso em ação**. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

CAMPOS, André Luiz Vieira. **Políticas Internacionais de Saúde na Era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública, 1942-1960**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org). **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

CASTRO, Albejamere Pereira de; FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; SANTIAGO, Jozane Lima; MATOS, Raimundo Barbosa; PINTO, Ilzon Castro. **Os sistemas agroflorestais como alternativa de sustentabilidade em ecossistemas de várzea no Amazonas**. Acta Amazônia, vol. 39(2), 2009.

CARNEIRO, Maria José. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 2, junho, 1994.

CARDOSO, Antonio Alexandre Isidio. **Sobre escravos e regatões: sociabilidades, conflitos e alianças complexas no território amazônico oitocentista**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História, 2015.

CERTEAU, Michel. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de Fazer. 3ª ed. Editora Vozes. Petrópolis, 1998.

COELHO, Wanderson de Oliveira. (1992) **O projeto da ditadura civil-militar para a Amazônia no pensamento de Arthur Reis e Meira Matos (1964-1972)** [recurso eletrônico], 2019.

CORDEIRO, Werley da Costa. **Políticas de desenvolvimento de estado para a Amazônia a partir do Estado Novo**. Monografia. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, 2015.

CONDE, Leandro Carlos Dias. **A Invisibilidade da Mulher na Agricultura Familiar: Por uma Perspectiva de Gênero na Extensão Rural**. Rio de Janeiro, 2012.

COSTA, Jéssyka Sâmia Ladislau Pereira. Notas de pesquisa sobre escravidão nos rios madeira e purus (1850-1889). **Revista Canoa do Tempo**. v. 11 n. 01, 2019.

CRUZ, Manuel de Jesus Masulo. **Territorialização Camponesa na Várzea da Amazônia**. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

D' ANGELO, Isabele Bandeira de Moraes; RABÊLO, Rebeka Yasmin Teotônio Pereira. O projeto de Lei 3. 842/12 e o Abrandamento do conceito de Escravidão Contemporânea: Uma Análise a Luz do Princípio da Vedação ao Retrocesso e da Dialética da Colonização. In: FIGUEIRA, Rezende (Org). **Estudos sobre as formas Contemporâneas de trabalho escravo**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2018.

DENISON, Silvan. **Trabalhadores da Juta na Amazônia**: trajetórias de luta, suor e sofrimento. Tese (Doutorado em). Universidade Federal do Amazonas. 2018.

DIAS, Edinea Mascarenhas. **A ilusão do fausto**: Manaus, 1890-1920. Manaus: Valer, 1999.

FAUSTO, Carlos. **Os índios antes do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. Por que o trabalho escravo? **Estudos avançados**. vol.14 no. 38 São Paulo. Jan./Apr, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: FERREIRA, Sylvio Mario Puga; BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **As origens da política brasileira de desenvolvimento regional**: o caso da Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). IE/Unicamp, Campinas, n. 266, abr, 2016, p 11.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: FREITAS, Ana Valéria Lacerda e COELHO, Maria de Fatima Barbosa. Os “remédios do mato” por especialistas locais da comunidade São João da Várzea, Mossoró, RN, Brasil. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 15, n. 2, p. 249-264, jul./dez, 2014.

FERREIRA, Maria Liége Freitas. **Mulheres no Seringal**: submissão, resistência, saberes e práticas (1940-1945). VIII Simpósio Internacional Processo Civilizador, História e Educação. Paraíba, 2004.

FINAMORI, Sabrina. “**Mães solos**”: parentalidades, conjugalidades e noções de família. Anais 43º Encontro Anual da ANPOCS. -<http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st34-4/11829-maes-solos-parentalidades-conjugalidades-e-nocoes-de-familia/file>.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 24ª ed. São Paulo, Editora Nacional, 1991. p 135.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1961.

GARFIELD, Seth. A Amazônia no imaginário norte-americano em tempo de guerra. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 29, nº 57, p. 19-65, 2009.

GOMES, Ângela Maria de Castro. Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 32, nº 64, p. 167-184, 2012.

GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. **História Oral**, v. 11, n. 1-2, p. 11-41, jan-dez, 2008.

GODOY, Paulo R. Texeira. Riqueza e Miséria do Ciclo da Borracha na Amazônia Brasileira: Um Olhar Geográfico por Intermédio de Euclides da Cunha. In: Paulo R. Teixeira de Godoy. (Org.). **História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia**. São Paulo (SP): Cultura Acadêmica/Editora Unesp, 2010, p. 201

GODOI, Emilia Pietrafesa. (Org.). **Além dos Territórios**: por uma troca entre a etnologia Indígena. Os estudos rurais e estudos urbanos. São Paulo: Editora Mercado das Letras, 1998.

GOULART, José Alípio. **O Regatão (mascate fluvial da Amazônia)**. Rio de Janeiro: Secretária de Cultura do Acre, 1968.

GUILLEN, Isabel Cristina Martins. A Batalha da Borracha: propaganda política e migração nordestina para a Amazônia durante do Estado Novo. **Revista de Sociologia e Política**, nº 9, 1997.

GUEDES, Ana Célia Barbosa. **1981- Mulheres Quilombolas e uso de plantas medicinais: práticas de cura em Santa Rita de Barreira/PA** – Dissertação (Mestrado em). UFPA, 2018. p. 136-137.

GRATH, David. Parceiros no Crime: regatão e a resistência cabocla na Amazônia tradicional. **Novos Cadernos NAEA**. vol. 2, nº 2 – dezembro, 1999.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida Trabalho familiar de pequenos produtores no Nordeste do Brasil**. Editora Paz e Terra. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais Ano da última edição, 1979.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Amazônia**: desenvolvimento agrícola com a criação de mercados. Radar nº 20 - Junho de 2012. Pagina Acessada em 10 de maio de 2020. <https://www.ipea.gov.br/radar/temas/agricultura/342-radar-n-20-amazonia-desenvolvimento-agricola-com-a-criacao-de-mercados>. p.21.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. Agricultura na Amazônia: o futuro é plantar sem In:VAL, Adalberto Luis; SANTOS, Geraldo Mendes dos. GEEA: Grupo de Estudos Estratégicos Amazônicos. Manaus; Editora INPA, 2011, p. 17.

JÚNIOR, Francisco Pereira; GARVÃO, Rodrigo Fraga. Economia e política na Amazônia brasileira (séculos XIX e XX). **Revista Estudos Amazônicos**. vol. IX, nº 1, 2013.

KOHLHEPP, Gerd. **Conflitos de Interesse no Ordenamento Territorial da Amazônia Brasileira**. ESTUDOS AVANÇADOS 16 (45), 2002. Página consultada em 10 de maio de 2020. <https://revistapesquisa.fapesp.br/2004/08/01/amazonia-sem-extremismo/>.

LAGE, M. M. L. **Mulheres e Seringal**: um olhar sobre as mulheres do Amazonas - 1880 – 1920. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LEAL, Davi Avelino. **Direitos e processos diferenciados de territorialização: os conflitos pelo uso dos recursos naturais no rio Madeira (1861-1932)**. Tese. (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) Universidade Federal do Amazonas. Manaus: UFAM, 2013.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LIMA, Frederico Alexandre de Oliveira. **Soldados da Borracha, das vivências do passado às lutas contemporâneas**. Dissertação. (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013.

LIMA, Rubens Rodrigues. **A CONQUISTA DA AMAZÔNIA REFLEXOS NA SEGURANÇA NACIONAL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA FACULDADE DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DO PARÁ BOLETIM N.º 6. BELÉM - PARÁ – BRASIL, 1973.**

LOURENÇÃO, Gil Vicente Nagai. **Dos mares do Japão às Terras Brasileiras: Algumas considerações sobre o Brasil, a imigração japonesa e sua influência na agricultura**. TOMO. N. 26 JAN/JUN, 2015.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia: uma análise das políticas governamentais**. IPEA, INPES, Rio de Janeiro, 1978.

MARQUES, Gilberto. SPVEA: o Estado na crise do desenvolvimento regional amazônico (1953- 1966). **Revista Soc. Bras. Economia Política**, São Paulo, nº 34, p. 163-198, fevereiro 2013.

MARQUES, Gilberto de Souza. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira**. Tese (Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

MASCARENHAS, Henrique Pereira **O pensamento desenvolvimentista e a controvérsia sobre a borracha na Amazônia (1940-1966)**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Belém, 2016.

MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza. **É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento**. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr, 2014. p. 228.

MEDEIROS FILHO, João; SOUZA, Itamar. **Os Degredados Filhos da Seca**. Petrópolis, Vozes, 1984.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. **A ditadura de 1964 e o governo da natureza: a construção de uma Amazônia geopolítica**. **Universitas Humanas**, Brasília, v. 12, n. 1-2, 2015.

MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais.** (Org). Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

MESQUITA, Lúvia Aparecida Pires; MENDES, Estevane de Paula Pontes. **Mulheres na Agricultura Familiar:** A Comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária- “territórios em disputa: Os desafios da Geografia Agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro”. Uberlândia-Minas Gerais. 2012.

Ministério do Interior. Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM. **Assistência Médico- Social Rural.** Setembro 1967.

MENDONÇA, LÚCIA GLICÉRIO. PARTEIRAS EM LONDRINA (1929 - 1978). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ.

MORALES, Lúcia Arraes. **Vai e vem, vira e volta:** as rotas dos soldados da borracha. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secult, 2002.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. **Ditadura Militar e Amazônia:** Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2018. p. 183.

MOURA, Carla Denise da Silva. **Programa de assistência ao cooperativismo na Região Amazônica:** estudo sobre uma experiência cooperativista na Região Amazônica na década de 60. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Manaus, AM: UFAM, 2010.

MOREIRA, Edma Silva e HÉRBETTE, Jean. Metamorfoses de um Campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraenses. **NEAD- Diversidade do campesinato.** v1 (FINAL). 2009. p. 187.

MORGA, Antonio Emilio (Org). **História das mulheres do norte e nordeste brasileiro.** Manaus: Alameda, 2015.

NASCIMENTO, Maria das Graças. Migrações Nordestinas Para a Amazônia. **Revista de educação, cultura e meio ambiente.** Dez, nº12, vol. II, 1998.

NEVES, Pedro Dias Mangolini. **Sistemas agroflorestais como fomento para a segurança alimentar e nutricional.** In: Cadernos da Disciplina Sistemas Agroflorestais [recurso eletrônico]. Piracicaba: Os autores, 2015. p. 101.

NINA, Socorro de Fátima Moraes. **Trabalho, ambiente e saúde:** cotidiano dos fazeres da mulher rural na Amazônia. Tese (Doutorado em) em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus: UFAM, 2014.

NISHIKIDO, Linda Midore. **Hábitos alimentares esmerilados japonese pós-guerra no Amazonas (1953 – 1967):** a reconstrução do passado através da memória. Dissertação (mestrado em Letras, Língua, Literatura e Cultura Japonesa). UPS - São Paulo, 2018

OLIVEIRA, Wesley Pereira de; TRINDADE, José Raimundo Trindade e FERNANDES, Danilo Araújo. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia e o ciclo ideológico do desenvolvimentismo no Brasil. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 201-230, jun, 2014.

OLIVEIRA, Kleten Kelle Lima de. **Campesinato e meliponicultura no município de Itapiranga – Médio Amazonas/AM**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Amazonas, 2019. p.38

OLIVEIRA, Elda Rizzo. **Doença, Cura e Benzedura: Um estudo sobre o ofício da benzedeira em Campinas**. Volume I. Dissertação. Universidade Estadual de Campinas. 1983.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar formação de alteridades**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

OLIVEIRA, Rônisson de Souza; PERALTA, Nelissa; SOUSA, Marília de Jesus Silva. As parteiras tradicionais e a medicalização do parto na região rural do Amazonas. **Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latino americana** n. 33 - dic. / dez. / dec, 2019.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: Edusc, 2005.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil. Cadernos do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 9, jul.-dez, 2011.

PINTO, Benedita Celeste de Moraes. **Filhas das Matas: práticas e saberes de mulheres quilombolas na Amazônia Tocantina**. (CIP) UFPA, Belém: Açaí, 2010.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A Mulher na Imprensa Amazonense, 1900-1950: algumas reflexões**. XXVII SIMPOSIO NACIONAL DE HISTÓRIA-ANPUH. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, 2013.

PORTELLI, Alessandro. **História Oral e Poder**. Conferência no XXV Simpósio Nacional da ANPUH, Fortaleza, 2009, p. 2.

PORTELLI, Alessandro (I). O que faz a história oral diferente. In. Projeto História – Cultura e Representação. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**. SP: Educ. fevereiro, 1997, p. 30.

PONTES, Carlos José de Farias Pontes. A guerra no inferno verde: segundo ciclo da borracha, o front da Amazônia e os soldados da borracha. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**. Vol. 2. N.1, 2015.

PRATES, Rodolfo Coelho Prates e BACHA, Carlos José Caetano. Os processos de desenvolvimento e desmatamento da Amazônia. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 3 (43), p. 601-636, dez, 2011.

QUARESMA, Amanda Paiva. Mulheres e Quintais Florestais: A “Ajuda Invisível” aos Olhos que Garante a Reprodução da Agricultura Familiar Camponesa Amazônica” In: HORA, Karla; MACEDO, Gustavo; REZENDE, Marcela. (Orgs.). **Coletânea sobre estudos rurais e gênero: Prêmio Margarida Alves**. 4ª ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Camponato Brasileiro**: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis, Vozes. 1973.

QUINTANA, Alberto Manuel. **A ciência da benzedura: mau-olhado, simpatias e uma pitada de psicanálise**. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

RAMOS, Marina Courrol. **O Desenvolvimento Econômico na Amazônia Legal**: seus Impactos Sociais, Ambientais e Climáticos e as Perspectivas para a Região. Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito/UFRGS, 2014.

RAPCZYNSKI, ALEX JUNIOR. **A permanência do curandeirismo nas periferias de Chapecó entre os anos 1980 e 1990**. Monografia. Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Chapecó. 2017.

RENHA, Carlos Eugenio Aguiar Pereira de Carvalho. **A Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, a política de desenvolvimento regional e o Amazonas (1953-1966)**, 2017.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. **O seringal e o seringueiro**. 2ª ed. Manaus. Editora da Universidade do Amazonas: Governo do Estado do Amazonas, 1997.

REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a integridade do Brasil**. Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2001.

RENOVATO, R. D.; BAGNATO, M. H. S. O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 277-290, 2010.

ROCHA, Graziella e BRANDÃO, André. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. **R. Katál**. Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013.

RODRIGUES, Christiane Pereira, SCHERER, Elenise Faria e DIÓGENES, Antônia Mara Raposo. **GÊNERO E TRABALHO: MEU CORPO FALA NA PESCA**. VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade: resistências e ocupa(ções) nos espaços de educação, III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e o III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Género, Saúde e Sustentabilidade. A Universidade Federal do Rio Grande - FURG sediará no ano de 2018.

SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide e MENEZES, Marilda. **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez, 1990.

SCOTT, James C. FORMAS COTIDIANAS DA RESISTÊNCIA CAMPONESA. **Raízes**, Campina Grande, vol. 21, nº 01, p. 10-31, jan./jun, 2002.

SCOTT, Joan W. Experiência. In: SILVA; LAGO; RAMOS (Org.) **Falas de gênero**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1999

SACKS, Oliver. Cap. A Falibilidade da Memória. In: **O rio da consciência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História econômica da Amazônia (1800-1920)**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

SANTOS, F. S. D. dos. Tradições populares de uso de plantas medicinais na Amazônia. **História, Ciência e Saúde – Manguinhos**. Vol. VI. 2000.

SANTOS, Sari Possari dos. **Desenvolvimento em Rondônia**: análise do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953-1966). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Federal de Rondônia - Porto Velho, 2014.

SANTOS, L. G. “**A ARTE DE PARTEJAR**”: Das parteiras tradicionais à medicalização do parto no Amazonas (1970-2000). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Amazonas, 2016.

SAQUET, Marcos e CICHOSKI, Pâmela. Bertha Becker: Uma Contribuição à análise da sua concepção de Geografia, Espaço e Território. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 8, n. 15, p. 1-26, fev, 2013.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha**: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

SERRA, Maurício Aguiar e FERNÁNDEZ, Ramón García. Perspectivas de desenvolvimento da Amazônia: motivos para o otimismo e para o pessimismo. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n. 2 (23), p. 107-131, jul./dez, 2004.

SEYFERTH, Giralda. Campesinato e o Estado no Brasil. **Mana** 17(2): 395- 41, 2011.

SEGALEN, M. **Mari et femme dans la société paysanne**. Paris: Flammarion, 1980.

SEYFERTH, Giralda. **Família, condição feminina e imigração**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SILVAN, Denison. **Trabalhadores da Juta na Amazônia**: Trajetórias de luta, suor e sofrimento. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura). Universidade Federal do Amazonas, 2018.

SILVA, José Rubisten. **Redes de aviamento da borracha e a organização espacial de Fortaleza do Abunã**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR, 2010.

SOARES, Geisiane Tavares. **Sustentabilidade Socioambiental**: Um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal do Amazonas, 2015.

SOUSA, Amandia Braga Lima. A CONSTRUÇÃO DE UMA REDE DE SERVIÇOS NO INTERIOR DO AMAZONAS: A EXPERIÊNCIA DO SESP E DA FSESP. In: SCHWEICKARDT, Júlio Cesar. (Org). **História e política pública de saúde**. Porto Alegre: Rede UNIDA, 2017.

SECRETO, Maria Verônica. **Soldados da Borracha: Trabalhadores entre o Sertão e a Amazônia no Governo Vargas**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2007.

THOMPSON, E. P. A economia moral revisitada. In: **Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TORRES, Iraildes Caldas e RODRIGUES, Luana Mesquita. O Trabalho das mulheres no sistema produtivo da várzea amazônica. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; UGARTE, Maria Luiza. **Nos Meandros da Cidade: Cotidiano e Trabalho na Manaus da Borracha, 1880-1920**. ANPUH – XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Londrina, 2005.

VELHO, OG. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WEINSTEIN, Barbara. **A borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)**. Editora Hucitec, Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

WITKOSKI, A. C. **Terras, florestas e águas de trabalho: os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

WOLFF, Cristina Scheibe. **Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)**. São Paulo: Hucitec, 1999.

WOORTMANN, Klaas. “Com Parente Não se Neguceia” O Campesinato Como Ordem Moral. **Anuário Antropológico/87**. Editora Universidade de Brasília/ Tempo Brasileiro, 1990.

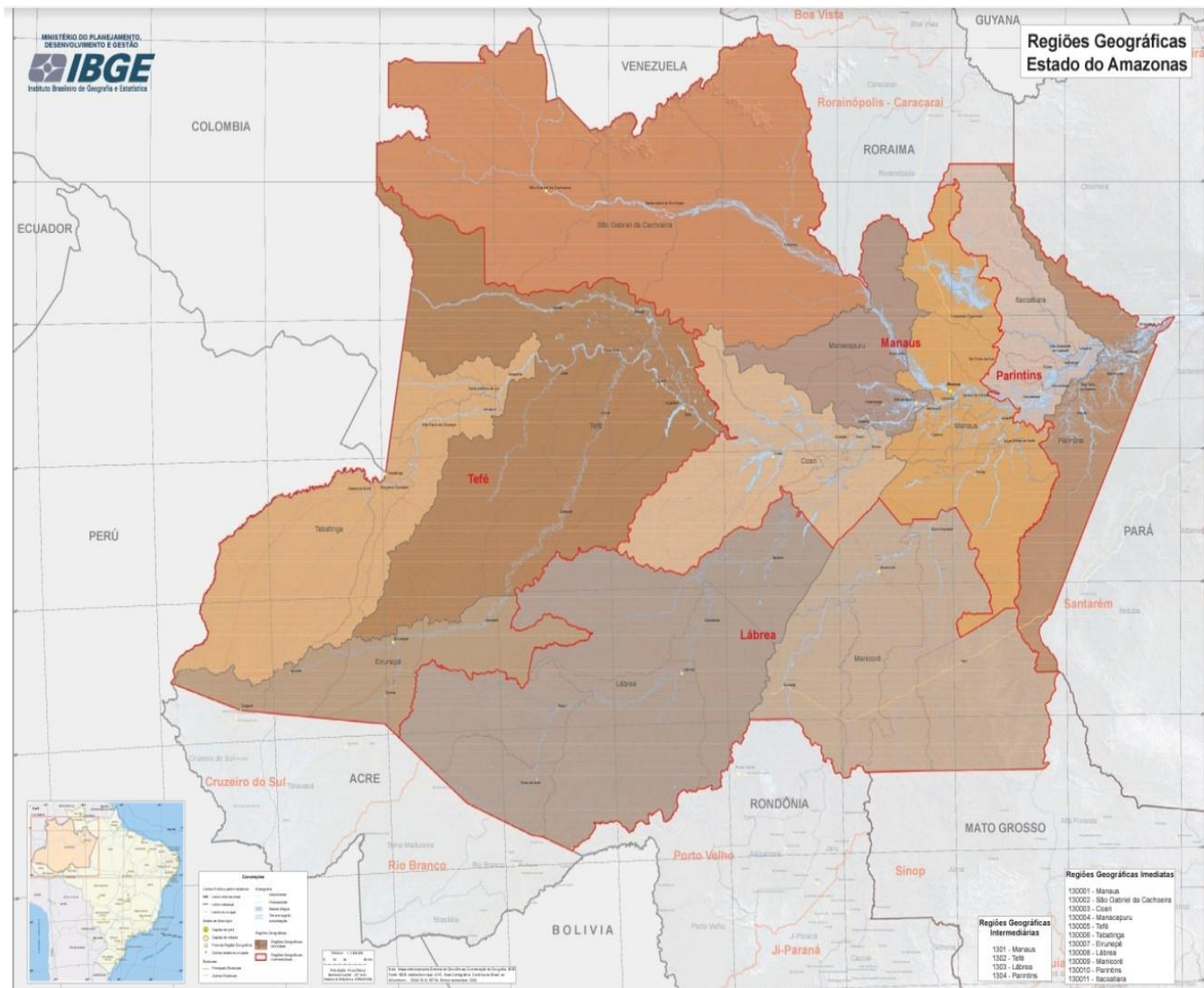
WOORTMANN, Ellen F. Herdeiros. **Parentes e Compadres: Colonos do Sul e Sitiantes do Nordeste**. Editora Humanismo, Ciência e Tecnologia. HUCITEC. São Paulo-Brasília, 1994.

WOORTMANN, E e WOORTMAN, K. **O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa**. Brasília: Editora da Unb, 1997.

WOORTMANN, Ellen. **Família, Mulher e Meio Ambiente no Seringal**. In: NIEMAYER, Ana Maria.

ANEXOS:

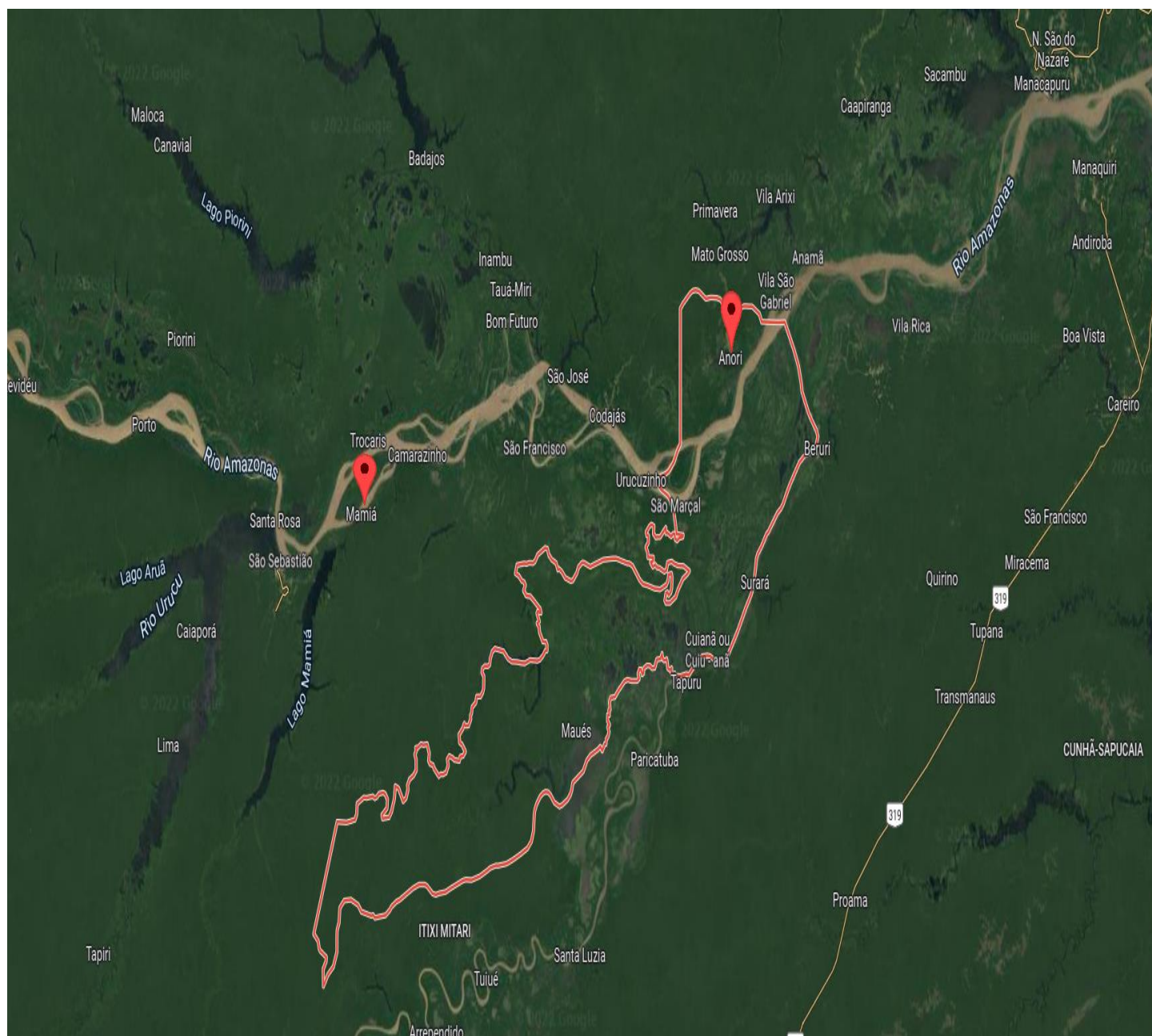
Mapas das regiões de seringais



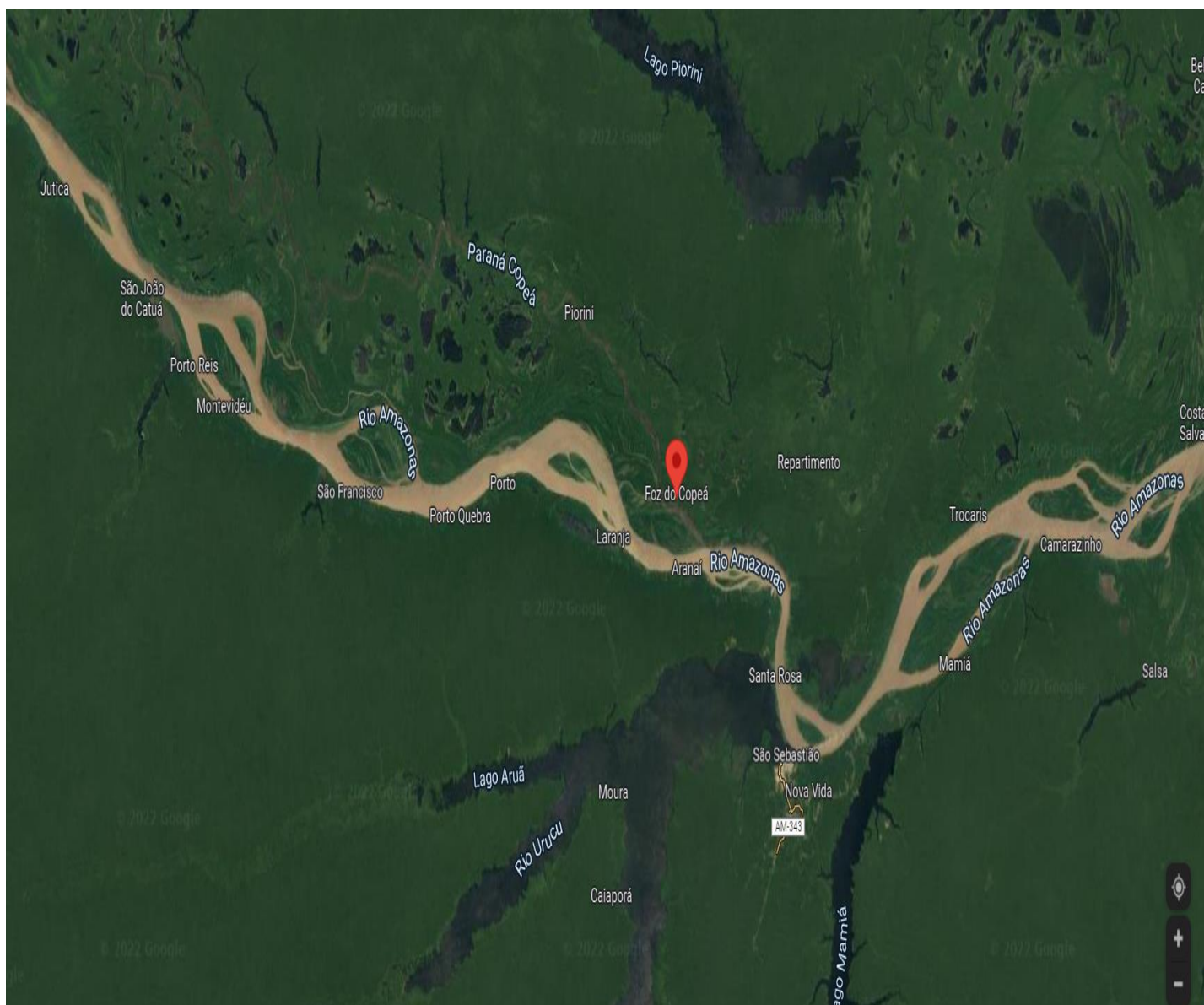
Mapa das Regiões Geográficas do Estado do Amazonas⁶³⁴

⁶³⁴ Fonte Acervo digital do IBGE – Página consultada em 17 de março de 2022 https://geoftp.ibge.gov.br/organizacao_do_territorio/divisao_regional/divisao_regional_do_brasil/divisao_regional_do_brasil_em_regioes_geograficas_2017/mapas/13_regioes_geograficas_amazonas.pdf.

Mapa região do Anori e Mamia⁶³⁵

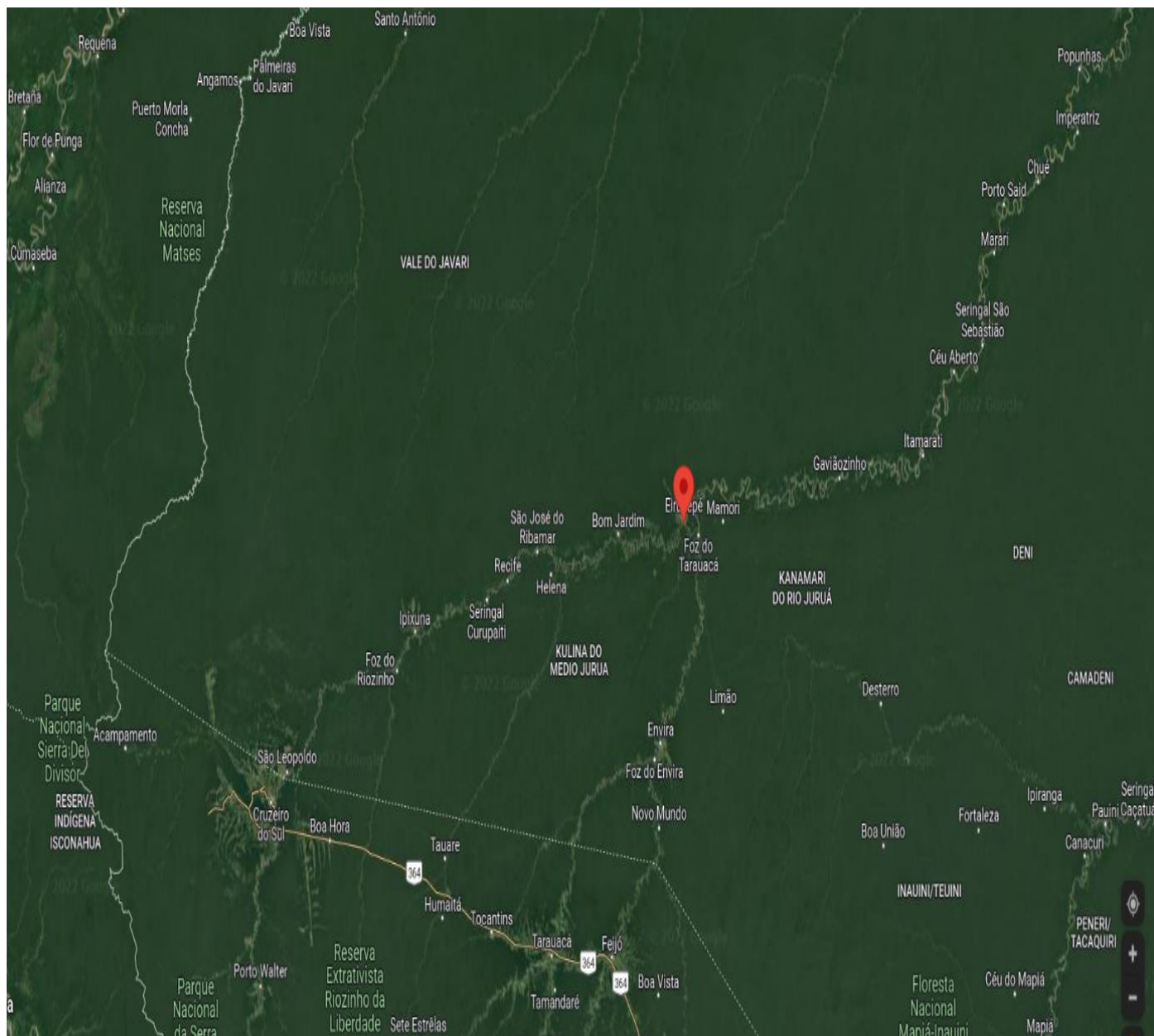


⁶³⁵ Fonte Página consultada em 17 de março de 2022 - <https://www.google.com/maps/place/Anori+-+AM/@-4.211423,62.7612265,227218m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x9214dc3be59b537b:0x7585e4d1b8aa27a5!8m2!3d-3.748858!4d-61.6591014>.

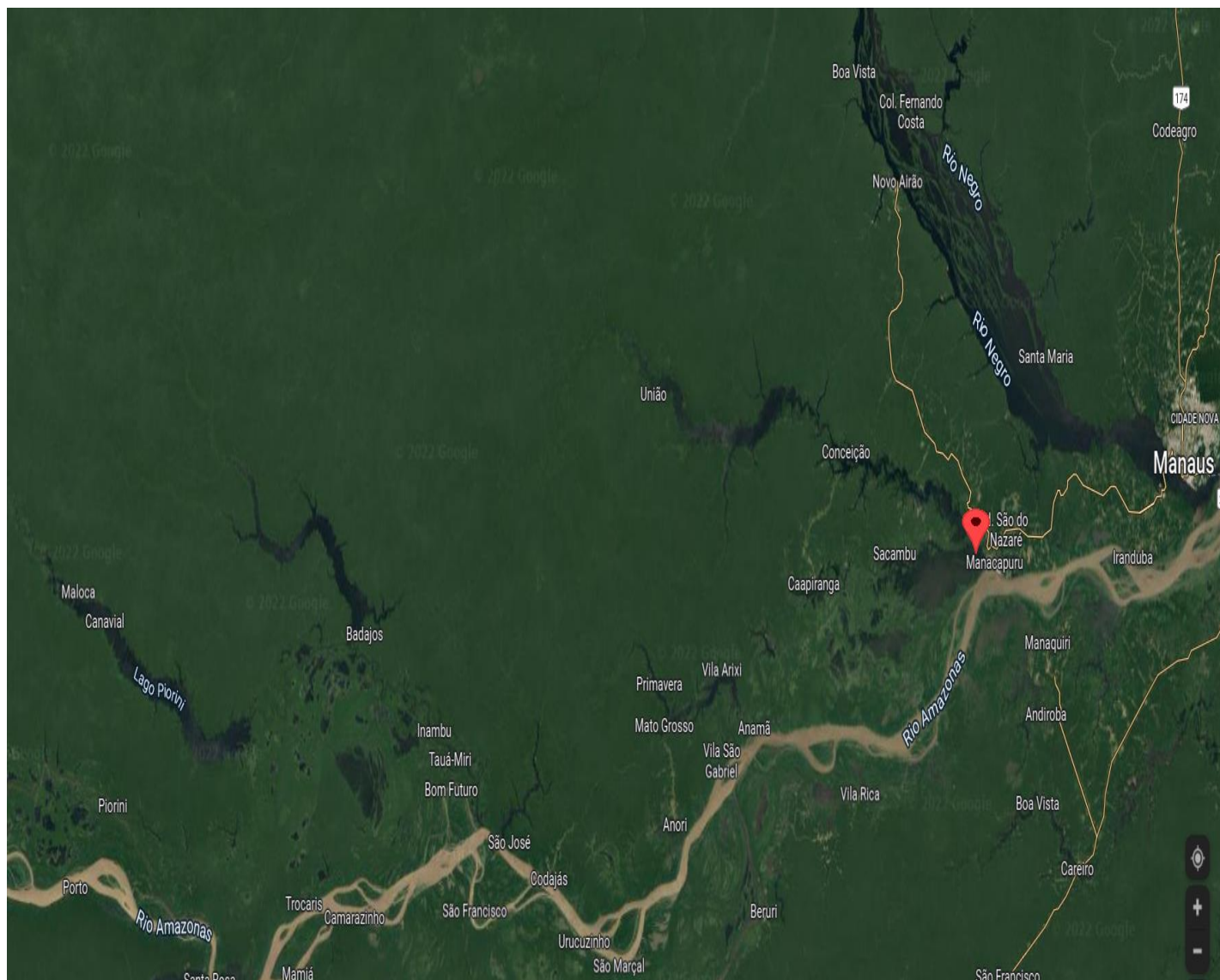
Mapa da região do Copeá⁶³⁶

⁶³⁶Fonte Página Consultada em 17 de março de 2022-
<https://www.google.com/maps/place/Foz+do+Cope%C3%A1,+Coari+-+AM,+69460-000/@-3.8664859,-63.3235738,3552m/data=!3m2!1e3!4b1!4m5!3m4!1s0x9216f6ba074b55f9:0xfd7c24ecbb47751!8m2!3d-3.866486!4d-63.314819>.

Mapa da região de Eirunepé⁶³⁷

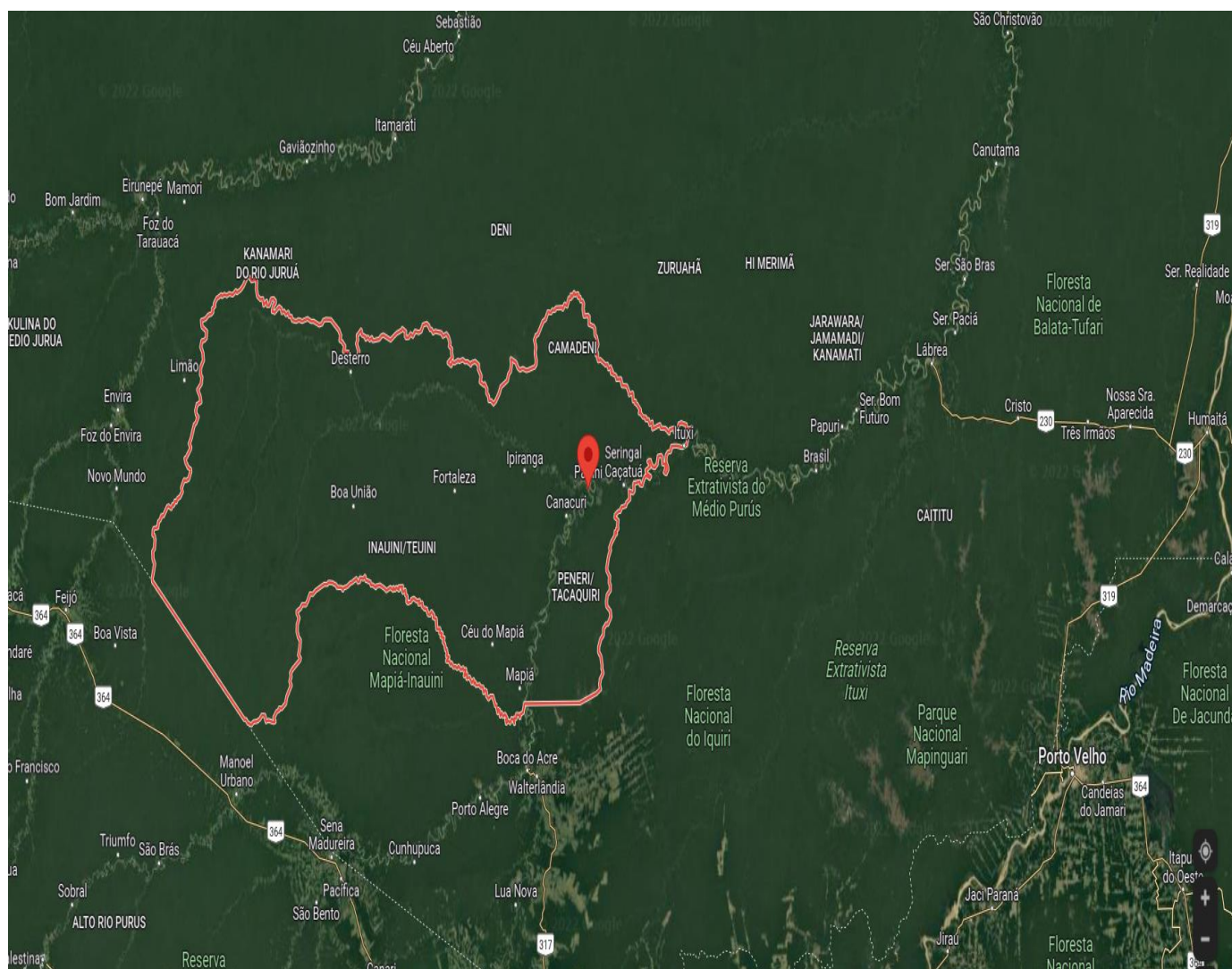


⁶³⁷Fonte Página Consultada em 17 de março de 2022 -
<https://www.google.com/maps/place/Eirunep%C3%A9,+AM,+69880-000/@-6.6623701,-70.9880356,452589m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x918e4d51389f35a9:0x3f4aad4f3de7b5b4!8m2!3d-6.6623703!4d-69.8674302>.

Mapa da região de Manacapuru⁶³⁸

638 Fonte Página Consultada em 17 de março de 2022 - <https://www.google.com/maps/place/Manacapuru,+AM,+69400-000/@-3.2897155,-61.7525041,454916m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x926b7fae72f2147b:0xc193241f48d11ded!8m2!3d-3.2897156!4d-60.6318987>.

Mapa da região de Pauini⁶³⁹



⁶³⁹ Fonte Pagina Consultada em 17 de março de 2022 - <https://www.google.com/maps/place/Manacapuru,+AM,+69400-000/@-3.2897155,-61.7525041,454916m/data=!3m1!1e3!4m5!3m4!1s0x926b7fae72f2147b:0xc193241f48d11ded!8m2!3d-3.2897156!4d-60.6318987>.

Imagens de trabalhadoras e trabalhadores que foram entrevistadas:







